

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES  
NO SEMIÁRIDO: CONCENTRAÇÃO, POLARIZAÇÃO E  
FRAGMENTAÇÃO**

**Adriana Melo Alves**

Tese de Doutorado

Brasília-DF, dezembro de 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES  
NO SEMIÁRIDO: CONCENTRAÇÃO, POLARIZAÇÃO E  
FRAGMENTAÇÃO**

Adriana Melo Alves

Orientadora: Lúcia Cony Faria Cidade

Tese de Doutorado

Brasília-DF, dezembro de 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES  
NO SEMIÁRIDO: CONCENTRAÇÃO, POLARIZAÇÃO E  
FRAGMENTAÇÃO**

Adriana Melo Alves

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Lúcia Cony Faria Cidade – UnB/PPGGEA  
(Orientadora)

Fernando Luiz Araújo Sobrinho – UnB/PPGGEA  
(Examinador interno)

João Mendes da Rocha Neto – PPGA/UnB e MPDG  
(Examinador externo)

Aristides Monteiro Neto – IPEA  
(Examinador externo)

Marília Luiza Peluso – UnB/PPGGEA  
(Examinadora suplente)

Brasília-DF, 13 de dezembro de 2017.

AAL474p      Alves, Adriana Melo  
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES  
NO SEMIÁRIDO: CONCENTRAÇÃO, POLARIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO /  
Adriana Melo Alves; orientador Lúcia Cony Faria Cidade. --  
Brasília, 2017.  
288 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) --  
Universidade de Brasília, 2017.

1. Desenvolvimento regional. 2. Semiárido. 3. Cidades  
médias. 4. Rede de cidades. 5. Fragmentação. I. Cidade,  
Lúcia Cony Faria, orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Adriana Melo Alves



Dedico esta tese aos meus avós, Hosana e Álvaro (*in memoriam*).  
Mulher e Homem do Sertão.

## AGRADECIMENTOS

Pessoas e instituições fizeram parte deste projeto pessoal, que é a realização do Doutorado em Geografia na Universidade de Brasília. Manifesto aqui meu agradecimento a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, com a concretização deste trabalho.

Destaco especial gratidão à minha orientadora, professora Lúcia Cony, que dividiu comigo esta fase tão intensa. Sua dedicação e cuidado foram além dos quesitos inerentes à tese, a grande dose de estímulo e confiança a mim conferida alavancou este propósito maior e manteve firme, ao longo de quatro anos de trabalho, minha vontade de realização.

Ao seu lado, professores da Universidade de Brasília ajudaram a construir um ambiente de grande densidade reflexiva. Destaco as importantes contribuições dos professores João Mendes e Fernando Sobrinho a esta tese. Sou também muito grata à acolhida no Departamento de Pós-Graduação em Geografia. O corpo de funcionários sempre se manteve gentil e colaborativo, assim como o corpo docente. Nesse sentido, destaco a participação da professora Marília Peluso. Agradeço ainda aos colegas da turma de 2014, com quem teci relações importantes para meu amadurecimento acadêmico.

A elaboração desta tese contou, entre os anos de 2016 e 2017, com o suporte crucial do Ministério do Planejamento, instituição a qual estou vinculada desde o ano de 2004. Foi-me assegurado o afastamento para a finalização do curso, e assim pude manter a segurança e foco necessários para a realização deste projeto. No âmbito desse Ministério, o reconhecimento se estende ao pesquisador Aristides Monteiro, do Ipea, com quem efetuei profícuas trocas e reflexões voltadas para o desenvolvimento regional. Além disso, contei com a compreensão dos dirigentes do Ministério da Integração Nacional, órgão onde exerço a função de gestora governamental, responsável pela autorização de meu afastamento pelo período de um ano.

Partilho da concepção de que a realização de um curso de doutorado, principalmente em seus momentos finais, não se concretiza sem o apoio familiar. Agradeço ao meu companheiro de jornada, Bernardo, pelas conversas inspiradoras, pelo ânimo e pela priorização, em sua vida corrida, da confecção das modelagens que vieram compor esta tese. Agradeço a compreensão de minha família, especialmente de meus pais, por minha ausência tão explícita nesse período. Agradeço a minha sobrinha, Anna Olívia, pela ajuda com a revisão do texto. E não poderia deixar de mencionar o meu filho, Victor, que nasceu durante o segundo ano do curso. Sua alegria me mostrou que era possível conciliar a maternidade com os estudos e isso tem me renovado, dia-a-dia.

Por fim, agradeço a Deus, princípio inteligente do Universo, que conecta tudo a todos em seus propósitos mais elevados.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender o alcance da integração produtiva intrarregional e o papel da rede de cidades médias no processo de desenvolvimento do Semiárido brasileiro. Considerou que a estruturação produtiva, a divisão territorial do trabalho e os fluxos de capital refletem e condicionam o delineamento da rede de cidades. Essas relações são influenciadas tanto por processos mais amplos vinculados às recentes dinâmicas do capital, como são a globalização, a reestruturação produtiva capitalista e a economia do conhecimento, quanto pela ação do Estado brasileiro orientada por diferentes estratégias, especialmente nas fases desenvolvimentista, neoliberal e neodesenvolvimentista. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, foram analisadas, entre os anos 1880 e 2016, as relações entre políticas regionais de diferentes tendências e o processo de delineamento da rede de cidades na escala nacional, na escala regional - especificamente no Semiárido, e na escala microrregional, envolvendo dez microrregiões polarizadas por cidades médias dinâmicas: Feira de Santana (BA); Campina Grande (PB); Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Vale do Ipojuca (PE); Petrolina (PE); Sobral (CE); Paulo Afonso (BA); Cariri (CE); e Arapiraca (AL). Partindo de uma pesquisa aplicada, investigou como se configura, na fase neodesenvolvimentista, a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto dessas microrregiões. Os resultados apontaram que, na escala nacional, as políticas que contribuíram para delinear a rede de cidades na porção atlântica e no Centro-Sul foram do tipo “*top-down*” e se apoiaram numa visão parcial de desenvolvimento, com a vertente da competitividade no foco da atuação. A vertente da equidade revelou-se uma preocupação secundária ou complementar. Na escala regional, o conjunto das microrregiões analisado revelou um Semiárido dinâmico e competitivo. Embora com atividades novas e iniciativas articuladas ao mercado internacional, o dinamismo revelou-se polarizado, concentrador e tendente a reproduzir a forma híbrida do padrão de desenvolvimento do país. Esse padrão em grande medida foi resultado da ação do Estado em promover saltos regionais de crescimento econômico favorecidos pelos incentivos fiscais, economias de escala ou grandes obras, embora houvesse posterior tentativa, com ações mais frágeis, de redução dos níveis de desigualdade. Assim, as políticas adotadas contribuíram para definir, no Semiárido, uma rede de cidades disposta em “ilhas” fragmentadas do ponto de vista social e produtivo.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Desenvolvimento regional, Rede de cidades, Relações cidade-região, Políticas regionais, Semiárido, Cidades médias.

## ABSTRACT

The purpose of this research was to understand the reach of intraregional productive integration and of the role of network of medium-sized cities in the process of developing the Brazilian Semi-Arid area. The basic assumption was that the productive structuring, the territorial division of labor and capital flows reflect and condition the format of the cities network. These relationships also reflect broader processes linked to the recent dynamics of capital, such as globalization, capitalist productive restructuring and the knowledge economy, as well as the Brazilian state action oriented by different strategies, especially in phases of the developmentalism, neoliberalism and neodevelopmentalism. A bibliographical research included, between the years 1880 and 2016, the relations between regional policies of different trends and the process of delineating the cities network on the national scale, in the regional scale - specifically in the Semi-Arid area, and on the micro regional scale, involving ten micro regions polarized by medium-sized cities: Feira de Santana (BA); Campina Grande (PB); Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Vale do Ipojuca (PE); Petrolina (PE); Sobral (CE); Paulo Afonso (BA); Cariri (CE); e Arapiraca (AL). An applied research investigated, in the neodevelopmentalism phase, the relationship between polarizing medium-sized cities and productive integration in the set of these micro regions. The results pointed out that, on the national scale, the policies that contributed to delineating the network cities polarized in the Atlantic side and the Central-South were of the "top-down" type and were based in a partial development view, with the competitiveness strand in the focus of performance. The equity perspective was a secondary or complementary concern. At the regional scale, the set of micro regions analyzed revealed a dynamic and competitive Semi-Arid. Although with new activities and initiatives articulated to the international market, dynamism in the region has shown to be polarized, concentrating and prone to reproduce the hybrid form of the country's development pattern. This model was the result of the State's action in promoting regional leaps of economic growth favored by fiscal incentives, economies of scale or major infrastructure works, although there were subsequent attempts, with more fragile actions, aiming to reduce the levels of inequality. Thus, the policies adopted contributed to define, in the Semi-Arid area, a cities network displaying "islands" fragmented under the social and the productive point of view.

**Keywords:** Development, Regional development, Cities network, City-region relationships, Regional politics, Semi-Arid area, Medium-sized cities.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS E QUADROS

LISTA DE SIGLAS

### **1. INTRODUÇÃO, 1**

- 1.1 Aspectos gerais, 1
- 1.2 Aspectos metodológicos, 12

### **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, 16**

- 2.1 Delimitação do capítulo, 16
- 2.2 O desenvolvimento econômico sob a égide do capitalismo e da desigualdade, 17
- 2.3 A evolução do conceito de região e as abordagens sobre desenvolvimento regional, 27
- 2.4 As redes de cidades e sua evolução teórica; da hierarquia urbana ao policentrismo, 35
- 2.5 As relações entre a cidade e a região e o papel das cidades médias, 40
- 2.6 Síntese do capítulo, 44

### **3. BASES ANALÍTICAS, 45**

- 3.1 Princípios e dimensões analíticas, 45
- 3.2 Variáveis, índices e indicadores da pesquisa aplicada, 52
- 3.3 Síntese do capítulo, 60

### **4. ESTRUTURAÇÃO DE MERCADOS, AÇÃO GOVERNAMENTAL E DINÂMICA REGIONAL NA ESCALA NACIONAL (1880 A 2016), 61**

- 4.1 Antecedentes, 61
- 4.2 Crise da economia cafeeira, integração do mercado nacional e início da concentração urbano-industrial (1880 a 1949), 62
- 4.3 “Milagre” econômico, políticas “*top-down*” e desconcentração limitada (1950 a 1979), 67
- 4.4 Crise e estabilização econômica, crise e retomada do planejamento, migração e metropolização (1980 a 2002), 76
- 4.5 Estabilidade econômica, política regional explícita e cidades médias (2003 a 2016), 84
- 4.6 Síntese do capítulo, 96

### **5. ESTRUTURAÇÃO DE MERCADOS, AÇÃO GOVERNAMENTAL E DINÂMICA REGIONAL NO SEMIÁRIDO (1880 A 2016), 97**

- 5.1 Antecedentes, 97
- 5.2 Semiárido inóspito, soluções hidráulicas e rede de cidades rarefeita (1880 a 1949), 98
- 5.3 Semiárido representado, instituições regionais e urbanização incompleta (1950 a 1979), 104
- 5.4 Semiárido articulado, foco na pobreza rural e padrões migratórios reversos (1980 a 2002), 111
- 5.5 Semiárido dinâmico, desconcentração de renda e ilhas de dinamismo (2003 a 2016), 118
- 5.6 Discussão e fecho do capítulo, 131

### **6. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES EM MICRORREGIÕES DINÂMICAS NO SEMIÁRIDO, 134**

- 6.1 Delimitação do capítulo, 134
- 6.2 Estruturação de mercados, ação governamental e dinâmica microrregional, 136
- 6.3 Breve discussão e fecho do capítulo, 170

## **7. DESVENDANDO O SEMIÁRIDO DINÂMICO: CONCENTRAÇÃO, POLARIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO, 175**

7.1 Delimitação do capítulo, 175

7.2 Cidades médias e integração produtiva à luz do desenvolvimento, 177

7.3 Cidades médias e integração produtiva à luz do desenvolvimento regional, 198

7.4 Cidades médias e integração produtiva à luz da rede de cidades, 208

7.5 Cidades médias e integração produtiva à luz das relações entre cidade e região, 214

7.6 Síntese do capítulo, 222

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 223**

8.1 Conclusões, 223

8.2 Recomendações, 236

## **9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 237**

## **10. APÊNDICE, 244**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras:

- Figura 2.1 – Modelo da localização agrícola de von Thünen, de 1826  
Figura 2.2 – Modelo da localização ótima industrial de Weber, de 1909  
Figura 2.3 – Teoria dos lugares centrais de Christaller, de 1933  
Figura 2.4 – Áreas de mercado de Lösch, de 1939  
Figura 2.5 – Rede dendrítica  
Figura 2.6 – Rede complexa  
Figura 4.1 – Rede de cidades na escala nacional de 1978  
Figura 4.2 – Eixos nacionais de integração e desenvolvimento  
Figura 4.3 – Rede de cidades em escala nacional de 1993  
Figura 4.4 – Rodovias, ferrovias e hidrovias concluídas no PAC  
Figuras 4.5 e 4.6 - Fluxos de mestres (a) e de doutores (b) titulados entre 1996 e 2009 empregados no setor educacional em 2009  
Figura 4.7 – Rede de cidades em escala nacional de 2007  
Figura 5.1 - Rede de cidades do Semiárido de 1978  
Figura 5.2 - Rede de cidades do Semiárido de 1993  
Figura 5.3 – Análise territorial para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil (2014)  
Figura 5.4 – Rede de cidades do Semiárido de 2007  
Figura 6.1– Região de influência da cidade de Feira de Santana, segundo Regic de 2007  
Figura 6.2 – Tropeiros e transporte de mercadorias em Campina Grande em fins do século XIX  
Figura 6.3 – Transformação produtiva em Campina Grande  
Figura 6.4 – Região de influência da cidade de Campina Grande, segundo Regic de 2007  
Figura 6.5 – Região de influência da cidade de Mossoró, segundo Regic de 2007  
Figura 6.6 – Região de influência da cidade de Vitória da Conquista, segundo Regic de 2007  
Figura 6.7- Região de influência da cidade de Caruaru, segundo Regic de 2007  
Figura 6.8- Produção de uvas no Perímetro Nilo Coelho, em Petrolina  
Figura 6.9 - Comércio voltado para a dinâmica do agronegócio, em Petrolina  
Figura 6.10 - Região de influência da cidade de Petrolina, segundo Regic de 2007  
Figura 6.11 - Estabelecimentos comerciais no centro de Cariré, em 2005  
Figura 6.12 - Mercadoria em Cariré, em 2005  
Figura 6.13 - Região de influência da cidade de Sobral, segundo Regic de 2007  
Figura 6.14 - Região de influência da cidade de Paulo Afonso, segundo Regic de 2007  
Figura 6.15 - Romaria em homenagem ao Padre Cícero, em Juazeiro do Norte  
Figura 6.16 - Belezas naturais e achados paleontológicos na Chapada do Araripe  
Figura 6.17 - Região de influência da cidade de Juazeiro do Norte, segundo Regic de 2007  
Figura 6.18 - Região de influência da cidade de Arapiraca, segundo Regic de 2007

### Mapas:

- Mapa 4.1 – Brasil –Rendimento domiciliar per capita por microrregião (2010)  
Mapa 5.1 – Delimitação do Semiárido Brasileiro  
Mapa 6.1 – Mapa do Semiárido com a localização das microrregiões analisadas  
Mapa 7.1 – Mapa da modelagem do PIB das microrregiões pela média do Semiárido – 2000  
Mapa 7.2 – Mapa da modelagem do PIB das microrregiões pela média do Semiárido – 2011  
Mapa 7.3 - Mapa da modelagem do Índice de Gini do Semiárido – 2000  
Mapa 7.4 - Mapa da modelagem do Índice de Gini do Semiárido – 2010  
Mapa 7.5 - Mapa da modelagem do número de empregos em tecnologia – 2006  
Mapa 7.6 - Mapa da modelagem do número de empregos em tecnologia – 2010  
Mapa 7.7 - Mapa da modelagem do Ideb no Semiárido – 2005  
Mapa 7.8 - Mapa da modelagem do Ideb no Semiárido – 2009

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

### **Tabelas:**

Tabela 5.1 – Participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) dos estados no total do VTI do Nordeste em diferentes anos

Tabela 5.2 – As dez cidades médias com maior PIB do Semiárido em 2011

Tabela 5.3 – Classificação dos municípios do Semiárido Brasileiro segundo o tamanho da população residente (2010)

### **Quadros:**

Quadro 3.1 - Dimensões analíticas para o grande tema Desenvolvimento

Quadro 3.2 - Dimensões analíticas para o grande tema Desenvolvimento regional

Quadro 3.3 - Dimensões analíticas para o grande tema Rede de cidades

Quadro 3.4 - Dimensões analíticas para o grande tema Relações entre cidade média e região

Quadro 3.5 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Desenvolvimento”

Quadro 3.6 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Desenvolvimento regional”

Quadro 3.7 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Rede de cidades”

Quadro 3.8 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Relações entre cidade média e região”

Quadro 6.1 – Síntese do contexto, ações e rebatimentos no território das microrregiões analisadas

Quadro 7.1- Quadro-síntese da dimensão competitividade no contexto do desenvolvimento das microrregiões dinâmicas

Quadro 7.2- Quadro-síntese da dimensão equidade no contexto do desenvolvimento das microrregiões dinâmicas

Quadro 7.3- Quadro-síntese da dimensão localização e polarização no contexto do desenvolvimento regional das microrregiões dinâmicas

Quadro 7.4- Quadro-síntese da dimensão aglomeração e endogeneização no contexto do desenvolvimento regional das microrregiões dinâmicas

Quadro 7.5- Quadro-síntese da rede de cidades das microrregiões dinâmicas

Quadro 7.6- Quadro-síntese da dimensão drenagem de recursos no contexto do das relações entre cidade média e região

Quadro 7.7- Quadro-síntese da dimensão transbordamento do dinamismo no contexto do das relações entre cidade média e região



## LISTA DE SIGLAS

ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais  
ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia  
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia  
Adene - Agência de Desenvolvimento do Nordeste  
Alepe - Assembleia Estadual de Pernambuco  
Anac - Agência Nacional de Aviação Civil  
APL – Arranjo produtivo local  
ASA - Articulação Semiárido Brasileiro  
Basa - Banco da Amazônia  
BNB - Banco do Nordeste do Brasil  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CCLJ - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça  
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina  
Centec – Fatec - Faculdade de Tecnologia  
CIS - Centro Industrial do Subaé  
Condepe-Fidem - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco  
CVT - Centro Vocacional Tecnológico  
CGEE - Centro de Gestão de Estudos Estratégicos  
Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
Codeno - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste  
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Condel - Conselho Deliberativo  
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Coomapa - Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores de Paulo Afonso  
Dnocs - Departamento Nacional de Obras contra as Secas  
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica  
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste  
FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste  
FDNO – Fundo de Desenvolvimento do Norte  
FDCO – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
Fieb - Federação das Indústrias do Estado da Bahia  
Fiece - Federação de Indústrias do Estado do Ceará  
Finam - Fundo de Investimento da Amazônia  
Finor - Fundo de Investimento do Nordeste  
FNE - Fundo Constitucional do Nordeste  
FNO - Fundo Constitucional do Norte  
FPE - Fundo de Participação dos Estados  
FPM - Fundo de Participação dos Municípios  
Funres - Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo  
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias  
Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IFBA - Instituto Federal da Bahia  
IFCE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Ifocs - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas  
IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
Insa - Instituto Nacional do Semiárido  
Iocs - Inspeção de Obras Contra as Secas  
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
Ipece - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
MI - Ministério da Integração Nacional  
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
ODR - Observatório do Desenvolvimento Regional  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
Openo - Operação Nordeste  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAPP - Projeto Nordeste foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste  
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural  
PDLIS - Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável  
PDRS-SF - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável da Área de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional  
PDSA - Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido  
PDDI - Plano Diretor de Distritos Industriais  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIN - Programa de Integração Nacional  
Pisf - Projeto de Integração de Bacias do rio São Francisco  
PITCE - Política Industrial, de Tecnologia e Comércio Exterior  
PNAD - Pesquisa Nacional de Domicílios  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Polamazônia - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
Polocentro - Programa para o Desenvolvimento do Cerrado  
Polonordeste - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste  
PPA - Plano Plurianual de Governo  
Prodepe - Programa de Desenvolvimento de Pernambuco  
Prodoeste - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
Proine - Programa de Irrigação do Nordeste  
Promeso - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Proni - Programa Nacional de Irrigação  
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento  
P, D & I - Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
Regic - Regiões de Influência das Cidades  
RMA - Região Metropolitana do Agreste  
RMAC - Região Metropolitana do Agreste Central  
RMC - Região Metropolitana do Cariri  
RMCG - Região Metropolitana de Campina Grande  
RMFS - Região Metropolitana de Feira de Santana  
RMVC - Região Metropolitana de Vitória da Conquista

Ride – Região Integrada de Desenvolvimento  
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
Sudeco - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste  
Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
Sudesul - Superintendência do Desenvolvimento do Sul  
Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus  
TI – Tecnologia da Informação  
TUP - Terminal de Uso Privado  
UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
UESB - Universidade Estadual da Bahia  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFCA - Universidade Federal do Cariri  
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande  
Ufersa - Universidade Federal Rural do Semiárido  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFRB-CETENS - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UFSBA - Universidade Federal do Sudoeste da Bahia  
Uneb - Universidade do Estado da Bahia  
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
Univasf - Universidade Federal do Vale do São Francisco  
UPE - Universidade de Pernambuco  
Urca - Universidade Regional do Cariri  
UHE - Usinas Hidrelétricas  
VA/PEA – Valor Agregado/População Economicamente Ativa  
VTI – Valor da Transformação Industrial  
ZPE - Zonas de Processamento de Exportação

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Aspectos gerais

No Brasil, a rede de cidades reflete e condiciona, ao mesmo tempo, processos de integração produtiva, mas também desigualdades regionais. Essas desigualdades ficaram mais evidentes no final do século XIX, quando teve início o processo de industrialização do país e de uma concentrada acumulação de capital. Da mesma forma, a rede de cidades delineada a partir daí incorporou e reproduziu de forma desigual o avanço das finanças, da infraestrutura, da indústria, dos serviços, da agricultura, da tecnologia e do conhecimento. Rarefeita na fase colonial, essa rede se adensou, mas mantém, até hoje, a estrutura comandada pela porção atlântica e pelo Centro-Sul, com a disseminação nas demais regiões de algumas “frentes” de dinamismo. Esses processos são particularmente perversos na região do Nordeste conhecida como Semiárido. Desde a década de 1950, com a implantação das políticas desenvolvimentistas, o poder público tem realizado um esforço explícito de redução das desigualdades regionais. O fortalecimento de cidades médias foi objeto de atuação deliberada, no bojo das iniciativas de interiorização da ocupação. Entretanto, as políticas do período apoiaram-se numa visão de desenvolvimento que se ateve à vertente da competitividade e fez intensificar o crescimento econômico acompanhado de uma elevada concentração de renda. A partir dos anos 1980, após uma fase de investimentos limitados e, nos anos 1990, de políticas neoliberais pouco efetivas, as assimetrias persistiram. Além de refletir uma inserção econômica limitada de diferentes cidades e regiões, as políticas promoveram os princípios da competitividade regional, simultaneamente aos frágeis estímulos ao desenvolvimento endógeno advindos dos efeitos descentralizadores da Constituição de 1988. A partir do século XXI, em uma fase considerada por alguns como neodesenvolvimentista, a retomada do tema ressurgiu no planejamento da ação pública. A consolidação de uma rede de cidades em escala nacional é também parte da estratégia de desenvolvimento de regiões deprimidas, na proposta da nova política regional brasileira. Essa proposta revelou-se avançada em termos de concepção, pois em seu objetivo passou a aliar competitividade e equidade na promoção do desenvolvimento. Assim sendo, considerando o tema rede de cidades como parte de estratégias estatais no Brasil em diferentes fases, este estudo objetiva compreender o alcance da integração produtiva intrarregional e o papel da rede de cidades médias no processo de desenvolvimento regional no Semiárido brasileiro. Parte-se do pressuposto que, numa rede de cidades, suas centralidades são elos da organização do território, já que funcionam como âncoras territoriais da estruturação produtiva.

### *Contextualizando a temática na escala internacional*

Análises em diferentes partes do globo mostram relações entre a estruturação produtiva, a divisão territorial do trabalho e os fluxos de capital produtivo, financeiro e humano no delineamento da rede de cidades. Essas relações são influenciadas tanto por processos mais amplos vinculados às recentes dinâmicas do capital no espaço, como são a globalização, a reestruturação produtiva e a emergência da economia do conhecimento, quanto pela ação estatal orientada por diferentes estratégias. Nos países desenvolvidos, estudos mostram que as redes de cidades apresentam uma configuração espacial complexa, em geral com grande densidade, alto nível de articulação entre as centralidades ou os “nós” da rede, e relações de complementariedade e integração entre seus elementos, tanto vertical, segundo uma hierarquia, quanto horizontal, entre cidades de similar porte demográfico e dinamização econômica. Dentre esses estudos, destacam-se o de Jan Bitoun, em “O ordenamento territorial na experiência da França”, de 2011, e o de Celine Rozenblatt e Patricia Cicille, em “Les villes européennes, analyse comparative”, de 2002.

Na Europa, o alto potencial produtivo e o elevado grau de urbanização de maior parte de seus países foram alcançados a partir do final do século XVIII, com a Revolução Industrial, que provocou efeitos espaciais em especial sobre o Reino Unido e a Suécia. Esses processos criaram um ambiente propício à constituição de uma rede de cidades adensada, relativamente articulada a partir de importantes metrópoles, em meio a uma miríade de sistemas urbanos nacionais diferenciados. A constituição dessa rede foi resultado de um longo processo histórico de desenvolvimento de seus sistemas urbanos, que interagiam em num contexto de deliberada competitividade produtiva. Ao longo do tempo, entretanto, os centros produtivos dominantes da Europa acabaram por concentrar também a maior parte dos ativos tecnológicos, sociais e financeiros. Não raro, ao final do século XX, estudiosos do tema criaram metáforas para elucidar a configuração de desigualdade regional do território europeu que se instalava e, de forma associada, a polarização em sua rede de cidades. Ferrão (2002) discorreu sobre a “Banana Azul”, termo adotado por Roger Brunet em 1989, enquanto uma remissão à forma do núcleo produtivo da Europa composto por Londres, Amsterdã, Bonn e Milão. Há também o “Triângulo Dourado” (Londres-Paris-Ruhr) e o “Pentágono” (Hamburgo, Londres, Paris, Milão e Munique). O autor também citou o “Cacho de uvas”, de Kunzmann e Wegener em 1991, em uma alusão ao ideal policêntrico da estrutura urbana e produtiva daquele continente.

Em torno de países da União Europeia é possível ratificar a condição híbrida da configuração do território na atualidade: ao mesmo tempo em que se verifica a constituição do modelo “centro-periferia”, muito em função dos constantes ciclos de alargamentos com inclusão de países ao bloco, em especial os do leste europeu, tem-se também as redes internacionais de cidades médias, onde se

estabelecem processos de cooperação em torno das infraestruturas de serviços. As redes de cooperação da União Europeia têm permitido a afirmação de sub-regiões transfronteiriças e competitivas no âmbito internacional, onde se investe em tecnologia, capital humano e estruturação produtiva, com foco nas características do território. Exemplos podem ser observados nas chamadas “Eurocidades” de Portugal e Espanha, como Chaves e Verín ou Valença e Tui, respectivamente.

Nos Estados Unidos observa-se que, no período de 1840 a 1860, o avanço da infraestrutura ferroviária e a criação do telégrafo contribuíram para grandes transformações nas funções urbanas do país, gerando um duplo e complementar processo de especialização e integração regional (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1997, p. 282-283). Atualmente, as similaridades com o Brasil em termos de dimensão territorial, porte populacional e grau de urbanização não se traduzem numa equivalência no que se refere às respectivas redes de cidades. De acordo com Ruiz (2005), as diferenças existentes entre os dois países, no tocante principalmente ao tamanho do mercado interno, distribuição de renda, estrutura financeira e capacidade tecnológica, parecem orientar a constituição das distintas redes.

Ruiz (2005) aponta que a rede de cidades norte-americana, similarmente ao Brasil, apresenta-se polarizada em metrópoles nacionais e regionais, e na megalópole Nova York, muito embora a existência de cidades médias nos Estados Unidos seja preponderante. Segundo o autor, nos últimos dois séculos, entretanto, os Estados Unidos passaram por profundas mudanças na sua estrutura urbana com o crescimento de centros urbanos como Los Angeles, Dallas ou Seattle em meados do século XX e o decréscimo de outros, como Detroit, Philadelphia ou Chicago, a partir dos anos 1960. Fatores como deseconomias de aglomeração seriam responsáveis, de acordo com Ruiz, tanto pelas profundas transformações na estrutura urbana norte-americana, como pelo surgimento e fortalecimento das cidades médias, impondo a elas importantes papéis com a desconcentração regional dos meios de produção.

Com pequena extensão territorial e elevada população, o Japão, por sua vez, apresenta uma densa e peculiar rede de cidades, de configuração policêntrica, que está diretamente associada à sua divisão político-administrativa: são 47 províncias, distribuídas em oito regiões e abrigando 1.719 unidades administrativas divididas em municípios, cidades ou vilas, conforme o tamanho de sua população (BRASIL, 2011a). Atualmente o Japão possui mais de três quartos da população vivendo em cidades e caracteriza-se por ser uma sociedade essencialmente urbana, altamente tecnológica e industrializada. Apresenta ainda quinze centros urbanos principais, dentre os quais Tóquio exerce importante função polarizadora. Entre os anos de 1950 até o início de 1970, houve um explosivo crescimento econômico no país, o que provocou um rápido aumento da concentração de habitantes nas grandes metrópoles, gerando o conhecido problema do superpovoamento das grandes cidades e, em sentido inverso, o

despovoamento das pequenas, a partir de processos migratórios decorrentes do processo de mecanização da agricultura.

Estudos sobre países em desenvolvimento, por outro lado, mostram em muitos casos o que tem sido chamado de redes incompletas, como apontam, por exemplo, Goueset, Mesclier e Deler, em estudo sobre a expansão da rede de cidades da Colômbia, de 2007. Elas podem ser entendidas como aquelas redes de cidades cujas relações entre os distintos nós ou centralidades são parciais, com pouca ou nenhuma conexão horizontal, com desarticulação e com excessiva polarização. No México, por exemplo, a rede de cidades se constituiu de forma concentrada, em função de diferentes estratégias econômicas adotadas ao longo de sua história. No modelo de substituição de importações na década de 1960 houve o estímulo estatal a um modelo hierárquico de cidades, em cujos nós centrais da hierarquia urbana estavam centralidades com ampla capacidade de acumulação de capital, concentração de infraestrutura e serviços, dados pela especialização que assumiram em atividades industriais, extrativas ou turísticas (ALMANZA, 2016). O autor comenta que, no modelo de abertura comercial da década de 1980, houve o surgimento de novas centralidades, em função da relativa importância que adquiriram com as exportações, sobretudo no norte, em função das relações estabelecidas, à época, com os Estados Unidos. Essas centralidades apresentavam, entretanto, baixa capacidade de integrar cadeias produtivas regionais. O autor conclui que os rebatimentos desses modelos no território evidenciaram um hiato atualmente existente entre o desenvolvimento das regiões norte, centro e sul.

Em um processo de retroalimentação, uma rede de cidades complexa seria propulsora de desenvolvimento, enquanto uma rede incompleta contribuiria para reproduzir obstáculos ou estagnação em atividades produtivas, gerando assim, processos de desigualdades regionais. Autores como Corrêa (1994), Oliveira (2005 e 2007a) e Egler (2001) são unânimes ao afirmar que, quanto mais densa e articulada é a rede de cidades de um dado território, mais integrados são os seus sistemas produtivos, financeiros e socioculturais. Nesse sentido, a formatação de meios para o delineamento de uma rede de cidades extrapola o campo do diagnóstico na seara dos estudos acadêmicos e passa a ser objeto de diversas estratégias e políticas públicas em diversos países do mundo.

Na Europa, o Esquema de Desenvolvimento de Espaços Comunitários (Edec), de 1999, aponta que a estruturação de uma rede de cidades em escala continental é estratégia de longo prazo da União Europeia até o ano de 2020. O bloco europeu tem investido na coesão territorial como forma de garantir saltos de competitividade e as esferas de ação das políticas territoriais propostas perseguem três objetivos principais: (i) um sistema urbano balanceado, por meio de múltiplos centros (poli-centrismo) e de novas formas de relação cidade-campo, baseadas na valorização de atividades urbanas em integração com as áreas rurais, sendo a natureza a fonte da produção, como a gastronomia e o turismo;

(ii) igual acessibilidade à infraestrutura e ao conhecimento; e (iii) gerenciamento e desenvolvimento cuidadosos da herança natural e cultural (CONTI, 2007).

No Japão, em função dessa excessiva atração metropolitana, a política urbana e regional priorizou, entre os anos de 1970 a 1990, o desenvolvimento das chamadas “Cidades novas” contribuindo para a configuração multipolar distribuída de sua rede de cidades (BRASIL, 2011a). A partir dos anos 2000, com o envelhecimento e diminuição da população, assim como em função dos problemas ambientais decorrentes da densa industrialização, intervenções estatais têm se verificado visando à transformação da estrutura urbano-regional para a forma compacta. Essa organização seria compatível com o alto grau de tecnologia associado às estruturas produtivas do país, sejam elas ligadas à agricultura ou à indústria. A mudança ensejaria, progressivamente, áreas menores para o desenvolvimento das atividades, mas com um nível cada vez maior de interações, possíveis das infraestruturas de transporte, comunicação e informação.

Na América Latina, alguns países avançaram da definição de suas políticas regionais, como o México, a Colômbia e o Chile. Desses países, apenas no México o governo propôs como estratégia de redução das assimetrias regionais a estruturação de uma rede polarizada por metrópoles nas regiões norte, centro e sul. Entre as medidas de promoção do desenvolvimento regional presentes na “Estratégia Territorial Nacional”, de 2012, estão uma maior conectividade transversal com “corredores” que facilitem a atração de investimentos, a integração de cadeias produtivas e o movimento de pessoas, bens e serviços no interior dessas regiões, favorecendo um maior equilíbrio socioespacial (ALMANZA, 2016).

#### *Contextualizando a temática na escala Brasil*

No Brasil, o tema rede de cidades enquanto estratégia estatal veio à tona apenas na fase desenvolvimentista. Anteriormente, no período colonial, a ausência de políticas de desenvolvimento regional foi verificada, as ações focalizaram questões setoriais, como as secas no Nordeste. Essa ausência teve rebatimentos na configuração regional da Colônia, que se mostrou dual, basicamente entre o litoral, onde se fixou o centro dinâmico e a burguesia da época, e o interior, onde se fixou a produção subsidiária em estruturas isoladas e uma sociedade mais rude. Dessa forma, a rede de cidades manifestou esse desequilíbrio e apresentou-se rarefeita, assim com o fenômeno urbano, na maior porção do território. A partir dos anos 1930, com o início do desenvolvimentismo, avanços em relação ao desenvolvimento regional foram verificados. A institucionalização e a integração do mercado nacional provocaram rupturas importantes no padrão do insulamento produtivo regional até então existente. A rede de cidades delineada, entretanto, foi a expressão maior do poder do capitalismo



industrial, que implantava suas próprias lógicas espaciais de inserção, também estimuladas nas políticas econômicas efetivadas. A produção industrial deu origem a uma rede centro-radial, polarizada em São Paulo, também associada a uma maior clarificação dos processos de desigualdade regional.

Na fase de aprofundamento do desenvolvimentismo, a concentração industrial patrocinada pelo Estado se acentuou e deu início a um processo de polarização tão expressivo em São Paulo, que passou a ocorrer a sua diferenciação territorial. Houve a intensificação da divisão territorial do trabalho, o padrão centro-periferia se consolidou, o fenômeno urbano deteve primazia, assim como os maciços fluxos migratórios rumo aos centros industriais. Como uma via de contenção dos efeitos concentradores da indústria, simultaneamente políticas regionais exógenas, do tipo “*top down*”<sup>1</sup> foram formuladas, como no II Plano Nacional de Desenvolvimento, onde um programa de fortalecimento de cidades médias foi implementado. A força híbrida das ações públicas foi então revelada: elas se voltavam tanto para a ampliação do parque industrial, contribuindo para a manutenção de um padrão de competitividade nacional, quanto para o reconhecimento do que seriam e como se manifestavam as desigualdades regionais, que ficavam cada vez mais contundentes. A rede de cidades do período evidenciou, então, essa dubiedade de intenções estatais. Por um lado, houve a manutenção da força concentradora do sistema econômico nacional no Centro-Sul; por outro, houve o estímulo à interiorização do crescimento, mas com a reprodução do modelo competitivo, pautado na primazia da urbanização das metrópoles e capitais regionais, em bases de uma hierarquia definida pelas políticas verticais.

Nos anos 1980, intensificou-se no Brasil grave crise econômica, configurada como a crise do capitalismo tardio, que significou o esgotamento de um padrão de financiamento externo da indústria. Posteriormente, após a crise dos anos 1980 e num contexto externo caracterizado pela globalização e reestruturação econômica mundial, fundaram-se na década de 1990 novas tecnologias de produção e gestão, formação de espaços econômicos supranacionais, e o neoliberalismo se firmou como novo patamar das relações entre o Estado e o mercado mundial (BECKER; EGLER, 2011, p. 215). Com a emergência de São Paulo enquanto cidade mundial, foi revelado o movimento opcional, por parte do Estado, de franquear o ingresso de capital multinacional na economia, o que acarretou, em termos espaciais, a conformação de um vasto complexo urbano-industrial, polarizador e concentrador de poder econômico e fluxos de capital (idem). Em outras regiões, como o Nordeste, preponderou a manutenção dos domínios agromercantis, sedes das oligarquias regionalistas em aliança com o poder central. Dessa forma, após uma fase de praticamente ausência de políticas regionais nos anos 1980, o tema desenvolvimento regional foi retomado nos anos 1990, embora em bases de promoção da

---

<sup>1</sup> As políticas “*top-down*” referem-se à primeira geração de políticas regionais. Possuem abordagem keynesiana e são resultado de um planejamento vertical e tecnocrático.

competitividade interna. Ao mesmo tempo, como resultado do processo descentralizador advindo da Constituição de 1988, estímulos a processos endógenos foram verificados com a implementação das chamadas políticas regionais do tipo “*bottom-up*”<sup>2</sup>. A rede de cidades do período, porém, não refletiu os parques estímulos à equidade, os processos endógenos repercutiram em menor proporção na rede. Ao contrário, a rede evidenciou essa opção pela abertura comercial, com os transados inter-regionais de capital comandados internamente por São Paulo e por Brasília e com frentes de modernidade nas regiões menos desenvolvidas.

A partir do século XXI, na fase conhecida como neodesenvolvimentista, reconheceu-se que o Brasil era um dos países mais desiguais do mundo e essa desigualdade se manifestava social e regionalmente. Ao crescimento econômico almejado, associou-se a busca pela equidade social. Nessa fase, a configuração regional assumiu feições amplamente complexas. Algumas das “questões regionais” evidenciaram persistências de subdesenvolvimento convivendo com frentes de modernidade, excessiva “commoditização”, assim como processos de declínio e de “inchaço” populacionais. Políticas e programas abrangentes foram formulados, especialmente nas áreas social e de infraestrutura. A intensidade com que foram implementados permite que se anteveja uma nova reconfiguração regional no país a partir de então. Uma complexa divisão territorial do trabalho também está em curso sob um esquema de relações centro-periferia, aliada a fluxos migratórios pluridirecionais (MONTEIRO NETO, BRANDÃO e CASTRO, 2017). O tema da rede de cidades também foi alvo do planejamento estatal, assim como da proposta da nova política regional brasileira, que propunha uma mescla de ações exógenas e endógenas, no âmbito das chamadas políticas “*top-down e bottom-up*”<sup>3</sup>. A rede de cidades, porém, continua polarizada por sua porção atlântica e evidencia, ao mesmo tempo, um processo de adensamento nas regiões mais deprimidas. Nesse sentido, cabe destacar o crescimento e maior participação das cidades médias<sup>4</sup> na captação e na distribuição dos fluxos intrarregionais de capital produtivo, financeiro e humano, como ocorre no Nordeste e, em especial, no Semiárido.

### *Contextualizando o tema no Semiárido*

O Semiárido Brasileiro é uma região que durante décadas tem sido alvo das políticas públicas de redução de desigualdades, pois acumulou ao longo da história de formação socioeconômica um

---

<sup>2</sup> As políticas “*bottom-up*” referem-se à segunda geração de políticas regionais. Possuem abordagem vinculada ao desenvolvimento endógeno e consideram a valorização dos agentes e saberes locais no processo de desenvolvimento.

<sup>3</sup> As políticas de tendências mescladas (“*top-down e bottom-up*”) referem-se à terceira geração de políticas regionais e buscam aliar competitividade com equidade social.

<sup>4</sup> A cidade média é considerada uma cidade regional que tem como principal papel a intermediação econômica de fluxos de capital produtivo, financeiro ou humano entre pequenas cidades e capitais ou metrópoles. Com a globalização, as cidades médias assumem novos papéis que vão além da intermediação e passam a se conectar com redes de cidades distintas e com centralidades de diferentes níveis na hierarquia urbana.

exorbitante passivo social e regional. A atual região é composta por 22,5 milhões de habitantes, distribuídos em nove estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais) e 1.135 municípios (BRASIL, 2005b). A região ainda apresenta alta concentração de pobreza, déficit de acesso a serviços, vulnerabilidade social vinculada à incidência das secas, preservação de oligarquias tradicionais (concentradora de terras e sistemas produtivos) e persistência de baixos indicadores de desenvolvimento quando comparados às médias nacional e macrorregional. Entretanto, observam-se nos últimos anos avanços significativos na redução das desigualdades sociais, a partir de iniciativas públicas que culminaram com a desconcentração da renda pessoal, afetando de forma contundente o modo de vida das populações mais pobres. Nessa região, a desconcentração de renda promoveu a dinamização de setores econômicos até então estagnados, com o estímulo provocado pela ampliação da capacidade de consumo de contingentes populacionais até então à margem de processos econômicos amplos<sup>5</sup>. Simultaneamente, verifica-se a proliferação das chamadas “ilhas” de dinamismo, ancoradas em cidades médias, que têm sido responsáveis pela geração de riquezas, atração de investimentos privados, formação de uma sociedade urbana e retenção de capital humano, bem como de fluxos migratórios.

Em fases anteriores, a rede de cidades do Semiárido apresentou-se rarefeita e excessivamente polarizada por metrópoles e capitais. Sua característica predominantemente dendrítica revelou tanto a subsidiariedade produtiva quanto a dependência de fluxos oriundos desses núcleos urbanos. Essa configuração foi influenciada pela ausência de políticas de desenvolvimento regional verificada durante longo tempo, cuja necessidade foi obscurecida pela problemática cíclica das secas. As políticas implementadas, então, estiveram restritas à provisão hidráulica. A visão do Semiárido enquanto “região homogênea” até os anos 1950, a caracterizava como uma área completamente ruralizada, onde predominava a pobreza e o arcaísmo produtivo, sujeita a graves problemas sociais.

Entretanto, na fase desenvolvimentista, o Semiárido passou a acompanhar o Nordeste e houve por parte da máquina estatal o reconhecimento de sua configuração heterogênea. Nesse sentido, as políticas implementadas reconheceram os focos de dinamismo e a rede de cidades passou a refletir esse “novo” Semiárido: uma região peculiar, em função da recorrência de severas estiagens, mas passível de ser desenvolvida a partir de estímulos a atividades produtivas ligadas à industrialização e à modernização da agricultura em porções mais aptas do território. Influenciada pela Constituição do 1988, houve uma inflexão do paradigma de promoção das políticas de combate às secas,

---

<sup>5</sup> Em parte, a desconcentração de renda e o estímulo provocado pela ampliação do consumo são fatores de promoção dessa dinamização e estão relacionados com as políticas de valorização do salário mínimo, previdenciárias, assistenciais, de acesso ao crédito, dentre outras, ou ainda estão relacionados com processos endógenos de estruturação produtiva, onde prevalece, no meio rural, o paradigma da convivência com a semiaridez.

preponderantes no Brasil dos anos 1960 e 1970, para o de convivência com a semiaridez, com a disseminação de tecnologias adaptadas à realidade da região. Nos anos 1990, as políticas de promoção da competitividade da fase neoliberal novamente tiveram destaque no desenvolvimento da agricultura irrigada voltada para a exportação. A rede de cidades, então, revelou e reforçou mais o processo de abertura comercial, com fluxos inter-regionais e supranacionais definidos entre as cidades médias dinâmicas e outras redes distintas do que os estímulos de valorização endógena.

Em anos recentes, a forma e o desenvolvimento da região parecem relacionar-se com a emergência e a consolidação das cidades médias. O Semiárido vem se urbanizando rapidamente e a rede de cidades evoluindo para uma maior participação dessas cidades, principalmente na porção setentrional, que também é alvo de importantes investimentos em infraestrutura. As relações, entretanto, ainda são predominantemente verticais na rede, com as cidades médias assumindo sua função tradicional de intermediação de fluxos dos pequenos núcleos às capitais e metrópoles litorâneas. As relações horizontais são exíguas, denotando, a uma primeira vista, pouca cooperação e complementariedade nos processos produtivos.

Na atualidade, ainda que a rede de cidades do Semiárido seja pouco adensada e as economias locais sejam fragmentadas, verifica-se que ela tem exercido novos papéis, preponderantes para a sustentabilidade do recente processo de dinamização verificado. Afinal, segundo Dias (1995, p. 149), as redes de cidades mantêm relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a crescente diferenciação que esta introduziu entre as cidades. Entretanto, as relações urbano-regionais atuais parecem impor um desafio ao desenvolvimento regional, visto que, nessa escala, tende-se a reproduzir padrões de desigualdade verificados na escala macrorregional e nacional. Dinâmicas emergentes do capital, como a globalização, a reestruturação produtiva e a economia do conhecimento, têm gerado novos fluxos que passaram a articular as cidades médias do Semiárido a redes de cidades inter-regionais e supranacionais, podendo limitar, por conseguinte, processos de integração produtiva<sup>6</sup> na região e provocar fenômenos como o “enclavismo”.

Essas dinâmicas emergentes do capital foram em grande medida alimentadas pela ação estatal em suas diferentes estratégias ao longo do tempo, e têm-se manifestado de forma particularmente clara nas microrregiões polarizadas por cidades médias do Semiárido, como: Feira de Santana (BA); Campina Grande (PB); Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Vale do Ipojuca (PE)<sup>7</sup>; Petrolina (PE); Sobral (CE); Paulo Afonso (BA); Cariri (CE)<sup>8</sup>; e Arapiraca (AL). Apesar de essas microrregiões

---

<sup>6</sup> A integração produtiva é aqui entendida como o estabelecimento de fluxos de capital produtivo, financeiro e humano tendo como ponto de partida uma cidade média, de modo que essas relações ocorram em uma mesma região e se dêem de forma complementar.

<sup>7</sup> Polarizada por Caruaru.

<sup>8</sup> Polarizada por Juazeiro do Norte.

elevarem sobremaneira os indicadores de desenvolvimento do Semiárido como um todo, não são tão evidentes processos de integração produtiva, nem de transbordamento do dinamismo das cidades médias para as suas microrregiões de influência. Dadas as grandes diferenças entre os processos produtivos e os mecanismos de acumulação predominantes nessas cidades e os vigentes nas áreas próximas, a difusão de atividades dinâmicas ainda tem se mostrado incipiente.

### *Questões de pesquisa*

Os elementos e pressupostos apresentados permitem considerar que as dinâmicas emergentes do capital, como a globalização, a reestruturação produtiva e a economia do conhecimento condicionam os processos específicos de estudo. Pondera-se também que políticas regionais exógenas explícitas (“*top-down*”) implementadas na fase desenvolvimentista, processos socioeconômicos endógenos (“*bottom-up*”) estimulados após a promulgação da Constituição Federal de 1988, simultâneos à fase neoliberal e políticas de tendências mescladas construídas na fase neodesenvolvimentista tiveram distintas expressões socioespaciais. Assim, busca-se responder as seguintes questões de pesquisa com o estudo proposto (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992):

- 1) Qual a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades brasileira?
- 2) Qual a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades do Semiárido brasileiro?
- 3) Qual a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades em microrregiões dinâmicas no Semiárido<sup>9</sup>?
- 4) Como se configura, na fase neodesenvolvimentista, a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto de microrregiões dinâmicas no Semiárido?

As questões emanam da discussão anterior e orientaram a construção dos capítulos da tese. Enquanto a primeira questão propôs uma abordagem ampla, a segunda foi menos ampla e a terceira e a quarta foram mais específicas. Assim, as análises também se propuseram a um aprofundamento progressivo, até alcançar o foco do estudo. As questões informam os objetivos específicos do estudo, que é dotado de uma abordagem qualitativa em escala nacional e de uma pesquisa aplicada na região semiárida do país.

---

<sup>9</sup> Essas microrregiões são: Feira de Santana (BA); Campina Grande (PB); Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Vale do Ipojuca (PE); Petrolina (PE); Sobral (CE); Paulo Afonso (BA); Cariri (CE); e Arapiraca (AL).

## *Objetivos*

O objetivo geral parte de condicionantes das dinâmicas em análise, considerando processos amplos vinculados à globalização, à reestruturação produtiva capitalista e à economia do conhecimento; e ações específicas induzidas diretamente por diferentes tipos de políticas de desenvolvimento regional nas fases desenvolvimentista, neoliberal e neodesenvolvimentista. São eles:

### *Objetivo geral:*

Compreender o alcance da integração produtiva intrarregional e o papel da rede de cidades médias no processo de desenvolvimento regional no Semiárido brasileiro.

### *Objetivos específicos:*

Os objetivos específicos explicitam os principais passos para alcançar os propósitos do estudo, voltados para responder às questões de pesquisa.

A) Investigar a forma pela qual se delineou a rede de cidades brasileira, enquanto processo diretamente induzido por políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas.

B) Investigar a forma pela qual se delineou a rede de cidades do Semiárido brasileiro, enquanto processo diretamente induzido por políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas.

C) Investigar, no conjunto de microrregiões dinâmicas no Semiárido<sup>10</sup>, a forma pela qual se delineou a rede de cidades, enquanto processo diretamente induzido por políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas.

D) Analisar, no conjunto de microrregiões dinâmicas no Semiárido, a relação entre cidades médias e integração produtiva na fase neodesenvolvimentista.

## *Hipótese de trabalho*

A referência adotada considera que os processos de estruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e os fluxos de capital produtivo, financeiro e humano fazem parte do contexto histórico da dinâmica analisada e condicionam os processos em estudo. Este trabalho parte do pressuposto de que,

---

<sup>10</sup> As microrregiões selecionadas são: Feira de Santana (BA); Campina Grande (PB); Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Vale do Ipojuca (PE); Petrolina (PE); Sobral (CE); Paulo Afonso (BA); Cariri (CE); e Arapiraca (AL).

dado o papel central que as cidades desempenham enquanto pontos nodais da estruturação e ordenamento do território, o desenvolvimento de uma área se expressa em sua rede de cidades. De forma recíproca, traz como hipótese de trabalho o argumento de que a consolidação de uma rede de cidades em escala nacional pode contribuir para a redução de desigualdades regionais. Como outras hipóteses a serem exploradas no âmbito do foco da pesquisa, enunciam-se:

- 1) No tocante ao desenvolvimento, o fortalecimento recente das cidades médias tem contribuído para a melhoria dos indicadores no Semiárido como um todo;
- 2) Em relação ao desenvolvimento regional, as frentes de dinamização atuais em cidades médias no Semiárido representam, em larga medida, o resultado de políticas regionais que incidiram no país e que abriram espaço para a inserção do capital privado nas diferentes fases;
- 3) Em relação à rede de cidades, as dinâmicas emergentes do capital geraram novos fluxos que passaram a articular as cidades médias do Semiárido a redes de cidades inter-regionais e supranacionais, restringindo a integração produtiva na região;
- 4) Quanto às relações entre cidade média e região, verificam-se processos de desigualdade na escala intrarregional, com as cidades médias dinâmicas do Semiárido funcionando como “enclaves socioeconômicos” que não conseguem transbordar o seu dinamismo para as respectivas microrregiões de influência.

## **1.2 Aspectos metodológicos**

A pesquisa conta com quatro vertentes de análise, que se complementam:

- A primeira vertente é a compreensão, a partir de um olhar ampliado, do processo de delineamento da rede de cidades na escala nacional, a partir de uma abordagem histórica (do fim do século XIX até o ano de 2016);
- A segunda vertente é a compreensão dos mesmos processos citados na vertente anterior, só que numa escala mais específica, que é o objeto da tese - o Semiárido brasileiro;
- A terceira vertente aprofunda a compreensão dos processos em curso referentes ao delineamento da rede de cidades, a partir da análise de dez microrregiões do Semiárido na atualidade, que são polarizadas por cidades médias dinâmicas;
- A quarta vertente analisa a relação entre cidades médias e integração produtiva na fase neodesenvolvimentista considerando as dez microrregiões selecionadas.

A pesquisa foi realizada a partir de cinco etapas principais.

A *primeira etapa* refere-se ao aprofundamento da discussão dos pressupostos teóricos, que vão de uma abordagem mais ampla até atingir o foco do estudo. Partindo desses pressupostos, foram definidas dimensões analíticas que orientam a seleção e formatação de índices e indicadores utilizados na análise aplicada de microrregiões. Nesse sentido, são aprofundados os seguintes temas:

- A compreensão do processo de desenvolvimento;
- A compreensão das teorias sobre região e desenvolvimento regional;
- A compreensão das teorias sobre redes de cidades e sua evolução;
- A compreensão das relações entre a cidade e a região e o papel das cidades médias.

A *segunda etapa* permitiu compreender as relações entre políticas regionais de diferentes tendências e o processo de delineamento da rede de cidades na escala nacional, a partir de uma abordagem histórica (de 1880 a 2016). Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica periodizada em quatro fases distintas<sup>11</sup>: (i) a primeira delas remontando ao início do processo de industrialização do Brasil (no ano de 1880) até o final da década de 1940, quando se evidenciaram as desigualdades regionais; (ii) a segunda, entre décadas de 1950 a 1970, período de implantação da primeira geração de políticas regionais, na fase conhecida como desenvolvimentista, com a adoção de políticas exógenas explícitas (“*top-down*”); (iii) a terceira, compreendendo as décadas de 1980 e 1990, marcadas pela crise do planejamento e sua posterior retomada em bases neoliberais, quando também passou-se a identificar os efeitos descentralizadores da Constituição Federal de 1988, na perspectiva da segunda geração de políticas regionais em bases endógenas (“*bottom-up*”); e (iv) a quarta fase, a partir dos anos 2000 até 2016, em meio ao ideário da terceira geração de políticas regionais com estratégias mescladas (“*top-down e bottom-up*”), numa fase conhecida como neodesenvolvimentista. Esta etapa serviu para entender o processo de constituição da rede de cidades no Brasil, respondendo à primeira questão de pesquisa e atendendo ao primeiro objetivo específico enunciado.

Na *terceira etapa* discorreu-se, a partir de pesquisa bibliográfica, sobre as relações entre políticas regionais de diferentes tendências e o delineamento da rede de cidades do Semiárido. Nessa escala foi adotada a mesma periodização da escala Brasil, mas com “marcos” diferenciados para essa região. A (i) primeira fase remontando ao “surto” da produção algodoeira na região (em 1880) até o final da década de 1940, com as soluções hidráulicas; a (ii) segunda, compreendendo as décadas de 1950 a 1970, com a implantação dos projetos de irrigação e infraestrutura, característicos da implantação das políticas exógenas explícitas (“*top-down*”) da fase desenvolvimentista; a (iii) terceira, compreendendo as décadas de 1980 e 1990, marcadas, no Semiárido, pela articulação da base local, com base em

---

<sup>11</sup> É preciso ressaltar que a periodização tem caráter flexível e não estanque, e é utilizada como base para a organização das informações e das análises.



estímulos ao desenvolvimento regional endógeno (“*bottom-up*”), ainda que em meio à disseminação das políticas neoliberais. Finalmente, a (iv) quarta fase, a partir dos anos 2000 até 2016, com estratégias mescladas (“*top-down e bottom-up*”), peculiares ao ciclo neodesenvolvimentista, caracterizado pela proliferação de “ilhas” de dinamismo e formação de um novo mercado de consumo. Esta etapa responde à segunda questão de pesquisa, atendendo ao segundo objetivo específico.

A *quarta etapa* refere-se, num primeiro momento, à seleção de dez microrregiões do Semiárido que representam situações concretas de dinamização econômica, em função da existência de cidades médias, que apresentaram os maiores indicadores regionais de Produto Interno Bruto (PIB) na fase neodesenvolvimentista, com base em dados de 2011. Esta dinamização está atrelada às ações governamentais (seja por meio dos investimentos em infraestrutura, por meio de ações sociais de transferência de renda ou da desconcentração do investimento educacional e tecnológico etc.) e também às dinâmicas emergentes do capital em função da globalização, da reestruturação produtiva e da economia do conhecimento. As cidades médias selecionadas são: Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Vitória da Conquista (BA), Caruaru (PE), Petrolina (PE), Sobral (CE), Paulo Afonso (BA), Juazeiro do Norte (CE) e Arapiraca (AL). A partir da eleição das cidades médias, foram identificadas suas microrregiões de influência, segundo a caracterização do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Selecionadas as microrregiões de influência, foram analisados os processos estruturadores das respectivas redes de cidades, influenciados por políticas estatais nas diferentes fases, a partir de pesquisa bibliográfica. Esta etapa constitui a resposta da terceira questão de pesquisa, em atendimento ao terceiro objetivo específico enunciado.

Na *quinta etapa* foram realizadas análises aplicadas à fase neodesenvolvimentista, que permitiram buscar relações entre cidades médias e integração produtiva no conjunto das dez microrregiões dinâmicas. A pesquisa aplicada envolveu a elaboração de um modelo voltado para orientar as análises do conjunto das microrregiões. Partindo da discussão contida na Fundamentação Teórica (Capítulo 2), pôde-se chegar a dimensões para cada um dos temas apresentados naquele referencial. Essas dimensões nortearam a definição de variáveis utilizadas. Com as variáveis definidas, pôde-se selecionar e construir os indicadores e índices correspondentes. O Capítulo 3 – Bases Analíticas detalha o método de análise da pesquisa aplicada e apresenta os Quadros 3.5 a 3.8, que definem as dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos dessa pesquisa. Essa análise foi realizada com indicadores extraídos do Observatório de Desenvolvimento Regional desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional, complementados por fontes diversas. Foram definidas oito dimensões e 47 indicadores e sua trajetória evolutiva foi expressa a partir das taxas básicas de crescimento dos valores absolutos, considerados dois períodos distintos (Ano 1 e Ano 2). Esta etapa

constitui a resposta da quarta questão de pesquisa, em atendimento ao quarto objetivo específico enunciado.

O Capítulo 2, que segue, apresenta a Fundamentação Teórica da presente tese, onde são abordados os temas que servirão de referência para a discussão da dinâmica nacional e, em particular, orientarão as análises concernentes às microrregiões do Semiárido. Nesse sentido, serão tratados os temas desenvolvimento, a partir de uma abordagem econômica; as teorias sobre região e desenvolvimento regional, com ênfase numa abordagem geográfica; a compreensão das teorias sobre redes de cidades e sua evolução, a partir de uma abordagem que leva em conta não apenas a tipologia das redes, mais seu significado e vinculação à divisão territorial do trabalho; a compreensão das relações entre a cidade e a região e o papel das cidades médias, considerando o papel das dinâmicas emergentes do capital. O Capítulo 3 apresenta as Bases Analíticas sobre as quais as análises específicas se apoiam, onde esses temas serão retomados e a partir dos quais são construídas as dimensões analíticas. O Capítulo 4 apresenta o processo de delineamento da rede de cidades na escala nacional, enquanto resultado diretamente associado a políticas públicas de diferentes estratégias. O Capítulo 5 apresenta o processo de delineamento da rede de cidades do Semiárido. O Capítulo 6 aprofunda esse conhecimento com a análise do processo de delineamento de redes de cidades em escala microrregional. O Capítulo 7 parte de uma pesquisa aplicada a microrregiões dinâmicas e analisa a relação entre cidades médias e integração produtiva no Semiárido na fase neodesenvolvimentista. Por último, têm-se as Considerações Finais, as Referências Bibliográficas e o Apêndice da presente tese.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Delimitação do capítulo

Neste capítulo são discutidos os temas norteadores da tese a partir de um embasamento teórico-conceitual sobre: (i) Desenvolvimento, (ii) Região e desenvolvimento regional, (iii) Rede de cidades e (iv) Relações entre cidade média e região. Os temas seguem um aprofundamento progressivo até chegar ao foco do estudo. Eles orientam as discussões desenvolvidas nos capítulos de análise e, ainda, a seleção de dimensões que embasaram a análise aplicada a microrregiões dinâmicas do Semiárido, realizada a partir da elaboração de um modelo com base na evolução de índices e indicadores.

O primeiro tema refere-se à problemática do Desenvolvimento. Considerando as alterações significativas provocadas pela Revolução Industrial nos processos produtivos mundiais e, por conseguinte, nas reflexões teóricas oriundas desse processo, esse estudo resgata o pensamento econômico original a partir do salto industrial europeu para tratar do tema. Não é propósito da tese, porém, fazer uma extensa digressão sobre as teorias, modelos matemáticos ou fórmulas econométricas. A reflexão aqui ensejada é a de discutir o desenvolvimento enquanto conceito histórico, relacional e enquanto processo vinculado ao ciclo do capital produtivo. Para fins desse estudo, considera-se que os conceitos e variáveis adotados por diferentes teóricos estão longe de ser excluídos ou ultrapassados. Eles se complementam na compreensão do processo de desenvolvimento do Semiárido, pois clarificam as bases em que esse processo vem se dando e como elas definem a rede de cidades e as relações cidade - região atuais.

O segundo tema diz respeito ao Desenvolvimento regional e ao conceito de Região. Com o fortalecimento da vinculação entre a Geografia e a Economia na segunda metade do século XX, o olhar espacial sobre o capital ficou mais evidente em diversos artigos acadêmicos. Essa vinculação está presente em algumas correntes teóricas, como na Geografia Econômica, na Geografia Regional, na Economia Regional, na Análise Espacial e na Geografia Crítica. Embora cada uma apresente suas particularidades conceituais e metodológicas, todas tratam de analisar como, no espaço, o capital se movimenta e se articula. Em outras palavras, como afirma o geógrafo Manoel Correa de Andrade, “com a Economia [...] as relações da Geografia são as mais íntimas, uma vez que são razões econômicas que determinam as transformações do espaço” (ANDRADE, 1989, p. 23). Argumenta-se que o conceito de região evoluiu de forma concomitante aos modelos teóricos do desenvolvimento regional, como os ligados aos efeitos da localização, da polarização e da aglomeração exercidos pelas estruturas e atividades produtivas, assim como os da endogeneização do desenvolvimento. No Brasil, as ideias que estão por trás dessas teorias definiram estratégias estatais diferentes de desenvolvimento regional, consubstanciadas nas fases desenvolvimentista, com as políticas “*top down*”, neoliberal, com as

políticas “*bottom-up*” e neodesenvolvimentista, com as políticas de tendências mescladas (“*top down e bottom-up*”).

O terceiro tema refere-se ao conceito de Rede de cidades e suas interfaces com a hierarquia das cidades e com o policentrismo. Consonantes com o princípio da geografia de fixos, fluxos e redes, as teorias sobre rede de cidades se desenvolveram a partir da primeira metade do século XX. A partir de 1955 verifica-se uma grande difusão dos estudos, não somente no âmbito da geografia teórico-quantitativa, mas também com Pierre George, no bojo da geografia econômica derivada da escola possibilista (CORRÊA, 1994, p. 9). No Brasil, é a partir de então que se iniciam os estudos sobre as redes de cidades, em função da urbanização acelerada no pós-guerra, assim como da intensificação da divisão internacional do trabalho. Em regiões com menor dinamismo, essa rede de cidades expressa o rebatimento das diferentes ações de desenvolvimento regional no território e reforça, ao mesmo tempo, processos acumulativos de capital.

Por fim, o quarto tema enfoca as complexas Relações entre cidade média e região num contexto marcado pela globalização, pela reestruturação produtiva e pela economia do conhecimento, assim como pelo adensamento do chamado espaço de fluxos, de que trata Castells (2000). Essas relações podem ao mesmo tempo propiciar ou reprimir processos de desenvolvimento regional e esta afirmativa é premissa para o desenvolvimento de teorias de inúmeros pesquisadores, como Jacobs (1969), Corrêa (1994), Fernandes (2009) e Sposito (2010). O pensamento comum em todos eles é que a cidade detém uma força econômica tão expressiva, que é capaz de sustentar material e ideologicamente o desenvolvimento da região sobre a qual exerce influência. Por outro lado, essa sustentação pode se desenhar sobre relações de dependência da área de influência em relação à cidade, com repressão de processos de integração produtiva e regional, principalmente em regiões heterogêneas, onde frentes de dinamismo convivem com persistências estruturais de entraves ao desenvolvimento. Nesse sentido emergem conceitos como o de cidades médias, cujos papéis nos dias atuais vão além dos de intermediação de relações entre cidades de distintos níveis na hierarquia urbana.

## **2.2 O desenvolvimento econômico sob a égide do capitalismo e da desigualdade**

Até os dias de hoje não se fala sobre desenvolvimento em uníssono. Enquanto objeto teórico, o conceito envolve variáveis diversas e é permeado por interpretações, que, ora avançaram, ora sofreram retrocessos no tempo. Sob a perspectiva econômica, entretanto, é consenso entre os analistas que, ao longo da história, as teorias e modelos construídos se debruçaram sobre as transformações no sistema econômico dominante e nos modos de produção no mundo. Isso porque, até a Segunda Guerra Mundial, a lógica que imperava no modo de vida ocidental era essencialmente focalizada nas possibilidades de acumulação do capital que a Revolução Industrial proporcionava. Por isso o termo desenvolvimento

foi, durante séculos, equiparado ao de crescimento ou progresso pelos teóricos clássicos e neoclássicos - à exceção de Marx<sup>12</sup>, todos formados nos centros dominantes europeus e, por esse motivo, influenciados diretamente pela ebulição ideológica provocada por essa Revolução.

Apenas em meados do século XX é que toma corpo uma teoria que analisa alguns efeitos excludentes do capitalismo, a chamada Teoria do desenvolvimento, abrindo espaço para a produção intelectual da América Latina. Essa teoria consolidou-se a partir da produção de autores como Celso Furtado, que estudou o subdesenvolvimento com ênfase no Nordeste Brasileiro. No campo teórico da Geografia, autores como Neil Smith (1988), Jane Jacobs (2001) e David Harvey (in: SMITH, 1988) abordam, a partir da perspectiva marxista, a problemática do desenvolvimento enquanto processo relacional, com a teoria do Desenvolvimento geográfico desigual. Mais recentemente, um novo paradigma marca a produção científica sobre desenvolvimento com a chamada Economia do conhecimento ou do aprendizado, que vem se consolidando no mundo a partir da reestruturação produtiva vivenciada após a década de 1970 e mobilizando autores das mais diversas correntes de pensamento. Nos dias atuais, emerge uma nova corrente da economia, a chamada Economia colaborativa, cujo expoente é o norte-americano Jeremy Rifkin, que aposta na superação do capitalismo com a flexibilização da propriedade privada, dando lugar a um processo de desenvolvimento baseado na conexão e compartilhamento de bens comuns entre as pessoas, de acordo com a obra “Sociedade com custo marginal zero”, de 2015.

Entretanto, nos países em desenvolvimento, o capitalismo está bem vivo e continua a produzir efeitos perversos. Não se pode, portanto, tratar do tema desenvolvimento sem compreender as nuances desse complexo sistema. É um sistema imperfeito, instável, sujeito a diversas crises e gerador de desigualdades. Tem como virtude, entretanto, a possibilidade de, com agilidade, propiciar avanços nas capacidades e oportunidades humanas a partir do progresso técnico. Pode ser caracterizado, segundo Hunt et al. (2013, p. 29), por quatro conjuntos de arranjos institucionais e comportamentais: (i) a produção de mercadorias, que é orientada para o mercado; (ii) a propriedade privada dos meios de produção; (iii) uma classe de população que vende sua força de trabalho no mercado; e, (iv), um comportamento individualista, aquisitivo e maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema. Apresentando-se em diferentes graus de maturidade, o capitalismo consolidou-se na maior parte do mundo, o que permite afirmar, em sua essência, a existência de diversas contradições. A principal delas é manifestada pela desigualdade, que se expressa em diferentes escalas e distintas dimensões, sejam elas econômica, social ou regional. Sendo influenciados pelo sistema econômico dominante e pelas alterações nos modos de produção mundiais, os teóricos do desenvolvimento apresentaram, ao longo

---

<sup>12</sup> Marx (1996 [1867]) inclui nessa abordagem os efeitos da acumulação do capital na sociedade, assim como analisa o processo de distribuição do capital e sua relação com o trabalhador industrial.

do tempo, diversas linhas de pensamento que ora fortaleceram, ora puseram em xeque a eficiência do sistema, em função do seu efeito concentrador.

No fim do século XVIII, a maior parte das teorias clássicas do crescimento desconhecia esse efeito e mostrou-se avessa à afirmativa de que o capitalismo seria um sistema imperfeito. A partir da publicação da obra “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações”, de 1776, o liberal Adam Smith disseminou a ideia que o mercado capitalista seria eficiente, autorregulado e garantiria o pleno emprego de toda uma sociedade, gerando um círculo virtuoso progressivo, uma vez iniciado o processo de crescimento (SMITH, 2008 [1776]). Esse otimismo de Smith pôde ser explicado pelo contexto histórico no qual se inseriu. O entusiasmo verificado deveu-se ao acompanhamento da mudança do padrão de produção mercantilista pelo industrial. A Revolução Industrial ainda estava no início, mas Smith já anteviu seu alcance na Europa, o que permitiu tecer as considerações sobre a necessidade de instituição de um padrão eficiente de produção, em função de sua relação diretamente proporcional com a divisão do trabalho e o conseqüente aumento da produtividade (HUNT et al., 2013, p. 79-82).

Segundo a Teoria do bem-estar econômico de Smith (2008 [1776]), o processo de crescimento em seu estágio mais avançado atingiria uma condição de equilíbrio tal que dispensaria qualquer intervenção do Estado, correspondendo ao capitalismo *laissez-faire*. A criticada tese do *laissez-faire* estaria alicerçada, portanto, num conhecido princípio desenvolvido por ele, o da “mão invisível”. Em uma abordagem sintética, o princípio da mão invisível corresponderia a uma condição de equilíbrio perfeita entre as leis de mercado: de um lado, a oferta; de outro, a demanda.

Seguindo esse princípio em toda a sua obra, o conceito de crescimento econômico desenvolvido por Adam Smith estaria atrelado, portanto, a apenas três variáveis: a primeira seria uma poderosa divisão do trabalho; a segunda, uma robusta renda nacional, e a terceira, por uma sincronia perfeita entre os fatores de produção: trabalho, terra e capital. Nessa perspectiva, a divisão do trabalho é que daria origem a toda acumulação do capital e permitiria o reinvestimento capitalista. A propriedade da terra ou de outros meios de produção, por sua vez, seria a manifestação principal dessa acumulação concentrada e, em termos espaciais, o lócus de afirmação do capitalismo seria a cidade, pois nela a sociedade alimentaria a sua necessidade de acumular riquezas.

Muito embora reconhecendo a importância da acumulação de capital e da divisão de trabalho para o crescimento econômico, a visão idealizada do capitalismo de Adam Smith foi parcial e restritiva. De fato, pensar desenvolvimento apenas sob a ótica da acumulação capitalista limita o alcance do conceito e embute nele a ideia intrínseca da diferenciação e da concentração numa vertente que se atém à competitividade. Nesse sentido, a teoria de Smith foi facilmente confrontada por Karl Marx, a partir das análises das relações que se dão no âmbito do sistema. Num contexto onde a Revolução Industrial

começava a dar indícios de alguns efeitos mais excludentes, com jornadas de trabalho extensas de operários, acarretando no surgimento e disseminação de sindicatos; cidades industriais suburbanas, com altos níveis de poluição, principalmente as europeias, Karl Marx publicou “O capital” em 1867 e pôs em xeque todo o deslumbramento com o capitalismo perfeito.

Para Marx (1996 [1867]), mais justo pareceria o sistema capitalista se nele o valor de “uso” das mercadorias fosse superior ao valor de “troca”. Porém não é assim que o sistema funciona. Segundo o autor, o modo de produção capitalista, ao se nutrir da acumulação de capital e alimentar a competitividade, alicerça-se numa produção generalizada de mercadorias voltada para um tipo de consumo, que é, de partida, alienante. Com essa percepção à frente de seu tempo, Marx veio lançar bases das teorias heterodoxas mais recentes: analisar as relações de produção, a liberdade do ser humano e a prática consciente em detrimento da alienação num processo dominado pelo capital. Em outras palavras, observa-se que no século XIX Marx já tratava de outra vertente do desenvolvimento que vai além da competitividade. Ele tratou da equidade em sua teoria, levantando claramente a preocupação sobre quem é afetado pelo crescimento e a partir de quais relações.

Em termos específicos, ao tratar das relações de produção entre capitalistas e operários, Marx discute, ainda que implicitamente, o tema da desigualdade em toda a sua obra. Sua teoria afirma que todo o processo de acumulação do capital é concentrador: num polo, concentra-se a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto, no polo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras. Esse é o princípio da desigualdade, que Marx traduz como efeito direto do sistema. De fato, como observado nas leituras de Marx, verifica-se que os temas desigualdade e desenvolvimento são associados, enquanto faces opostas de uma mesma moeda. A desigualdade é o resultado antagônico do processo de desenvolvimento. E a grande contradição do sistema reside aí: num sistema econômico capitalista não se pode almejar que o processo de desenvolvimento, por si mesmo, favoreça a desigualdade “nula” ou a completa igualdade. Por isso muitos teóricos do desenvolvimento são simpáticos à tese de que o jogo de forças do mercado capitalista é essencialmente de “soma zero”<sup>13</sup>, ou seja, ele tende naturalmente a gerar desigualdades. Isso leva a afirmar que a vertente “equidade” no processo de desenvolvimento capitalista seria sempre afetada pelo crescimento da vertente da “competitividade”.

Mas não só isso: dadas as tendências do sistema à desigualdade, há a necessidade da intervenção do Estado na economia, com fins de estímulo da competitividade em regiões onde predomina o pouco dinamismo, mas também de promoção da equidade em regiões onde predomina a desigualdade. Esta assertiva tem como referência não apenas a abordagem marxista, mas também a keynesiana, que

---

<sup>13</sup> Segundo a teoria dos jogos, num jogo de soma zero, para um jogador ganhar, o outro necessariamente tem que perder.

legitimou a intervenção do Estado no momento em que o mundo ocidental começou a questionar o capitalismo a partir de seus efeitos concentradores diretos. E isso se deu no começo do século XX.

Com crise de 1929 nos Estados Unidos o mito do mercado auto ajustável caiu por terra, sendo necessária uma teoria que desse conta da própria sobrevivência do sistema (HUNT et al., 2013, p. 558). No esforço de entender as depressões que a instabilidade do capitalismo gerava, surgiu John Maynard Keynes e sua obra “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, publicada em 1936. Keynes se destacou nesse período por mostrar que o sistema capitalista é intrinsecamente instável: a “mão invisível”, ao contrário do que ainda seria sustentado por teóricos de inclinação mais ortodoxa, não produzia a harmonia apregoada entre o interesse dos agentes econômicos e o bem-estar global. Segundo Adroaldo Moura da Silva, no prefácio de Keynes (1996 [1936], p. 15), “[...] estava assim legitimada a ação do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista”.

Dessa forma, influenciada pela abordagem keynesiana e corroborando a tendência natural de “salvamento” do sistema, a ação do Estado consolidou-se e foi predominante no mundo ocidental, principalmente no período entre o pós-guerra e a década de 1970, muito embora firmada em bases fordistas. Essa ação foi além da intervenção na macroeconomia, ela se deu em diferentes áreas: nos Estados Unidos, por exemplo, o peso da intervenção pública se ligou às áreas de estratégia e defesa, em contraponto à equivocada disseminação da ideia de que esse país fosse adepto da “minimalização” do Estado. No Brasil, a perspectiva keynesiana respaldou com vigor as políticas de desenvolvimento regional de caráter exógeno, ou em outros termos, de “cima para baixo” ou “*top down*”, a partir das quais, em territórios selecionados, predominou a presença do Estado no estímulo à produção diferenciada. E para obter esse grau de diferenciação, o Estado apostou na variável tecnológica como componente do desenvolvimento. A partir dessa percepção, a inovação assumiu novo patamar nas políticas públicas.

Observa-se então que a tecnologia surgiu como mais um vetor de competitividade no contexto do desenvolvimento. E seu estudo específico ganhou novo *status* com Schumpeter (1985). Ele consolidou o pensamento de que a dinâmica capitalista geraria instabilidade e descontinuidade a cada mudança estrutural e definiu a tecnologia como motor endógeno dessa mudança. Pela primeira vez, dentre as teorias existentes até então, o avanço tecnológico apareceu como um processo deliberado do sistema, como uma condicionante intrínseca e não como um dado exógeno e constante de um modelo matemático.

Schumpeter (1985) incorporou à sua análise a ideia de “destruição criadora”, uma vez que as mudanças estruturais no sistema capitalista promovidas pela tecnologia e inovações seriam responsáveis pela desorganização e subsequente reorganização dos modos de produção a cada ciclo.



Dessa forma, para o autor, o desenvolvimento seria formado por ciclos em contínuo processo de renovação, impulsionados por empreendimentos inovadores e pelos empreendedores individuais, que destruiriam modos de produção considerados inadequados, ao mesmo tempo em que recriariam outros mais aderentes às demandas da sociedade, com base em novos conhecimentos tecnológicos. O autor também trouxe à tona a noção de que a competitividade promovida pela tecnologia e inovação não seria, em regra, propulsora de equidade. Processos de “enclavismos” bastante comuns em regiões marcadas pelo subdesenvolvimento poderiam ser delineados a partir do salto inovador de territórios, acarretando, em outros, a perpetuação das condições de dependência. Essa preocupação de Schumpeter veio evidenciar um outro tema amplamente discutido em meados do século XX, por meio da Teoria do Desenvolvimento, que é a condição relacional do desenvolvimento.

Em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, houve alterações significativas nas estruturas que mantinham o poder sobre sistemas coloniais em diversas partes do mundo. Os países emancipados reivindicavam inserção na dinâmica econômica mundial. Neste período, pensadores de distintas ciências, tanto da Europa como da América, dedicaram-se a estudar o desenvolvimento, não mais com o enfoque restrito do crescimento ou progresso, mas como uma nova teoria destinada a transformar as estruturas produtivas dos países ditos como mais “atrasados”. Para além de uma teoria acadêmica, a Economia do desenvolvimento pautou instituições governamentais na construção de estratégias voltadas para a alteração do padrão de acumulação dessas nações.

A compreensão do desenvolvimento como processo relacional foi resultado, sobretudo, do amadurecimento teórico dessa escola. Para ela, o desenvolvimento em uma parte do mundo capitalista acarretaria, necessariamente, subdesenvolvimento em outra. E isso se daria em várias escalas. De acordo com Harvey, prefaciando Smith (1988, p.22), o padrão que resultaria na paisagem é bem conhecido: “desenvolvimento de um lado e subdesenvolvimento de outro. Isto ocorre em várias escalas espaciais. A teoria da dependência, a teoria centro-periferia [...] capturam todas alguma coisa deste processo”.

Surgiu então a problemática do subdesenvolvimento. Suas características, causas e estratégias de superação passaram a ser estudadas por autores como Nurkse, Myrdal, Lewis e Furtado. Apesar das trajetórias intelectuais distintas, em todos eles o princípio da formação e acumulação do capital seriam os pressupostos para o desenvolvimento, e a via que proporcionaria maior celeridade a esse processo seria o progresso industrial.

Uma grande contribuição de Nurkse (1957) a essa teoria foi o detalhamento do círculo vicioso, mas não insuperável, da estagnação econômica. Esse círculo vicioso é a ideia que existe por trás da sua famosa frase: “um país é pobre porque é pobre”. Ou seja, para o autor, o subdesenvolvimento teria uma tendência natural a se perpetuar. Entretanto, a ruptura do processo de estagnação seria, sim, possível e

Nurkse bebeu da teoria de Schumpeter (1985) para mostrar que forças de rupturas poderiam mudar o rumo do desenvolvimento nesses países atrasados. Nesse sentido, caberia pensar o Estado como ente corretor dessas distorções, segundo a abordagem keynesiana.

Myrdal (1960) foi mais específico e tratou o problema crescente da desigualdade, não somente entre os países no mundo, mas também entre as regiões dos países menos desenvolvidos. Sua grande contribuição diz respeito ao princípio da causação circular e cumulativa para explicar a permanência de muitos países em estado de subdesenvolvimento. Segundo o autor:

“O conceito envolve, naturalmente, uma constelação circular de forças, que tende a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza. Não é difícil encontrar exemplos típicos dessas constelações circulares. Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truística: um país é pobre porque é pobre” (MYRDAL, 1960, p. 27).

Ao considerar que o livre jogo das forças de mercado seria altamente excludente, Myrdal (1960) afirmou que seria possível atingir a estabilidade com mudanças políticas estatais planejadas, que ampliassem a produtividade em locais marcados por uma economia de subsistência. E em meio a essa concepção e corroborando essa assertiva, veio à tona o pensamento de Celso Furtado, expoente da teoria do desenvolvimento, que adotou a abordagem estruturalista-histórico-dualista para explicar, então, o subdesenvolvimento no Brasil.

Para Furtado (2013, p. 84) o termo desenvolvimento é amplamente complexo. Ele poderia ser abordado a partir de três critérios: o do incremento da eficiência do sistema produtivo; o da satisfação das necessidades básicas de uma população; e o da consecução de objetivos de distintos grupos sociais e que competem na utilização de recursos escassos. Para o autor, a eficiência do sistema produtivo seria obtida a partir do progresso técnico; o atendimento às necessidades básicas, por meio do acesso a serviços como educação, saúde, moradia; mas o terceiro critério, que trata da consecução de objetivos de um grupo social, é complexo e impreciso, pois estaria vinculado aos valores de uma sociedade.

Dessa forma, Furtado dá um passo além dos demais autores ao remeter o processo de desenvolvimento não apenas à industrialização como via de competitividade, mas busca romper com persistências históricas de manutenção da desigualdade, apostando na intervenção estatal em frentes de promoção da equidade. A ação estatal deveria se dar com mudanças estruturais no ordenamento fundiário, na formação de um mercado de consumo e na organização da sociedade. Para Furtado, a exclusão de grandes segmentos da população da atividade política seria um traço do subdesenvolvimento, assim como a pobreza em massa, a inabilitação de acesso à terra e à moradia, bem como a inabilitação profissional.

Chama a atenção na teoria de Furtado a noção de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa precedente do desenvolvimento. Para ele o subdesenvolvimento tem raízes específicas, é resultado de processos autônomos (FURTADO, 2009, p. 161). Dessa forma, observa-se a partir da leitura de Furtado que uma estrutura capitalista, ao penetrar numa estrutura colonialista e arcaica, não necessariamente vem promover desenvolvimento. Há, nos termos do autor, a “falta de integração dos lucros recebidos pela organização capitalista à economia local”. Essa desintegração poderia ser novamente definida como “enclavismo”.

Na ciência geográfica, um enclave pode ser definido como um território que apresenta suas próprias especificidades políticas, sociais, econômicas e culturais, cujas fronteiras estão contidas inteiramente em outro território. Na ciência econômica, a definição é similar: um enclave pode ser caracterizado como uma unidade produtiva caracterizada pela ausência de intercâmbio entre sua atividade principal e outros setores econômicos da região na qual se insere. Dessa forma, assume-se o pressuposto nesse estudo que uma região que tem seu dinamismo atrelado a um enclave econômico não pode ser considerada desenvolvida, visto que essa atividade não promove ganhos regionais advindos do transbordamento do dinamismo ou do encadeamento produtivo, ainda que ela apresente altos ganhos de produtividade.

Tudo o que Furtado (1959) escreveu em relação ao subdesenvolvimento no final dos anos 1950 fez bastante sentido considerando o momento histórico que o mundo atravessa. Isso se prolongou na reestruturação produtiva, com a passagem de um sistema racional fordista constituído a partir da Revolução Industrial para o de acumulação flexível, como nos mostra Harvey (2014), e na globalização, ainda que no Brasil esses processos só fossem percebidos mais tardiamente<sup>14</sup>. Para Furtado (2013), a globalização representaria a ampliação do fosso que separaria os países centrais dos periféricos, e caberia aos países periféricos apostar nas suas particularidades como diferenciais para fugir dos percalços gerados por esse processo.

Essa noção de Furtado (2013) sobre o potencial da diversidade regional em tempos de globalização coaduna-se com um paradigma emergente sobre desenvolvimento. É a chamada Economia do conhecimento, que se fortaleceu no mundo ocidental a partir dos efeitos territoriais advindos dos processos de reestruturação produtiva.

No cenário mundial, a globalização, a divisão internacional do trabalho, a expansão das tecnologias de comunicação e a reestruturação produtiva passaram a representar, a partir de 1970, um confronto direto com o “fordismo e sua rigidez”, nos termos de Harvey (2014, p. 140). Segundo o autor, a chamada “acumulação flexível” se alicerçou na flexibilidade das relações de trabalho, que

---

<sup>14</sup> A esse respeito, cabe considerar as análises sobre fordismo periférico em CIDADE et al. (2008).

passaram a incorporar novas formas de contratação, como terceirizações, cooperativismo, assim como novos processos, padrões de consumo e taxas altamente qualificadas de inovação tecnológica, comercial e organizacional.

Com a reestruturação produtiva, o conhecimento passou a ser peça-chave no processo produtivo e no desenvolvimento. “O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva” (HARVEY, 2014, p. 151). Segundo Harvey, num mundo de rápidas mudanças de processos padronizados pelo fordismo para padrões mais flexíveis, a mais nova técnica, produto ou descoberta representaria importante uma vantagem competitiva. Nesse contexto, multiplicaram-se os trabalhos de natureza intelectual, assim como surgiram e se aprofundaram as teorias voltadas para a economia do conhecimento.

Sicsú e Bolaño (2006) afirmam que o elemento chave dessa nova dinâmica econômica não seria simplesmente a informação, ou o conhecimento codificado, passível de ser transmitido independentemente do trabalhador que o produziu, mas sim o conhecimento tácito, que não se separaria do sujeito e que dependeria de um complexo processo de aprendizagem. Essa mobilização do conhecimento tácito, segundo os autores, exigiria um mecanismo contínuo de “troca” entre os trabalhadores intelectuais e entre eles e os trabalhadores operacionais, favorecendo, portanto, uma concentração espacial dos recursos humanos capazes de interagir. As redes formais ou informais, nesse processo, assumiriam função primordial, pois seriam o canal de articulação desse conhecimento.

Esse seria o processo de instauração da chamada Economia do conhecimento e um princípio diretamente associado a ela seria a “apropriabilidade” do conhecimento, mais do que o “acesso à informação”. O conhecimento apropriado regionalmente permitiria uma produção e disseminação autônoma da tecnologia. Nesse sentido, Possas (1998) complementa:

“O conhecimento tende a se concentrar localmente... A importância de formas coletivas de aprendizado e pesquisa e a cumulatividade existente nesse processo tendem a criar especializações locais, seja no âmbito de uma instituição geradora de conhecimento (escolas, institutos de pesquisa, mas também firmas, hospitais e outras organizações), seja no da sociedade em que está inserida. Boa parte desse conhecimento jamais chega a ser codificado” (POSSAS, 1998, p. 103).

Portanto, o que Possas traz em seu argumento é que esse novo paradigma vem conferir ao território importância vital para a produção e disseminação do conhecimento, o que traz algumas oportunidades de desenvolvimento para regiões onde predomina a pobreza. Aliada à globalização, a importância do território se amplia, visto que o conhecimento tácito é dependente de atributos territoriais. O aproveitamento da diversidade e das particularidades inerentes ao território, de que tratou Furtado (2013) anteriormente, seriam os antídotos contra a exclusão promovida pela eventual tendência homogeneizante da globalização.

Mas esse processo também é carregado por ameaças constantes, visto que se ampliam as competições internas. Apenas os territórios com a presença e permanência de maior capital humano tenderiam a se beneficiar, num processo cíclico de causação circular e cumulativa, de que tratou Myrdal (1960), legando outros à exclusão. Em meio à emergência da Economia do conhecimento, mas sob a força das relações transnacionais, o processo de reprodução espacial capitalista, ao passo que transforma estruturas, ativa recursos e alarga oportunidades, tende a criar em outros lugares, em diferentes escalas, obstáculos à expansão das capacidades humanas e de sua liberdade, de que trata Sen (2010).

Sen (2010) afirma que o desenvolvimento é um conceito diretamente associado à liberdade individual. Para o autor, a liberdade é o fim prioritário desenvolvimento e, ao mesmo tempo, o meio para se chegar até ele. O desenvolvimento, então, seria a remoção de vários tipos de restrições, que relegam às pessoas pouca oportunidade de exercer sua ação racional, incluindo a cidadania e a ação social. Nesse sentido, Sen afirma que a ação individual complementa e reforça a ação social. Por isso não se pode relegar o desenvolvimento à sua vertente da competitividade. Da mesma forma, não se pode esperar que políticas de promoção da competitividade ampliem as liberdades individuais no bojo da vertente da equidade. Ambas as vertentes devem se aliar, principalmente quando esse desenvolvimento é induzido pela ação estatal num sistema dominado pela reprodução do capital.

Neil Smith (1988) também é convicto disso. Como contribuição à teoria do Desenvolvimento geográfico desigual, o autor traz a noção de que essas liberdades podem ser amplas ou restritas, em função do local de nascimento e moradia das pessoas. Em outras palavras, ele afirma:

“Em seu caráter abstrato, esta análise pode muito rapidamente se tornar obsoleta, assim que as investigações empíricas tratarem o desenvolvimento desigual não somente como um "desnível" entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas ou como um fenômeno universal, mas como o produto sistemático do desenvolvimento capitalista anterior e a premissa fundamental do futuro do capitalismo” (SMITH, 1988, p. 222).

Concordando com a assertiva de Smith, Jacobs (2001) também é categórica, ao afirmar que, se o processo de desenvolvimento está falhando em uma região, “as coisas que lhe sejam dadas ou vendidas são apenas produtos de um processo que ocorre em outro lugar. [...] Pensar que as coisas, por si mesmas, são suficientes para provocar desenvolvimento cria falsas e fúteis expectativas” (JACOBS, 2001, p. 40). Dessa forma, pensar as liberdades individuais como um alimento para a liberdade social, e especializá-las, permite que se atribua ao desenvolvimento uma nova dimensão. O olhar apurado para o espaço permite compreender, em grande medida, como se acumula, reproduz e qual a dinâmica do ciclo do capital. Que regiões são incluídas ao processo e que regiões são excluídas, onde essas capacidades e liberdades são oportunizadas ou restringidas. Por isso a necessidade de se aprofundar a discussão de desenvolvimento sob a perspectiva geográfica, o próximo tema desse referencial teórico.

### **2.3 A evolução do conceito de região e as abordagens sobre desenvolvimento regional**

No tem anterior, observou-se que o desenvolvimento é tema permeado por interpretações que ora priorizam a competitividade, ora a equidade, em meio ao ciclo de formação e reprodução do capital. Essas interpretações evidenciam, ainda, a mudança de papel do ser humano, ora força meio para se atingir o crescimento, ora finalidade do processo de desenvolvimento. Observou-se ainda que o processo de desenvolvimento tem um perfil regional, considerando que há regiões que oportunizam capacidades e liberdades humanas e outras que as restringem.

Esse reconhecimento do papel da região na vida econômica não é recente, embora tenha sido negligenciado pelo enfoque majoritariamente econômico, presente nas teorias sobre crescimento, progresso e desenvolvimento que tomaram corpo após a Revolução Industrial. A partir de um amplo retrospecto da vinculação entre a Geografia e Economia, Claval (2005, p.12)<sup>15</sup> revelou que, desde o século XVII, geógrafos e economistas já vinculavam o capital à região em suas análises. Mais tarde, no final do século XIX, Ratzel legaria à Geografia o conceito de espaço vital, demonstrando que o desenvolvimento de uma sociedade passaria pelo “equilíbrio entre a população ali residente e os recursos naturais disponíveis para as suas necessidades” (CORRÊA, 2000, p. 6).

Com o reconhecimento da vinculação entre capital e região, o conceito de região também foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Pode-se afirmar que região é um conceito culturalmente construído. Foi sofrendo adaptações a partir da própria evolução do pensamento geográfico, que se tornou disciplina acadêmica a partir de 1870. Ao longo da história do pensamento geográfico e sendo influenciado pelo contexto social, econômico e histórico, o conceito de região variou entre posições que, “ora valorizavam as diferenças, ora as generalizações” (HAESBAERT, 2010).

De acordo com Corrêa (2000), ao “determinismo” ambiental ratzeliano do fim do século XIX, associou-se o conceito de região natural, caracterizada a partir de elementos da natureza; ao “possibilismo” vidaliano do início do século XX, associou-se o conceito de região geográfica, caracterizada pela relação harmoniosa entre homem e natureza; à “nova geografia” dos anos 1960, associou-se o conceito de região funcional, revelada a partir da técnica estatística e do agrupamento de lugares por similaridades; à geografia crítica dos anos 1970, associou-se o conceito de região econômica ou política, vinculada à articulação dos modos de produção, às conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, às relações entre Estado e sociedade, ou à dimensão política e sua complexidade.

No tocante aos conceitos de região funcional e região econômica, podem-se associar os estudos de Breitbach (1988). A autora discorreu em sua tese sobre distintas formulações teóricas que

---

<sup>15</sup> A partir da leitura de Dockes, em 1969.

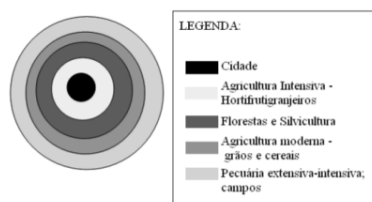
envolveriam o conceito de região e, a partir daí, formulou uma categorização a respeito. Para ela, existiriam apenas dois tipos de concepções sobre região: as ditas convencionais e as chamadas concepções avançadas. Segundo Breitbach, as concepções convencionais seriam caracterizadas pela abstração. Nelas a região adquiriria um papel de “artifício” analítico. Em geral, essas concepções defendem a neutralidade do espaço regional, considerando-o um recorte homogêneo, como um receptáculo sobre o qual pairariam análises locais. Segundo a autora, elas excluem “todo o sistema social que está na origem da formação regional e, com isso, formulam leis universais, sem levar em conta o condicionamento histórico do objeto que pretende estudar”. A estas concepções pode se associar o conceito de região funcional. Por outro lado, as concepções avançadas, segundo Breitbach, têm como pressuposto a inexistência de um espaço neutro, mas influenciado e influenciando diretamente um dado sistema social e sendo historicamente determinado. É a afirmação da região como realidade empírica. A estas concepções pode se associar o conceito de região econômica.

É interessante observar que as concepções convencionais sobre região foram formuladas de modo concomitante com o período de disseminação dos modelos da localização e da polarização no âmbito das teorias de desenvolvimento regional, quando seus formuladores foram diretamente influenciados pelo modo de produção fordista. De forma recíproca, com o processo de acumulação flexível, as concepções sobre região também se modificaram, assim como a abordagem das teorias de desenvolvimento regional. Elas focalizaram mais os efeitos de aglomeração da atividade produtiva do que pura e simplesmente o efeito provocado pela localização de suas estruturas. Além delas, associadas ao conceito de região como “arte-fato” e de regiões fragmentadas, desenvolveram-se as teorias de desenvolvimento endógeno.

Até primeira metade do século XX as teorias de desenvolvimento regional concentraram o foco de sua formulação teórica nos modelos de otimização da localização da produção, seja ela voltada para a agricultura, indústria ou serviços. Em todos esses modelos foram adotadas as concepções convencionais sobre região. Dentro desse enfoque, estão os modelos da localização elaborados pela Escola Alemã de (i) von Thünen, de 1826, (ii) Weber, de 1909, (iii) Christaller, de 1933, (iv) Lösch, de 1939 e (v) North, de 1955; pelo americano (vi) Walter Isard, de 1956; e pela Escola Francesa de (vii) Perroux, de 1955, a seguir abordadas sinteticamente:

- (i) O Estado isolado de von Thünen, de 1826, surgiu num contexto dos efeitos incipientes da industrialização na Alemanha, que tardiamente se incorporou à Revolução Industrial. Nesse período a Alemanha ainda permanecia essencialmente agrária. Por meio dessa teoria, von Thünen desenvolveu o conceito de planície isotrópica, uma região neutra sobre a qual a atividade agrícola se organizaria. Ela é a base para o desenvolvimento dos atuais cinturões verdes presentes nas cidades. A Figura 2.1 apresenta o modelo da localização agrícola de von Thünen, de 1826.

**Figura 2.1 – Modelo da localização agrícola de von Thünen, de 1826**

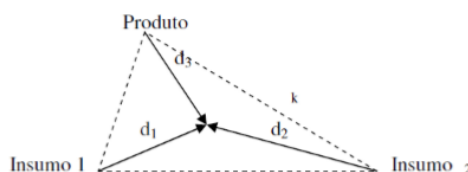


Fonte: ALVES (2011)

A Figura 2.1 mostra o Estado isolado dividido em círculos concêntricos, nos quais o centro seria o polo atrativo e de consumo dos produtos agrícolas. Estes polos estariam localizados escalonadamente de acordo com a natureza do produto a ser consumido – se perecível, estaria localizado mais proximamente ao centro consumidor.

- (ii) A localização industrial de Weber, de 1909, está fundamentada na localização espacial de uma indústria, que viria repercutir na localização de outras indústrias, a partir de critérios como a fonte da matéria-prima e a proximidade do centro consumidor numa dada região. A Figura 2.2 mostra o modelo da localização ótima industrial de Weber, de 1909.

**Figura 2.2 – Modelo da localização ótima industrial de Weber, de 1909**

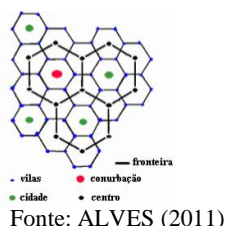


Fonte: ALVES (2011)

A Figura 2.2 revela que, idealmente, a localização ótima de uma indústria seria aquela que atenderia simultaneamente à minimização de custos com transporte de produção e de distribuição, dada a proximidade das fontes de matérias-primas e do mercado consumidor.

- (iii) As localidades centrais de Christaller, de 1933, ainda são base para estudos sobre hierarquia urbana. A teoria consiste em, numa busca por minimização de custos, distribuir de forma ótima no espaço neutro de uma região as atividades comerciais e de serviços urbanos, de modo a não onerar o consumidor com os custos de deslocamento. A Figura 2.3 apresenta o modelo da teoria dos lugares centrais de Christaller, de 1933.

**Figura 2.3 - Teoria dos lugares centrais de Christaller, de 1933**



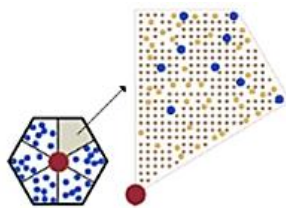
Fonte: ALVES (2011)

A Figura 2.3 mostra que o espaço urbano é elemento central no modelo de Christaller, o qual é representado pela sua hierarquia (vila, centro, cidade e conurbação); entretanto, o espaço rural é secundarizado em relação ao urbano e com baixa polarização, não sendo verificada a relação entre este espaço e o espaço das cidades.

- (iv) As áreas de mercado de Lösch, de 1939, definem uma área de mercado específica para cada empresa de um mesmo ramo, de modo que elas possam constituir o seu mercado produtor e consumidor próprio, não interferindo no mercado das demais. Com isso os custos de produção com transporte seriam reduzidos e a ampla concorrência seria garantida. A Figura 2.4 apresenta o modelo das áreas de mercado de Lösch, de 1939.



Figura 2.4 – Áreas de mercado de Lösch, de 1939



Fonte: ALVES (2011)

- (v) A base exportadora de North, de 1955, descreve o desenvolvimento regional a partir do surgimento de uma atividade de exportação, que estaria se consolidando numa região a partir de fatores locais específicos. As atividades ligadas a esse setor seriam chamadas de base exportadora, com efeitos diretos e indiretos sobre a economia local. A atividade de exportação induziria, dessa forma, o surgimento de polos de distribuição e cidades, nas quais começariam a se desenvolver atividades de processamento industrial e serviços associados ao produto de exportação. A diversificação setorial seria o resultado, então, do sucesso das atividades de base e não o resultado do esgotamento do setor primário.
- (vi) O equilíbrio geral da economia em Isard, de 1956, foi um modelo geral de minimização de custos que incorporou o território nas análises de variação de preços com insumos. Isard analisou as áreas de mercado e considerou, nessas áreas, os elementos que estariam ligados às variações nas receitas advindas da atividade produtiva.
- (vii) Os polos de crescimento de Perroux (1955) indicam que o crescimento não se distribuiria de forma homogênea no território; ele se daria em pontos ou polos que possuísem melhores condições de desenvolvimento de uma dada atividade econômica. A partir desse polo, haveria a diversificação progressiva do consumo, expandindo-se por diversas vias e com efeitos variados. Para o autor, a capacidade de polarização de uma dada atividade seria determinada pela sua indústria motriz, aquela indústria com maior capacidade de atração locacional, atraindo inclusive outras indústrias com produção subsidiária. Essa indústria, para Perroux, seria o “motor” do encadeamento produtivo “para trás” e “para frente”, de que trata Hirschman (1958). De acordo com Perroux, o crescimento dos polos dinamizados pela indústria motriz daria origem à constituição de outros polos, que com o principal estabeleceriam relações, seja de cooperação, seja de competição. Essa é a noção do chamado *cluster* econômico.

Todas essas teorias evidenciam que a preocupação com a otimização ou eficiência da localização das estruturas produtivas se deu em função do contexto de rápida expansão do capitalismo e da disseminação do modo de produção fordista no mundo ocidental. Entretanto, em regiões do Brasil onde predominam traços do subdesenvolvimento, não se pode afirmar que o fordismo foi completamente instaurado, visto que assumiu feições incompletas. Mas mesmo com essa heterogeneidade espacial em regiões do Brasil, esses modelos contribuíram não apenas para o amadurecimento das teorias sobre hierarquia urbana e polarização, como são adotados até hoje pelas políticas públicas, onde se verifica, de forma híbrida, a coexistência de padrões produtivos fordistas, de padrões típicos do fordismo incompleto periférico (CIDADE et al. , 2008) e também de padrões mais flexíveis nas suas regiões, características do subdesenvolvimento, segundo Furtado (2013).

Souza (2005) aponta que a polarização setorial e territorial aparece como uma tendência natural no crescimento das regiões, gerando concentração de renda e riqueza, e as políticas públicas, até as que se destinam ao desenvolvimento regional, têm seguido a tendência concentradora, com o propósito de maximizar os efeitos de encadeamento do crescimento das atividades motrizes. Dessa forma, na busca de ampliar efeitos benéficos da polarização apontados por Perroux (1955), as políticas públicas podem

acentuar desigualdades, em vez de atenuá-las. Por isso outras abordagens recentes sobre desenvolvimento regional e que, em última instância, acabam por influenciar os processos de planejamento estatal, passaram a considerar os efeitos da aglomeração de atividades produtivas, mais que os da polarização.

Com a crise do fordismo em meados da década de 1960 e com a reestruturação produtiva após a década de 1970, surgiram diversas críticas a respeito da utilização das teorias e dos modelos da localização e da polarização nas estratégias e políticas regionais, em função de serem considerados pouco aderentes ao novo modo de produção que se constituía, ancorado em bases mais flexíveis e fluidas. Dessa forma, críticas à convenção de se tratar a região como espaço abstrato em modelos universalizantes também se fizeram presentes. Dessa forma, foram aprofundadas as concepções avançadas sobre região e novas abordagens, para além das teorias da localização, materializaram-se. Os fatores de aglomeração das atividades econômicas passaram a ser a tônica nos estudos de desenvolvimento regional. Dentro dessa abordagem, poderiam ser destacados os estudos de (i) Hirschman (1958) e (ii) Myrdal (1960).

- (i) Os efeitos em cascata da cadeia produtiva regional de Hirschman (1958) têm como base os desequilíbrios de mercado. Segundo o autor, os desequilíbrios seriam inerentes e necessários ao desenvolvimento econômico e constituiriam, por si só, poderosas forças de propulsão desse desenvolvimento numa dada região. A teoria indica que o desequilíbrio moveria a economia, visto que a superação das fragilidades de um setor produtivo em relação a outro de maior sucesso geraria dinâmicas no processo de industrialização. Em sua teoria do desenvolvimento, o autor tratou dos efeitos “em cascata” na cadeia produtiva de uma região. É o que ele chamou de “encadeamento para trás e para frente”. Segundo o autor, os efeitos para trás (ou retrospectivos) seriam aqueles empreendimentos que, quando implantados, gerariam um dinamismo tal que induziriam a novos investimentos produtivos nos setores que fornecessem insumos; e os efeitos para frente (ou prospectivos) seriam aqueles proporcionados por um empreendimento produtivo que conseguisse direcionar sua produção como insumo em alguma atividade nova.
- (ii) Os efeitos propulsores e regressivos na economia regional de Myrdal (1960) partem do pressuposto que o jogo de forças do mercado operaria no sentido da desigualdade regional. Segundo o autor, eventualmente, as regiões possuiriam condições naturais que facilitariam o processo de acumulação do capital. Mas, em linhas gerais, seriam fatos históricos fortuitos que gerariam o poder de atração de um centro econômico. De acordo com o autor, a expansão do capital numa região produziria “efeitos regressivos” (*backwash effects*) em outras, ou seja, os movimentos de mão-de-obra, capital, bens e serviços não impediriam a tendência natural à desigualdade regional. Myrdal também argumentou que, em oposição aos “efeitos regressivos” existiriam os “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos. Estes efeitos se propagariam do interior do centro dinâmico para outras regiões, que seriam simultaneamente beneficiadas com os efeitos do progresso técnico e da expansão de mercados. Existiriam ainda efeitos centrífugos que beneficiariam comunidades mais distantes, produtoras de matérias-primas ou absorvedora de mão-de-obra. Se esses impulsos lograssem bons resultados, os centros dinâmicos tenderiam a ser autossuficientes, se seus impulsos fossem fortes o suficiente para superar os efeitos regressivos dos centros mais antigos.

Observa-se nas abordagens de Hirschman e Myrdal uma concepção mais complexa e claramente sistêmica do desenvolvimento regional, que avança em relação às teorias da localização e polarização, no sentido de considerar que a atividade econômica, mas não só ela, pode mobilizar uma série de ativos regionais, concorrendo para um efeito concentrador ou dispersor do desenvolvimento. Esse processo envolveria não apenas a produção, mas uma série de outras atividades e processos correlatos, que

gerariam no território a “efervescência” do dinamismo e a propulsão de novos fluxos de capital financeiro, produtivo e humano. Exemplos podem ser dados nesse sentido, com a atividade produtiva mobilizando outros setores como o comércio e os serviços, e gerando outros processos como a formação de um mercado de consumo, a imigração, a entrada do capital internacional, a verticalização intraurbana, dentre outros. Essa abordagem sistêmica confere ao espaço regional uma multidimensionalidade intrínseca, que lança as bases para as recentes teorias sobre o desenvolvimento endógeno.

Em tempos recentes de globalização, as abordagens sobre região tornam-se cada vez mais complexas. Após a crise dos anos 1970, a proliferação das tecnologias de informação e comunicação reduziu distâncias, ajudou a internacionalizar o capital e o trabalho, acelerou a comunicabilidade entre lugares, num fenômeno conhecido como globalização. Alterações significativas nos modos de produção, cada vez mais flexíveis e fragmentados, também passaram a ser empreendidas no mundo globalizado. Os modos de consumo, nesse contexto, passaram a ser mais acirrados. Essa atmosfera de incertezas e de hipóteses em meio a esse processo global fez com que até mesmo a permanência da região e dos processos regionalização fosse posta em xeque em tempos recentes. Para os defensores desse argumento, a globalização representaria uma imposição “homogeneizante” que dispensaria as diferenciações regionais. Entretanto, em meio à globalização, a inserção de regiões no mercado mundial passou a ser regida pela sua capacidade de se relacionar com outras regiões e nações e também pela sua capacidade de inovar utilizando aquilo que têm de único. Por isso admite-se nesse estudo que, com a globalização, a diversidade e as especificidades regionais tendem a se constituir em diferenciais que conferem ao espaço oportunidades de inserção na economia global.

Essa afirmativa é corroborada por Santos (1988, p. 13) quando discute que, quanto mais os lugares se mundializam, mais eles se tornam singulares e específicos. Isto se deve, segundo o autor, a uma especialização desenfreada dos elementos do espaço, a uma dissociação dos processos necessários a uma maior acumulação de capital que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e de alta complexidade, onde cada lugar é distinto do outro, mas, ao mesmo tempo, claramente ligado a todos os demais “por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal”. Por isso, em que pese a defesa, neste estudo, da permanência do espaço regional com o advento da globalização, há que se considerar que ele sofre alterações significativas, principalmente concernentes aos fluxos materiais e imateriais que dele emanam. Nesse sentido, cabe retomar os estudos de Lipietz (1979), ressaltar os de Haesbaert (2010) e trazer à tona as novas concepções de Veltz (1996) sobre o espaço regional fragmentado em tempos de globalização e de valorização dos seus potenciais endógenos.

Para Lipietz (1979), o conceito de região está diretamente relacionado com o modo de produção na sociedade capitalista. Na busca de compreender por que motivo o capitalismo produziu regiões com diferentes níveis de desenvolvimento, o autor concluiu que as diferenças de articulação dos modos de produção gerariam regiões dominantes e outras dominadas, numa relação de dependência ou subordinação. Lipietz, em sua concepção sobre região, traz à tona os princípios da teoria da dependência, a partir da abordagem relacional entre as regiões e traz também a ideia de mutabilidade das regiões, na medida em que, a partir de alterações nas relações econômicas que se dão no espaço, as regiões que se constituíram a partir dessas relações também seriam alteradas ou suprimidas.

Haesbaert (2010, p 17), por sua vez, aprofundou o conceito de região adotado por Lipietz (1979) quando afirma que ela é “arte-fato”. “Arte”, referindo-se a artifício, ou seja, a região como um recorte construído; e “fato” referindo-se ao espaço vivido, imbuído de um valor atrelado ao pertencimento ou a uma identidade regional, a uma “regionalidade”. Para o autor, o termo região, em sentido mais estrito, refere-se ao que ele chamou de “espaço-momento”, que resultou de uma articulação espacial consistente, mas formada por coesões socioeconômicas, políticas e/ou simbólico-culturais mutáveis no tempo. A força regional, segundo a concepção de Haesbaert, constrói-se em um jogo complexo de coesões envolvendo o Estado, agentes hegemônicos e grupos subalternos em diversos níveis de articulação.

Veltz (1996) introduz um novo conceito de região econômica a partir de um olhar metafórico sobre uma economia de arquipélagos, com maiores ou menores níveis de conexão à economia global. Segundo o autor, a relevância de um espaço regional em “ilha” se dá pelo nível de integração que estabelece com outras “ilhas”. A partir da definição de espaços econômicos nodais (polos), reticulares ou matriciais (redes) e zonais (regionais), essa metáfora demonstra a fragmentação vertical das empresas num espaço econômico cada vez mais marcado pela heterogeneidade, desconcentração e descentralização das economias. Revela que esse espaço regional econômico está cada vez mais aberto e voltado para o espaço global, ao mesmo tempo em que ressalta a existência de vazios ou “buracos” entre os núcleos globalizados. Para Pierre Veltz, o desenvolvimento está diretamente ligado à densidade e à qualidade das relações entre os atores e agentes dos espaços regionais. Dessa forma, associa-se diretamente ao processo endógeno de reconhecimento e valorização de recursos regionais.

Pode-se depreender das abordagens de Lipietz (1979), Veltz (1996) e Haesbaert (2010) que, apesar das peculiaridades inerentes a cada uma delas, todas conferem à região um caráter de mutabilidade ao meio, cujos processos de coesão que a constituem são resultado de um jogo de forças econômicas, sociais e/ou políticas em franca expansão. São abordagens que enfatizam as relações entre atores e agentes do espaço regional que acabam por reafirmar ou transformar as regiões. Sob este aspecto, essas abordagens são concernentes com as teorias de desenvolvimento endógeno, que partem

da premissa que “a região tem dentro de si as fontes do seu próprio crescimento” (SOUZA, 2005, p. 102).

Essas teorias adotam o princípio da relação e da cooperação entre agentes como necessário à formação do capital, seja ele financeiro, social ou humano. A ação cooperativa geraria, segundo Souza (2005), economias externas e de escala, reduzindo os custos e criando condições de atração de empresas de maior porte. Para a autora, alguns exemplos dessa dinâmica podem ser explorados: pequenas empresas poderiam surgir no interior de incubadoras empresariais e por iniciativas locais, quando empresários potenciais fossem incentivados por sistemas baratos de crédito e pela constante interação com outros empresários experientes e técnicos envolvidos em programas de estímulo ao empreendedorismo; nesse sistema em rede, as pequenas e médias empresas aprenderiam a inserir-se nos mercados regionais, nacionais e internacionais.

Quanto à política de desenvolvimento regional derivada dessa visão endógena, ela estaria associada a uma abordagem conhecida como “de baixo para cima” ou “*bottom up*”, na qual seriam os atores locais que desempenhariam o papel central em sua definição, execução e controle. Maillat (1998) considera que seu principal objetivo seria o de promover o desenvolvimento das capacitações da região, de forma a prepará-la para a competição internacional e criar novas tecnologias por meio da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas próprias habilidades. Sob a égide do desenvolvimento endógeno, os *clusters*, os arranjos produtivos locais, os sistemas locais e regionais de inovação e os distritos industriais se apresentam como estratégias desse tipo de política.

O *cluster*, também conhecido por sistema local de produção, é amplamente discutido por Diniz, Crocco e Santos (2006). Os autores o definem como uma forma de organização da produção no espaço, caracterizada pela concentração setorial e espacial de empresas e/ou indústrias, que apresentam grande intensidade de trocas, cujas relações se dão em bases de cooperação e competição não-predatória, com alto grau de especialização e com um ambiente institucional que lhe dá suporte, levando a ganhos de “eficiência coletiva” (DINIZ, CROCCO & SANTOS, 2006, p. 102). Com isso, segundo os autores, um espaço de aprendizagem coletiva é criado.

O distrito industrial “marshalliano”, por sua vez, foi derivado dos estudos de Becattini (1992) sobre a Terceira Itália. Esse modelo ressalta a relação entre as esferas econômica, política e social, de modo que o desenvolvimento do distrito dependeria não apenas da sua performance econômica, mas sobretudo social e institucional (SANTOS et al., 2015).

Considerando aqueles *clusters* que se desenvolvem nas regiões periféricas do capitalismo, têm-se os arranjos produtivos locais. Uma clara crítica que se coloca aos arranjos enquanto estratégia de uma política regional seria o seu alcance. Nesse sentido, a crítica generaliza-se e se amplia inclusive

às políticas de desenvolvimento endógeno, pois muitos de seus adeptos, tanto oriundos da academia quanto das esferas governamentais, ao restringir o conceito, acabaram por exaltar um exacerbado localismo e, ainda que não seja esta a intenção, induzem ações regionalmente fragmentárias.

No Brasil, as políticas “*bottom-up*” ou de estímulo ao desenvolvimento endógeno demonstraram efeitos pontuais nas regiões menos desenvolvidas. Ignorou-se um aspecto essencial das abordagens recentes sobre região e sobre o desenvolvimento endógeno que é o quesito relacional dos espaços regionais, das escalas espaciais e de seus agentes. De modo geral, as críticas de Vainer (1986) e Brandão (2007) ao que se convencionou chamar de “endogenistas” ou “localistas” recaem no fato de que, previamente, eles legaram ao Estado nacional uma “condenação” prévia, assim como negaram a construção de um projeto nacional de desenvolvimento, a partir de uma equivocada remissão à fase política brasileira centralizadora e autoritária.

Sem perceber, muitos endogenistas e localistas acabam por escamotear a escala supralocal, especialmente a nacional. E, nos termos de Vainer (1986), acabaram “fazendo o jogo da globalização”, pois apenas o Estado nacional teria condições de viabilizar a construção de alternativas ao capitalismo globalitário e fragmentador. De acordo com Diniz, Crocco e Santos (2006, p. 107), no âmbito da economia do conhecimento, uma dessas alternativas poderia estar associada à ampliação da capacidade de aprendizagem definida a partir de redes de cooperação e, no âmbito espacial, a partir das redes de cidades, o próximo tema a ser discutido nesse referencial teórico.

#### **2.4 As redes de cidades e sua evolução teórica; da hierarquia urbana ao policentrismo**

As interpretações acerca do conceito de rede são inúmeras no meio acadêmico. Formalmente, Santos (2006, p. 261) esclarece que o conceito de rede é antigo, surgiu na França no final do século XVIII, com Lavoisier e o desenvolvimento da química. A partir daí, as interpretações se multiplicaram nas diferentes ciências, incluindo a ciência geográfica. No entanto, em que pesem as distintas abordagens, uma das premissas comuns sobre rede é que ela não é apenas material, mas também tem caráter intangível. Essa é sua grande especificidade. Ao tratar do tema, Milton Santos afirma que as redes também são um elemento social e político, em função das pessoas, mensagens e valores que a frequentam, compondo o que O. Dollfus chamou de “circuitos” (DOLLFUS, 1971, p. 59 apud SANTOS, 2006, p. 262). Esses circuitos podem ser ativados ou estimulados, provocando dinâmicas diferenciadas em toda a rede. Jacobs (2001), por sua vez, complementa Santos ao associar as redes ao conceito de desenvolvimento. Segundo a autora, o desenvolvimento pode ser considerado um processo natural, mas está vinculado à existência do que a autora chamou de diversas “redes de co-desenvolvimentos”:

“Não adianta pensar o desenvolvimento linearmente, ou mesmo como um conjunto de ilhas abertas. Ele opera como uma rede de co-desenvolvimentos interdependentes. Sem essa rede, não há desenvolvimento” (JACOBS, 2001, p. 26-27).

Vê-se que Jacobs vai além do localismo e o que ela define como desenvolvimento é que, frise-se, ele não é um processo fragmentado. Ele opera em rede e, ainda que heterogênea, essa rede deve se mostrar interligada, interdependente e relacional.

Essa percepção de rede como um vetor de desenvolvimento orientou abordagens recentes que atribuem às redes de cidades o potencial de dinamizar regiões estagnadas economicamente, principalmente em tempos de globalização<sup>16</sup>. Santos (2006, p. 277) afirma que as redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que se assiste, pois elas não são perenes nem homogêneas, mas acabam por alterar o padrão geográfico, configurando-se ao mesmo tempo como local e global. Em outras palavras, o movimento dos fluxos que é inerente às redes inclui tanto as dinâmicas próprias do lugar quanto as dinâmicas mundiais, movidas por grandes organizações.

Com a reestruturação produtiva e com o novo paradigma da economia do conhecimento, os progressos técnicos e científicos tornaram possível uma atividade produtiva maior, com menor custo e em menor porção territorial; mas, em função das relações, essa abrangência produtiva passa a ocorrer sobre áreas mais extensas. Nesse sentido as redes novamente passam a ser significativas, pois é sobre essa “retícula” que passam a ser edificados dois importantes processos simbióticos de divisão territorial do trabalho: o primeiro seria a desconcentração das atividades produtivas, em função da própria segmentação de funções, que é um processo típico da reestruturação produtiva. O segundo seria a integração (ou coesão) produtiva e regional, ancorada em bases de cooperação e solidariedade espaciais, dando-se a partir das ativações dos diversos “nós”, que seriam as cidades ou as infraestruturas fixas, e os “circuitos” da rede, que seriam os fluxos ou a circulação.

Complementando as definições de Santos (2006) a respeito das redes, Castells (2000, p. 501) afirma a existência, na atualidade, de uma sociedade articulada, num processo cada vez mais intensificado pela globalização, e que se expressa em um espaço de fluxos, definido como “a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado”. Para o autor, os fluxos seriam sequências de intercâmbio repetitivas, programáveis e dotadas de intencionalidade, mantidas por atores sociais nas estruturas política, econômica e simbólica da sociedade. Porém, em face da globalização, as redes assumem características diferenciadas, que podem agregar, mas também excluir, em função do nível de divisão territorial do trabalho que nela se processe. Haesbaert (2005) chama a atenção para

---

<sup>16</sup> Como na proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Brasil, em sua segunda fase.

o fato de que a coesão ou integração regional em rede pode camuflar a exclusão de áreas alheias ao espaço de fluxos. Segundo o autor,

“[...] uma das propriedades das redes é, mesmo conectando vários pontos, não cobrir obrigatoriamente todos os espaços, deixando áreas não integradas ou excluídas (aquilo que muitos chamam de efeito túnel). Muitas vezes esta visão contínua existe apenas ao nível das representações ou da ‘ideologia’ regional, que tenta vender a imagem de uma região homogênea ou efetivamente coesa” (HAESBAERT, 2005, p. 27).

Segundo Corrêa (1994), numa rede de cidades, complexidade e desigualdade são correlatas, visto que a rede de cidades, ao mesmo tempo, reflete o nível de integração dos sistemas produtivos, mas também influencia a forma como aqueles sistemas se organizam territorialmente. Portanto, em países ou regiões subdesenvolvidas, nada mais coerente do que confirmar a tese de Santos (1991, p. 81) sobre a impossibilidade de compreender o espaço regional a partir da análise de uma única cidade. Dada a diversidade das cidades e dos seus diferentes níveis de desenvolvimento, formas e ritmos de crescimento, a análise de uma única cidade mostra geralmente um resultado parcial ou genérico do espaço regional que se pretenda compreender. Por isso, o autor advoga a tese de que a unidade do estudo geográfico, longe de ser a cidade isolada, é a rede urbana, em meio a qual a compreensão dos impulsos externos ou internos vem proporcionar explicações globais que se procura ou a orientação da ação que se queira construir.

O entendimento de que os países subdesenvolvidos comportariam uma rede de cidades, porém, não é unânime no meio acadêmico. Para muitos teóricos, esses países apresentam rede de cidades em fase embrionária, ou excessivamente desorganizada. Corrêa (1994), entretanto, defende que, ao apresentar algumas características, um país pode sim comportar uma rede de cidades, ainda que ela não seja articulada ou densa. Essas características que definem a existência de uma rede de cidades num território, segundo o autor, podem ser descritas:

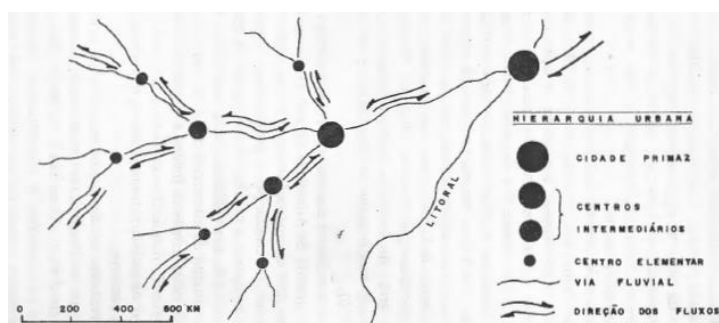
- A existência de uma economia de mercado, compondo um sistema mínimo de trocas que permita a circulação dos fluxos;
- A existência de pontos fixos no território onde os negócios (ou trocas) são realizados; esses pontos tenderiam a se constituir em núcleos de povoamento e concentrar outras atividades, incluindo comércio, serviços e produção subsidiária à atividade principal;
- A existência de um mínimo de articulação entre os núcleos mencionados.

Assim, mesmo em países com os menores níveis de desenvolvimento, há a existência de uma rede de cidades. E nesses países, mesmo em suas regiões caracterizadas por baixo dinamismo, a existência de uma rede também é verdadeira, visto que as trocas existem e isso, em essência, é fator de constituição das redes. Entretanto, elas não irão se manifestar de uma única forma. As redes de cidades podem assumir formas variadas. Elas podem ser simples ou complexas, a depender da complexidade da dinâmica econômica e social a que dão suporte. Corrêa (1994) afirma existirem basicamente dois tipos de redes de cidades: a rede dendrítica e a rede complexa. A rede dendrítica é considerada a forma espacial mais simples. Para o autor, a rede dendrítica apresenta um nó estratégico excessivamente



maior que os núcleos que o cercam, e considera-o uma “cidade primaz”. A cidade primaz concentra a maior parte do comércio, da renda, bem como as classes dominantes regionais, sendo o principal mercado de trabalho urbano e o mais importante foco das correntes migratórias. A Figura 2.5 apresenta o modelo da rede dendrítica.

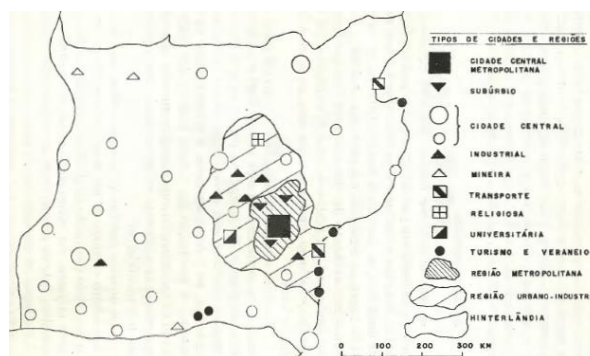
**Figura 2.5 – Rede dendrítica**



Fonte: CORRÊA (1994)

A Figura 2.5 mostra que a rede dendrítica não absorve núcleos que possam intermediar as funções entre os pequenos núcleos e os “nós” estratégicos. Dessa forma, os recursos são drenados para os nós centrais e, à medida que se afastam desses nós, os pequenos núcleos se precarizam. Por sua vez, a rede complexa é expressão de uma divisão territorial do trabalho também mais complexa. A Figura 2.6 apresenta o modelo da rede complexa.

**Figura 2.6 – Rede complexa**



Fonte: CORRÊA (1994)

Observa-se na Figura 2.6 que o adensamento da rede implica uma divisão territorial de trabalho que altera os fluxos unidirecionais em relação à cidade primaz. Esses fluxos passam a seguir uma hierarquia e são vinculados à produção intrarregional. Nesse sentido, os estudos sobre a hierarquia dos centros urbanos também fornecem pistas sobre o nível de integração dos seus sistemas produtivos.

As primeiras teorias sobre hierarquia urbana datam de 1755, na França, com os estudos de Richard Cantillon (Corrêa, 1994, p. 20). Mas foi com Christaller (1933) que o tema foi aprofundado e disseminado. Christaller ainda é referência nos estudos sobre hierarquia urbana, pois sua teoria das localidades centrais serviu de parâmetro para que inúmeras investigações dessem conta de

compreender a lógica da disseminação espacial e desigual do capital nas cidades. Verifica-se que o conceito de centralidade já foi utilizado por Christaller para expressar a posição de superioridade de um centro urbano em relação à sua área de influência. Essa centralidade se daria em função do acúmulo de funções e serviços que este centro urbano deteria em relação aos demais. As funções que um centro urbano acumula traduz então sua posição na hierarquia.

Com a reestruturação produtiva, entretanto, os estudos sobre hierarquia dos centros urbanos pareceram não dar mais conta de captar a aparente “desorganização” e “reorganização” dos processos produtivos. A partir de então, as classificações de cidades dadas pelo do acúmulo de funções econômicas não respondeu mais suficientemente às novas dinâmicas e relações produtivas, acentuadas e muito em função da globalização. Reconhecendo a insuficiência do que Sposito (2010) chamou de “geografia da métrica” para explicar a realidade do espaço regional, analistas da União Europeia introduziram um novo conceito sobre “concentração” e “dispersão” de funções pelos centros urbanos, que eles cunharam de policentrismo.

Na Europa, o policentrismo faz parte de uma agenda estatal, um ideal que antecedeu a realidade empírica. De modo intuitivo, pode-se definir policentrismo como “a presença de múltiplos pontos nodais de desenvolvimento no território” e, nesse sentido é um conceito antagônico ao da teoria dos polos, de Perroux (CONTI, 2007, p. 139). Para Conti, o policentrismo é uma evolução do conceito de “concentração descentralizada”, tradicionalmente ligado ao planejamento espacial holandês e, relativamente, às regiões importantes e concentradoras de atividades econômicas da Europa. Ele constitui uma estruturação espacial decorrente de processos de desenvolvimento endógeno ou estimulados pelo Estado em centros urbanos marcados pela estagnação, despovoamento ou declínio.

Como um conceito eminentemente geográfico, o policentrismo pode ser considerado a partir de três perspectivas distintas, mas inter-relacionadas, segundo Conti (2007). A primeira delas é a perspectiva do fenômeno espontâneo: ele é tido como uma tendência natural pelos estudiosos do tema, em função das deseconomias de aglomeração, que têm induzido a uma realocação do capital em regiões ou centros menos adensados e altamente competitivos. No Brasil, Santos e Silveira (2001), citam o fenômeno da contrametropolização. Na Europa, Conti cita a Itália, que apresenta um centro dominante e várias estruturas monocêntricas e polarizadas. A segunda perspectiva, porém, é a caracterização do policentrismo como uma construção teórica, em oposição ao conceito de hierarquia urbana. Nessa construção, interessa as relações de integração e interdependências entre os centros, mais do que a sua condição de superioridade ou inferioridade dada pela hierarquia. E a terceira perspectiva considera o policentrismo como um objetivo político. As políticas regionais da União Europeia consideram o policentrismo como estratégia de promoção do desenvolvimento espacial, justo e balanceado. Enquanto estratégia política, Conti cita que o policentrismo na Europa foi estimulado a

partir de duas orientações, sendo a primeira delas abrangendo uma escala mais ampla de atuação, com a implantação de novos eixos de desenvolvimento em regiões periféricas, fora do circuito dominante economicamente. E, na escala regional, a estratégia policêntrica residiu na promoção do surgimento de redes equipotenciais de centros competitivos, que pudessem desempenhar funções diferenciadas em cooperação.

Dessa forma, observa-se que o policentrismo é um conceito diretamente associado à cooperação e solidariedade regional. Ele se contrapõe fortemente ao modelo da dependência ou centro-periferia, nos quais as relações são majoritariamente verticais entre centralidades. O policentrismo enseja relações mais horizontais, com os quesitos da complementariedade de funções superando os de dependência entre os distintos núcleos. Por esse motivo, o policentrismo figura nos instrumentos de planejamento voltado para o desenvolvimento regional, não apenas na Europa, mas também no Brasil, com a finalidade de promover uma distribuição espacial mais equitativa dos produtos do desenvolvimento, propiciando relações mais equilibradas entre a cidade e sua região de influência.

## **2.5 As relações entre a cidade e a região e o papel das cidades médias**

As diversas teorias que analisam as relações entre cidade e região partem de um pressuposto comum: o de que as cidades são um modo de organização social que tem a potencialidade de promover dinâmica econômica, desempenhando papel crucial para o produto nacional a partir da prestação de serviços e da distribuição de bens para a sociedade local e regional (FERNANDES, 2009, p. 66). Nesse sentido, Fernandes argumenta que as regiões onde predomina o dinamismo econômico passaram a ser reconhecidas como aquelas onde não apenas estão localizadas atividades econômicas modernas e recursos humanos qualificados, onde há renda do trabalho, produtividade e infraestrutura econômica, mas também são aquelas onde “existem cidades capazes de oferecer à economia e à sociedade regionais os serviços e bens necessários ao seu desenvolvimento” (p. 66). Por outro lado, a autora afirma que as regiões caracterizadas pelo pouco desenvolvimento são aquelas onde a renda e a produtividade são baixas, os setores econômicos predominantes são tradicionais, a mão-de-obra é pouco qualificada e onde “o fenômeno urbano é raro”.

Os estudos de Jacobs (1969) também revelam, em uma abordagem histórica e arqueológica, que na Europa medieval o progresso técnico ocorreu primeiramente nas cidades da época, e só depois foi estendido às áreas rurais. Como exemplos para essa assertiva, Jacobs menciona os instrumentos agrícolas, que, modernizados ao longo do tempo, foram criados e utilizados primeiramente nas cidades e só depois nas áreas rurais. A autora comenta que, desde o século XVIII, as nações de agricultura mais desenvolvida eram aquelas onde precisamente a indústria e o comércio também eram os mais consolidados. O inverso também se verificava, pois a autora observou que as nações mais

primitivamente agrícolas eram também as mais pobres. Seu estudo também abarcou as questões de proximidade: a agricultura mais produtiva e próspera, como a da Inglaterra, encontrava-se próxima de cidades, enquanto a agricultura mais arcaica era isolada da dinâmica urbana, como a da Polônia. Nesse sentido, a partir da interpretação do texto de Jacobs, pode-se depreender que é nas cidades onde a divisão do trabalho se processa com maior vigor, já que ela corresponde ao meio onde são criadas soluções que afetam não apenas a vida urbana, mas também a rural.

Porém, não se pode adotar o estereótipo de que apenas as grandes cidades, isoladamente, teriam esse potencial de capitanear o desenvolvimento regional. Nem tampouco apenas as cidades médias. Nesse sentido, parece mais razoável pensar que a articulação entre cidades de diferentes perfis e papéis, incluindo-se aí aqueles núcleos pequenos, onde predominam as atividades rurais, oportuniza interações espaciais suficientes para disseminar o processo de desenvolvimento no território. Segundo Egler (2015), a manifestação mais concreta da integração territorial de uma determinada região é a consolidação de sua rede de cidades. Pode-se afirmar que o estágio de desenvolvimento e de complexidade da rede manifesta a extensão e a profundidade do processo de integração produtiva entre as regiões e de divisão do trabalho (EGLER, 2015).

A divisão do trabalho, em seu caráter espacial, acaba por ampliar processos complementares relacionais entre atividades produtivas que se dão em cidades de diferentes perfis e papéis. Em pequenos núcleos ruralizados, por exemplo, passa a haver a ampliação da relação com os centros urbanos maiores, que absorvem atividades de consumo, circulação, comunicação, fornecimento de insumos e outros serviços adaptados à produção primária, constituindo cidades médias, em geral, com atividades terciárias, típicas de um consumo produtivo, nos termos de Elias (2003). Dessa forma, no âmbito das relações entre a cidade e a região, as cidades médias emergem como elementos relevantes na estruturação de apoio a processos produtivos.

Numa dada rede de cidades, as cidades médias, pois, assumem papéis relevantes, pois apresentam dinâmica econômica e demográfica próprias, oferta de equipamentos urbanos e serviços públicos de melhor qualidade quando comparados aos existentes nas pequenas cidades. Sua definição está mais associada ao seu papel na rede que a seu porte demográfico. Por esse motivo não se pode confundir cidades médias com cidades de porte intermédio. As últimas levam em conta, enquanto categoria de análise, apenas o critério demográfico. De acordo com Santos (1991, p. 71), o critério dos efetivos demográficos para uma categorização de cidades não seria o mais adequado do ponto de vista da aferição de graus de urbanização ou de funções urbanas. O autor ressalta que o mesmo número muitas vezes revela realidades diversas num mesmo país, visto que a noção de cidade varia conforme o período técnico e os modelos de consumo adotados, o que significa dizer que em 1900, por exemplo, o número

de cinco mil habitantes poderia corresponder à noção de cidade regional, cujo patamar elevou-se para dez mil habitantes em 1950.

Segundo Sposito (2009), na concepção tradicional do que seria uma cidade média estão presentes algumas características essenciais: o papel de intermediação econômica que exerce entre as pequenas e as grandes cidades é a principal delas. Há ainda a função de polarizar, em uma região, os fluxos de informações, pessoas, mercadorias, serviços, atenuando as migrações em relação às capitais ou às metrópoles; o potencial para o crescimento e para o desempenho de importantes papéis sociais, econômicos, ligados à educação, inovação, política, mas que alcancem e abranjam toda uma região; e o reconhecimento enquanto centralidade monocêntrica, favorecida por um eficiente sistema de transportes e de telecomunicações. Pode-se afirmar então, segundo essa concepção tradicional, que as cidades médias podem se constituir em cidades regionais (SPOSITO, 2010, p. 58). Nesse sentido, os fluxos e as relações com outras cidades se dão de forma hierárquica; os municípios menores demandam serviços das cidades médias, que passam a se relacionar e demandar serviços das metrópoles e/ou cidades maiores; muitas vezes, as cidades regionais assumem a produção agropecuária para atendimento às demandas cada vez mais crescentes dos grandes centros urbanos. A contiguidade territorial, nesse caso, é o elemento estruturador dessas relações.

Sem prejuízo das características mencionadas, está em curso uma diversificação das articulações entre cidades pertencentes a uma mesma rede ou de redes diferentes e que interferem diretamente no seu papel de intermediação. As dinâmicas emergentes do capital associadas aos processos de globalização, reestruturação produtiva e da economia do conhecimento geraram novos fluxos que passaram a articular as cidades médias a redes de cidades distintas, constituídas em diferentes contextos históricos. Esses novos fluxos não podem mais ser considerados apenas hierárquicos (SPOSITO, 2010). Catelan (2012) define o conceito de “heterarquia” para explicar novas relações entre cidades de uma mesma rede ou de redes distintas, que não necessariamente seguem a hierarquia urbana. A proposta da análise a partir da visão heterárquica não contrapõe, ou tampouco, desconsidera os estudos de hierarquização das cidades e das redes. Catelan afirma que se trata de uma ampliação do enfoque, considerando a consolidação do capitalismo em espaços que foram alvos de investimentos capazes de modificar a articulação de cidades médias em múltiplas escalas. E diante desta transformação das relações espaciais, ampliam-se, segundo o autor, as funções e os papéis das cidades médias, onde se sobrepõem “horizontalidades” e “verticalidades”.

Ressalte-se que a globalização é a principal força de transformação dessas relações. Ela representa a ampliação das possibilidades de articulação para além de uma rede de cidades preexistente, criando, de forma superposta, novas articulações. Essas novas articulações podem se dar de forma horizontal, entre diferentes cidades médias, de forma nacional, entre uma cidade média e uma rede

urbana de outra região com as quais não se tinha laços históricos até então, ou ainda de forma supranacional, entre uma cidade média e uma rede urbana internacional, por exemplo. No âmbito intraurbano, segundo Silva (2009, p. 135-136), as cidades médias também assumem novas características com sua inserção nos processos econômicos emergentes. A subordinação das elites locais a agentes econômicos externos, o recebimento de plantas industriais com comandos externos, as áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio e sua nova lógica com a entrada de capitais externos, a implantação de *shopping centers* e sua alteração da centralidade nas cidades médias são alguns exemplos dessas novas características.

Não se trata de substituição de uma rede por outra, “mas de uma combinação complexa e contraditória de fluxos”, visto que, “uma mesma cidade é o palco de ação e decisão de agentes econômicos que se relacionam em diferentes escalas” (SPOSITO, 2010, p. 53). Nesse sentido, o papel transformador dos novos processos econômicos choca-se, segundo Sposito, com forças de permanência presentes na região, gerando uma rede de cidades cuja complexidade se dá em função da sobreposição de papéis que exercem. Para a autora, os novos fluxos desenham uma geografia muitas vezes paradoxal e as perspectivas analíticas presentes nas teorias da localização passam a não mais se aplicar.

Considerando as dinâmicas emergentes do capital e as suas influências nas relações entre a cidade média e a região, uma questão que se coloca ao debate é a força da contiguidade espacial no processo. Segundo Sposito (2010), a questão da contiguidade passou a ser relativizada, visto que a região não conteria mais em si todos os processos econômico-produtivos, novas redes superpostas se infiltrariam na totalidade regional. As novas formas de circulação associadas às tecnologias da comunicação diminuíram o peso dos deslocamentos materiais, ampliando as possibilidades de constituição dos chamados “territórios descontínuos”, ainda que “altamente integrados”.

No quesito centralidade das cidades médias, os processos econômicos mencionados também podem provocar alterações significativas. Segundo Sposito (2010), se de um lado pode-se ter a manutenção das suas funções de intermediação das relações entre as cidades maiores e as menores, de outro as relações entre as cidades passam a ser articuladas pelo grande capital, nacional ou internacional, alterando a função de intermediação, num contexto onde a gestão da produção e o processamento da atividade não precisam ocorrer no mesmo território. São processos que tendem a complexificar a integração produtiva de uma região. Nesses casos as cidades médias não seriam cidades regionais, pois não estariam integradas ao tecido regional, mas representando interesses mais distantes, em geral precarizando as economias dos pequenos núcleos, cidades locais ou pequenas cidades. Endlich (2006) afirma que a viabilização da vida em pequenas cidades, significa torná-las espaços de investimentos diversos, mas não necessariamente orientados pela lógica empresarial do retorno financeiro; a resolução dos problemas sociais, de modo geral, estaria balizada por outros critérios que

não aqueles que parecem ser a única razão de existir no capitalismo – a reprodução do capital. Portanto, lembrar das pequenas cidades como parte dessa rede que se altera sob o comando das novas dinâmicas do capital, dota a região de maiores possibilidades de angariar e disseminar desenvolvimento.

## **2.6 Síntese do capítulo**

Neste capítulo abordaram-se as linhas teóricas sobre as quais a tese se fundamenta. O nivelamento teórico e conceitual sobre desenvolvimento formou-se a partir de distintas teorias, mas tinham como foco a competitividade e que se complementam para formar o conceito mais atual, onde predominam abordagens que colocam o desenvolvimento como processo relacional entre espaços regionais e o ser humano no centro do debate. As teorias sobre região e desenvolvimento regional, na sequência, deram-se a partir da abordagem geográfica, respaldando o olhar espacial sobre o capital. Elas evoluíram de forma concomitante ao conceito de região. De uma abordagem sobre a eficiência locacional das estruturas produtivas em recorte regional até então abstrato, as teorias evoluíram para incorporar processos endógenos em um espaço regional vívido. Com as teorias sobre redes de cidades, a morfologia, o espaço de fluxos e a sua relação com a divisão territorial do trabalho foram temas discutidos. Por fim, as relações entre a cidade e a região e o papel das cidades médias ressaltaram a importância das cidades em rede, enquanto lócus de soluções que afetam a vida urbana e a vida rural, mas que também podem se constituir em lócus de “drenagem” de recursos regionais, dadas as novas dinâmicas do capital.

O capítulo que segue apresenta as Bases Analíticas sobre a qual se desenvolveram as pesquisas específicas envolvendo microrregiões dinâmicas do Semiárido. Como orientadora geral das análises que seguem é adotada a tríade “Contexto-Ações-Resultados”. Além disso, são apresentadas as dimensões analíticas oriundas dos grandes temas constantes do Referencial Teórico. Na sequência, serão apresentados as variáveis, índices e indicadores selecionados e formatados que embasarão a pesquisa aplicada. E, ainda, explicita-se a abordagem da tendência de uma integração produtiva, com base numa pesquisa aplicada, que leva em conta períodos e escalas distintas, mas inter-relacionadas.

### **3. BASES ANALÍTICAS**

#### **3.1 Princípios e dimensões analíticas**

Como forma de orientar as análises, esta tese parte do pressuposto de que diferentes contextos, sejam eles ambientais, políticos, econômicos, regionais ou demográficos condicionam o planejamento e as ações estatais. Essas ações apresentam rebatimentos diretos no território e tendem a gerar novas demandas provenientes do ambiente e da sociedade. Essas novas demandas exigem novos processos de planejamento e, conseqüentemente, novas ações, que vêm apresentar, por sua vez, novos rebatimentos no território, num processo cíclico, em contínua retroalimentação. Partindo desse pressuposto, este estudo adota a tríade “Contexto-Ações-Resultados” como orientadora geral das análises que seguem, principalmente as referentes às primeira, segunda e terceira questões de pesquisa. Nesse sentido, a problemática do delineamento da rede de cidades no Brasil, no Semiárido e nas microrregiões dinâmicas é tratada a partir de distintos períodos históricos, nos quais, a partir de um contexto ambiental, político, econômico, ligado à questão regional e à dinâmica da população, atuaram ações estatais que promoveram alterações na divisão regional do trabalho e, ainda, nos fluxos de capital produtivo, financeiro e humano. Uma pesquisa preliminar sugeriu que essas dinâmicas e ações tiveram efeitos sobre o delineamento, em diferentes escalas, da rede de cidades. Supõe-se que essa rede de cidades, da mesma forma, também vem alimentar novos contextos e ensejar novas ações estatais, com novos rebatimentos no território. Em linhas gerais, a pesquisa busca compreender como a dinâmica histórica influenciou os delineamentos atuais. Mais especificamente, procura desvendar o papel de cidades médias na integração produtiva e no processo de desenvolvimento do Semiárido.

A compreensão mais apurada de como esses rebatimentos no território se processam, de que forma eles traduzem uma possível integração produtiva intrarregional vinculada a uma rede de cidades médias, e em que bases essa rede contribui para o desenvolvimento regional no Semiárido brasileiro são o pano de fundo para a opção metodológica pela realização da pesquisa aplicada a microrregiões dinâmicas em atendimento à quarta questão de pesquisa. Com essa pesquisa, busca-se compreender em que medida é possível desfazer as comuns generalizações, acadêmicas ou não, que ainda se colocam em relação ao Semiárido: a de que é uma região onde predomina a pobreza social, o arcaísmo produtivo rural e o isolamento socioeconômico relativo. Dessa forma, reconhecendo de partida a heterogeneidade atual dessa região, buscou-se conhecer mais a fundo o Semiárido onde predomina o ‘dinâmico’ e de que forma esse dinamismo se processa, em contraponto ao estereótipo dominante.

Reconhecendo a heterogeneidade regional do Semiárido atual, adotou-se nessa pesquisa uma abordagem multidimensional. A multidimensionalidade nos estudos regionais é quase uma “regra de ouro” intentada por autores de diversas linhas de pensamento, visto que aproxima a compreensão mais



apurada do espaço regional como um objeto dotado de complexidade. Santos (1988, p. 17), por exemplo, refuta o determinismo e causalidade da abordagem unidimensional e afirma que não cabe considerar a região como uma entidade autônoma, autossuficiente, mas “enquanto organização social, política, econômica”. O autor complementa que, para reconhecer como a região se insere na ordem econômica internacional, deve-se considerar “o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno”. E, em relação às dimensões e variáveis a serem consideradas num estudo de transformações regionais, afirma ainda:

“Os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar têm que passar por um estudo aprofundado, desde o homem até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade. Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação. A busca da explicação das transformações passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis, que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns a este tipo de trabalho até os mais complexos, reveladores das grandes mudanças ocorridas no período técnico-científico - tipologia das tecnologias, dos capitais, da produção, do produto, das firmas, instituições; intensidade, qualidade e natureza dos fluxos; captação dos circuitos espaciais de produção; peso dos componentes técnicos modernos na produção agrícola; expansão das agroindústrias; novas relações de trabalho no campo; desmaterialização da produção etc. Tais variáveis são interdependentes, umas sendo causa e/ou consequência de outras, não tendo, portanto, real valor, se não analisadas em conjunto” (SANTOS, 1988:17).

Concordando com a assertiva de Santos (1988) sobre a importância da multidimensionalidade nos estudos sobre regiões, buscou-se construir distintas – mas, interdependentes – dimensões analíticas para subsidiar a análise das microrregiões a partir dos pressupostos teóricos apresentados. Os pressupostos teóricos seguiram um aprofundamento progressivo do tema até se chegar ao foco do estudo. Partiu-se de uma abordagem mais ampla, consubstanciada no grande tema do (i) *Desenvolvimento*, passando pelo (ii) *Desenvolvimento regional*, para se atingir o foco da pesquisa com a abordagem mais específica sobre a (iii) *Rede de cidades* e, por fim, as (iv) *Relações entre cidade média e região*. Retomando a discussão contida no referencial teórico, pôde-se chegar a dimensões analíticas para cada um dos quatro grandes temas apresentados. Estas dimensões nortearam a definição de variáveis e indicadores utilizados na pesquisa aplicada.

#### *Quanto às dimensões analíticas do grande tema “Desenvolvimento”*

Como se observou ao longo da fundamentação teórica, o conceito de desenvolvimento evoluiu com o tempo no mundo capitalista. De uma abordagem clássica, essencialmente vinculada à acumulação do capital e à divisão do trabalho, o conceito incorporou a necessidade de qualificação das relações de produção, de inovação tecnológica, de valorização do empreendedor individual, de consideração da visão relacional da desigualdade e de incorporação do conhecimento tácito ao

processo. Em quase todas as abordagens, preponderou a necessidade de intervenção estatal num sistema imperfeito. Com Marx (1996[1867]), depreendeu-se que o foco da ação estatal deveria recair na correção dos males causados pelo capitalismo e pela ineficiência intrínseca do mercado. Com Keynes (1996 [1936]), o Estado atuaria como gerador de estímulos e de demandas visando a corrigir distorções do sistema e a garantir o pleno emprego. Myrdal (1960), por sua vez, defendeu a participação rigorosa do Estado como ente regulador e promotor do desenvolvimento. Furtado (2013) também chamou a atenção para o fato de que a formulação de uma política de desenvolvimento não se faria sem a tutela de um sistema de poder. Por fim, no âmbito da economia do conhecimento, Sicsú e Bolaño (2006) defenderam que a ação estatal também é imprescindível: ela garantiria a inserção competitiva regional na sociedade da informação que se constrói em nível mundial, sob pena de uma integração selvagem, construída a partir da fragmentação econômica do território; essa ação envolveria a mobilização de atores sociais, a partir de arranjos institucionais para os quais seria fundamental a inserção das universidades.

Vê-se que o capitalismo, enquanto sistema imperfeito, tende a promover desigualdades, por isso a necessária participação do Estado: um ente externo intervencionista com o propósito de “calibrar para baixo” os níveis exorbitantes de desigualdade e, assim, propiciar o desenvolvimento. Por isso a construção de dimensões que possam captar de alguma forma a essência do processo de desenvolvimento deverá considerar não apenas o quesito da acumulação de capital para geração de riquezas e a divisão do trabalho como a fonte dessa acumulação, mas também a forma, ou, em que bases se dá esse processo de acumulação, que recursos são ativados, que oportunidades são geradas e quem são os atingidos por esse círculo virtuoso. O capital é concentrador por si mesmo. A contra força desse processo concentrador é, em geral, construída pelo Estado, por meio de políticas públicas que visem à inserção da sociedade no processo de crescimento. Por esse motivo, à dimensão do crescimento ou “competitividade” deve-se incorporar a dimensão da equidade ou “integração”. Essa integração (ou coesão) pode ser social, produtiva ou regional. Ela se coaduna com as teorias recentes sobre desenvolvimento. Para Brandão (2004, p.70), o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Dessa forma, o agente principal de todo o processo de desenvolvimento sofre mudança de papel: a sociedade, que, de força-meio para se atingir o crescimento, passa ser a finalidade do processo de desenvolvimento. Considerando os aspectos mencionados, as dimensões analíticas para o grande tema Desenvolvimento podem ser assim sintetizadas, de acordo com o Quadro 3.1:

**Quadro 3.1 - Dimensões analíticas para o grande tema Desenvolvimento**

<b>Grande tema</b>	<b>Dimensão analítica</b>	<b>Ideia-força</b>
Desenvolvimento	Competitividade	Acumulação de capital e divisão de trabalho
	Equidade	Integração social, produtiva e regional: coesão

Fonte: Autora (2017)

*Quanto às dimensões analíticas do grande tema “Desenvolvimento regional”*

Considerando que o desenvolvimento apresenta a competitividade e a equidade como duas principais dimensões, que, ao contrário de serem excludentes, complementam-se, as análises da fundamentação teórica relativas ao desenvolvimento regional não podem ficar restritas às abordagens tradicionais que enfatizam a competitividade consubstanciada nas teorias da localização e da polarização. Muitos autores têm apontado para a superação dessas teorias. Entretanto, no âmbito do planejamento estatal brasileiro, as proposições de Christaller (1933) e Perroux (1955) estão longe de ser superadas, pois são pano de fundo para a elaboração de diversas políticas e planos até os dias de hoje. Não são os modelos desenvolvidos pelos autores que em geral ainda são utilizados. São, sim, os princípios de suas teorias, que visam, em última instância, à acessibilidade eficiente, pela sociedade, aos produtos do capitalismo. O Programa de Fortalecimento de cidades médias no âmbito do II PND (da década de 1970); diversos estudos da Sudene entre as décadas de 1970 e 1980<sup>17</sup>; os estudos Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (de 1966 e 1978) e Regiões de influência das cidades (de 1993 e 2007), ambos do IBGE; o estudo Configuração atual e tendências da rede urbana (de 2001), do Ipea; o estudo da Dimensão territorial do planejamento (de 2008), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o objetivo de construção de uma rede de cidades policêntrica na proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) II (de 2012), do MI; e os estudos sobre redes e fluxos no território do IBGE (de 2017) resgatam todos, de alguma forma, princípios e pressupostos dessas teorias.

As críticas às teorias da localização e polarização recaem, especialmente, sobre a posição otimista de Perroux (1955) em relação aos efeitos eminentemente positivos que a polarização exerceria. Nesse estudo, assume-se que a polarização tem efeitos positivos e certamente é uma dimensão do desenvolvimento regional, pois provoca a acumulação de capital necessária para a ruptura do processo de estagnação em regiões menos desenvolvidas, mas esta dimensão por si só não se mostra sustentável

<sup>17</sup> Como aponta o estudo de SILVA et al. (1985).

ao longo do tempo para sustentar o processo virtuoso do desenvolvimento. Ela tende a funcionar como um “buraco negro” de drenagem de capital humano, investimentos, capital financeiro, com efeitos de esvaziamento da área de influência. Outros efeitos negativos podem ainda ser verificados no caso de o polo não conseguir alterar a vida econômica e social regional, em função de seus vínculos produtivos não se consolidarem na região, gerando “enclavismos”. Tem-se, por exemplo, a proliferação do fenômeno dos enclaves agroindustriais que, ao não estabelecerem relações com o entorno, prescindem da presença de uma cidade próxima que dê suporte à atividade produtiva. Entretanto, esses enclaves não prescindem da presença de uma cidade que constitua o seu centro de gestão, ainda que distante do local de sua implantação. Da mesma forma, a entrada de capital externo mundializado tende a promover mudanças na estrutura da cidade-sede da atividade, mas a vinculação da atividade em termos de subsídio à produção ou consumo não depende mais da cidade-sede. Ela pode se dar em outra cidade distante, muitas vezes até localizada em outra região ou outra nação.

Nesse sentido, cabe retornar aos escritos de Marx (1996[1867]), Keynes (1996 [1936]), Myrdal (1960) e Furtado (2013), e pensar novamente o Estado como o ente corretor dessas distorções. A proposição de Hirschman (1958) também conduz o leitor a uma perspectiva de superação do subdesenvolvimento regional a partir de investimentos seletivos do Estado, em setores não atrativos para o capital privado, como algumas modalidades de infraestrutura e serviços. Tais setores deveriam possuir uma alta potencialidade de gerar um encadeamento “para frente” ou “para trás”, num processo de inter-relações industriais e produtivas. Com a abordagem sobre os efeitos aglomerativos da atividade produtiva de Myrdal (1960), observa-se que um polo urbano ou industrial, portanto, ainda que eficiente, não é necessariamente um polo de transbordamento do desenvolvimento. Essa condição somente seria alcançada quando os efeitos propulsores de um centro dinâmico excedessem os efeitos regressivos, com a consolidação dos mercados e com a disseminação e apropriação regional da tecnologia.

Para além do quesito da eficiência voltada para a competitividade que emerge das teorias da localização e polarização (oriunda de atividades como agricultura, indústria ou serviços, exportações, inserção do capital mundializado, dentre outras), as dimensões analíticas do desenvolvimento regional devem considerar, portanto, o dinamismo oriundo dos efeitos da aglomeração de uma atividade produtiva, assim como o acesso à tecnologia no trabalho, às tecnologias de informação e comunicação, à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I) e à formação como as principais fontes de desenvolvimento das regiões periféricas em bases endógenas. Corroborando o paradigma da economia do conhecimento, vê-se que a endogeneização do desenvolvimento passa necessariamente pela fixação regional de processos de aprendizagem, definidos a partir de redes de cooperação e complementariedade entre os agentes regionais, e no âmbito espacial, a partir das redes de cidades.

Dessa forma, considerando os aspectos mencionados, puderam-se definir as seguintes dimensões analíticas para o grande tema Desenvolvimento regional, segundo o Quadro 3.2:

**Quadro 3.2 - Dimensões analíticas para o grande tema Desenvolvimento regional**

<b>Grande tema</b>	<b>Dimensão analítica</b>	<b>Ideia-força</b>
Desenvolvimento regional	Localização e polarização	Atração de capital produtivo, financeiro humano
	Aglomeração e endogeneização	Fixação microrregional de processos produtivos e de aprendizagem

Fonte: Autora (2017)

*Quanto às dimensões analíticas do grande tema “Rede de cidades”*

A partir das duas principais dimensões do desenvolvimento regional, que são a localização/polarização e a aglomeração/endogeneização, vê-se que as redes de cidades podem refletir e reforçar uma ou outra dimensão. Retomando o referencial teórico sobre as características das redes de cidades mencionadas por Corrêa (1994), é possível afirmar que, mesmo em regiões estagnadas, pode haver a constituição de uma rede de cidades, ainda que ela se apresente desarticulada e dendrítica. A existência de uma rede pressupõe, dessa forma, um mínimo de relações de troca entre núcleos de povoamento, que podem ser vilas, distritos, pequenas, médias ou grandes cidades. Essas relações de troca podem ser dar verticalmente, seguindo uma hierarquia entre cidades, ou horizontalmente, em relações mais complexas de cooperação, com redes da própria região ou de outras mais distantes, num contexto marcado por novas dinâmicas do capital. Entretanto, da mesma forma que não se pode afirmar que o subdesenvolvimento é etapa precedente do desenvolvimento, a rede dendrítica não é etapa precedente da constituição de uma rede complexa. Uma maior complexidade no setor produtivo faz-se necessária para que ocorra essa mudança, assim como a melhoria da conectividade espacial, com infraestrutura adequada.

A percepção da rede de cidades como um vetor de desenvolvimento tem orientado abordagens recentes que atribuem às redes o potencial de dinamizar as regiões estagnadas. Nessas abordagens, prepondera a visão policêntrica a despeito de ainda persistirem traços de uma visão hierárquica. As linhas defensoras do policentrismo não negam que a concentração monocêntrica pode apresentar algumas vantagens. Se por um lado a hierarquia dos centros urbanos é desejável numa escala macro,

em função de o policentrismo tender a restringir capacidades e oportunidades do efeito da concentração, promovendo centros débeis e, em geral, de desenvolvimento limitado, por outro lado, o policentrismo tende a reduzir desigualdades sociais e regionais nas regiões que se caracterizam por apresentar padrões de desenvolvimento segundo o modelo centro-periferia. As vantagens competitivas das centralidades policêntricas podem se beneficiar de processos de cooperação e compartilhamento de mercado de trabalho, infraestrutura, como aeroportos, que lhes podem ser comuns, ou serviços especializados, como hospitais e universidades.

Por isso, as dimensões analíticas do grande tema Rede de cidades devem considerar tanto a importância da hierarquia e do monocentrismo em escala macro, quanto as vantagens do padrão policêntrico para o desenvolvimento regional. A tipologia da rede microrregional, se dendrítica ou complexa também deve ser considerada. Além disso, há que se considerar a presença de infraestrutura de conexão intrarregional, os fluxos de bens e serviços intra, inter e supranacionais, assim como estruturas potencialmente geradoras de novos fluxos. Com isso, pode-se analisar o tipo e a intensidade das relações entre a cidade e a região. Dessa forma, puderam-se definir as seguintes dimensões analíticas para o grande tema Rede de cidades, segundo o Quadro 3.3:

**Quadro 3.3 - Dimensões analíticas para o grande tema Rede de cidades**

<b>Grande tema</b>	<b>Dimensão analítica</b>	<b>Ideia-força</b>
Rede de cidades	Fluxos "inter" e redes dendríticas	Configuração hierárquica das redes e conexões inter-regionais e supranacionais
	Fluxos "intra" e redes complexas	Configuração policêntrica das redes e conexões intrarregionais

Fonte: Autora (2017)

*Quanto às dimensões analíticas do grande tema “Relações entre cidade média e região”*

As dimensões do grande tema rede de cidades trazem à tona peculiaridades sobre as relações entre as cidades e suas regiões de influência. Observou-se com o referencial teórico que, no mundo atual, as conexões entre cidades médias e suas regiões de influência se dão de forma cada vez mais complexa. As cidades médias podem funcionar como lócus da drenagem de recursos microrregionais ou como transbordadoras do dinamismo para a microrregião. Fluxos heterárquicos podem ser estabelecidos por essas cidades com redes distintas, distanciando suas relações do entorno imediato.

Portanto, em regiões estagnadas, ainda que novas dinâmicas do capital tornem mais complexas as relações entre as cidades, suas porções rurais e a região de influência, o desenvolvimento pode estar atrelado ao fortalecimento de cidades médias regionais. Afinal, existe uma relação forte e antiga entre a produtividade da cidade e das áreas rurais, visto que a dimensão do rural incorpora não apenas áreas dispersas, mas concentrações urbanas que se explicam por sua forte relação com os recursos naturais (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 87). As cidades médias regionais podem se constituir em elemento catalisador de mudanças na estrutura produtiva da região de influência, ainda que ela seja eminentemente agrária.

As dimensões analíticas que capturem as relações entre cidades e sua região de influência devem considerar, em cidades médias dinâmicas, a preponderância de uma eventual drenagem de recursos da microrregião para a cidade-polo ou o contrário, se há um transbordamento do dinamismo da cidade-polo para a microrregião de influência e em que medida esse transbordamento contribui para uma complexificação da rede de cidades regional. Dessa forma, deve-se atentar para o grau de urbanização, o nível de verticalização, a concentração de serviços urbanos e de capital humano e financeiro. De outro lado, na microrregião de influência, deve-se atentar para a distribuição da riqueza, se há apropriação social dessa riqueza gerada, qual o nível da desigualdade, assim como qual o nível de acesso à educação e à tecnologia por sua população. Dessa forma, puderam-se definir as seguintes dimensões analíticas para o grande tema Relações entre cidade média e região, segundo o Quadro 3.4:

**Quadro 3.4 - Dimensões analíticas para o grande tema Relações entre cidade média e região**

Grande tema	Dimensão analítica	Ideia-força
Relações entre cidade média e região	Drenagem de recursos	Captação, pela cidade média, dos recursos microrregionais
	Transbordamento do dinamismo	Irradiação, pela cidade média, do dinamismo na microrregião de influência

Fonte: Autora (2017)

### **3.2 Variáveis, índices e indicadores da pesquisa aplicada**

A partir das dimensões apresentadas foi construído um modelo analítico, base para a definição de variáveis e seleção/formatação de índices e indicadores. Esse modelo tem como propósito orientar as análises aplicadas às dez microrregiões dinâmicas do Semiárido, com vistas à identificação de perspectivas de uma integração produtiva intrarregional vinculada a uma rede de cidades médias. A

definição de variáveis e a seleção/formatação de índices e indicadores representaram, por um lado, a decisão de não restringir o foco da análise a apenas um indicador, visto que não haveria um indicador ou índice que abarcasse a complexidade do tema aqui tratado. Por outro lado, a definição e a seleção também representaram o esforço de escolha e de síntese frente à essência extraída dos grandes temas discutidos, quais sejam: (i) desenvolvimento, (ii) desenvolvimento regional, (iii) redes de cidades, (iv) relações entre cidade média e região.

É preciso ter em mente que os índices e indicadores, ao passo que não conseguem captar a integralidade dos aspectos concernentes às dinâmicas regionais, também não podem ser considerados simplesmente “dados” a respeito de um tema. Segundo Rua (2004, p. 2-3), os indicadores são uma balança que permite “pesar” os dados ou uma régua que permite “ aferir” os dados em termos de qualidade, resultado, impacto dos processos e dos objetivos dos eventos. A autora afirma que os indicadores são medidas, ou seja, uma atribuição de números a objetos, acontecimentos ou situações, de acordo com certas regras, e, enquanto medidas, referem-se a informações mensuráveis, independentemente de sua coleta obedecer a técnicas ou abordagens qualitativas ou quantitativas. Os índices, por sua vez, mensuram relações observáveis entre variáveis ou entre uma variável e uma constante. A informação proporcionada pelo índice certamente é mais útil quando ele for utilizado para o estabelecimento de associações entre dois ou mais objetos.

Com as variáveis definidas, pôde-se selecionar/construir os indicadores/índices correspondentes. Os dados dos índices e indicadores foram obtidos, em sua maioria, a partir de instituições de pesquisa oficiais reunidas no Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional em 2012. Como complemento das informações, também foram pesquisados sítios eletrônicos de órgãos públicos e corporativos, e foi trazida à tona a experiência própria e o conhecimento da autora obtidos em visitas de campo, quando do trabalho no Ministério da Integração Nacional, a partir do ano de 2008. O método da análise de tendência tem como referência o Painel de Indicadores da Política Nacional de Desenvolvimento Regional II, desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional em 2015<sup>18</sup>. Esse método busca aferir a tendência de desenvolvimento das microrregiões brasileiras a partir da análise da trajetória evolutiva do indicador ou índice em dois períodos distintos. No caso desse estudo, optou-se por expressar essa trajetória evolutiva a partir das taxas básicas de crescimento<sup>19</sup> dos valores absolutos<sup>20</sup> dos índices/indicadores, considerados dois

---

18 Desenvolvido pelo consultor Renan Zerbini Ribeiro Leão, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

19 Dada pela fórmula Taxa Básica de Crescimento =  $(\text{Ano 2} - \text{Ano 1} / \text{Ano 1}) \times 100$  (resultado em porcentagem).

20 É preciso ter em mente que, no caso de valores absolutos muito pequenos, a taxa básica de crescimento pode apresentar um superdimensionamento que tende a distorcer a análise quando associada a outro recorte geográfico. Nesse caso, a análise é relativizada a partir da retomada dos valores absolutos de cada índice/indicador.



períodos distintos, chamados de Ano 1 e Ano 2, com uma média de diferença de 10 anos entre um e outro, mas podendo sofrer variação segundo a natureza do indicador/índice e as fontes disponíveis.

Considerando um processo relacional entre as dinâmicas em estudo e os diferentes recortes territoriais em questão, associados à disponibilidade de informações, o esquema adotado para as indicações de tendências é apresentado a seguir:

- No grande tema “Desenvolvimento”, para cada um dos índices/indicadores, a taxa de crescimento das microrregiões foi relacionada com a taxa de crescimento do Brasil;
- No grande tema “Desenvolvimento regional”, para parte dos índices/indicadores, a taxa de crescimento das microrregiões foi relacionada com a taxa de crescimento do Semiárido;
- No grande tema “Rede de cidades”, analisou-se a morfologia de redes e tipos de fluxos das microrregiões enquanto unidades constitutivas do Semiárido;
- No grande tema “Relações entre cidade média e região”, para cada um dos índices/indicadores, a taxa de crescimento da cidade-polo foi relacionada com a taxa de crescimento da microrregião de influência e vice-versa.

Dessa forma, para cada dimensão analítica adotada, foram definidas variáveis e selecionados/formatados índices e indicadores, objetivando uma aproximação mais realista da realidade regional, segundo as bases a seguir apresentadas:

- A) Em relação ao grande tema “Desenvolvimento”, para a dimensão “**competitividade**”, foram definidas variáveis com base em Smith (2008 [1776]), Keynes (1996 [1936]), Schumpeter (1985), Nurkse (1957) e Lewis (1969). Para a dimensão “**equidade**” foram definidas variáveis com base em Marx (1996[1867]), Myrdal (1960), Furtado (2013), Harvey (2014), Sicsú e Bolaño (2006), Sen (2010), Neil Smith (1988), Jacobs (2001) e Brandão (2004). Na matriz, as variáveis e respectivos índices/indicadores podem ser assim descritos, de acordo com o Quadro 3.5.

**Quadro 3.5 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Desenvolvimento”**

Variável	Descrição do indicador	Fonte de dados	Período	
			Ano 1	Ano 2
<b>DIMENSÃO COMPETITIVIDADE</b>				
Riqueza (PIB Total)	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais) / Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) do Brasil - Valor anual (mil reais)	IBGE	2000	2011
PIB Setor primário	Taxa de crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais) / Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)		2000	2011
PIB Setor secundário	Taxa de crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais) / Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)		2000	2011
Produtividade	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual / Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	IBGE	2000	2010
Infraestrutura econômica	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na microrregião	Programas do Governo Federal	Até 2016	
Economia sem produção	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) <b>(indicador negativo)</b>	IBGE	2000	2010
<b>DIMENSÃO EQUIDADE</b>				
PIB Setor terciário	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais) / Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	IBGE	2000	2011
Renda <i>per capita</i> média	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais / Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais		2000	2010
Sustentabilidade rural	Taxa de crescimento da população ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião (Nº de habitantes) / Taxa de crescimento da população ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil (Nº de habitantes)	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Ministério do Trabalho e Emprego	2002	2009
Vulnerabilidade à pobreza	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual / Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual <b>(indicador negativo)</b>	Atlas de Desenvolvimento Humano PNUD com dados do IBGE, Fundação João Pinheiro, Ipea	2000	2010
Desenvolvimento humano	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Semiárido		2000	2010
Desigualdade de renda	Taxa de crescimento do Índice de Gini da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini do Semiárido* <b>(indicador negativo)</b>		2000	2010

\*O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

Fonte: Autora (2017).

- B) Em relação ao grande tema “Desenvolvimento regional”, para a dimensão “**localização e polarização**”, foram definidas variáveis com base nas abordagens de von Thünen, de 1826, Weber, de 1909, Christaller (1933), Lösch, de 1939, North, de 1955; Walter Isard, de 1956; Perroux (1955) e Silva (2009). Para a dimensão “**aglomeração e endogeneização**”, foram definidas variáveis com base nas leituras de Hirschman (1958), Myrdal (1960) e Diniz, Crocco e Santos (2006). Na matriz, as variáveis e respectivos índices/indicadores podem ser descritos segundo o Quadro 3.6, a seguir.

**Quadro 3.6 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Desenvolvimento regional”**

Variável	Descrição do indicador	Fonte de dados	Período	
			Ano 1	Ano 2
<b>DIMENSÃO LOCALIZAÇÃO E POLARIZAÇÃO</b>				
Capital internacional: Multinacionais	Existência de plantas industriais multinacionais no Semiárido e na microrregião	Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias dos estados	Até 2016	
Capital internacional: Agronegócio	Existência de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) no Semiárido e na microrregião	Percepção da pesquisadora em visitas de campo; pesquisas bibliográficas	Até 2016	
Capital internacional: Shopping centers	Presença de <i>shopping centers</i> no Semiárido e na microrregião	Sítio Brasil Shoppings	Até 2016	
Capital internacional: Redes e franquias	Presença de hotéis de rede internacional no Semiárido e na microrregião (complementado pelo item posterior)	Sítio Guia Hotel In Site	Até 2016	
Rede hoteleira	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)		Até 2016	
Bancos internacionais	Presença de bancos internacionais no Semiárido e na microrregião	Sítios Telelistas e Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI)	Até 2016	
Serviços especializados	Presença de serviços diferenciados/especializados no Semiárido e na microrregião	Sítios Prefeituras Municipais	Até 2016	
<b>DIMENSÃO AGLOMERAÇÃO E ENDOGENEIZAÇÃO</b>				
Arranjo Produtivo Local (APL) e Cluster	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião/Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal no Semiárido (%)	Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) com dados dos Ministérios: da Integração Nacional, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Cultura e da Saúde	Até 2012	
Centro Vocacional Tecnológico (CVT)	Média do número de centros vocacionais tecnológicos executados pelo Governo Federal na microrregião/Média do número de centros vocacionais tecnológicos executados pelo Governo Federal no Semiárido (%)	Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	Até 2012	
Qualificação do emprego	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	IBGE	2006	2011
Formação profissional superior	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido		2006	2011
Qualificação de capital humano: pós-graduação	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido		2006	2011
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I)	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P, D & I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P, D & I e Correlatos no Semiárido	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Ministério do Trabalho e Emprego	2006	2010

Fonte: Autora (2017).

- C) Em relação ao grande tema “Rede de cidades”, para a dimensão “**fluxos "inter" e redes dendríticas**”, foram definidas variáveis com base nas abordagens de Christaller (1933) e Corrêa (1994). Para a dimensão “**fluxos "intra" e redes complexas**” foram definidas variáveis com base em Corrêa (1994) e Conti (2007). Na matriz, as variáveis e respectivos índices/indicadores podem ser descritos segundo o Quadro 3.7.

**Quadro 3.7 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Rede de cidades”**

Variável	Descrição do indicador	Fonte de dados	Período	
			Ano 1	Ano 2
<b>DIMENSÃO FLUXOS "INTER" E REDES DENDRÍTICAS</b>				
Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	Corrêa (1994); Regic/IBGE	1993	2007
Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole regional A, B ou C, centro sub-regional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	Corrêa (1994); Regic/IBGE	1993	2007
Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	Regic/IBGE	1993	2007
Voos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	2003	2015
Fluxos supranacionais	Taxa de crescimento das exportações da microrregião (%)	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2006	2016
<b>DIMENSÃO FLUXOS "INTRA" E REDES COMPLEXAS</b>				
Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	Corrêa (1994); Regic/IBGE	1993	2007
Centralidades	Padrão de distribuição de centralidades na escala microrregional policêntrico	Corrêa (1994); Regic/IBGE	1993	2007
Fluxos intrarregionais	Fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	Regic/IBGE	1993	2007
Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Planos e programas do Governo Federal	Até 2016	
Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião		Até 2016	

Fonte: Autora (2017).

- D) Em relação ao grande tema “Relações entre cidades médias e região”, para a dimensão “**drenagem de recursos**”, foram definidas variáveis com base nas abordagens de Corrêa (1994). Para a dimensão “**transbordamento do dinamismo**” foram definidas variáveis com base em Sposito (2010) e Silva (2009). Na matriz, as variáveis e os respectivos índices/indicadores podem ser assim descritos, segundo o Quadro 3.8.

**Quadro 3.8 – Dimensões, variáveis, indicadores, fonte de dados e períodos do grande tema “Relações entre cidade média e região”**

Variável	Descrição do indicador	Fonte de dados	Período	
			Ano 1	Ano 2
<b>DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS</b>				
Grau de urbanização	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião, à exceção da cidade-polo	IBGE	2000	2010
Evolução populacional	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes, à exceção da cidade-polo		2000	2010
Verticalização	Identificação de alto índice de verticalização na microrregião, à exceção da cidade-polo, e na cidade-polo	Percepção da pesquisadora em visitas de campo; pesquisas iconográficas em jornais e internet	Até 2016	
Concentração de serviços urbanos: água	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião, à exceção da cidade-polo	IBGE, Fundação João Pinheiro e PNUD	2000	2010
Depósitos bancários	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião em reais (R\$), à exceção da cidade-polo	IBGE com dados do Banco Central, Registros Administrativos	2006	2016
Participação no PIB	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$), à exceção da cidade-polo	IBGE	2000	2011
<b>DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO</b>				
Distribuição da riqueza	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião, à exceção da cidade-polo- Valor anual (mil reais) / Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)	IBGE	2000	2011
Distribuição da população	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião em nº de habitantes, à exceção da cidade- polo / Taxa de crescimento da população total da microrregião em nº de habitantes	Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) /IBGE	2000	2010
Renda média per capita	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião, à exceção da cidade- polo -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião	IBGE	2000	2010
Desigualdade de rendimentos do trabalho	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L* dos rendimentos do trabalho da microrregião, à exceção da cidade- polo/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião - (indicador negativo)	Atlas de Desenvolvimento Humano PNUD com dados do IBGE, Fundação João Pinheiro, Ipea	2000	2010
Tecnologia	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião, à exceção da cidade- polo/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião	Ministério do Trabalho e Emprego	2006	2010
Educação básica	Taxa de crescimento do Ideb** por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião, à exceção da cidade- polo/Taxa de crescimento do Ideb por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) /Ministério da Educação	2005	2009

\* O Índice de Theil-L é o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica do rendimento dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

\*\* O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) associa a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, obtida a partir da Prova Brasil e o rendimento escolar, consideradas as taxas de aprovação e reprovação de uma instituição.

Fonte: Autora (2017)

### **3.3 Síntese do capítulo**

Esse capítulo apresentou as bases analíticas que, a partir de uma compreensão teórica, definiram as dimensões que orientaram os capítulos de análise, assim como as variáveis, índices e indicadores sobre os quais a pesquisa aplicada em microrregiões se apoia. O capítulo que segue apresenta, sob a forma de uma discussão do tema e revisão bibliográfica na escala Brasil, a análise histórica da estruturação do mercado produtor em escala nacional no período que se estende de 1880, quando houve o início da industrialização no Brasil, até o ano de 2016. Nessa análise serão resgatados: o contexto ambiental, político, econômico, regional e demográfico do período; as políticas públicas federais que influenciaram a questão regional e a dinâmica da população; assim como os resultados advindos em termos de reconfiguração da divisão territorial do trabalho, dos novos fluxos de capital produtivo, financeiro e humano e seus rebatimentos na rede de cidades. A abordagem considera que o contexto de estruturação de mercados induziu ao longo do tempo ações governamentais nacionais voltadas para a redução de desigualdades em diferentes abordagens, que ora estimularam a competitividade, ora a equidade no espaço regional. Essas políticas provocaram alterações na dinâmica regional e, em especial, na configuração da rede de cidades em escala nacional, que se mantém concentrada na porção atlântica.

#### **4. ESTRUTURAÇÃO DE MERCADOS, AÇÃO GOVERNAMENTAL E DINÂMICA REGIONAL NA ESCALA NACIONAL (1880 A 2016)**

Parece legítimo creditar boa parte do delineamento e adensamento da rede de cidades do Brasil ao processo de acumulação e reprodução do capital, que tem se dado de modo diferenciado nos espaços regionais. E parece legítimo afirmar que esse processo foi induzido diretamente por políticas públicas “*top-down*”, que tiveram como foco o desenvolvimento nacional pautado na competitividade, especialmente durante a fase desenvolvimentista. Em tempos recentes, novas relações entre cidades têm sido comandadas por dinâmicas do capital que emergem e promovem processos produtivos um tanto peculiares, visto que, ao passo em que se mostram articulados em termos de divisão do trabalho, revelam-se fragmentados territorialmente. O legado dessas políticas somado a essas novas dinâmicas do capital têm ajudado a manter, nas regiões caracterizadas por menor dinamismo, a condição histórica de uma rede de cidades cujas relações produtivas estão baseadas em arquipélagos, que figuram o cenário produtivo regional desde o período colonial, mas que nos dias atuais assumem novas roupagens. Assim, este Capítulo objetiva investigar a forma pela qual se delineou a rede de cidades brasileira, enquanto processo diretamente induzido por políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, em atendimento à primeira questão de pesquisa.

##### **4.1 Antecedentes**

No período colonial, observa-se que a rede de cidades do país era extremamente rarefeita, visto que a lógica de intervenção no território era meramente exploratória e o capitalismo não havia ainda se manifestado em essência no território. Os portugueses, ao comercializarem a madeira e as peles de animais, organizavam-se em “firmas mercantis” simplificadas e não se utilizavam de mecanismos que favorecessem a rápida acumulação de riquezas (BECKER; EGLER, 2011, p. 37). Com a paulatina organização da produção em *plantations* de cana-de-açúcar, o processo de acumulação de capital também não foi muito claro, visto que um valor econômico e político foi atribuído à terra, maior até mesmo que a própria acumulação de capital financeiro. Esse imperativo do “poder do capital” vinculado à propriedade gerou o padrão latifundiário que perdura até hoje no país, com uma maior expressão em regiões com menores índices de desenvolvimento, como o Semiárido. Nessa região, o poder atrelado à terra firmou oligarquias econômicas e políticas.

A configuração regional da Colônia, dessa forma, refletiu esse modelo econômico. Baseada no mercantilismo e no latifúndio, a expansão do território deu-se de forma fragmentada, não constituindo processos de articulação em rede entre os núcleos produtivos. A constituição das economias regionais com estruturas diferentes e ligadas à agricultura voltou-se para o mercado externo, seguindo trajetórias específicas, mantendo um padrão de isolamento e favorecendo a construção de um território



dicotômico: no início do século XIX, 3,5 milhões de habitantes dividiam-se entre a “marinha” e o “sertão” (BECKER; EGLER, 2011, p. 52). Cerca de 60% dessa população se concentrava no litoral, e o restante se dispersava pelo interior. No litoral formou-se a sociedade mercantil e no sertão permaneceu a sociedade mais rude.

Essa autonomia e dispersão territorial das estruturas produtivas, tanto no litoral, quanto no interior, formaram no período o que se convencionou chamar de arquipélagos produtivos. Em meio a esses arquipélagos, a “grande lavoura” de café se destacou. O café foi o produto que determinou o rumo da economia nacional até o primeiro quartel do século XX e garantiu o surto exportador brasileiro. O capitalismo então nasceu no Brasil nessa fase, com a introdução da mão-de-obra assalariada que trabalhou nas lavouras e formação de um incipiente mercado de consumo após a abolição da escravidão. Regionalmente, isso aconteceu primeiramente na economia cafeeira do Oeste Paulista, onde a divisão territorial do trabalho passou a ser mais intensa. Entretanto, as preocupações do governo com as questões regionais só ocorreram no final do Império e foram, por assim dizer, restritivas. No caso da Amazônia, estavam atreladas à ocupação e controle do vasto território. No caso do Nordeste, às crises provocadas pelas secas no Semiárido. Essas preocupações eram de caráter setorial e não lograram alterações significativas na rede de cidades nacional. Até então ela se moldava aos interesses do capital, que já dava indícios de uma maior concentração onde o cultivo do café prosperava. Com o início do desenvolvimentismo, porém, novos delineamentos marcaram o espaço regional brasileiro, como será mostrado a seguir.

#### **4.2 Crise da economia cafeeira, integração do mercado nacional, início da concentração urbano-industrial (1880 a 1949)**

##### *Contexto do desenvolvimento: Crise da economia cafeeira*

O período que se estendeu de 1880 a 1949 foi marcado por dois importantes ciclos políticos: o primeiro foi a extinção do Império com a Proclamação da República, em 1889, e o segundo foi a Era Vargas, de 1930 a 1945. Prado Júnior (2008 [1945], p. 209) comenta que o fervor ideológico propagado pela a Proclamação da República não provocou rupturas políticas significativas durante as décadas que se seguiram. Se, em termos econômicos, vivia-se um momento de expansão da agroexportação, politicamente o país se acomodou, ancorando-se nas elites agrárias que representavam os interesses do setor durante a República Velha<sup>21</sup>. Mas não se pode negar que essas elites tiveram sua parcela de crédito no protagonismo econômico que o país assumiu até então, destacando-se no mundo capitalista ocidental como grande produtor agrícola de matérias-primas e gêneros tropicais voltados

---

21 Esse período, de 1889 a 1930, foi caracterizado pela alternância de representantes das elites mineira e paulista no poder republicano, na chamada política do “café-com-leite”.

para a exportação. Porém, a pouca diversificação produtiva se impôs como consequência indesejada dessa intervenção. Ao passo que as atividades agrário-exportadoras atingiam a quase totalidade do território nacional, apenas dois tipos de indústria existiam nesse período: “a indústria de beneficiamento e a indústria doméstica, ambas ancilares do processo de agroexportação” (MOREIRA, 2014, p. 247).

Vê-se que essas forças produtivas, tanto a agrária, quanto a de beneficiamento industrial, ao passo que se ampliaram após a República, demonstraram ainda grande dependência das economias externas. Sua estabilidade estava comprometida, visto que a concentração cada vez maior das atividades econômicas na produção de poucos gêneros voltados para a exportação, assim como a estruturação de toda a vida do país sobre essa base, tornava todo o sistema econômico do país frágil e vulnerável (PRADO JÚNIOR, 2008 [1945], p. 211). E os efeitos dessa dependência logo puderam ser sentidos, pois a economia da “superprodução” no mundo desenvolvido atingiu diretamente o Brasil<sup>22</sup>. A retração da economia americana acabou por reduzir, no Brasil, a exportação do café, motor da economia nacional até então.

Cano (2004) afirma que o caso brasileiro se reveste de complexidade, visto que, além da crise externa americana, o país contava com elevada expansão da capacidade produtiva do setor cafeeiro e industrial, muito à frente da expansão de suas demandas, pois não estava formado um mercado interno de consumo. O autor comenta que a crise internacional, dessa forma, aprofundou problemas nacionais que já se anunciavam. Mas mesmo assim esse quadro abriu uma “extraordinária possibilidade para a formulação de uma política que, ao mesmo tempo, não só pudesse conter ao mínimo os efeitos perversos da crise externa, mas também enfrentar a crise interna” (CANO, 2004). E foi nesse contexto marcado pela crise externa e pelo delineamento de uma crise interna, que se instaurou o início de industrialização no Brasil, não a partir de uma política deliberadamente ativa, mas de uma política reativa. Essa crise da economia cafeeira inaugurou no país o chamado Processo de Substituição de Importações. Segundo Tavares (1975), esse processo condicionou, no Brasil, um ciclo de crescimento econômico orientado pelo impulso de restrições do exterior que, com rebatimentos na economia interna, estimularam a ampliação e a diversificação da capacidade produtiva industrial nacional.

Deve-se ressaltar que o apogeu e crise do sistema agroexportador e conseqüente início da atividade industrial trouxeram novas dinâmicas regionais e populacionais. Antes desse ciclo, havia uma simples separação cidade-campo, dispendo os 14 milhões de habitantes no fim do século XIX ao longo

---

<sup>22</sup> No fim do século XIX, a industrialização pautada no sistema taylorista de relações homem-trabalho nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha tinham como foco os ganhos de produtividade. Com o fordismo no começo do século XX houve a consolidação de um sistema de produção em massa, a partir das diversas linhas de montagem, que teve rebatimentos na sociedade. Essa sociedade passou a se caracterizar pelo excesso de produção e simultânea necessidade de adquirir maior capacidade de consumo (HARVEY, 2014).

do litoral e em pequenos povoados afastados uns dos outros, “sem contatos apreciáveis” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1945], p. 258). As quatro atividades principais do período eram apenas a agropecuária de exportação, a lavoura de subsistência, a indústria em formação e os serviços urbanos precários (MOREIRA, 2014, p. 249). A presença do capital internacional em território brasileiro atuava no sentido da concentração regional das atividades manufatureiras no Sudeste, em função das vantagens locacionais apresentadas por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, mas também no Nordeste, como em Recife. Porém, a crise de 1929, ao provocar a derrocada dos preços externos do café, estimulou a produção interna de açúcar e algodão, com o diferencial que essa produção não ocorreu apenas nas antigas áreas regionais de produção (como no Nordeste, principalmente), mas fundamentalmente em São Paulo, que, “rapidamente transformaria sua agricultura e passaria a ter a primazia da produção desses bens” (CANO, 2004). Assim, a consolidação do parque industrial se deu no “interior do complexo cafeeiro”, em São Paulo, e “o vetor dinâmico da expansão territorial passou a atender, em grande parte, às necessidades do centro industrial” (BECKER; EGLER, 2011, p. 112).

Observa-se então que a convivência das elites agrárias e políticas, a dependência econômica nacional ao mercado externo, a deficiência do mercado consumidor e o processo de substituição de importações foram fatores que, embora não deliberados, alteraram a dinâmica econômica das regiões brasileiras, no sentido de propiciar a instalação de uma indústria moderna, mas incapaz de se disseminar pelo território nacional. As condições internas era desfavoráveis para tanto, visto que o país havia abolido a escravidão apenas em 1889 e a migração do sistema escravocrata para o assalariado deu-se em passos bastante lentos. O padrão de vida da população era ínfimo naquele período, segundo Prado Júnior (2008 [1945], p. 258). Havia ainda uma sensível precariedade na constituição das redes de comunicações e infraestrutura, assim como na rede de cidades brasileira. Esses fatores impediram a disseminação do dinamismo entre as diversas regiões do país. Portanto, eles foram cruciais para ressaltar as desigualdades regionais que existiam desde o período colonial. Foi no período de 1880 a 1930, na medida em que lentamente foi se integrando o mercado nacional, que elas se tornam mais evidentes.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Integração do mercado nacional*

De 1930 a 1945, entretanto, um novo ciclo político marcou significativamente a República que se consolidava. Foi a Era Vargas, período de amadurecimento da nação ascensão, mas sob a intervenção estatal direta, aos moldes keynesianos, e sob o signo do capitalismo. Muito embora desde o final do século XIX já se assistisse a uma preocupação com as questões regionais por parte dos governos da época, ela continuou mantendo um olhar restrito e setorial. No Nordeste, por exemplo, foram criadas comissões para analisar o problema das secas. No que se refere à Amazônia, em 1912,

foi criada a Superintendência de Defesa da Borracha, preocupada com a concorrência asiática (BRASIL, 2012a, p. 15). Em termos de concepção de planejamento do Estado brasileiro, a grande mudança veio, de fato, com o início do desenvolvimentismo.

Com o primeiro governo Vargas, o planejamento estatal assumiu um porte mais estruturante<sup>23</sup>. Para garantir o desenvolvimento do país, foram definidas três grandes estratégias: (i) a modernização do Estado brasileiro, (ii) a ruptura com o padrão de insulamento produtivo regional e, (iii) a promoção da integração do mercado nacional. A partir de 1931, visando superar parte dos efeitos da crise cafeeira, Vargas iniciou a política econômica de recuperação da renda e do emprego e, com isto, expandiram-se as trocas inter-regionais, iniciando o processo de formação e integração do mercado nacional, como afirma Cano (2004). Em sua política institucional, esse propósito de integração também foi verificado. Cano afirma que o café, por exemplo, que era "um problema paulista" passava a ser um "problema nacional", pois em 1933 foi criado o Departamento Nacional do Café. Segundo o autor, outros problemas "regionais" também foram transformados em questões "nacionais", sob a gestão do governo federal. E ainda, como investimentos empreendidos no governo Vargas, Cano destaca a expansão da infraestrutura, buscando a sua desconcentração territorial. Isso se deu a partir da revitalização do transporte ferroviário e ampliação de 5% de sua rede. Houve também melhorias no transporte de cabotagem e ampliação, ainda que incipiente, da rede rodoviária federal. Além disso, houve o "preenchimento de vazios" populacionais do território, notadamente da região Centro-Oeste, com o início da "Marcha para o Oeste". Além disso, por meio do Plano Especial (1939 a 1946), teve início o planejamento regional explícito no Brasil<sup>24</sup>.

Porém, os avanços em termos de formulação no Plano Especial não se reverteram em resultados territoriais contundentes: em relação à redução de desigualdades regionais, a política explícita do período mostrou-se pouco expressiva. Ela esteve a reboque dos propósitos nacionais, que nem sempre concorriam a seu favor. Em que pese a missão de integrar o mercado nacional trazer benefícios diretos para a economia como um todo, ela começou a promover relações inter-regionais desbalanceadas. Nesse sentido, o foco do desenvolvimento na competitividade nacional frente às outras nações não foi acompanhado, na mesma medida, de uma preocupação em garantir a equidade interna, no bojo de suas regiões. As ações empreendidas no primeiro governo Vargas contribuíram para mudar o perfil produtivo nacional, mas nem todos os espaços regionais estavam no mesmo patamar para se inserir no processo de industrialização e carrear consigo rápido o processo de urbanização que se instaurava.

---

<sup>23</sup> Vargas criou o Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, e o Conselho Federal do Serviço Público Civil, transformado no Departamento de Assuntos do Serviço Público (DASP) em 1938, ambos passando a ser os embriões de um futuro ministério de planejamento e administração (CANO, 2004).

<sup>24</sup> Houve a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, o Banco de Crédito da Borracha, em 1942, e vários territórios federais. A Constituição de 1946 também estipulou que parte da receita da União seria destinada a investimentos no Nordeste e Norte (BRASIL, 2012a, p. 15).

*Rebatimentos no território e relações entre cidade e região: Início da concentração urbano-industrial*

A mudança da base produtiva agroexportadora para a industrial, então, aprofundou o capitalismo no Brasil em bases de uma economia urbana, mas que não atingiu todo o território nacional. A atividade industrial manteve requisitos locacionais tradicionais, pautados na eficiência da localização. Sua implantação deu-se próxima às fontes de matérias-primas, mercados e capitais. Esse padrão econômico gerou na sociedade novos segmentos da burguesia, crescimento da classe média, massa trabalhadora urbana organizada e ampliação dos segmentos profissionais de maior qualificação técnica (CANO, 2004). Com isso, destacava-se mais ainda o parque industrial de São Paulo e Rio de Janeiro, que, além de se diferenciarem no quesito produtivo, formavam uma sociedade mais complexa. Ao passo que a sua economia se complexificava, a sociedade também se diferenciava das populações das demais regiões, manifestando nessa região o “círculo virtuoso do crescimento”.

Entre 1920 e 1950, por conseguinte, uma mudança severa no padrão da divisão territorial do trabalho se operou no país. Foi o início da concentração industrial regional, muito embora a indústria enquanto setor ainda se apresentasse indiferenciada. A maior parte dessas indústrias produzia bens de consumo não duráveis. Prado Júnior (2008 [1945], p. 260) afirma que a concentração industrial em São Paulo deu-se em função de o estado reunir um grande número de circunstâncias favoráveis a essa concentração: o progresso apresentado com a economia do café, que trouxe renda e adensamento demográfico; a imigração europeia decorrente das necessidades trabalho nas lavouras de café, que trouxe a expertise técnica, muito superior a do trabalhador brasileiro da época; e a abundância de energia hidráulica de que o estado dispunha, nas proximidades da capital desde 1901. Essa concentração alterou significativamente os fluxos de capital produtivo, financeiro e humano nessa fase, redefinidos a partir da facilitação da entrada do capital internacional.

Após a Primeira Guerra Mundial, indústrias subsidiárias de matrizes estrangeiras se multiplicaram no país, alimentando a urbanização concentrada. O capital internacional também esteve presente nas empresas de serviços públicos, como estradas de ferro, melhorias urbanas, portos e energia. Em relação aos fluxos decorrentes da movimentação do capital financeiro, verifica-se que, no começo do século XX, a inserção do capital internacional se deu por intermédio dos empréstimos para financiamento das atividades produtivas. Foi assim com a inserção de bancos norte-americanos, como o *American Coffee Corporation* ou o *City Bank of New York*; ou bancos ingleses, como o *London & Brazilian Bank*, concentrados regionalmente onde havia produção industrial.

Deste processo de expansão urbano-industrial, com encadeamentos em cascata, nos termos de Hirschman (1958), e com participação direta do capital internacional, emergiu uma rede de cidades desarticulada intra e inter-regionalmente, configurando um território ainda “vazio” em termos demográficos, mas com concentrações de riqueza acentuadas. A exceção se verificou em São Paulo. Esta cidade, em função do período agroexportador de café, já havia constituído a fundação de muitas vilas e outras cidades no estado, visto que as lavouras se expandiram para o Oeste Paulista, possibilitando a construção da malha ferroviária e, posteriormente, rodoviária para o transporte do produto (BORDO, 2005). Formou-se então uma rede amplamente ramificada, articulada e hierarquizada, tendo no seu topo o comando da capital e, nas suas pontas, a comunicação com os estados vizinhos e seus mercados, possibilitando que se estendesse a área de influência paulista para muito além das fronteiras do estado (GONÇALVES, 1994, p. 39 apud BORDO, 2005). Assim, a formação de um denso complexo de produção e consumo inserido na rede de cidades já existente foi o embrião da polarização industrial no Estado de São Paulo, não apenas na capital. Isso ficou mais evidente na fase seguinte.

#### **4.3 “Milagre” econômico, políticas “top-down” e desconcentração limitada (1950 a 1979)**

##### *Contexto do desenvolvimento: “Milagre” econômico*

Entre as décadas de 1950 e 1970 três importantes ciclos políticos tiveram rebatimentos no delineamento da rede de cidades brasileira. O primeiro deles foi o segundo governo Vargas (de 1950 a 1954), o segundo foi o governo Juscelino Kubitschek (de 1956 a 1961) e o terceiro foram os governos militares (de 1964 a 1979). Vargas e Juscelino Kubitschek assumiram a presidência com o propósito maior de integrar o país pela via da industrialização. Após o governo Juscelino Kubitschek, houve a centralização militar – entre 1967 e 1979, quando foi implementada expressiva política desenvolvimentista. A partir daí, houve a transição do autoritarismo em crise para a democracia, embora mergulhada numa severa crise econômica nos anos 1980.

O segundo governo Vargas foi o período do crescimento, da diversificação da estrutura produtiva, mas também da polarização industrial em São Paulo induzida pelo Estado. No governo Juscelino Kubitschek, esse acelerado crescimento da economia foi mantido, estimulado e acentuado, inclusive, com nova abertura ao capital internacional, fazendo com que em 1958 o percentual de concentração regional da indústria no Sudeste atingisse assustadores 80% (MOREIRA, 2014, p. 250). No período subsequente, em meio ao contexto econômico favorável ao desenvolvimento produtivo interno que culminou no “milagre” econômico (não mais completamente vinculado às restrições externas), houve a intensificação dessa industrialização concentrada, e mesmo com a clara preocupação

dos governos militares em implementar políticas explícitas de desenvolvimento regional, esse período ficou conhecido por sua excessiva concentração da renda.

O crescimento econômico por que o país passou nessa fase impactou a questão regional e a dinâmica populacional de forma contundente. De modo geral, dado o maior tamanho e diversificação produtiva da indústria paulista, esta cresceu à frente das demais, e, segundo Cano (2004), acelerou o processo de integração do mercado nacional, mas submeteu as demais regiões pela concorrência. A estrutura regional resultante da industrialização pôde então ser representada por três grandes unidades. Segundo Becker e Egler (2011, p. 114), havia uma área core com uma periferia integrada, representada pelo Sudeste e Sul; as periferias deprimidas, Norte e Nordeste; e as fronteiras de recursos, o Centro-Oeste. Na fase desenvolvimentista, o principal destino dos migrantes que abandonavam os grandes reservatórios de mão de obra eram as grandes cidades, particularmente, os grandes aglomerados em formação no Sudeste, dentre os quais São Paulo se destacava (BRITO, 2009).

Como se observa, o apogeu do desenvolvimentismo foi o período da consolidação interna do modelo centro-periferia no país a partir de forte intervenção estatal. As relações de dependência das demais regiões em relação ao Sudeste, ao passo que remete esta região a uma condição produtiva favorável estabelecida desde o auge da cafeicultura, foi reforçada pelo propósito estatal de apostar no Sudeste como a região que elevaria o país a níveis de competitividade econômica mais altos.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Políticas “top-down”*

Durante o aprofundamento do desenvolvimentismo, prevaleceram as concepções sobre região a partir de um olhar abrangente, ela era considerada um suporte para investimentos estatais e privados. O pano de fundo para a adoção das estratégias adotadas também esteve atrelado ao pensamento keynesiano, por meio do qual se defendeu a necessidade de uma acentuada intervenção do Estado na economia. Dessa forma, em termos de planejamento estatal, houve significativo avanço informacional da burocracia tecnocrática, que, cada vez mais, construía e disponibilizava informações que permitiam a intervenção centralizada, sendo preferencialmente adotada a escala macrorregional. O propósito varguista então foi mantido nessa fase: integrar o mercado nacional pela via da industrialização e modernizar o país. Por esse motivo a preocupação com as questões regionais acabou sendo o resultado, sobretudo, de uma subestratégia dessa política macro.

No segundo Governo Vargas (de 1950 a 1954), por exemplo, as políticas regionais explícitas partiram do pressuposto de que a integração do mercado nacional não ocorreria com a permanência de estruturas regionais semicoloniais. Por isso essas políticas tiveram como foco as duas ‘periferias deprimidas’ de que trataram Becker e Egler (2011): o Nordeste e o Norte. O propósito de integrar essas

regiões ao mercado nacional, dar-se-ia no Nordeste, pela via do desenvolvimento e das soluções hidráulicas, e no Norte pela via da ocupação, povoamento e valorização econômica (COSTA, 2000, p. 50). Nesse sentido, em 1953, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (BRASIL, 2012a, p. 15).

No Plano ou Programa de Metas (1957 a 1960) do Governo Juscelino Kubistchek, a tônica foi a intervenção direta do Estado na implementação de trinta metas quantitativas voltadas para a provisão de infraestrutura econômica e a industrialização, distribuídas em quatro vertentes: energia, transportes, alimentação e indústria<sup>25</sup>. Muito embora dissociada da meta nacional, a preocupação com o planejamento regional também existiu e foi verificada com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No período dos governos militares, entre os anos de 1964 e 1979, emergiram importantes planos nacionais que enfatizaram a interiorização da ocupação no território nacional, a integração nacional a partir de grandes obras de infraestrutura e a redução das disparidades regionais, como o Plano Trienal, o Programa Estratégico de Governo, Plano Decenal, o I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento. Esses planos partiram do pressuposto de que a urbanização seria a base logística da modernização acelerada, ainda que em boa parte das regiões preponderassem lógicas socioespaciais pouco atreladas ao urbano. Nesse sentido, foram resgatadas as ideias de Perroux (1955), no tocante à implantação dos polos de crescimento e desenvolvimento, que se dariam nas cidades. A eleição de regiões-programa e, nessas regiões, a seleção de polos ou centros urbanos, seria realizada para fins de alocação espacial dos investimentos com foco na eficiência e competitividade. O objetivo era que esses polos pudessem irradiar dinamismo, tal como preconizado pela Teoria dos Polos de Crescimento.

Em termos de política regional, vivenciou-se nessa fase o que se chamou de “primeira geração”, política do tipo “*top-down*” ou de desenvolvimento exógeno, por meio da qual a ação do poder central foi baseada em estratégia intervencionista abrangente. Merecem destaque o fortalecimento das instituições públicas regionais durante o segundo Governo Vargas (de 1950 a 1954), como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953; além dos investimentos em infraestrutura e no financiamento de longo

---

<sup>25</sup> O detalhamento das metas se deu por setores: energia (elétrica, nuclear, carvão mineral e produção e refinamento de petróleo); transportes (reaparelhamento e construção de ferrovias, pavimentação e construção de rodovias, portos e dragagem e marinha mercante); alimentação (produção de trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes); e indústria (alumínio, siderurgia, metais não-ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de minérios de ferro, indústria automobilística, construção naval, material elétrico pesado e de tecnologias de informação, mecânica pesada e formação de pessoal técnico) (BRASIL, 1958).



prazo, com a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atualmente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES).

O Plano ou Programa de Metas de Juscelino Kubistchek (1957 a 1960) também teve como foco a ampliação dos investimentos em infraestrutura de energia, transportes e telecomunicações. Ele apontou como novidade a construção de Brasília. Sua localização foi estrategicamente pensada pelo Estado, com vistas ao melhor aproveitamento econômico nacional das potencialidades que adviriam das regiões até então pouco desenvolvidas. Com esse propósito à frente dos demais, o Plano não enfrentou de forma direta e contundente as disparidades no desenvolvimento das regiões, visto que os investimentos produtivos industriais continuaram concentrados espacialmente.

No período dos governos militares, entre os anos de 1964 e 1979 e sob a égide de um “projeto nacional desenvolvimentista”, foram iniciadas políticas voltadas ao desenvolvimento regional calcadas no financiamento ao setor produtivo. Surgiram aí os programas de incentivos e renúncias fiscais. Em termos institucionais, foi criado o Ministério do Interior no final da década de 1960, que coordenou as instituições regionais até então existentes. Replicando a ideia do BNB, foi criado em 1966, o Banco da Amazônia (Basa) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); a do Sul (Sudesul) e a Zona Franca de Manaus, ambas em 1967. O Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo (Funres) é de 1969 e Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) são de 1974 (BRASIL, 2012a).

Ressalte-se que os planos nacionais de desenvolvimento foram instrumentos claros de implementação da política de integração nacional em bases de competitividade adotada nos governos militares. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND), de 1972, defendeu uma estratégia nacional de planejamento urbano com ênfase na instituição de Regiões Metropolitanas e polos de desenvolvimento, tanto nas regiões ditas “desenvolvidas”, quanto nas consideradas “estagnadas”. O I PND também criou o Programa de Integração Nacional, o PIN. Ele foi primeira estratégia explícita nacional de descentralizar e interiorizar o desenvolvimento nacional a partir de programas nacionais de atuação regional, como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), dentre outros. No I PND dos governos militares, o PIN expandiu a fronteira econômica do país para o Centro-Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de projetos de colonização. Já os programas nacionais de atuação regional viabilizaram uma maior alocação de recursos em regiões e setores produtivos previamente selecionados, a partir de suas vantagens comparativas específicas (COSTA, 2000, p. 69).

O II PND, de 1975, trouxe em seu bojo a necessidade de crescimento econômico, mas favorecido pela abertura econômica ao capital privado e estrangeiro, a partir de estímulos governamentais e investimentos em infraestrutura (COSTA, 2000). Além disso, inspirada em Perroux, outra estratégia foi formatada por meio do fomento à estruturação de centralidades que pudessem dar suporte a novos polos da indústria, materializada no Programa Cidades de Porte Médio. Rochefort (1988) chama a atenção para esse programa. Segundo o autor, ele manifestava preocupação com a excessiva concentração territorial, muito embora seu propósito fosse exatamente o oposto.

Especialmente o II e o III PND dirigiram fortes investimentos em empresas públicas no setor de bens intermediários para as regiões menos desenvolvidas do país, induzindo um processo de desconcentração industrial, embora limitada (BRASIL, 2012a, p. 15). Essa desconcentração regional da indústria também se deu a partir da implantação dos polos minero-industriais, siderúrgicas e usinas hidrelétricas, com destaque, na década de 1970, para o polo petroquímico Canoas-Triunfo, no Rio Grande do Sul; carboquímico, em Santa Catarina; nióbio e fertilizantes em Catalão, Goiás; estanífero, em Rondônia; siderúrgico e de alumínio, em Carajás, Pará; e de Itaquí, no Maranhão; sal-gema em Alagoas, fertilizantes em Sergipe; petroquímico em Camaçari. Todos associados a projetos energéticos, como Itaipu, Itumbiara, São Simão, Tucuruí e Xingó (MOREIRA, 2014).

Dessa forma, observa-se que, com as políticas desenvolvimentistas, a busca de desconcentração dos ativos regionais existiu de fato, mas foi consolidada em grande medida a partir de políticas de provisão de infraestrutura e desconcentração industrial pautadas na competitividade regional por meio dos polos minero-industriais, siderúrgicas e usinas hidrelétricas e rodovias. Essas políticas, porém, ao passo que se mostraram insuficientes para frear o avanço da excessiva polarização que se firmava no Sudeste e que, paradoxalmente, também tinha sido diretamente promovida pelo Estado, também tendiam a reproduzir, nas regiões alvo dos investimentos, os mesmos padrões de desigualdade verificados na escala nacional.

#### *Rebatimentos no território e relações entre cidade e região: Desconcentração limitada*

Enquanto as políticas regionais eram implementadas, São Paulo se firmava deliberadamente como polo industrial nacional na década de 1960. Essa foi a fase da implantação da indústria pesada no país. A diversificação produtiva e incorporação da força de trabalho industrial no estado de São Paulo passaram a suplantar, e muito, a força de trabalho dos outros estados. Esse processo de diferenciação de São Paulo, entretanto, trouxe novos delineamentos para a estruturação produtiva nas demais regiões, que as políticas regionais não conseguiram conter.

Moreira (2014, p. 255) afirma que o surto industrial do Sudeste, estimulado diretamente por um olhar sobre o desenvolvimento em bases de competitividade, provocou alterações na divisão territorial do trabalho no país como um todo. O Nordeste e o Sul, que iniciavam suas atividades industriais com a produção de alimentos e a produção têxtil, retomaram suas atividades agrícolas na década de 1950. O Centro-Oeste passou a acompanhar esse processo pela via da agroindústria, e o Norte não alterou seu padrão produtivo em função de seu isolamento até então.

Na década de 1970, o autor afirma que a concentração industrial no Sudeste atingiu um patamar tal que começaram a surgir as deseconomias de escala e aglomeração, afetando custos e produtividade, prejudicando a própria produção e a equidade na distribuição das riquezas geradas, além da acentuação das migrações em massa. Dessa forma, a interiorização da industrialização para além da região metropolitana levou consigo a interiorização da urbanização, formando um complexo sistema urbano-regional polarizador. Essa força polarizadora de São Paulo redefiniu os fluxos do capital produtivo, que foram ampliados ou restringidos em função a existência de infraestrutura de conexão que ligaria São Paulo à sua região de influência e às demais regiões.

A “dominação” de São Paulo passou a se dar via traslado inter-regional do capital produtivo, que começou a se manifestar a partir de meados da década de 1960 (CANO, 2004). Em relação às demais regiões, Oliveira esclarece:

“O processo de redivisão partindo da indústria do Sudeste, é amplo e atinge todas as regiões. Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, cria uma outra região, como o Centro-Oeste, destrói numa primeira etapa ou reduz o crescimento da indústria no Sul e no Nordeste; apenas o Norte mantém-se relativamente imune a seus efeitos, em virtude da inexistência de uma infraestrutura de transporte que viabilize a integração (esse isolamento começa a ser rompido (entretanto) com a Belém-Brasília)” (OLIVEIRA, 1984, p. 72).

Verifica-se que tais modificações na divisão territorial do trabalho contribuíram para esse salto competitivo do país no mundo. Em função disso, houve o surgimento de novos fluxos de capital produtivo com os demais países. A inserção do capital produtivo vindo de fora continuou intensa e, aliado a isso, entre as décadas de 1950 e 1980 o governo brasileiro ampliou suas relações produtivas com a América Latina, Ásia, África e Europa, numa posição até certo ponto “imperialista”. A Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Varig eram as mais importantes multinacionais da época. As exportações brasileiras passaram a se vincular mais aos produtos manufaturados, que aos produtos primários. As transações com os países semiperiféricos da época (China e os “Tigres Asiáticos”) deram-se através da exportação de minério de ferro, produtos siderúrgicos, químicos, petroquímicos e têxteis. Em relação ao capital financeiro, o Banco do Brasil passou a assumir importância significativa e sua distribuição se deu entre as capitais do país, atingindo

inclusive outros países, denotando o avanço tecnológico por que o Brasil passou no período, apesar da tradição histórica de pouco investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Dessa forma, o resultado das ações públicas crescimento econômico e de integração nacional evidenciou, no final da década de 1970, dois processos simultâneos de fluxos populacionais. Por um lado, com a metropolização e fortalecimento da polarização de São Paulo, ficou clara a opção estatal deliberada em dotar cidade de primazia sobre as áreas rurais a partir de então. A urbanização no Brasil assumiu uma dimensão realmente estrutural a partir de 1960, quando a população urbana superou a rural. A velocidade do processo de urbanização foi tão grande que em apenas 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões (BRITO, 2009). Além disso, as migrações da época definiram a tendência à concentração populacional nos grandes aglomerados metropolitanos, que se deu a partir dos anos 1960. Nesse período a modernização da agropecuária, como resultado da mecanização da agricultura, também foi fator de expulsão da população das áreas rurais do Sul e Sudeste do país, gerando novos fluxos populacionais para as cidades industriais. Brito complementa que “a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização, a concentração da população urbana e a metropolização”.

Por outro lado, e com menor vigor, uma força contrária ao movimento concentrador do capital foi verificada com as políticas públicas que promoveram incipiente desconcentração industrial. Essas políticas, ao passo que contribuíram para a expansão da fronteira agrícola e mineral, acabaram por acelerar também e nos mesmos moldes dos nacionais, a urbanização concentrada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com base na análise do resultado do estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da década de 1960<sup>26</sup>, pode-se afirmar que, apesar dos esforços de integração nacional decorrentes das políticas regionais do período, a preponderância da política econômica sobre a regional acabou por dar mais força ao processo de polarização industrial do Sudeste, contribuindo para o delineamento de uma rede de cidades desequilibrada e fragmentada,

---

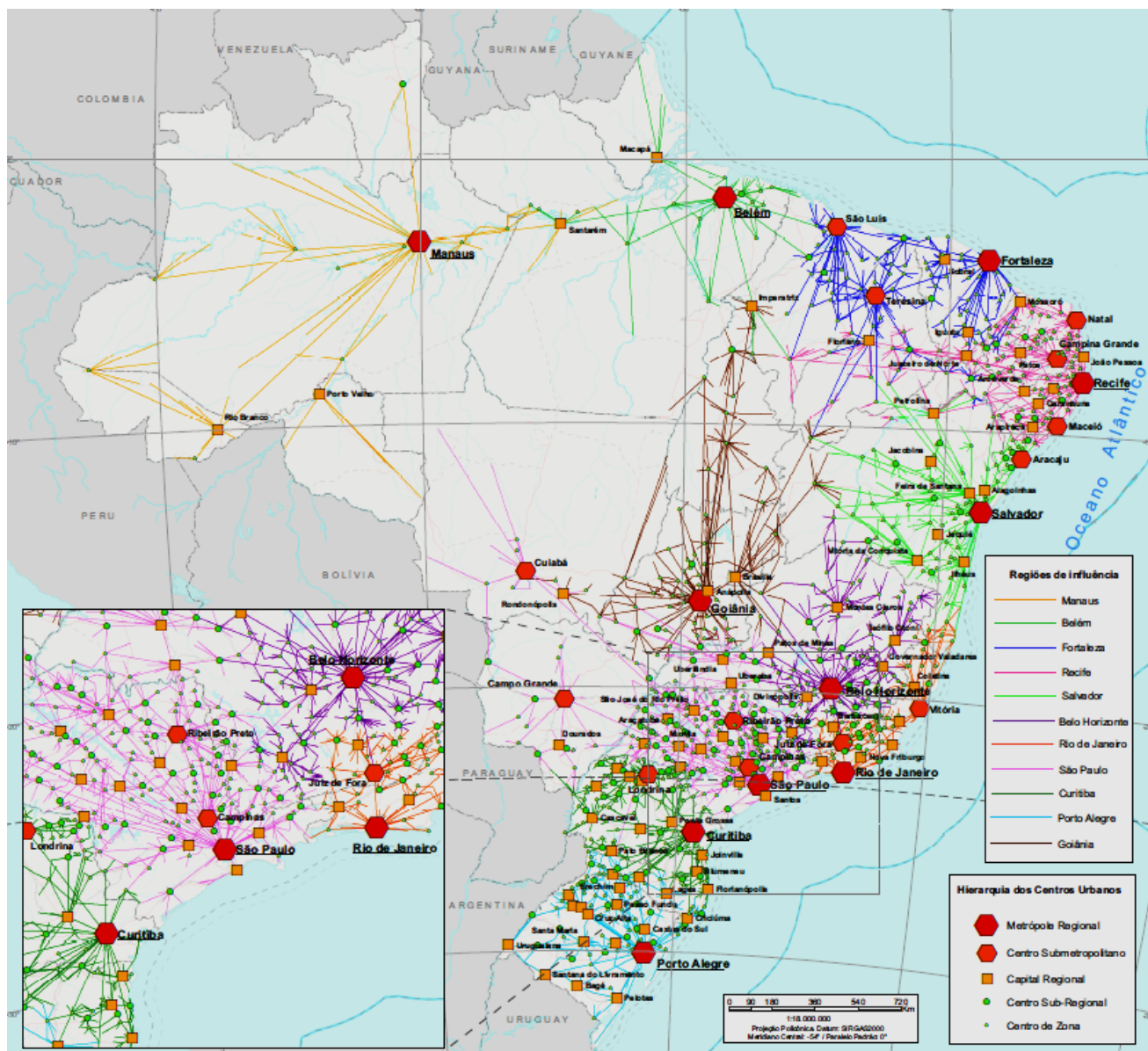
<sup>26</sup> A partir da década de 1960 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou uma série de estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (Regic). Esses estudos permitem a análise espacial das transformações por que passou a rede de cidades em escala nacional ao longo do tempo. Tendo utilizado a metodologia proposta por Michel Rochefort para análise da rede urbana francesa, o primeiro estudo do IBGE sobre a rede de cidades adotou a base de dados do Inquérito Municipal CNG/EPEA de 1966. O questionário foi aplicado em todos os municípios com população superior a 10.000 habitantes e tinha como foco a identificação dos lugares onde a população do município buscava bens e serviços não ofertados naquele município, apresentando-se dividido em 135 itens agrupados em quatro capítulos: I - atividade agrícola e extrativa vegetal; II – pecuária; III – atividade comercial; e IV – saúde, educação, estabelecimentos bancários, transporte e comunicações. O IBGE buscou identificar naquele ano os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar.

bem como para a acentuação das desigualdades regionais. Os estudos de centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira realizados pelo IBGE em 1966 apontaram esse desequilíbrio e fragmentação.

Em 1978 o IBGE publicou novo estudo sobre a rede de cidades. Depreende-se da sua a ocorrência de dois processos espaciais diferenciados da década anterior. O primeiro deles é que, de fato, a explosão urbana e metropolitana foi tributária direta das políticas “*top-down*”. Nesse período, 44% da população morava em cidades com população entre 250 mil e dois milhões de habitantes (AZEVEDO; ALVES, 2010). O censo, à época, indicava que 50% do crescimento se devia às migrações internas, que tinham como motivação o movimento concentrador promovido pela industrialização. Em 1978 a metropolização se torna expressiva e o mapa da rede de cidades já captava este processo, ao definir onze capitais com características de metrópoles regionais: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Além dessas metrópoles regionais, o IBGE apontou a existência de mais 13 centros de características “submetropolitanas”.

O outro processo espacial é a proliferação das chamadas “capitais regionais” para além do litoral brasileiro e do Centro-Sul. São cidades médias com funções polarizadoras que eventualmente se beneficiaram dos investimentos na desconcentração da infraestrutura e das atividades produtivas, foco dos governos desenvolvimentistas. No Norte do país, Santarém, Macapá e Rio Branco assumem essas funções de capitais regionais. No Nordeste, podem ser destacadas as cidades de Imperatriz, Floriano, Sobral, Juazeiro do Norte, Mossoró, Petrolina, Campina Grande, Patos, Arapiraca, Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana, dentre outras. No Centro-Oeste, Brasília, Anápolis, Rondonópolis e Dourados. Nas regiões Sul e Sudeste uma profusão de cidades com essas características faz com que a rede de cidades dessas regiões seja bastante adensada e articulada. A Figura 4.1 apresenta a rede de cidades na escala nacional de 1978.

**Figura 4.1 - Rede de cidades na escala nacional de 1978**



Fonte: IBGE, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1978. In: BRASIL (2008a).

A Figura 4.1 mostra que, na década de 1970, o traslado inter-regional dos bens e serviços também se faz aparente com São Paulo, que passou a exercer influência sobre os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Goiânia, por sua vez, polarizava o estado do Maranhão, da Bahia e do Piauí.

Dessa forma, verifica-se, de modo geral, que os esforços de desconcentração promovidos pelas políticas públicas nessa fase não foram suficientes para reverter o processo concentrador em escala nacional, ao mesmo tempo em que reproduziram um padrão de competitividade espacial no processo de desenvolvimento, que se revelou também polarizador na escala regional. Esse padrão foi mantido na fase neoliberal, principalmente em função da abertura de mercados, definindo novas relações entre cidade e região, como será tratado a seguir.

#### **4.4 Crise e estabilização econômica, crise e retomada do planejamento, migração e metropolização (1980 a 2002)**

##### *Contexto do desenvolvimento: Crise e estabilização econômica*

O período compreendido entre os anos de 1980 a 2002 é marcado em termos políticos pelo fim do regime militar nos anos 1980 e, nos anos 1990, pela fase conhecida no país como neoliberal.

Os anos 1980, no âmbito da economia, ficaram conhecidos como “a década perdida”, muito embora, em termos políticos, “aquela foi literalmente uma década ganha” (BRASIL, 2012b). Não apenas se formaram e se consolidaram inúmeras entidades e partidos populares, “como se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988” (BRASIL, 2012b). Nessa década o Brasil ainda vivia o regime centralizado militar, que seria encerrado com João Figueiredo em 1985. Foi um período de gradual abertura política, que levaria o país ao futuro governo civil e encerrando o ciclo do militarismo. As pressões populares por eleições diretas, consubstanciadas no movimento “Diretas já”, foram predominantes durante toda a década. Ainda que indiretamente eleito em 1985, Tancredo Neves representou o fim de um ciclo militar que se estendeu por 21 anos. Aliado a isso, a Constituição de 1988 materializou o fim desse regime. Com a morte de Tancredo, em 1985, antes de ser empossado, assumiu o vice, José Sarney, ficando as eleições diretas agendadas para o final da década de 1980.

Em termos econômicos, a década de 1980 foi caracterizada pela grave crise que assolou o país e toda a América Latina a partir dos dois choques internacionais do petróleo (em 1973 e em 1978). Esses choques provocaram uma recessão global e, no Brasil, provocou o esgotamento do Processo de Substituição de Importações. A desaceleração da economia no Brasil no período representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos 50 anos anteriores. A crise representou o “fim do desenvolvimento sustentado pelo endividamento externo”, que configurou os governos militares, a despeito do rápido crescimento verificado no período (BECKER; EGLER, 2011, p. 215). Nessa década, segundo os autores, o Brasil tornou-se um dos maiores devedores mundiais e o legado do autoritarismo militar, ao levar a construção do Estado ao extremo, isolou o governo de sua base social, minando o apoio necessário para a negociação em favor da construção da nação. Sob a égide da economia, multiplicaram-se os conflitos por posição e controle do mercado por empresas nacionais e internacionais. A instabilidade financeira, a estagnação econômica e os graves surtos de inflação puseram em xeque a eficiência do Estado e abriram espaço para a disseminação do pensamento neoliberal que marcou a economia e ação pública da década de 1990.

Nos anos 1990, após a mudança de regime político, Fernando Collor (1990 a 1992) chegou ao poder, a partir da primeira eleição popular direta para a presidência do Brasil após a ditadura. Seu governo foi marcado pela adoção do receituário neoliberal formatado durante o Consenso de Washington em 1989 e disseminado pelo mundo afora com o fim da Guerra Fria. Privatizações, abertura econômica ao exterior e rigidez fiscal foram as características do governo, interrompido em 1992. Com o vice, Itamar Franco (1992 a 1995), a continuidade do processo neoliberal também ocorreu. Em 1995, chega à presidência Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), permanecendo até o ano de 2002, tendo seu governo a característica principal de estabilizar a moeda, com o plano Real, reafirmar e, na sequência, encerrar um ciclo político de mesmo padrão.

Nesse período, com a abertura econômica e com a estabilização da moeda, houve um aumento significativo das importações, que acabou por provocar o processo de reestruturação produtiva no Brasil, com a reorganização do parque produtivo nacional. As consequências diretas da abertura comercial desregrada e excessiva pauta de importações promoveu o que Coutinho (1997) chamou de “desindustrialização” e “desnacionalização” da indústria brasileira. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o processo da “especialização regressiva”, ou seja, o país teria passado a exportar produtos de menor valor agregado, como as *commodities*, e a importar produtos intensivos em tecnologia. Para Coutinho (1997), isso provocou um retrocesso em termos de avanço tecnológico na indústria nacional, além de uma dependência econômica do mercado externo e de suas oscilações. É o princípio do que Gonçalves (2000) chamou de reprimarização da economia, que se deu a partir do aumento da competitividade dos produtos agrícolas brasileiros, ainda que essa produção fosse intensiva em tecnologia associada<sup>27</sup>.

A configuração espacial brasileira nos anos 1980 e 1990 foi legada da “modernização conservadora” herdada dos 21 anos de intervenção dos governos militares e pôde ser sintetizada em três importantes características. De acordo com Becker e Egler (2011, p. 203), a primeira delas foi a manutenção do domínio agromercantil nordestino. A segunda característica foi a expansão das fronteiras, constituindo até a década de 1980 uma frente de expansão rumo à Amazônia pressionada pelas atividades agrícolas exercidas no Centro-Oeste e no Nordeste. A terceira característica foi o fortalecimento de São Paulo enquanto cidade industrial, só que de alcance mundial, irradiando fortes desequilíbrios regionais e sociais. Essas particularidades serviram de pano de fundo para o movimento migratório avassalador da população que se deu nos anos 1980. Na fase neoliberal, a configuração regional brasileira revelou esse caráter da heterogeneidade estrutural (BECKER; EGLER, 2011, p.

---

<sup>27</sup> Para muitos autores, a primarização da economia não promove uma suficiente divisão do trabalho e divisão territorial do trabalho. Sua cadeia produtiva, tal como a verificada no agronegócio, é significativamente concentrada por grupos restritos, e territorialmente pouco fixada.



200). Essa heterogeneidade ficou mais complexa em função da disseminação do espaço de fluxos, dando suporte a diversas redes e conexões entre lugares, superando os limites impostos pelas fronteiras geográficas e estabelecendo novas relações com a globalização. As relações inter-regionais e internacionais e as novas dinâmicas populacionais assumiram novo patamar nessa fase.

### *Ações de desenvolvimento regional: Crise e retomada do planejamento*

No contexto dos anos 1980, com o Estado desenvolvimentista em crise, vivenciou-se no Brasil a crise das políticas de planejamento. No âmbito da ação pública, seguiram-se políticas recessivas, de arrocho salarial, redução da intervenção estatal, que contribuíram para acelerar o processo de reconcentração de renda pessoal e regional. Porém, se por um lado vivia-se no país essa crise, a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe à tona a insatisfação nacional com a centralização militar, fazendo com que estados e municípios passassem a ter competências explícitas em termos de formulação e implementação de políticas públicas, muito embora sem o Estado ter-lhes conferido capacidades necessárias para que assumissem tais competências com plena autonomia. Essa descentralização, embora tutelada, abriu as portas para a disseminação de um novo padrão de planejamento, o planejamento participativo. A Constituição de 1988 condicionou arranjos federativos para políticas públicas com formatos universais, como o Sistema Único de Saúde, e resultados duradouros.

No âmbito das ações regionais, conformou-se no período o que se chama de segunda geração de políticas regionais (HELMSING, 1999; JIMÉNEZ, 2002). São as chamadas políticas do tipo “*bottom-up*” ou de desenvolvimento endógeno, caracterizadas pela valorização do saber e práticas locais, e promoção do desenvolvimento das capacidades da região, de forma a prepará-la para a competição internacional, em função da abertura ao mercado externo e criação de novas tecnologias a partir de seus recursos, potencialidades e habilidades (MAILLAT, 1998). Nessa fase também foram elaborados inúmeros planos de desenvolvimento na escala local, os chamados Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS), construídos de forma participativa.

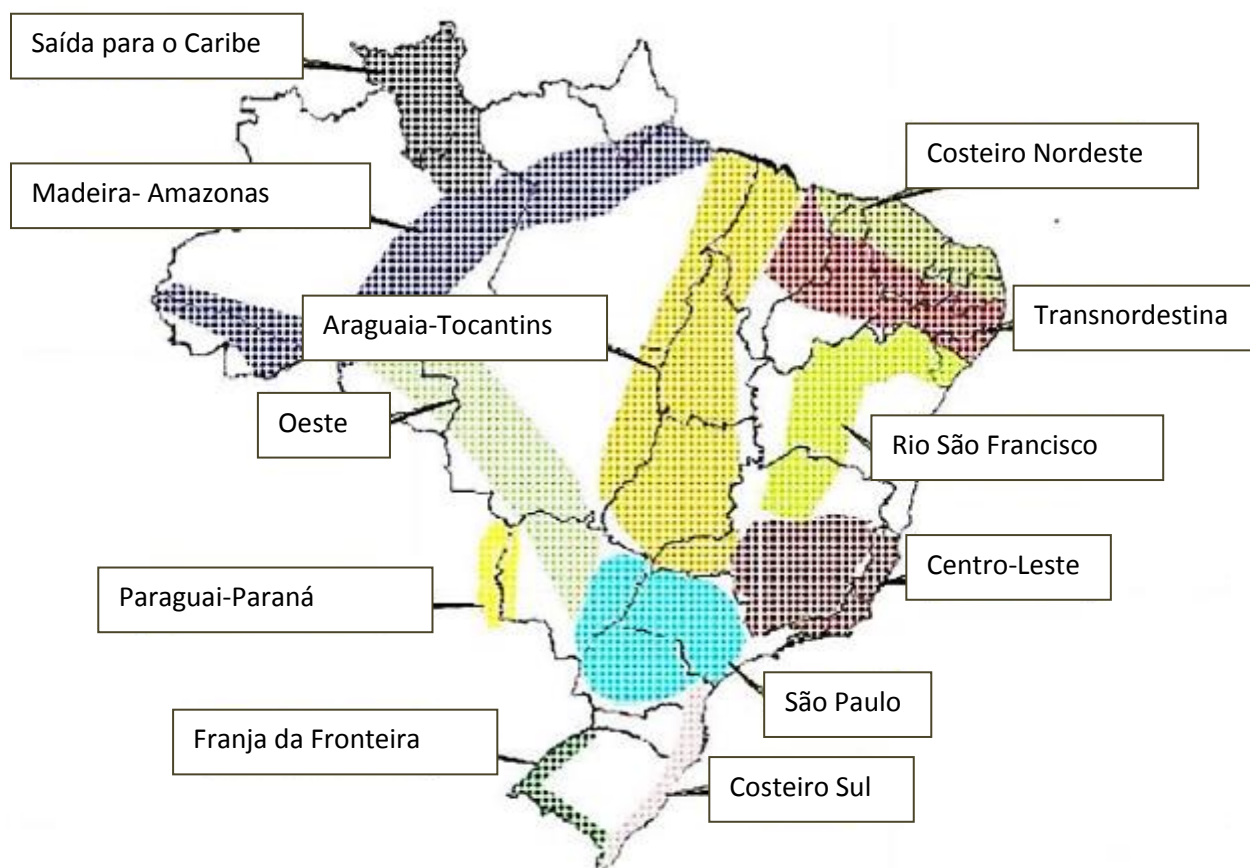
Esse novo padrão de planejamento que se instaurava na década de 1980 influenciou, no âmbito do governo, um movimento importante de retomada na década de 1990. Teve início então o ciclo dos planos plurianuais, os PPAs. Em 1996 foi publicado o primeiro PPA, conhecido como Plano Brasil em Ação<sup>28</sup>. Esse plano seguiu uma orientação claramente neoliberal e demonstrou pouca interface com a ação regional. O PPA 1996-1999, por sua vez, incorporou a proposta dos “eixos de desenvolvimento”,

---

<sup>28</sup> O PPA foi instituído pela Constituição de 1988, que também criou o modelo do atual sistema orçamentário. No entanto, o primeiro PPA foi adotado no governo Fernando Henrique Cardoso (1996-1999).

correspondendo a uma visão de competitividade a partir de “territórios vencedores”, visando a uma maior integração internacional. Em uma primeira etapa, foram formuladas a Política Industrial, de Tecnologia e Comércio Exterior (PITCE) e a política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (BRASIL, 2012a, p. 15). A Figura 4.2 apresenta os eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

**Figura 4.2 – Eixos nacionais de integração e desenvolvimento**



Fonte: Freitas (2012), adaptado pela Autora (2017).

A Figura 4.2 revela que a prioridade dada aos “eixos” objetivou tornar os “focos dinâmicos” do Brasil (agrícolas, agroindustriais, agropecuários ou industriais) acessíveis ao mercado internacional, embora negligenciando a integração interna e as áreas menos dinâmicas. Nesse sentido, os empreendimentos prioritários de infraestrutura também foram convergentes com a política dos “eixos”. O PPA 1996-1999 apontou para 42 empreendimentos, sendo apenas 16 na área social e 26 na área de infraestrutura. Esses projetos deveriam, segundo o Plano, gerar um efeito multiplicador sobre o desenvolvimento econômico e social do país.

Para dar conta dessa proposta de competitividade regional, houve a criação do Ministério da Integração Nacional (MI), em 1999<sup>29</sup>. Como resultado da criação desse órgão no governo, o PPA Avança Brasil (2000-2003) finalmente inseriu a redução das desigualdades inter-regionais como objetivo explícito, mas manteve a política dos “eixos” e o foco na competitividade. Propôs em relação ao tema a estruturação de doze eixos de integração e desenvolvimento, em seguimento ao PPA anterior.

Entretanto, apenas no final do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso é que foi publicado o documento “Bases para as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional” (no ano 2000). Este trabalho foi corajoso e, pela primeira vez, reconheceu-se a relativa insignificância das políticas regionais explícitas do Governo Federal, associada a uma “dispersão no tratamento da questão regional” (BRASIL, 2012a, p. 16). Reconheceu ainda a persistência das desigualdades regionais no Brasil e exigiu ação incisiva por parte do Estado. O documento destaca a necessidade de adotar uma divisão regional mais específica do que a baseada nas macrorregiões, além de se “nacionalizar” as políticas, fazendo com que as regiões menos desenvolvidas, fora das periferias tradicionais (as macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), pudessem também ser beneficiadas no processo de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2012a). Em grande medida, este documento lançou as bases para a construção de uma política explícita de desenvolvimento regional, o que só iria ocorrer em 2003.

Em que pesem os avanços verificados no final do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à política regional brasileira, as ações programáticas, de modo geral, tiveram pouco impacto no território. Deve-se ter em mente que as políticas dos “eixos” ganharam uma conotação setorial, dificultando a intervenção integrada do território, e foram apoiadas na ideologia da competitividade espacial, que se configurou como tendência no mundo com a globalização. Este tipo de regionalismo tendeu a romper laços de solidariedade com o restante do território nacional, a partir da segregação dos ditos espaços “não-competitivos” (BRASIL, 2012a).

Em outra vertente de atuação, a do desenvolvimento endógeno, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso) demonstrou pouca capacidade de transformação da realidade. O Promeso recaiu num imenso localismo e investiu pouco na organização social, estruturação de arranjos produtivos locais e implantação de infraestrutura de conexão, com vistas à redução das desigualdades nas mesorregiões diferenciadas, ainda que cada uma delas compusesse um programa federal específico.

---

<sup>29</sup> Muito embora tivessem sido extintas a Sudam e a Sudene e criadas as Agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA), que posteriormente vieram a ser extintas para serem substituídas pelas originais superintendências regionais e, mais tarde, a Sudeco também foi recriada.

Dessa forma, com políticas pouco contundentes na fase neoliberal, a configuração espacial legada dos planos nacionais de desenvolvimento resistiu ao tempo. Pode-se afirmar mesmo que ela persistiu na fase neoliberal e até o início da fase neodesenvolvimentista, com pouca variação, e que teve, no território, muito mais impacto que os resultados das políticas dos “eixos” e, com o advento da Constituição de 1988, que as de desenvolvimento endógeno. Entretanto, sua opção deliberada pela competitividade em todas as escalas não sustentou nas fases seguintes o processo de desconcentração industrial que, somado à ausência de uma política regional, restaurou a tendência à reconcentração da indústria no Sudeste, e com uma feição ampliada. Conformou-se então o que Moreira (2014) chamou de “novo polígono industrial”, englobando não mais o Sudeste, mas o Centro-Sul. Essa nova região industrial, entretanto, mudou o perfil produtivo. Os bens não duráveis migraram para outras regiões e, nela, passou-se à produção de bens de capital, com ênfase na indústria automobilística, e de consumo duráveis, intensivos em tecnologia.

Moreira (2014) chama a atenção ainda para outros delineamentos do território após o ciclo das políticas desenvolvimentistas. O autor cita a difusão do complexo agroindustrial, que se dilatou para as terras do cerrado do planalto central, difundindo-se pelo Nordeste ocidental. Menciona ainda a constituição de uma fronteira biotecnológica na Amazônia, ao mesmo tempo agrícola, mineral e energética, e o delineamento regional da agroindústria da fruticultura irrigada, que se difundiu no Nordeste juntamente com indústrias do ramo de bens de consumo não-duráveis migradas do Sudeste e do Sul.

Em termos de fluxos no território nessa fase, observa-se, em um quadro de abertura comercial, a concentração de novas atividades e investimentos públicos e privados em certos “focos competitivos”, que estabeleceram fluxos de capital produtivo com outras regiões e com o exterior, entre os quais “diversos polos emergentes em regiões menos desenvolvidas” (BRASIL, 2012a, p. 16). Além disso, na ausência de políticas federais e com a maior autonomia fiscal, conquistada a partir da Constituição de 1988, os estados criaram políticas de atração de investimentos com base em incentivos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), desencadeando a conhecida “guerra fiscal”. Com isso, as empresas filiais vindas de outras regiões ou de fora do país passaram a se instalar no estado que oferecesse melhores condições advindas da isenção ou redução de impostos. Seus fluxos de capital financeiro, produtivo ou humano continuariam, entretanto, partindo dos centros de gestão, que permaneceriam nas regiões mais desenvolvidas ou até mesmo fora do país. Dessa forma, núcleos dinâmicos começaram a surgir e angariar cada vez mais investimentos, inclusive em regiões caracterizadas por baixo nível de desenvolvimento. Essas novas centralidades foram focos de atração

populacional, notadamente o Centro-Oeste e a Amazônia. Nesse período, há consenso na literatura sobre o declínio do crescimento demográfico de grandes centros metropolitanos brasileiros a partir das últimas décadas do século XX. A migração sofreu alterações de padrão. Desde fins da década de 1970 predomina a migração cidade-cidade. Isso veio reforçar a expansão da rede de cidades do país, a despeito de os principais centros metropolitanos continuarem mantendo suas posições hierárquicas na escala macrorregional (MATOS, 2013).

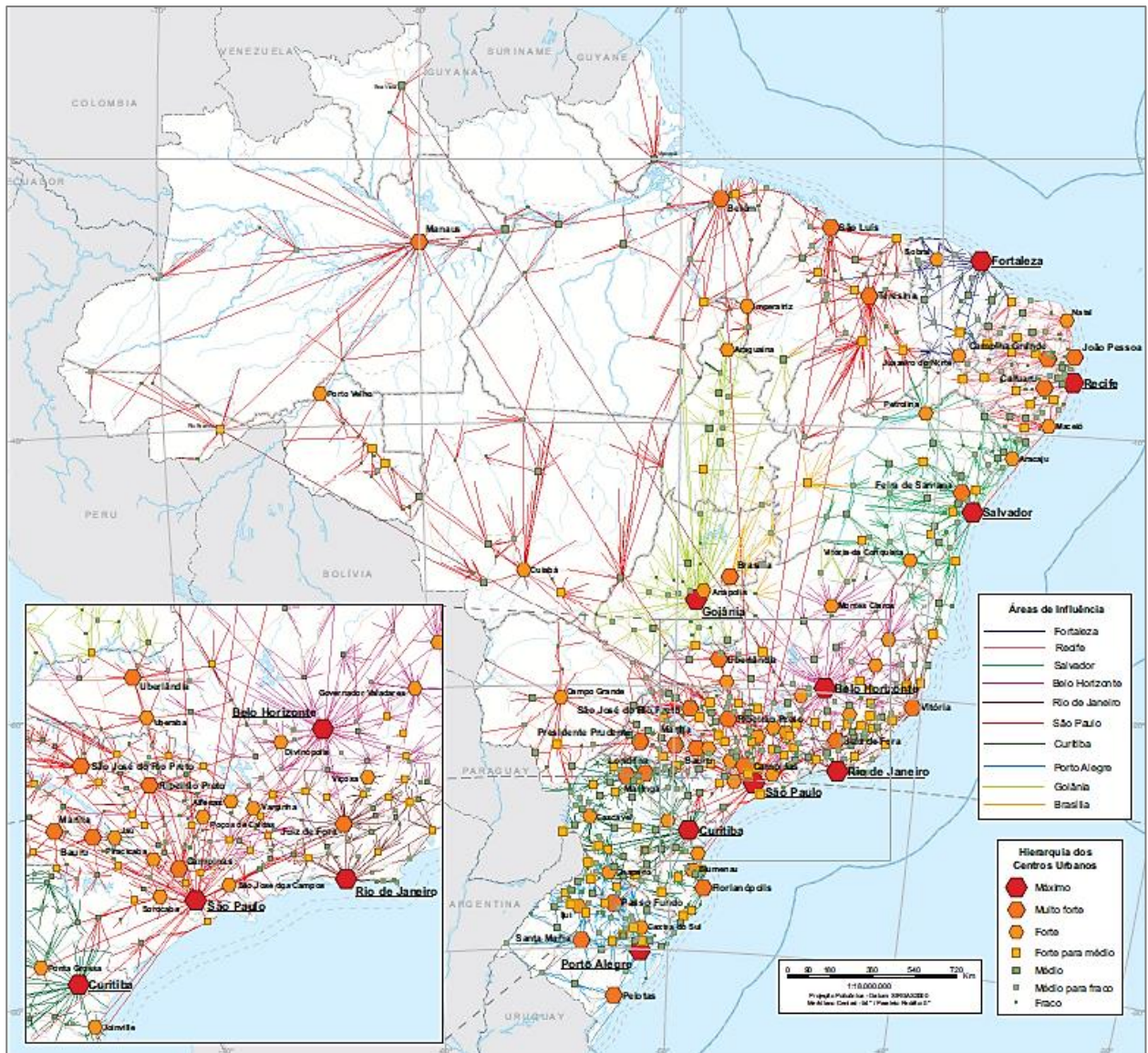
Com tudo isso, a rede de cidades brasileira mudou novamente a feição. A hierarquia dos centros urbanos e suas áreas de influência foram novamente investigadas pelo IBGE, no estudo Regiões de influência das cidades 1993, publicado em 2000, com base em questionário realizado em 1993<sup>30</sup>.

Dois características essenciais podem ser observadas na rede de cidades da década de 1990. A primeira delas é a forte presença de fluxos de pessoas em direção a cidades que possuem bens e serviços localizados fora de seu estado, ou até mesmo de sua macrorregião. Isto pode ser observado no fortalecimento do traslado inter-regional nessa fase, tendo São Paulo como área core polarizadora. Os fluxos estabelecidos com a “cidade mundial” transcendem os municípios de sua região metropolitana, os municípios do interior do estado e até mesmo os municípios de outros estados do Sudeste. Conexões diretas com São Paulo são estabelecidas a partir de outras capitais e cidades médias da região Norte, em especial, mas também as capitais da região Centro-Oeste, como nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e com a Região Nordeste, como no Maranhão, no Piauí e na Bahia. A conexão com o Sul com a cidade de São Paulo se estabelece com maior expressão a partir de Curitiba. A Figura 4.3 apresenta a rede de cidades em escala nacional de 1993.

---

<sup>30</sup> A teoria da rede das localidades centrais de Christaller (1933) foi a base teórico-metodológica para o desenvolvimento desse estudo pelo IBGE. Definiu-se um conjunto de 46 funções centrais, subdivididas em três grupos: funções de baixa complexidade; funções de média a elevada complexidade; e duas funções ligadas à procura por serviços de informação – sedes de jornais diários e de emissoras de rádios AM ou FM (BRASIL, 2008a). O questionário foi respondido pela Rede de Agências do IBGE, tendo sido selecionados 2.106 municípios, mais os municípios com população superior a 20.000 habitantes. As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília foram excluídas da pesquisa, e sua atuação foi inferida a partir das citações a elas feitas pelos municípios investigados (BRASIL, 2008a). As informações do questionário foram trabalhadas em oito matrizes, formando três grupos: as duas primeiras identificavam o destino e a procedência das pessoas na procura por bens e serviços de pouca complexidade; outras duas tratavam o destino e a procedência das pessoas na busca de produtos e serviços de média a elevada complexidade; as quatro matrizes restantes apresentavam os resultados dos fluxos de busca por bens e serviços de informação (BRASIL, 2008a). A centralidade foi calculada pelo total dos fluxos e os centros ordenados pela soma dos pontos alcançados, definindo-se oito níveis: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

**Figura 4.3- Rede de cidades em escala nacional de 1993**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993. In: BRASIL (2008a).

A Figura 4.3 mostra que a segunda característica é a relativa dissociação entre a hierarquia dos bens e serviços oferecidos e a hierarquia entre as cidades. Isso significa que na fase neoliberal, com a abertura do mercado, com a pouca intervenção do Estado, e a partir da maior liberdade conferida aos municípios com a Constituição de 1988, as transformações socioeconômicas e espaciais fizeram com que funções de alto nível (ou de média e alta complexidade) passassem a ser encontradas também em centros de menor hierarquia. Isso significa que, na década de 1990, começaram a ocorrer as relações horizontais entre cidades de mesmo porte demográfico ou similar grau de dinamização econômica. É um processo que se difere essencialmente da fase anterior, quando o Estado emergiu como agente controlador e promotor do delineamento da rede de cidades, a partir dos estímulos que levaram à ascensão fortemente hierárquica de algumas cidades na rede, em especial as sedes das regiões



metropolitanas. Esses processos, entretanto, sofrerão modificações na fase neodesenvolvimentista, quando a heterogeneidade dos espaços regionais será evidenciada.

#### **4.5 Estabilidade econômica, política regional explícita e cidades médias (2003 a 2016)**

##### *Contexto do desenvolvimento: Estabilidade econômica*

Com a restauração da estabilização da moeda, mas diante dos avanços e retrocessos no tocante à redução das disparidades regionais ao longo das décadas, chegou-se aos anos 2000 com grande passivo social e regional. A insatisfação popular com o padrão neoliberal que predominou no país no período anterior contribuiu para o encerramento desse ciclo político e fez chegar ao poder Luiz Inácio Lula da Silva, presidente advindo do movimento sindical, eleito em 2003, e que governou até 2010. Além de Lula, Dilma Rousseff, sua sucessora, governou o país de 2011 a 2016. Os governos Lula e Dilma consubstanciaram o que Boito (2012) chama de frente política do neodesenvolvimentismo. Segundo o autor, essa frente foi a base de sustentação da política de desenvolvimento construída no século XXI.

Lula e Dilma Rousseff governaram o país por mais de uma década. O governo Lula teve como marcas principais a manutenção da estabilidade da moeda, a retomada do crescimento econômico e a formação de um novo mercado de consumo. Dando continuidade a sua proposta, a presidente Dilma Rousseff assumiu a presidência do país em 2011, governando até 2016, quando seu governo foi interrompido. Enquanto presidente, Dilma Rousseff enfrentou grave crise econômica, com recessão e perda de competitividade do país, além de graves denúncias de corrupção, aliadas à pouca consistência de sua política econômica, o que gerou inúmeros protestos e conflitos populares.

Sob inúmeros aspectos, os governos Lula e Dilma adotaram o programa neodesenvolvimentista na seara econômica. Nesse ramo, pode-se considerar o neodesenvolvimentismo “um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (BOITO, 2012). Seguindo esse modelo, o governo Lula apresentou-se bem-sucedido durante os oito anos de mandato. Por um lado, revigorou uma robusta máquina estatal e criou condições para que as intervenções atingissem uma escala bastante abrangente, mas, por outro lado, elevou sobremaneira os gastos do governo. Nesse sentido, Lula ficou reconhecido internacionalmente pela força de sua política social, pelo crescimento aliado à desconcentração de renda e por ser pouco afetado pela crise financeira internacional de 2008, desencadeada nos Estados Unidos a partir da quebra de instituições bancárias que concediam empréstimos hipotecários de alto risco. Entretanto, no governo Dilma, paulatinamente esse sucesso foi sendo arrebatado pela crise econômica que se instaurou no país nos anos recentes.

Em tempos de globalização, do novo padrão produtivo caracterizado pela acumulação flexível, bem como pela emergência da economia do conhecimento, a questão regional brasileira vem assumindo feições cada vez mais complexas. Vivencia-se no século XXI um quadro de grandes assimetrias. As políticas de promoção de territórios vencedores com foco na competitividade aliadas ao pouco impacto das ações de desenvolvimento local, predominantes na fase anterior, acabaram mantendo a tendência de uma fragmentação espacial e produtiva interna, além de ter ampliado as desigualdades. Essas desigualdades, entretanto, manifestam-se em diferentes regiões, em diferentes escalas geográficas e a partir de diferentes indicadores, sejam eles econômicos ou sociais.

Em termos macrorregionais, vê-se que a região Nordeste, por exemplo, apesar de concentrar 28% da população brasileira, segundo dados do último Censo do IBGE (BRASIL, 2010), responde, desde a década de 1950, por apenas 13% do PIB nacional, com pouca variação para mais ou para menos ao longo dos anos. O PIB *per capita* desta região é “menos da metade da média nacional e quatro vezes menor que o de São Paulo” (BRASIL, 2012a, p. 5). Como consequência, o Nordeste concentra “53% dos analfabetos e 59,1% da população extremamente pobre do país” (BRASIL, 2012a). Além disso, outras dinâmicas marcam a questão macrorregional brasileira do século XXI<sup>31</sup>. Apesar da persistência da estagnação econômica e do baixo rendimento da população na maior parte do Norte e Nordeste, verifica-se a existência de “ilhas” de dinamismo que passam a conviver com estruturas produtivas e relações de produção bastante arcaicas, “como se coexistissem épocas distintas” (FURTADO, 2013). O Mapa 4.1 apresenta o rendimento domiciliar per capita por microrregião no Brasil em 2010.

No Centro-Oeste, a excessiva “commoditização” agrícola e mineral têm levado grandes contingentes populacionais à exclusão dos processos produtivos, em função da ainda baixa diversificação. Por sua vez, o esvaziamento populacional na região Sul, em especial no estado do Rio Grande do Sul, denota um novo padrão de comportamento demográfico que diz respeito tanto ao envelhecimento da população, quanto a processos emigratórios advindos da perda de competitividade. Em sentido inverso, os brasileiros parecem migrar para a Amazônia e Centro-Oeste, cujos municípios têm obtido as maiores taxas de crescimento populacional no Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010 (BRASIL, 2010a). Na Amazônia, a causa dessa atração populacional parece estar associada ao movimento de trabalhadores nas grandes obras de infraestrutura, principalmente as hidrelétricas<sup>32</sup> e mineradoras e, no Centro-Oeste, talvez esteja associada à expansão do agronegócio.

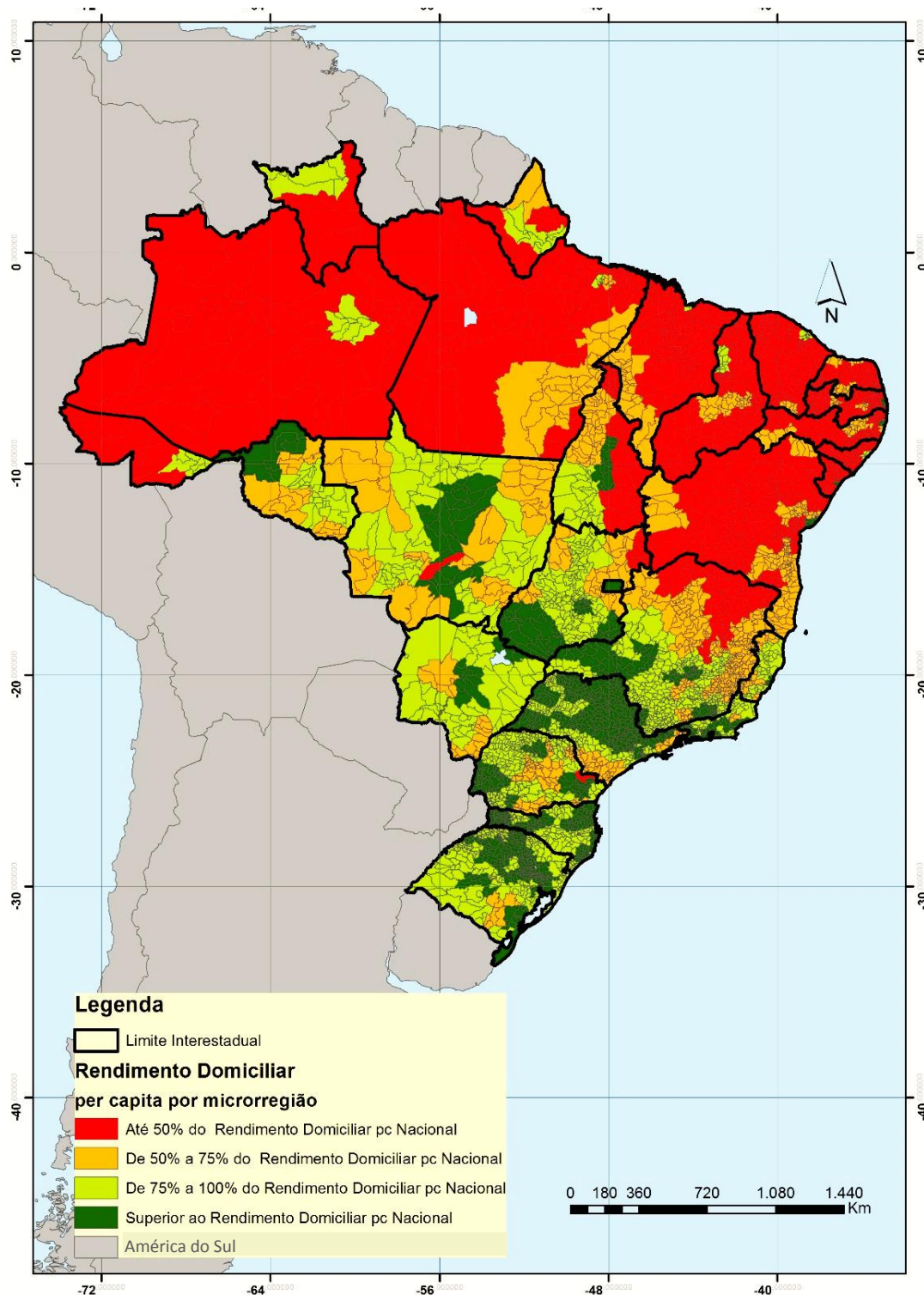
---

<sup>31</sup> Essas dinâmicas regionais do século XXI orientaram a elaboração dos objetivos na proposta da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em tramitação no Congresso Nacional.

<sup>32</sup> A título de exemplo, dados do Ministério do Planejamento indicam que a hidrelétrica de Belo Monte, sozinha, movimentou quase 24 mil trabalhadores entre os anos de 2011 e 2015. Esse número amplia-se consideravelmente, visto que, só no setor hidrelétrico, foram realizados 30 leilões para implantação de usinas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Mapa 4.1 – Brasil –Rendimento domiciliar per capita por microrregião (2010)



Elaboração: Samuel Menezes de Castro.

Fonte: Observatório do desenvolvimento Regional, com base nos dados do Censo do IBGE (BRASIL, 2010a).

O Mapa 4.1 revela no Norte e Nordeste do país, onde predomina o baixíssimo rendimento domiciliar *per capita* de até 50% da média nacional, a presença de microrregiões dinâmicas, com rendimento domiciliar per capita variando de 50% a 100% da média nacional, configurando novas frentes de modernidade em 2010.

Especificamente em relação à dinâmica espacial da população, verifica-se na primeira década do século XXI a existência de movimentos espaciais um tanto paradoxais, com fluxos migratórios diversificados. O paradoxo reside na persistência de movimentos migratórios tradicionais, rumo aos principais centros urbanos, sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, coexistindo com novos fluxos, caracterizados pela migração de retorno dos grandes centros para as cidades de origem, aliada às migrações para as cidades médias. Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017) afirmam que se trata de uma dinâmica demográfica “pluridirecional”, pois cerca de um milhão de imigrantes retornaram entre os anos de 2005 e 2010.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Política regional explícita*

Com esse quadro regional complexo, inovações se fizeram necessárias no planejamento estatal brasileiro. A elaboração dos três planos plurianuais do período ensejou novo olhar para as políticas sociais, que deveriam ser mais abrangentes em termos de alcance. O Plano Brasil de Todos (PPA 2004-2007), no primeiro governo Lula, adotou então como premissa a concepção de que o mercado tenderia ser economicamente e regionalmente concentrador. Portanto, a atuação estatal seria necessária para frear e reverter essa tendência, com o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais<sup>33</sup>. Em sequência, o PPA Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade (2008-2011), mostrou-se mais pragmático e focou a atuação do governo não apenas na manutenção da estabilidade, mas no crescimento econômico a partir da infraestrutura, que adviria com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Plano trouxe ainda uma robusta agenda social, com ênfase na transferência de renda, de modo a inserir contingentes populacionais ao mercado de consumo. Também previu a expansão das estruturas de ensino e a garantia da educação de qualidade. Por fim, o último PPA dessa fase, o Brasil sem Miséria (2012-2015), avançou no sentido de reconhecer as potencialidades do Brasil como ativos para o desenvolvimento centrado no progresso técnico e na redução de desigualdades. Neste contexto, ganhou importância o desafio da erradicação da pobreza extrema com o Plano Brasil Sem Miséria. Segundo o PPA, a redução das desigualdades, dessa forma, possibilitaria a incorporação de um contingente ainda maior de brasileiros ao mercado de consumo.

Cabe destacar que, no âmbito do PPA 2008-2011, o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento<sup>34</sup> foi publicado. O estudo definiu o território como suporte para o desenho das políticas públicas, tendo o combate às desigualdades como pano de fundo. Partindo das concepções de Perroux

---

<sup>33</sup> Para tanto, investir no planejamento regional, bem como no aprimoramento dos instrumentos até então existentes, se faziam necessários, como os fundos constitucionais das regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), assim como os fundos de desenvolvimento do Norte (FDNO), do Nordeste (FDNE) e do Centro-oeste (FDCO).

<sup>34</sup> Desenvolvido pela então Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE).

(1955), assim como as de Castells (2000) sobre o espaço de fluxos, o estudo chegou a uma proposta de novas centralidades propagadoras de desenvolvimento ancorado em cidades médias. O desenho de um “Brasil policêntrico” permitiu a delimitação de onze macrorregiões, 118 sub-regiões e 29 polos como foco para ações do poder público, dentre os quais sete eram novos macropolos. Entretanto, o estudo evidenciou uma leitura do território pouco ancorada na realidade regional, visto que cidades médias dinâmicas do Semiárido, por exemplo, como Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB) ou Mossoró (RN), não foram reconhecidas como nós ou centralidades da rede policêntrica.

No começo da fase neodesenvolvimentista também foi formulada a primeira política explícita de desenvolvimento regional do país em 2003 – a I Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007<sup>35</sup>. A PNDR I representou uma inovação, pois rompeu com paradigmas que dificultavam uma compreensão mais acurada da realidade regional do país no começo do novo século. Ela superou o olhar exclusivo da escala macrorregional como a escala “ótima” para o planejamento e a intervenção regional. Além disso, superou a abordagem vertical, “*top down*”, e valorizou o desenvolvimento endógeno e suas estratégias espaciais, com o desenvolvimento de programas focados na estruturação de *clusters* e arranjos produtivos locais. A PNDR I também avançou no sentido de superar a dicotomia entre o “moderno”, tradicionalmente associado às regiões mais desenvolvidas, e o “arcaico”, tradicionalmente legado às regiões subdesenvolvidas, visto que “a diversidade regional devia ser apreendida como um ativo a ser bem explorado economicamente” (ALVES; ROCHA NETO, 2014, p. 317).

As lacunas da PNDR I, entretanto, fizeram com que os avanços obtidos em termos de formulação não tivessem o mesmo impacto quando da sua execução a partir de 2004. A fragilidade institucional foi, talvez, a principal delas. O fato de estar sob a alçada do Ministério da Integração Nacional (MI), que, na prática, não apresentava grande poder convocatório nem de coordenação de políticas públicas, fragilizou sensivelmente a sua implementação, que, por natureza, é transversal. Além disso, seus dois principais instrumentos não tiveram êxito: a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional<sup>36</sup>, criada com o objetivo de articular ações setoriais em territórios prioritários e coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, foi desativada em 2007; e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional proposto não foi aprovado à época.

Um importante trabalho elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2014 revelou que os instrumentos de maior fôlego da PNDR I - os fundos constitucionais de desenvolvimento regional, quando aplicados, tiveram rebatimentos espaciais diferenciados no que

---

<sup>35</sup> Por meio do Decreto nº 6.047, de 2 de fevereiro de 2007.

<sup>36</sup> Instituída pelo Decreto nº 4.793, de 23 de julho de 2003.

concerne ao desenvolvimento das regiões beneficiadas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a depender da escala de análise (municipal, micro ou mesorregional). O localismo exacerbado acabou por limitar a implementação da PNDR I, trazendo resultados inexpressivos em termos de mudança da realidade regional. Os Fundos Constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste tiveram cerca de R\$ 83,2 bilhões em operações contratadas entre os anos de 2004 e 2010 (RESENDE, 2014, p. 55)<sup>37</sup>. Mas, de modo geral, a análise do Ipea aponta que a escala de atuação mais beneficiada foi apenas a municipal e, em menor medida, a microrregional. Entretanto, na escala mesorregional, os impactos dos fundos não foram percebidos.

Esse baixo impacto dos instrumentos da PNDR levou, nessa fase neodesenvolvimentista, à busca por uma terceira geração de políticas regionais, fruto das avaliações sobre o processo de desenvolvimento endógeno, que recaíram, em última instância, no entendimento de que o processo de globalização imporia uma competição entre sistemas industriais regionais e que, por isso, as políticas de desenvolvimento regional não trariam resultados caso fossem exclusivamente locais. A coordenação horizontal de vários atores (“*bottom-up*”) deveria ser complementada pela coordenação vertical entre os diversos níveis de ação (“*top-down*”) (CROCCO; DINIZ, 2006, p. 14-15). A terceira geração de políticas regionais, dessa forma, propugna uma síntese de ações exógenas e endógenas.

Adotando a perspectiva da terceira geração de políticas regionais, vive-se no Brasil o esforço atual de reformular a PNDR, e verifica-se que, apesar de o tema rede de cidades ser objeto da ação pública em governos anteriores, ainda se mostra atual nessa Política proposta. A PNDR II<sup>38</sup> traz em si uma visão complexa e nacionalizada da questão regional brasileira, com ênfase em problemáticas que se manifestam, distintamente, em cada uma das macrorregiões (ALVES; ROCHA NETO, 2014, p. 320). Com a finalidade de enfrentar essas desigualdades, a PNDR II incorpora um objetivo diretamente relacionado com o fortalecimento da rede de cidades brasileira, com ênfase nas cidades médias, enquanto “centralidades que possam operar, em variadas escalas, como vértices de uma rede policêntrica, com vistas a contribuir, ademais, para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento” (ALVES; ROCHA NETO, 2014, p. 320).

Em relação à PNDR II, são inúmeros os desafios para a implementação de uma política dessa magnitude, e o fato de não ter conseguido adentrar o centro da agenda governamental, fez com que seu

---

<sup>37</sup>Os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) foram instituídos pelo Artigo 159 da Constituição Federal de 1988, tendo sido posteriormente regulamentados pela Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989. A fonte dos recursos dos fundos é proveniente de 3% da arrecadação federal do Imposto sobre a Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do retorno dos empréstimos. Os recursos dos fundos constitucionais são destinados ao financiamento das atividades produtivas, por meio de empréstimos com taxas de juros subsidiados a pessoas jurídicas.

<sup>38</sup>Atualmente a PNDR II encontra-se em tramitação do Senado Federal, por meio do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2015. Até maio de 2017 o último local de tramitação naquela Casa foi a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), onde aguarda a designação de relator desde 24/11/2015.

alcance de orientação regional do desenvolvimento ficasse aquém de sua capacidade de implementação. Outros investimentos que marcaram a fase neodesenvolvimentista pareceram atuar como frentes poderosas de promoção da acumulação capitalista, que acabam beneficiando algumas regiões, e outras não tanto. São aqueles contidos nas chamadas políticas implícitas de desenvolvimento regional. Essas políticas foram priorizadas nos governos Lula e Dilma Rousseff e o fato de não estarem associadas ao olhar estratégico regional e multiescalar da PNDR II tornam seus resultados ainda pouco claros em termos de redução de assimetrias. O Plano Brasil sem Miséria, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>39</sup> e a interiorização da educação profissional e superior, ainda em curso, podem ser destacados.

No tocante ao Plano Brasil sem Miséria, lançado em 2011, verificou-se que contribuiu sensivelmente para a formação de um novo mercado de consumo envolvendo as populações de menor poder aquisitivo de regiões economicamente deprimidas<sup>40</sup>. Os resultados apontados pelo Ministério do Desenvolvimento Social à época indicaram que, até 2014, 22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza com o Programa Bolsa Família. Outra política regional implícita importante foi a interiorização da educação profissional e de nível superior. As matrículas universitárias dobraram entre 2003 e 2014. Foram criadas 14 novas universidades federais e 126 *campi* universitários. A ampliação da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica chegou a 644 unidades em 2016.

Os investimentos setoriais da fase neodesenvolvimentista ainda estão em curso e seus impactos não são claros até o momento. É este o caso dos grandes investimentos que ocorreram no Brasil nessa fase. A estratégia de eleição e priorização das obras do PAC<sup>41</sup>, por exemplo, realizada a partir da negociação direta com os estados federados, reduziu seu alcance, em função do caráter fragmentário que muitos de seus empreendimentos assumiram. Dados do Ministério do Planejamento indicam que 40 mil empreendimentos são abrangidos pelo Programa. Os investimentos executados são grandiosos, somam R\$ 1,9 trilhão até 2015. Já os empreendimentos concluídos alcançaram R\$ 1,4 trilhão até 2015. De acordo com o balanço do PAC 2 realizado pelo Ministério do Planejamento, pode-se ter uma noção da dimensão que o Programa assumiu e, ao mesmo tempo, da pouca clareza demonstrada em termos

---

<sup>39</sup> O Pronaf foi instituído pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.191, de 1995, com a finalidade de conceder crédito de custeio e investimento na atividade produtiva familiar. De acordo com o Ipea (RESENDE, 2014), a avaliação de impacto do Pronaf revelou que este programa, central na política de fortalecimento da agricultura familiar, impactou positivamente o crescimento do PIB per capita e do PIB agropecuário nas escalas municipal, microrregional e mesorregional das regiões Nordeste, Sudeste e Sul no período 2000-2010.

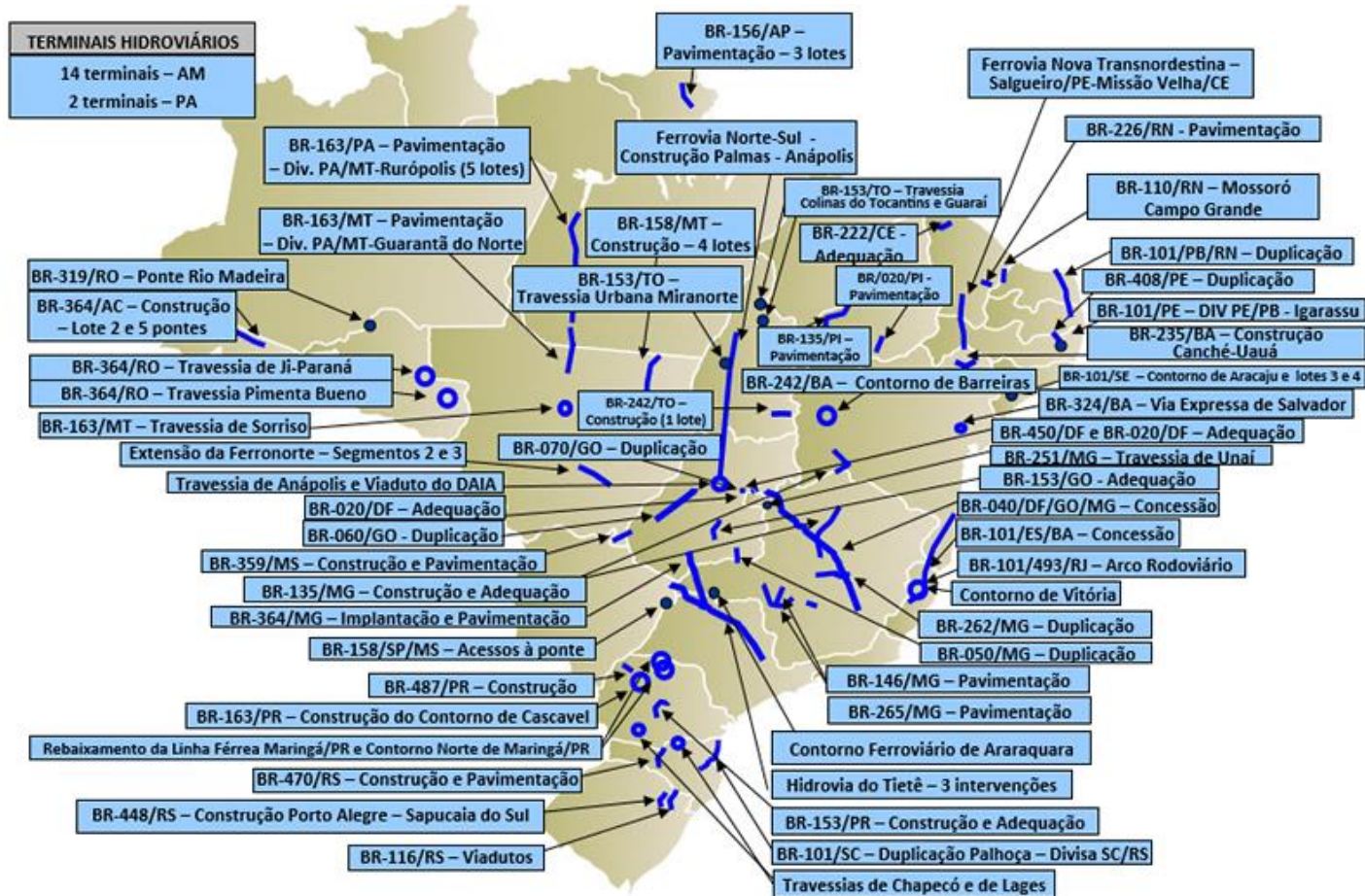
<sup>40</sup> O Plano Brasil Sem Miséria pretendeu alcançar o núcleo da pobreza extrema no país através da transferência de renda, do acesso a serviços públicos (nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica) e ações de inclusão produtiva (via economia popular e solidária e qualificação profissional).

<sup>41</sup> Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social urbana (saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos), logística (construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) e energética (geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis).



de orientação estratégica<sup>42</sup>. A Figura 4.4 apresenta as rodovias, ferrovias e hidrovias concluídas no PAC no Brasil.

**Figura 4.4 – Rodovias, ferrovias e hidrovias concluídas no PAC**



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2015).

A Figura 4.4 mostra o mosaico de investimentos do PAC. Da mesma forma, a estratégia industrial também não pareceu clara na fase neodesenvolvimentista. O Plano Brasil Maior, que representou a política industrial brasileira no governo Dilma, não conseguiu nortear as decisões privadas e públicas sobre a alocação regional dos investimentos. Foi observada uma tendência regionalmente concentradora de geração de riquezas promovidas pelos investimentos do BNDES em apoio ao setor privado a partir do financiamento de atividades industriais. A própria iniciativa do BNDES em promover o desenvolvimento regional, com oferta de programas e linhas de financiamento para as

<sup>42</sup> O PAC 2 concluiu obras em mais de 11.836 km de rodovias, mais de 2.160 km de ferrovias e 54 empreendimentos em portos brasileiros; promoveu o aumento da capacidade do parque gerador brasileiro em 31.976 megawatts (MW), com a entrada em operação de grandes empreendimentos como as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO) e Teles Pires (MT); foram construídas linhas de transmissão e subestações que totalizam 26.029 km de extensão, incluindo a Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, que conectou os estados do Amazonas e Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN); em exploração e produção de petróleo, foram construídas e entraram em operação 31 novas plataformas; a refinaria Abreu e Lima (PE) teve sua capacidade instalada aumentada para 100 mil barris de petróleo/dia; na indústria naval foram entregues 327 embarcações, sendo 9 navios de grande porte para o transporte de petróleo, gás e derivados; na área de infraestrutura social e urbana, as obras foram ampliadas; e seguem em implantação obras hídricas que beneficiam a população nas regiões áridas, até 2015 foram concluídos 68 empreendimentos.

regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se mostrou incipiente quando comparada à tradição dos maciços investimentos da indústria.

*Rebatimentos sobre o território e relações entre cidade e região: Cidades médias*

Na fase neodesenvolvimentista é prematuro apontar resultados em termos de transformações ou permanências na divisão territorial de trabalho. Pode-se, entretanto, inferir algumas tendências, considerando as dinâmicas recentes do capital mundializado, o pesado bloco de investimentos em infraestrutura, os efeitos espaciais das políticas assistenciais, bem como algumas permanências estruturais do território. Algumas ideias neste sentido já foram apontadas por Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017). Os autores definiram uma tipologia territorial considerando cinco diferentes formas de investimentos transformadores do território nessa fase.

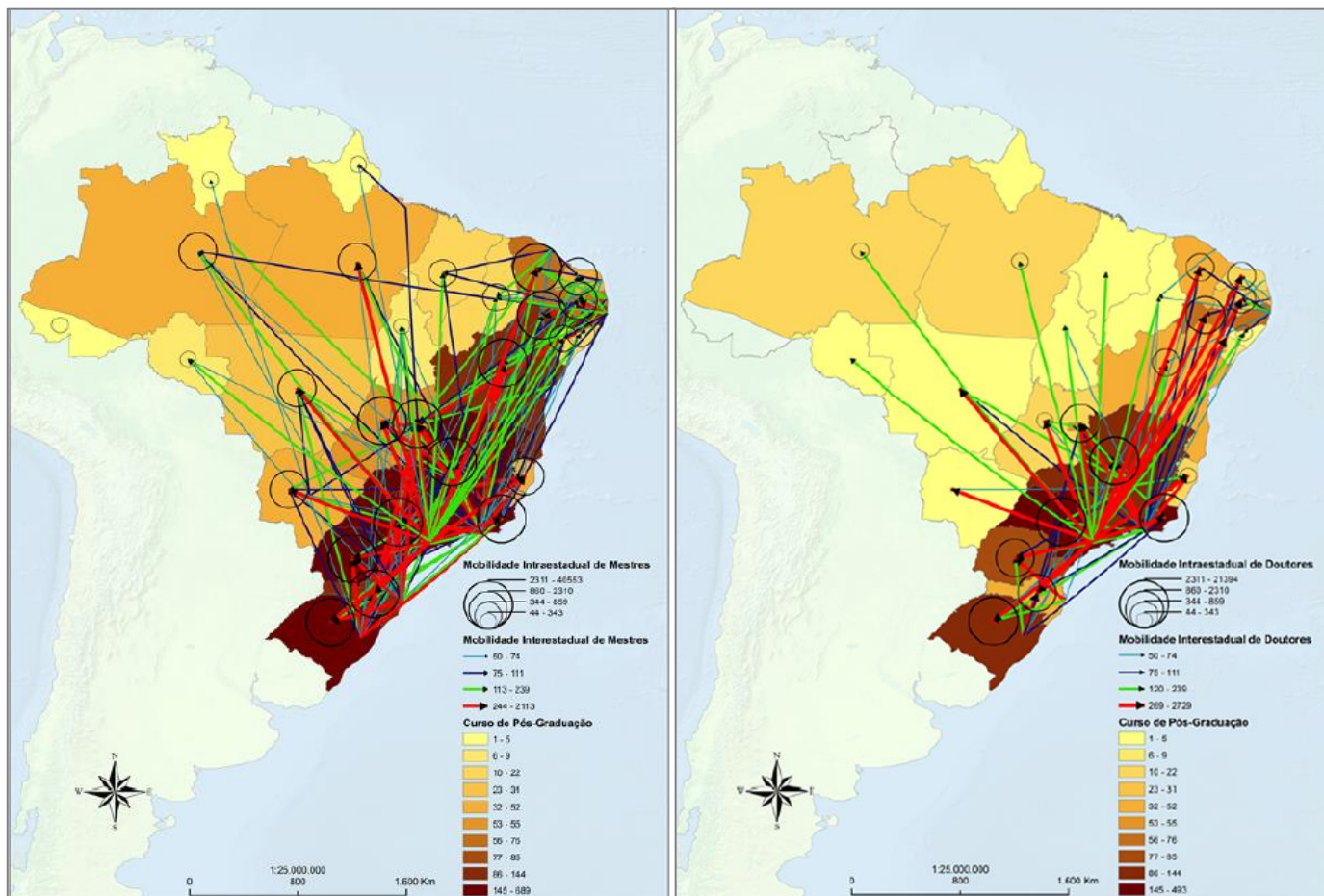
Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017) destacam os territórios definidos pela demanda mundial de *commodities* no Centro-Oeste, no Centro-Norte e no Bioma Cerrado. Destacam também os territórios definidos pelos investimentos em infraestrutura de transportes, energia, dentre outros, especialmente na Amazônia. Segundo os autores, foram 30 leilões realizados para implantação de Usinas Hidrelétricas (UHE), com destaque para: Belo Monte (PA), Jirau (RO); Santo Antônio (RO); Teles Pires (MT e PA); Estreito (MA e TO). Houve também os investimentos nos Terminais de Uso Privado (TUPs) e na Ferrovia Norte-Sul, com mais de 1.500 quilômetros já em operação, conformando “uma verdadeira marcha para o Oeste-Norte do Brasil” (MONTEIRO NETO, BRANDÃO E CASTRO, 2017). Há ainda os territórios definidos pela força inercial dos fatores de aglomeração e de urbanização, como as aglomerações metropolitanas do litoral, com destaque para o Centro-Sul e o Nordeste, congregando o Bioma Mata Atlântica. Os autores comentam que a porção atlântica do Brasil concentra grandes conglomerados populacionais onde novos empreendimentos foram implantados, com destaque para “condomínios industriais e logísticos, *shopping*-centers, polos tecnológicos e novos centros de pesquisa”. Destacam também os “grandes projetos de investimento, as grandes obras e os enclaves de extração e beneficiamento de recursos naturais, insumos básicos, geralmente bens intermediários, dispostos no território em enormes plantas com grande intensidade de escala” (MONTEIRO NETO, BRANDÃO E CASTRO, 2017). São investimentos pontuais, tais como o Pré-Sal; a Transnordestina; o Projeto de Integração de Bacias do rio São Francisco (Pisf); os portos, as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Com o advento do PAC, o país conta atualmente com inúmeros desses polos, difundidos em todas as regiões. Por fim, há os territórios definidos a partir da tendência homogeneizante imposta pelas políticas sociais dos anos recentes, dinamizando economias das regiões periféricas. O Semiárido brasileiro, a região Amazônica, as periferias das grandes cidades fazem parte desse de rol que alterou a divisão territorial do trabalho a partir de então.

Considerando a tipologia definida por Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017), observa-se que os efeitos em cascata esperados a partir da expansão do consumo nas regiões periféricas do país não promoveram até então alterações significativas nos fluxos de capital produtivo. A insuficiência e a excessiva informalidade do mercado produtor nessas regiões, em geral, não deram conta de atender à nova demanda de consumo que se formou, mantendo fluxos de capital produtivo entre essas regiões e o mercado externo ou inter-regional. Nesse sentido, manteve-se o vazamento de renda das regiões mais periféricas para os centros de gestão dominantes e consolidados no Brasil e no exterior. Em relação aos territórios redefinidos por enclaves econômicos, os fluxos de capital produtivo também foram pouco alterados. Em geral esses enclaves mantêm seus centros de gestão concentrados nas capitais dos estados que lhes dão suporte, ou ainda no centro de gestão nacional, São Paulo, principalmente quando são viabilizados a partir de investimentos privados. Há ainda os enclaves que abrigam estruturas produtivas de subsidiárias localizadas fora do país. São os enclaves multinacionais, que utilizam pouco a mão-de-obra local, ou, quando o fazem, delegam a essa mão-de-obra as atividades mais operacionais.

Dessa forma, forças inerciais constituídas ao longo da história do país e que mantêm as condições de desigualdade atuam com expressão, promovendo a retroalimentação de “permanências”, que resistem ao tempo. Esse jogo entre novos fluxos, que buscam impor uma dinâmica regional diferenciada, encontra resistências de antigas forças de permanência, concorrendo para uma leitura ainda mais complexa do território. Um exemplo disso é a mobilidade de capital humano com melhor qualificação, como o de mestres e doutores. De acordo com Avellar (2015, p. 269), verifica-se que, apesar da contínua desconcentração quantitativa dos cursos de pós-graduação no país, ainda houve, em 2010, uma forte concentração de mestres e doutores em São Paulo e Rio de Janeiro. O autor complementa que, na medida em que os mais bem avaliados cursos de pós-graduação estão situados no Sudeste, eles continuam a atrair estudantes de todas as regiões. As Figuras 4.5 e 4.6 apresentam os fluxos de mestres e de doutores titulados entre 1996 e 2009 empregados no setor educacional em 2009.



**Figuras 4.5 e 4.6 - Fluxos de mestres (a) e de doutores (b) titulados entre 1996 e 2009 empregados no setor educacional em 2009**



Fonte: AVELLAR (2015).

As Figuras 4.5 e 4.6 indicam que, apesar desses esforços de desconcentração, prevalece a grande dependência das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, de doutores oriundos de São Paulo, com vistas a atender seus setores educacionais. São Paulo ainda é o estado brasileiro que mais exporta mestres e doutores para outros estados.

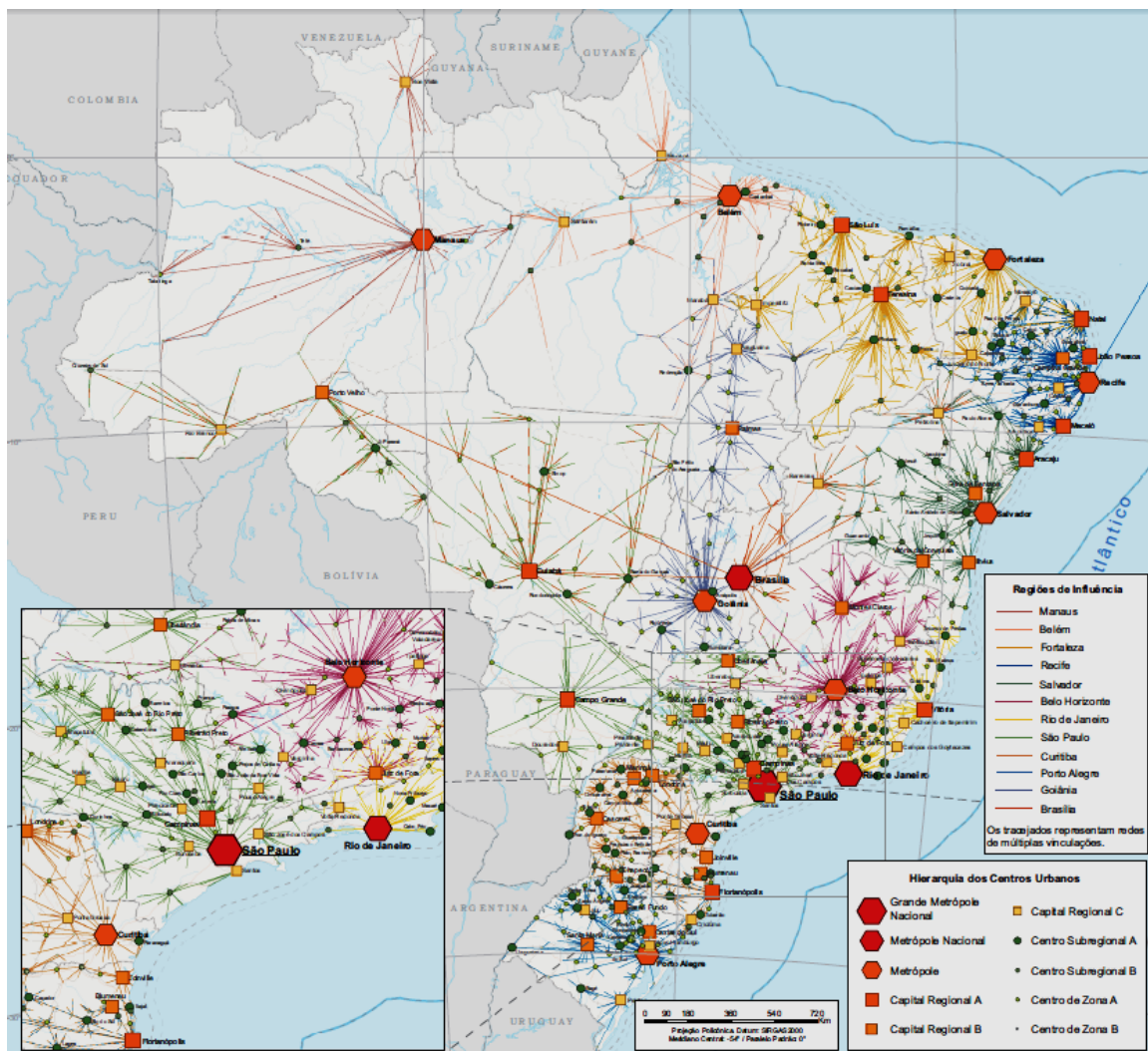
No tocante à rede de cidades da fase neodesenvolvimentista, as transformações socioeconômicas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 promoveram mudanças associadas à proliferação das chamadas “ilhas” dinâmicas industriais, que se localizam para além do Centro-Sul e para além da porção atlântica, muito embora apresentem configuração fragmentada<sup>43</sup>. O estudo da Região de influência das Cidades do IBGE (2007)<sup>44</sup> revela essa nova configuração da rede a partir de um componente novo, a gestão

<sup>43</sup> Essas são características gerais que podem ser observadas tanto no estudo sobre rede de cidades desenvolvido pelo IPEA (BRASIL, 2001) e, mais recentemente, no estudo do IBGE, de 2007 (BRASIL, 2008a).

<sup>44</sup> Na metodologia deste estudo, o IBGE definiu os centros de gestão do território. Eles se caracterizam como aquelas cidades onde se localiza grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam um dado espaço. Para a definição dos centros, foram obtidas informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial.

pública e a gestão empresarial, enquanto elementos de “controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos” (BRASIL, 2008a). A Figura 4.7 apresenta a rede de cidades nacional de 2007.

**Figura 4.7 – Rede de cidades em escala nacional de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 4.7 revela que não houve alterações significativas na estrutura da rede de cidades brasileira. Após todos os esforços das políticas regionais ao longo do tempo, a rede de cidades brasileira continua polarizada por sua porção atlântica. O que houve foi um processo de adensamento da rede nas regiões mais deprimidas e, nesse sentido, cabe destacar o crescimento e maior participação das cidades médias. Se no Centro-Sul e na porção atlântica essa participação é antiga e acompanhou o processo de industrialização que se deu nessas regiões, no interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é um processo relativamente recente, que denota, ao mesmo tempo, a permanência da força econômica das metrópoles e das capitais, simultaneamente a um processo de interiorização do fenômeno urbano, populacional e econômico. As políticas públicas de interiorização da ocupação, de integração logística e de desenvolvimento regional certamente contribuíram para esse despontar das cidades médias. Novas

dinâmicas do capital também parecem suplantam as lógicas regionais e impor ritmo a esse fortalecimento. Mas ambos os processos acabaram reproduzindo na escala regional o padrão dendrítico da escala nacional.

#### **4.6 Síntese do capítulo**

Em atendimento à primeira questão de pesquisa, este capítulo apresentou o delineamento da rede de cidades brasileira enquanto processo diretamente induzido tanto por um contexto socioeconômico dinâmico e diferenciado, quanto por políticas de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento regional implícitas e explícitas, mas que tiveram como foco a competitividade em escala nacional e regional. Verifica-se que desde os anos 1930, com o desenvolvimento industrial, a rede de cidade no país foi assumindo feições de integração no Centro-Sul e rarefação nas demais regiões do país. No período atual, verifica-se que a força estrutural da porção atlântica no desenho e influência da rede de cidades brasileira é mantida, mas que surge um processo simultâneo de interiorização do desenvolvimento econômico, de crescimento populacional e de expansão do fenômeno urbano, que está diretamente associado à emergência das cidades médias, que são, em essência, polarizadoras. Esse processo advém tanto de fenômenos internos ao Brasil, com a implementação das políticas de desenvolvimento, quanto de processos advindos da globalização e todas as suas flexibilizações de relações e estabelecimento de fluxos no tempo e no espaço. No próximo capítulo serão analisados processos induzidos por políticas públicas que tiveram rebatimentos no delineamento da rede de cidades do Semiárido Brasileiro, onde ficarão mais evidentes os mecanismos que concorrem para a existência de uma tendência de integração produtiva ou de fragmentação e suas alterações nas relações entre cidade e região.

## 5. ESTRUTURAÇÃO DE MERCADOS, AÇÃO GOVERNAMENTAL E DINÂMICA REGIONAL NO SEMIÁRIDO (1880 ATÉ 2016)

Considerando os pressupostos da teoria da dependência, o Semiárido assumiu a condição de periferia do sistema econômico nordestino a partir do início do século XX; entretanto, não foi sempre assim. Um conjunto de dinâmicas políticas, ambientais e socioeconômicas contribuiu para grandes variações no papel dessa região nos quadros macrorregional e nacional. No passado, houve um princípio de dinamismo econômico, seguida de um processo de declínio que revelou peculiaridades regionais, tanto no quadro natural e nos processos produtivos, mas mais ainda nas relações de produção internas, com outras regiões do país e com o mercado internacional. O ponto comum nessas dinâmicas é que elas foram influenciadas, com destaque, pelo posicionamento do poder público nas distintas fases do planejamento estatal, em proporções mais significativas até do que as limitações impostas pela singularidade do quadro natural. Essas peculiaridades fizeram com que essa região não conseguisse até hoje transpor gargalos estruturais que ajudaram a delinear uma rede de cidades pouco densa. Assim, este Capítulo objetiva investigar a forma pela qual se delineou a rede de cidades do Semiárido, enquanto processo diretamente induzido por políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, em atendimento à segunda questão de pesquisa.

### 5.1 Antecedentes

O princípio de dinamismo econômico vivenciado no Semiárido no passado, deu-se no período colonial. Naquela fase, o Nordeste já vivia um período áureo em sua economia. Duas principais atividades definiam, com persistências até os dias de hoje, importantes fluxos de capital produtivo, financeiro e humano, que se davam entre o Nordeste e o restante do país, entre o Nordeste e o exterior e também no interior da própria macrorregião. A primeira atividade foram as *plantations* de cana-de-açúcar, cuja relevância se revelou em escala nacional. Elas se desenvolveram ao longo do litoral e formaram as classes dominantes regionais do período, com os senhores de engenho e usineiros. A segunda foi a pecuária, secundarizada e “empurrada” para a região semiárida, também chamada à época de “sertão”.

Prado Júnior (2008 [1945], p. 44) comenta que a pecuária foi relegada ao interior nordestino, pois era atividade de subsistência e de suporte à atividade canavieira. Ela estava voltada para o atendimento das necessidades de consumo dos núcleos mais densamente povoados do litoral e se desenvolveu de forma dispersa no território, foi extensiva e no âmbito das “ribeiras”, que eram fazendas estabelecidas ao longo dos rios em um sistema de criação fundado em relações de parceria entre o grande proprietário e o vaqueiro (BECKER; EGLER, 2011, p. 97).

Tendo seu apogeu em meados do século XVIII, a pecuária do Semiárido teve sua expansão limitada no século XIX, tanto por motivações políticas, quanto por fatores naturais e econômicos. Nesta fase, o centro econômico da Colônia era o litoral baiano, em função do desenvolvimento da produção açucareira. Contudo, com a descoberta das minas de ouro no Sudeste, esse centro dinâmico foi deslocado. A fiscalização da rota do ouro no período, com vistas a minimizar o contrabando, bloqueou as comunicações do novo centro dinâmico (região das minas) com o Nordeste, limitando, dessa forma, o processo de expansão e adensamento da atividade pecuária rumo ao Sudeste. A expansão, então, ocorreu em direção oposta, especificamente em direção ao estado do Piauí (ANDRADE, 2004, p. 66). Quanto aos quesitos naturais, as motivações foram as secas, que faziam com que rebanhos inteiros fossem dizimados antes mesmo de chegar ao seu destino no litoral. Mas o declínio também teve bases econômicas. Ele veio com a produção concorrencial de charque no Rio Grande do Sul, que passou a abastecer também o litoral nordestino.

Desta forma, somente a partir do século XIX, o declínio da pecuária no sertão fez a “questão regional nordestina” comparecer na pauta do governo. Essa atenção para o problema foi limitada, porém, aos quesitos naturais, muito embora as motivações extrapolassem a esfera ambiental e incluíssem os quesitos políticos e econômicos. O “enfrentamento” das secas no Semiárido foi retratado nas várias comissões e tentativas de políticas realizadas. Em decorrência disso, foi criada em 1877 a Comissão Imperial, encarregada apenas de analisar o problema e propor soluções. Entretanto, para a sociedade brasileira, o Semiárido de fins do século XIX e começo do século XX, ainda era uma região considerada inóspita.

## **5.2 Semiárido inóspito, soluções hidráulicas e rede de cidades rarefeita (1880 a 1949)**

### *Referências macrorregionais*

Com o Nordeste assumindo a periferia do sistema capitalista brasileiro, teve início o primeiro processo de declínio econômico da macrorregião. Ele se deu durante a República Velha (1889 a 1930), e uma das causas foi política, pois a macrorregião não se encontrava representada no âmbito federal. As elites mineira e paulista que ocuparam o poder durante 41 anos acabaram por responder a interesses oligárquicos regionalizados.

A partir de 1930, o planejamento estatal e as políticas públicas se moldaram nacionalmente, mas tiveram efeitos aquém do esperado no tocante ao desenvolvimento do Nordeste, que já se apresentava como reflexo de desigualdades regionais evidentes. Com o apoio explícito à industrialização nacional promovido no governo Vargas, o modo de vida urbano se propagou no país, mas, no Nordeste, ele se desenvolveu de forma concentrada: apenas nos principais núcleos no litoral. Além disso, o estímulo à

industrialização no Sudeste se deu em bases protecionistas, reforçando a situação de vulnerabilidade nas regiões de economia mais frágil. Com vistas à integração do mercado nacional, a maior parte das políticas implementadas recaiu na ampliação da infraestrutura de transportes, energia e de comunicações, assim como na eliminação dos impostos interestaduais. A provisão da infraestrutura rodoviária que interligou o Nordeste às principais regiões do país, de fato, contribuiu para a integração dos mercados regionais, antes insulados, mas não foram suficientes para promover desenvolvimento<sup>45</sup>. Na prática, diminuiu as barreiras da distância e, sem os impostos interestaduais, permitiu a penetração de mercadorias do Centro-Sul, mais baratas, nas diferentes regiões.

Dessa forma, mesmo com todo o esforço de Getúlio Vargas em promover a integração do mercado nacional, ele não foi suficiente para frear as forças concentradoras do capital, que se manifestaram regionalmente e fizeram com que o comando da rede de cidades se desse a partir do Sudeste e do litoral, mantendo no isolamento relativo regiões como o Semiárido.

#### *Contexto do desenvolvimento: Semiárido inóspito*

A atual região do Semiárido Brasileiro é composta por 22,5 milhões de habitantes, distribuídos em nove estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais) e 1.135 municípios, correspondendo a quase 90% da área total do Nordeste, acrescido da porção setentrional de Minas Gerais (BRASIL, 2005b)<sup>46</sup>. O Mapa 5.1 apresenta a delimitação do Semiárido Brasileiro vigente<sup>47</sup>.

---

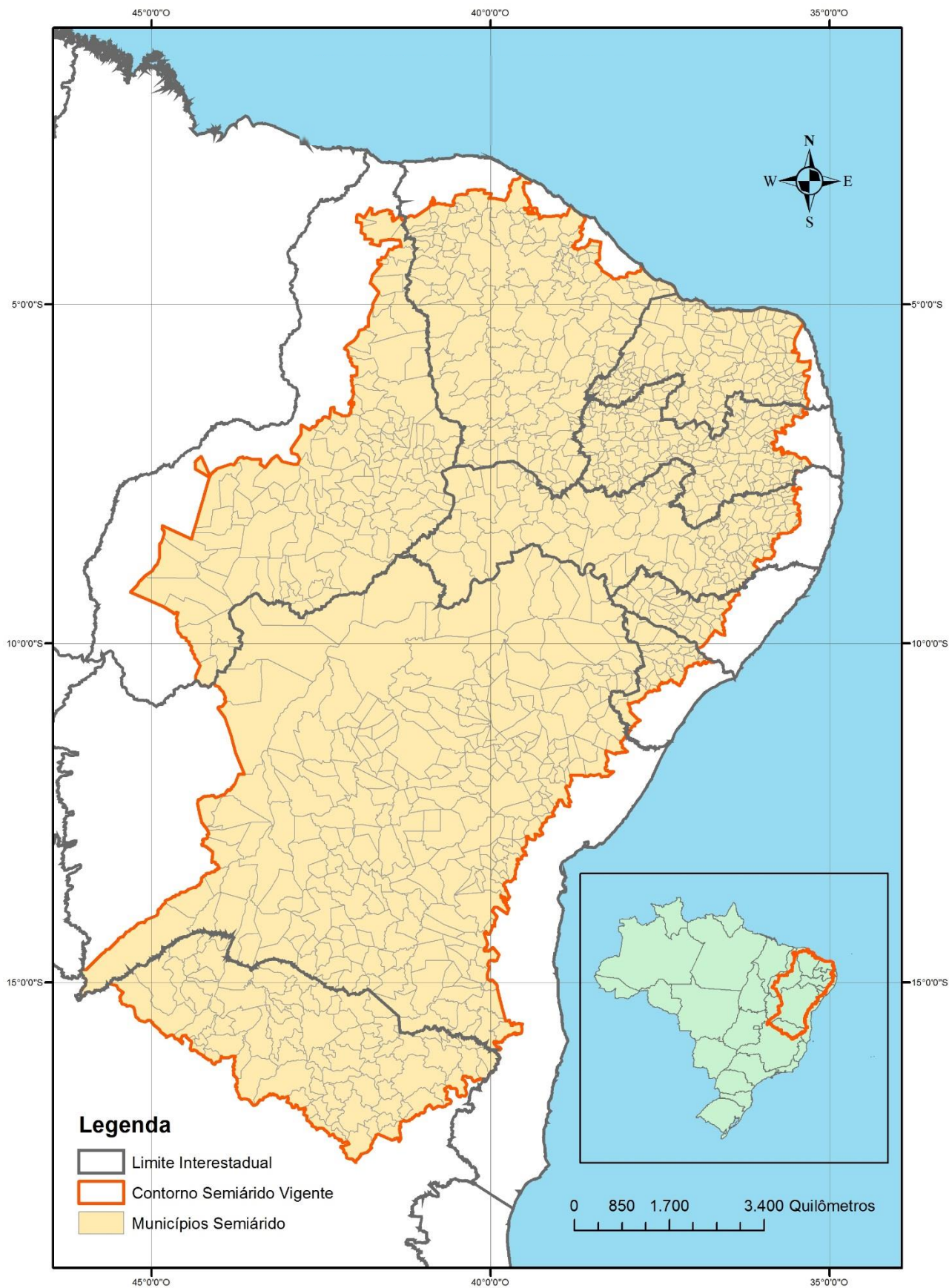
<sup>45</sup> De importância econômica, foi construída a rodovia Rio-Bahia (BR-4), ligando a cidade do Rio de Janeiro a Salvador, na Bahia. Essa rodovia foi um dos empreendimentos rodoviários mais importantes de Vargas para o Nordeste. A BR-4 transformou-se na atual rodovia BR-116, que se estende por 4.385 km, de Fortaleza (CE) até Jaguarão (RS).

<sup>46</sup> O termo Semiárido foi inserido na Constituição Brasileira de 1988, mais precisamente no Artigo 159, que institui o FNE. Este artigo determina a aplicação de 50% dos recursos do Fundo no Semiárido. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentando o artigo 159, definiu como Semiárido a região inserida na área de atuação da Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, definida em portaria daquela autarquia. Anos mais tarde, segundo a delimitação feita por Grupo Interministerial coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, conforme Portaria Interministerial nº6, de 29 de março de 2004, o Semiárido passou a abranger 1.135 municípios em uma área de 969.589,4 km<sup>2</sup>, com uma população de cerca de 21 milhões de habitantes. Para a nova delimitação, o GTI adotou três critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; o índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses três critérios foram aplicados a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Posteriormente, a Lei Complementar nº 125, de 2007, deu nova redação à definição de Semiárido contida na Lei nº 7.827: o Semiárido passou a ser considerado a região natural inserida na área de atuação da Sudene, definida em portaria daquela Autarquia.

<sup>47</sup> Está em curso, no ano de 2017, novo processo de delimitação do Semiárido. As análises técnicas realizadas no âmbito do Ministério da Integração Nacional indicam a inclusão de 103 municípios à região vigente.



Mapa 5.1 – Delimitação do Semiárido Brasileiro



Elaborado por: Cleber Aguiar.  
Fonte: Autora (2017).

No fim do século XIX, enquanto o Nordeste se firmava como a periferia nacional, o Semiárido figurava no imaginário coletivo como uma região que abrigava paisagens naturais desanimadoras, completamente desprovidas de recursos naturais, sejam hídricos, vegetais, animais ou pedológicos. O sertão, como era chamado à época, era amplamente descrito na literatura brasileira como a terra homogênea onde pairava o flagelo social decorrente das secas. Segundo Ab'Sáber (2003), o sertão era a mais homogênea zona semiárida da América do Sul, sob o ponto de vista fisiográfico, ecológico e social. A vegetação de caatinga marcava a paisagem. A formação vegetal xerófila se destacava, com folhas pequenas, caules maiores e raízes expostas, para retenção maior de água. Destacavam-se espécies arbóreas, herbáceas e arbustivas, com frutos escassos. A reduzida capacidade de absorção de água da chuva no solo era dificultada pelo relevo acidentado e solos pedregosos.

Desde o fim do século XIX, esta região diferenciava-se do restante do país, mas pouco se conhecia a respeito de sua dinâmica ambiental. A escassez, a imprevisibilidade e má distribuição de precipitações, o clima árido, a intermitência fluvial e a presença de solos desprovidos de matéria orgânica, eram processos pouco compreendidos pela sociedade brasileira que, até certo ponto, procurava evitar a região. Por isso ela passou a ser considerada inóspita e ocupada pelos povos desbravadores, os chamados “sertanejos”. A temperatura local geralmente elevada na maior parte do ano fazia com que secas ocorressem em ciclos de longa duração, o que provocava limitação hídrica a ponto de se perder alimentos, rebanhos e vidas humanas.

Os aspectos ambientais mencionados, aliados a quesitos de ordem política no período da República Velha, tiveram rebatimentos sensíveis na formulação de políticas para o Semiárido. No começo do século XX a debilidade do mercado nacional, que se mostrava fracamente integrado no período, acarretou uma relativa autonomia e isolamento dos vários subsistemas produtivos regionais. Essa autonomia, associada a uma excessiva desregulamentação estatal sobre uma área pouco conhecida, favoreceram a constituição de um padrão de poder político e econômico alicerçado na propriedade da terra, assim como da organização social, que, corroborada pela cultura do “favor” e do “apadrinhamento” coronelísticos, foram traços que permearam (e ainda permeiam) as relações socioprodutivas no Semiárido. A ruptura desse padrão de “passividade” das massas rurais, sob a tutela dos coronéis, deu-se, em geral, por um processo de rebeldia violenta e primitiva, representadas pelo banditismo, messianismo ou pelo cangaço. Esses aspectos, aliados ao desinteresse do poder central pelas questões nordestinas, foram o combustível para importantes revoltas na fase da República Velha

48.

---

<sup>48</sup> Como a que aconteceu em Canudos, na Bahia, no fim do século XIX ou com o cangaço, com Lampião, na região que se formou na confluência dos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe.



Dessa forma, criou-se no começo do século XX no Semiárido uma cultura de resistência às diretrizes do poder central, acabando por impulsionar o governo a tomar importantes medidas para agregar nacionalmente a sub-região. Nos anos 1930 e 1940, por exemplo, a ocorrência de continuadas secas ensejou atos reivindicatórios ao recém-instalado governo Vargas e motivou o governo criar importante instituição regional, o Dnocs, fazendo com que Vargas, por conseguinte, fosse aceito no Nordeste (SILVA, 2015, p. 110). Apesar do endurecimento da ação estatal durante o Estado Novo, no Semiárido a cultura oligárquica persistiu, perdurou e definiu relações de trabalho na região.

No final do século XIX, enquanto o Nordeste se firmava como periferia do sistema econômico nacional, o Semiárido se firmava como a periferia do sistema econômico nordestino. Essa condição de “periferia da periferia” foi agravada pela crise do setor exportador de algodão. Com o Sudeste assumindo boa parte da produção algodoeira e a competição se estendendo inclusive ao mercado interno, o Semiárido padecia. Como se não bastasse o fator concorrencial, as severas secas ocorridas no final do século XIX vulnerabilizaram ainda mais a economia do algodão.

Essas relações produtivas inter-regionais desbalanceadas foram acentuadas ainda em função das relações socioprodutivas internas ao Semiárido. De acordo com Furtado (1959), as fazendas de algodão manifestaram um tipo de economia onde a renda monetária auferida pelas classes trabalhadoras e de pequenos arrendatários foi diminuta, prejudicando o processo de acumulação de capital e favorecendo ciclos de exploração de capital humano. Emergiu daí o interesse da classe proprietária em reter o maior contingente de trabalhadores nas fazendas, formando os conhecidos “reservatórios de mão-de-obra”, em função do baixíssimo custo de manutenção dessa força de trabalho. Segundo Lewis (1969), apenas a acumulação rápida de capital geraria desenvolvimento em regiões com essas características. Esse capital não seria somente formado pelos lucros, mas também pela expansão do crédito e, à medida que o setor capitalista se expandisse, os lucros aumentariam relativamente e uma proporção crescente do rendimento nacional seria reinvestido (LEWIS, 1969). Isso, entretanto, não ocorreu. Sem acumulação de capital, a população ampliou-se na mesma medida da produção de subsistência, que se transformou, assim, no núcleo central da economia do Semiárido no período.

Delineando-se como a periferia regional dispersa e fragmentada, o insulamento socioprodutivo do Semiárido foi dominante no final do século XIX e começo do século XX, agravado pela falta de transportes e de comunicações. A configuração regional deu-se então a partir dos “caminhos de gado”, que eram as rotas de deslocamento do gado rumo aos centros de consumo do litoral. Como afirma Furtado (2013, p. 346), no processo de povoamento do interior nordestino, “o homem seguiu a boiada”. Ao longo dessas rotas, desenvolveram-se os pequenos comércios e os pequenos serviços, constituindo

assim, as pequenas cidades, esparsas, com alguma expressão apenas aquelas desenvolvidas ao longo dos rios.

Ainda que houvesse uma expectativa de mudança profunda na Era Vargas, essa configuração regional não se alterou em substância. Ao passo que o fenômeno urbano se desenvolveu no litoral, a região semiárida manteve um alto grau de pobreza rural, arcaísmo produtivo, falta de informação e de acesso à tecnologia. Essa fragilidade foi acentuada por secas recorrentes. Além disso, no período, o dinamismo em outras partes do Brasil fez com que houvesse grande migração de nordestinos sertanejos. Esse fenômeno fez o Semiárido perder expressivo capital humano, pois mobilizou mais de um milhão de pessoas que migraram, em função das fortes secas a partir de 1877.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Soluções hidráulicas*

Em meio a toda essa problemática regional, o olhar para o Semiárido manteve-se superficial durante a República Velha. Esteve limitado à questão das secas, enquanto quesito de calamidade pública que necessitaria de intervenção rápida a cada manifestação. Essa foi a fase da instalação de diversas comissões especiais, que tinham como objetivo aprofundar o planejamento voltado para o conhecimento das condicionantes físico-geográficas e enfrentar os impactos das severas e prolongadas estiagens. Em 1904, por exemplo, foram criadas comissões e em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) em 1919. A conhecida “solução hidráulica” foi posta em prática no Semiárido depois da grande seca de 1877. Essa, entretanto, foi uma política limitada. Caracterizou-se, sobretudo, pela construção de açudes, que muitas vezes beneficiaram grupos oligárquicos.

Com Vargas, entretanto, um passo importante foi dado no sentido da institucionalização regional. Importantes instituições foram criadas, como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) em 1945. Esta foi instituição responsável pela provisão da infraestrutura hídrica na sub-região em atuação até hoje. E, apenas no final do primeiro governo Vargas, abriu-se espaço para a manifestação da força regionalista da elite do Semiárido, que veio influenciar constituintes da época. Assim, na Constituição de 1946, foi inserido mecanismo que destinava recursos por um prazo de 20 anos para a execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco<sup>49</sup> (SILVA, 2015, p. 113). O autor afirma que o Plano representou o primeiro instrumento de planejamento que tratou de desenvolvimento real da porção úmida do Semiárido.

---

<sup>49</sup> De acordo com o Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da constituição de 1946, e com a Lei no. 541 de 15/12/1948 (CODEVASF, 2014 *apud* SILVA, 2015, p. 113).

Com Getúlio Vargas, o propósito de integrar o mercado nacional pela via da competitividade nacional foi levado a cabo a partir de empreendimentos rodoviários e energéticos que, de fato, alcançaram o sertão. No âmbito da provisão de infraestrutura rodoviária, foi iniciada, por exemplo, a obra da rodovia Transnordestina, que liga Fortaleza (CE) a Feira de Santana (BA) <sup>50</sup>. Na Bahia, a cidade de Feira de Santana tornou-se importante entroncamento rodoviário da região a partir daí. Com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), criada em 1945, Vargas objetivou aproveitar o potencial do rio São Francisco para a produção de energia elétrica. Nesse sentido, a construção da Chesf em Recife e, especificamente da Usina de Paulo Afonso, em Paulo Afonso (BA), contribuíram para instaurar o olhar estatal sobre a região: o enfoque majoritariamente climático começou a dar lugar ao olhar sobre focos competitivos regionais.

#### *Rebatimentos no território e relações entre cidade e região: Rede rarefeita*

Após o ciclo das políticas varguistas, pouca coisa mudou em relação à rede de cidades do Semiárido. Ela continuou extremamente rarefeita. As conexões entre cidades davam-se em sua maioria em função dos percursos do gado, que acabaram por formar núcleos com pequenas concentrações de serviços, pois eram pontos de descanso da boiada e de boiadeiros, quando das viagens do rebanho para os pontos de consumo no litoral. Em contraposição a essa fragmentação, São Paulo, nessa fase, já detinha o comando hierárquico da rede nacional. Dessa forma, a rede de cidades intrarregional delineava-se com poucos vínculos internos.

### **5.3 Semiárido representado, instituições regionais e urbanização incompleta (1950 a 1979)**

#### *Referências macrorregionais*

Diferentemente da fase anterior, marcada pela fragilidade política do Nordeste, observa-se nos anos 1950 um progressivo fortalecimento das classes dominantes regionais. Em que pese essa maior participação, entretanto, as pressões sociais visando a um maior protagonismo regional no âmbito federal persistiram. No governo Juscelino Kubitschek, por exemplo, a sensível perda de prestígio político do então presidente no Nordeste impulsionou, a partir de então, novas formas de pensar a Região para além das secas. Nos governos militares, alianças entre as classes dominantes e os governos foram estabelecidas.

Sob o aspecto econômico, a fase desenvolvimentista é marcada por dois processos que impactaram sensivelmente o desenvolvimento do Nordeste. O primeiro deles foi o segundo processo

---

<sup>50</sup> As obras da rodovia Transnordestina prosseguiram durante os governos subsequentes.

de declínio econômico nos anos 1950, com a implantação da indústria pesada no Sudeste, e com os reflexos de polarização. Nesse período o Nordeste viveu o seu segundo processo de “reagrarização”, acentuando ainda mais a sua condição periférica durante o segundo Governo Vargas e no Governo Juscelino Kubistchek. O outro processo deu-se a partir de meados dos anos 1960, quando o Nordeste conseguiu reverter o seu processo de declínio. No período dos governos militares, importantes políticas públicas fizeram o Nordeste resgatar o rumo de sua economia. Guimarães Neto (1997) destaca a maior disponibilidade de infraestrutura, a maior presença de um banco regional de desenvolvimento, incentivos fiscais e financeiros, investimentos de empresas estatais do porte da Petrobrás (na Bahia) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), aportes de recursos externos, foram ações relevantes para a rápida recuperação econômica do Nordeste. Araújo (2000) complementa que as atividades urbanas (e dentro delas, as atividades industriais) ganharam espaço e passaram a comandar o crescimento da produção nessa região.

Como resultado das políticas explícitas “*top down*” no Nordeste, alguns polos agrícolas começaram a se modernizar, sobretudo com a irrigação, e os serviços passaram a marcar presença na vida urbana, em particular nas capitais dos estados e regiões metropolitanas criadas no período. Araújo (2000) destaca o complexo petroquímico de Camaçari, o polo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, as áreas da fruticultura irrigada, de moderna agricultura de grãos nos cerrados baianos e sul do Maranhão e Piauí, o polo de pecuária intensiva do agreste de Pernambuco, além dos polos turísticos nas capitais. Com isso, novos fluxos migratórios se delinearam. A rede de cidades macrorregional dessa fase refletiu tanto o aprofundamento da urbanização e metropolização no Nordeste pós-década de 1960, quanto uma maior participação de cidades médias no Semiárido na década de 1970, alvo das políticas “*top down*”.

#### *Contexto do desenvolvimento: Semiárido representado*

Na fase desenvolvimentista, enquanto o Nordeste vivia sua fase de declínio e recuperação econômica entre os anos 1950 e 1970, passou-se a conhecer o Semiárido brasileiro com mais profundidade. Ele não era mais considerado uma região naturalmente homogênea, mas dotado de uma dinâmica ambiental complexa, pois se passou a considerar tanto os aspectos geofísicos quanto o modo como eles se relacionavam com as formas de exploração econômica dos recursos naturais. Ab’Sáber (2003, p. 88) destacou, com base no trabalho de George H. Hargreaves, a existência de quatro faixas no Semiárido na década de 1970: as faixas sub-desérticas (o grande sertão); as faixas típicas (o alto sertão); as faixas moderadas (as caatingas agrestadas); e as faixas sub-úmidas (os agrestes). Diferentemente da fase anterior, quando predominou a negligência relativa aos recursos vegetais no Semiárido, nessa fase a caatinga foi considerada um bioma passível de proteção, a partir da publicação

do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965). Com a Conferência sobre desertificação ocorrida em Nairóbi, no Quênia, em 1977, o Brasil passou a incorporar o tema nas análises sobre os efeitos das atividades econômicas ligadas à pecuária e à agricultura. Além disso, houve uma maior valorização dos recursos hídricos enquanto vetores de crescimento e, nesse sentido, o rio São Francisco passou a ser ponto de agregação de núcleos urbanos. Essa maior apropriação das dinâmicas do Semiárido, aliada ao fortalecimento político da região, contribuíram para uma inflexão no olhar estatal sobre o seu processo de desenvolvimento.

Dessa forma, um duplo movimento político, que, embora antagônico, culminou na mudança de olhar sobre o Semiárido pôde ser identificado. O primeiro movimento foi proveniente das classes populares, que exigiam do governo ações mais estruturantes. E o segundo foi proveniente das oligarquias regionais, ao estabelecerem alianças com o poder central.

No segundo governo Vargas, por exemplo, as pressões regionais foram acentuadas no Semiárido com a seca de 1950-52 e influenciaram o então presidente a tomar importantes medidas em relação à “região-problema”. Diversas instituições regionais foram criadas à época, com destaque para o BNB. No governo Juscelino Kubistchek, o desprestígio político no Nordeste oriundo da opção pela construção de Brasília, aliado ao impacto social provocado pela seca de 1958, trouxeram à tona o movimento camponês pela reforma agrária, por meio da Liga Camponesa. Em meio a esse turbilhão social e, visando angariar maior popularidade, Juscelino Kubistchek então reuniu os governadores nordestinos para discutir as razões do atraso e a redução do Polígono das Secas<sup>51</sup>. Tendo Celso Furtado em sua equipe, criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), cuja atuação foi resultado direto das conclusões do GTDN, criado pelo BNDE em 1956 e voltado para a assessoria de Juscelino. Tudo isso foi o pano de fundo para a criação da Sudene, em 1959.

O segundo movimento político na direção de um novo olhar para o Semiárido foi a grande capacidade de articulação das elites regionais com os governos militares naquela fase. Em diversos escritos, Celso Furtado esclarece que os domínios agromercantis que caracterizavam a região semiárida, em particular, foram mantidos durante o regime militar, evidenciando uma aliança firme entre as elites regionais e o poder político central. Esse movimento abriu as portas para importantes avanços em modernização angariados pela região semiárida. O ônus dessa aliança, por outro lado, foi a dura repressão dos movimentos camponeses e sindicais e manutenção de relações espoliativas de

---

<sup>51</sup> O Polígono das Secas foi criado por lei, em 13 de setembro de 1946. Somente a partir do Decreto-Lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, regulamentou-se a inclusão de municípios no Polígono. Pela Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, a área do Polígono sofreu revisão dos seus limites. Depois a Lei nº 4.239, de 27 de julho de 1963, determinou que o município criado com desdobramento de área de município incluído no Polígono das Secas, seria considerado como pertencente a este. De outra parte, a Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965, incluiu o município de Vitória da Conquista. O Decreto-Lei de nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, delegou ao Superintendente da SUDENE a competência de declarar, observada a legislação específica, quais os municípios pertencentes ao Polígono das Secas.

produção. Com os governos militares, a modernização econômica chegou de fato ao sertão, corroborando a vertente da competitividade no processo de desenvolvimento, mas não foi acompanhada, entretanto, por um avanço nas relações socioprodutivas, que enfatizassem a vertente da equidade. Em seus diversos escritos, Celso Furtado afirmou que o Golpe de 1964 interrompeu a possibilidade de mudança estrutural de desenvolvimento político, econômico e social proposto pela Sudene.

A partir dos anos 1960, segundo Araújo (2000), quando o Nordeste reverte seu ciclo de declínio, o Semiárido também é “solidário” a essa tendência e começa a apresentar algumas esparsas frentes de modernização, com processo de agregação tecnológica, como o moderno polo de fruticultura irrigada do Vale do Assú (RN) e o polo agroindustrial de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), muito embora distribuídos em forma de arquipélagos produtivos. Em que pese estes polos diferenciados, a dinâmica populacional da época era ainda predominantemente migratória. Havia o predomínio da pobreza rural na maior porção do amplo território.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Instituições regionais*

Nessa fase o olhar sobre o Semiárido mudou de enfoque. As preocupações do período não recaíram simplesmente sobre o fenômeno das secas em si, mas na concepção de que o relativo atraso nos níveis de desenvolvimento nacional poderia ser atribuído àquelas regiões que tinham “ficado para trás”. Dessa forma, mais do que a incidência das secas, esse baixo nível de desenvolvimento poderia ser atribuído ao baixo grau de resiliência social em relação ao fenômeno natural. Durante o segundo governo Vargas, por exemplo, os debates do pós-guerra influenciaram a construção de um diagnóstico da Região Nordeste com ênfase no Semiárido. No governo Juscelino Kubistchek, o GTDN concebeu a possibilidade de desenvolvimento da Região Nordeste e do Semiárido a partir do rompimento com o círculo vicioso da economia com a “industrialização autossustentada”. Nos governos militares, a expansão capitalista moderna objetivada nacionalmente, dar-se-ia inclusive sobre as regiões consideradas “estagnadas”, como o Semiárido, onde a estruturação de atividades em regiões-alvo potencialmente produtivas seria o fator condensador e irradiador do desenvolvimento, a partir da agroindustrialização no sertão, da formação de uma “classe média rural” e da modernização do minifúndio<sup>52</sup>.

No governo Juscelino Kubistchek, destaca-se a criação da Sudene, em 1959. Nesse mesmo ano houve a formulação, pelo Grupo, do relatório “Uma política de desenvolvimento econômico para o

---

52 Destaca-se no período a criação da Embrapa Semiárido, em 1975, como um centro de pesquisa da Embrapa, que veio suprir a deficiência de conhecimentos tecnológicos na sub-região. A pouca incorporação da tecnologia aos processos produtivos foi considerada, à época, um dos principais entraves para o desenvolvimento.

Nordeste”. Além disso, o Codeno pôs em prática ações para combater a situação de atraso no Nordeste por meio da Operação Nordeste (Openo), com Celso Furtado liderando os esforços do Governo Federal. Nos governos militares, houve reconhecimento da heterogeneidade do Semiárido, como consta no I PND, e a seleção de espaços sub-regionais com potencial de desenvolvimento, como os retratados no Polonordeste. Nesse Programa de Governo, pela primeira vez o Semiárido não foi tratado como região homogênea. Vantagens comparativas específicas foram reconhecidas em diversas micro e mesorregiões<sup>53</sup>. Além disso, importantes estruturas modeladoras do território foram implantadas nessa fase, indo além daquelas voltadas para a provisão de infraestrutura hídrica.

No I PND, os projetos de irrigação no Vale do São Francisco tiveram destaque com o complexo de fruticultura em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O Polonordeste viabilizou maior alocação de recursos nas “Áreas dos Vales Úmidos”, com porções do vale do Rio São Francisco, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), nas “Áreas das Serras Úmidas”, com destaque para a Chapada do Araripe (CE e PE) e nas “Áreas da Agricultura Seca”, com destaque para o sertão cearense, o Seridó (RN e PB) e Irecê (BA). O II e o III PND dirigiram investimentos em empresas públicas no setor de bens intermediários em substituição à indústria têxtil e de alimentos no Semiárido. Essa desconcentração regional da indústria estava associada a projetos energéticos no Semiárido, como a hidrelétrica de Xingó, em Canindé de São Francisco (SE).

#### *Rebatimentos sobre o território e relações entre cidade e região: Urbanização incompleta*

Apesar de todas as políticas desenvolvimentistas incidentes no Semiárido, como o fortalecimento da institucionalização, projetos produtivos e de infraestrutura, Becker e Egler (2011) afirmam que os domínios agromercantis se mantiveram. Araújo (2000) comenta que as secas também resultaram no agravamento da já elevada concentração das terras em mãos de pouquíssimos produtores, visto que os pequenos proprietários inviabilizados vendiam suas terras a baixos preços aos latifundiários; simultaneamente, os incentivos fiscais à atividade pecuária agravaram a questão fundiária, além de provocar outros efeitos importantes, como a redução da produção de alimentos e a intensificação de emigração rural. Apesar da disseminação das “frentes de modernidade”, o predomínio da pobreza rural nessa região fez com que grandes contingentes populacionais se deslocassem para as áreas que se firmavam como polos industriais.

---

<sup>53</sup> De modo geral, programas diversos foram criados nos anos de 1970, tanto integrados quanto setoriais, e que afetaram diretamente o Semiárido, como destaca o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (2005): além do Polonordeste, na categoria de programas integrados incluem-se o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) e o Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste. Os de natureza setorial foram: o Programa de Irrigação, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Programa de Pesquisa do Trópico Semiárido, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais e o Programa de Apoio a Produtores de Baixa Renda.

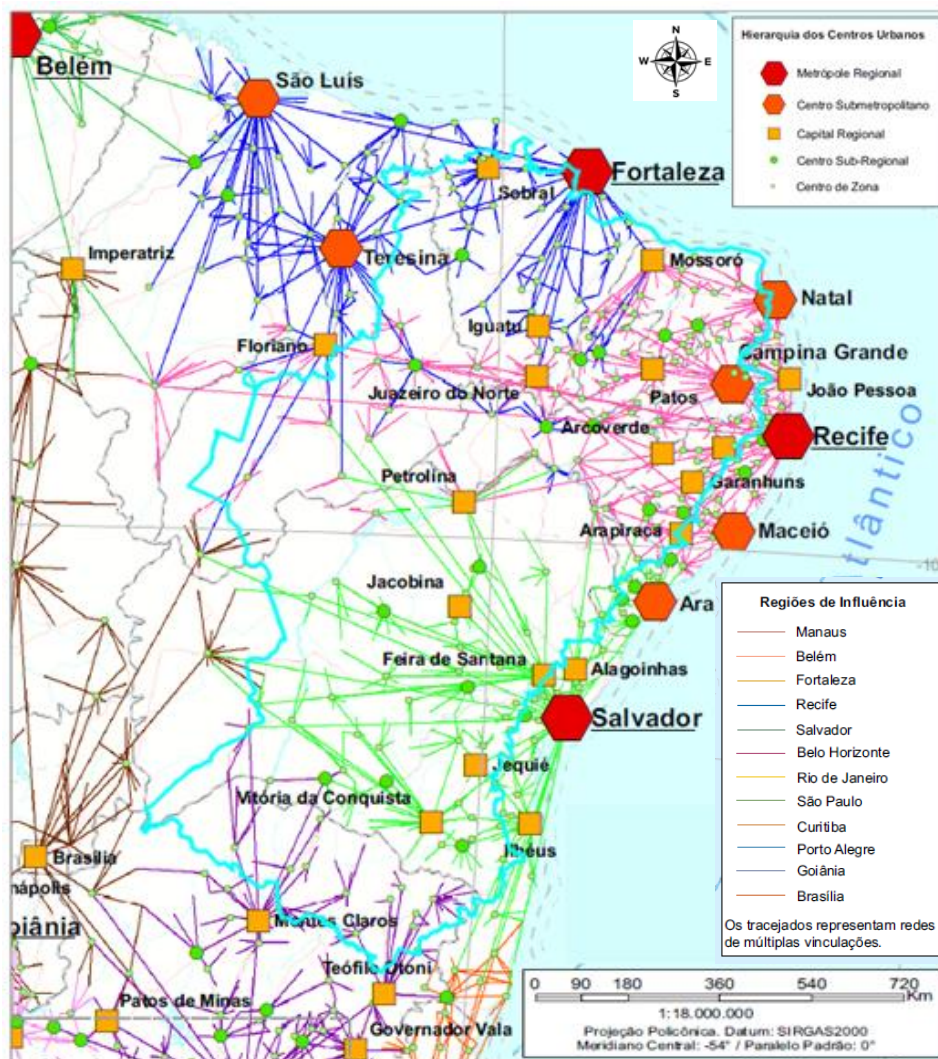
Nos anos 1960 e 1970, entretanto, Araújo (2000) comenta que, atraídos por incentivos fiscais, capitais privados em busca de novas frentes de investimento alteraram a dinâmica produtiva de porções do Semiárido. A nova base agrícola, porém, sustentou a “vocação” para a produção sem agregação de valor, com beneficiamento fora do Semiárido, do Nordeste e, em alguns casos, até mesmo do país. Salvo em casos como o das frutas tropicais, enviadas “in natura” para o mercado consumidor externo, ou da uva, transformada em vinho também no Semiárido, parte importante da produção agrícola e mineral da região era vendida para ser beneficiada fora (ARAÚJO, 2000).

Dessa forma, se na escala nacional, os resultados das políticas de integração e interiorização promoveram uma desconcentração industrial, embora limitada, no Semiárido foram propulsoras do processo de urbanização, embora incompleta. Em toda a fase desenvolvimentista, essas frentes de modernidade em constituição no Semiárido não conseguiram alterar o padrão migratório campo-cidade. Ainda havia uma grande porção do Semiárido que permanecia em processo de estagnação econômica.

Retomando os estudos do IBGE (Regic) de 1978, e destacando o Semiárido, verifica-se que, na década de 1970, importantes cidades médias despontaram e delinear m novas relações cidade-região, assumindo as suas funções tradicionais de intermediadoras de fluxos em direção às metrópoles, mas distribuídas de forma pontual no território. Essas cidades médias conectam-se a pequenos núcleos, com conexões majoritariamente verticais, evidenciando relações de dependência e subordinação econômica. As relações horizontais na região são praticamente inexistentes. A Figura 5.1 apresenta a rede de cidades do Semiárido de 1978.



Figura 5.1 - Rede de cidades do Semiárido de 1978



Fonte: IBGE, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1978.  
In: BRASIL (2008a), adaptado pela autora.

A Figura 5.1 destaca a rede de cidades do Semiárido na década de 1970 e vê-se que a polarização de Recife na porção setentrional dá-se inclusive sobre os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, a partir de fluxos diretos entre Recife e as capitais desses estados e, inclusive, as suas principais cidades médias. Ao sul, Recife polariza também Alagoas, a partir de Maceió e de Arapiraca. Observa-se ainda que, nessa década, fluxos interestaduais já começam a aparecer na região Nordeste, especialmente com Recife se articulando com Floriano (PI) ou com cidades do Maranhão. Fortaleza também passa a estabelecer importantes conexões interestaduais ao norte, com a polarização de Teresina e São Luís. Salvador amplia sua conexão com as cidades médias e núcleos menores no estado.

#### **5.4 Semiárido articulado, foco na pobreza rural e padrões migratórios reversos (1980 a 2002)**

##### *Referências macrorregionais*

O fim da ditadura e a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxeram para o Nordeste novas oportunidades no cenário político nacional. A restauração da democracia fez proliferar partidos, sindicatos, representantes antes não visualizados em função da centralização militar poderiam ter protagonismo político. Os anos 1980 foram o período de retorno de vários expoentes da cultura e da economia, antes exilados. Entretanto, a força regionalista da elite oligárquica fez com que nomes políticos a ela vinculados perdurassem no poder nacional, sem mudanças significativas.

Essa ausência de mudanças no cenário político ensejou, entretanto, uma nova alteração da estrutura produtiva do Nordeste, com maior participação dos setores industrial e terciário no PIB. Apesar da mudança na estrutura produtiva, durante os anos 1990 a configuração regional do Nordeste foi mantida em sua estrutura básica: o litoral e sua dinâmica urbana e o Semiárido e sua dinâmica agromercantil. Porém, destacam-se agora de polos dinâmicos agroindustriais no Semiárido, já consolidados, e a oeste, especificamente abrangendo o oeste da Bahia e o sul do Maranhão e Piauí, deu-se início à produção de grãos, formando anos mais tarde a região do agronegócio conhecida como “Matopiba”.

Diante da crise fiscal financeira do Estado nos anos 1980 e da ideologia neoliberal nos anos 1990, paulatinamente o propósito público de redução de desigualdades regionais perdeu força, acarretando o desmonte de políticas e instituições de desenvolvimento regional. Nos anos 1994 a 1996 a prioridade foi a estabilização da moeda. Nos anos 1996 a 2001, houve a execução dos planos “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, mas que tiveram seu ciclo encerrado com a extinção da Sudene, em 2001. Em que pese o avanço dos planos locais de desenvolvimento - os PDLIS, que se proliferaram no Nordeste nessa fase em função da disseminação do padrão de planejamento participativo, seus resultados revelaram excessivo localismo, recaindo numa lista de demandas pontuais, com restrito poder de modificação da realidade da estagnação, pobreza ou subdesenvolvimento. Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter incorporado vários dispositivos sobre o desenvolvimento regional, inclusive o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), seus desembolsos foram muito pequenos nessa fase.

Num contexto mais amplo, a tendência à abertura de mercado enquanto característica da globalização veio aprofundar tanto a competição internacional quanto a competição interna à macrorregião. Nacionalmente, o Sudeste e o litoral voltaram a liderar os indicadores de produtividade. Os fluxos de capital produtivo e financeiro deram-se principalmente inter-regionalmente. Por outro lado, intrarregionalmente, Ceará, Pernambuco e Bahia começaram a liderar os indicadores de

desenvolvimento e as desigualdades intrarregionais ficaram, a partir de então, mais acirradas. A dinâmica da população regional manteve o caráter migratório rumo às capitais, metrópoles e centros industriais. A pobreza do Nordeste se proliferou, tanto nos pequenos núcleos rurais, quanto nas periferias capitais e metrópoles da faixa litorânea. A rede de cidades do Nordeste, dessa forma, refletiu e acirrou tudo isso. Tanto a predominância dos fluxos inter-regionais e supranacionais sobre os intrarregionais, quanto a prevalência de Ceará, Pernambuco e Bahia nas conexões, acabaram por reproduzir a competição interna, as desigualdades intrarregionais e a fragmentação do território produtivo.

### *Contexto do desenvolvimento: Semiárido articulado*

Como resultado de meio século de políticas desenvolvimentistas, uma expressiva capacidade de armazenamento de água foi verificada no Semiárido nos anos 1990, mantendo-se inclusive na fase subsequente. Segundo Silva (2007), no ano 2000, a capacidade de acumulação total dos reservatórios existentes na região Nordeste era estimada em 86 bilhões de metros cúbicos de água, dos quais a maior parte se concentrava no Semiárido. O autor complementa que nessa sub-região as águas represadas em açudes do Dnocs propiciaram a exploração de 82 mil hectares de áreas de vazantes, produção de 17 mil toneladas de pescado, aproveitamento de 107 mil hectares com irrigação e abastecimento humano de 1,7 milhão de pessoas nos núcleos urbanos. Entretanto, a cada novo ciclo de secas, uma nova crise de abastecimento de água e de produção de alimentos acentuava processos migratórios. Silva explica que, mesmo com a grande capacidade de armazenamento de água, o problema de abastecimento para a população sertaneja a cada novo ciclo de seca deveu-se à má distribuição setorial e concentração espacial da água acumulada. Citando dados de Veiga, o autor afirma que, do total de 86 bilhões de metros cúbicos de água acumulada, 56 bilhões pertenciam ao setor elétrico e, dos 30 bilhões restantes, 18 bilhões encontravam-se em barragens construídas pelo Dnocs, sendo 309 açudes públicos e 622 açudes em cooperação com particulares, subsidiados com recursos da União. Além da má distribuição setorial, da concentração espacial e da privatização de parte dos recursos hídricos, a técnica da açudagem não apresentou a eficiência esperada em função da intensa evaporação durante boa parte do ano. Com esse descompasso existente entre os recursos investidos nas soluções hidráulicas e a proliferação da pobreza rural, houve a introdução do tema da sustentabilidade no planejamento e na ação estatal. Além disso, mudanças políticas visíveis também começaram a se delinear na região.

Como legado da Constituição Federal de 1988, e corroborado pelo vazio deixado com a minimização do Estado segundo a estratégia neoliberal, houve o fortalecimento do processo de participação social a partir da disseminação de instituições da sociedade civil que buscaram promover

uma inflexão do olhar sobre a sub-região. Do paradigma de promoção das políticas de combate às secas, preponderantes no Brasil dos anos 1960 e 1970, o olhar se voltou para o de convivência com a semiaridez a partir dos anos 1980. Isso representou um importante salto ideológico no sentido de que a seca, enquanto fenômeno cíclico, ensinaria por um lado, a permanência da população na sub-região, e por outro, a implementação de políticas de promoção de desenvolvimento adaptado às condições naturais.

Nesse sentido, cabe destacar uma conhecida organização da sociedade civil e seu trabalho social, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>54</sup>. Seu propósito inicial foi o de garantir o abastecimento de água de populações vulneráveis às secas a partir da implantação de tecnologias alternativas. Seu escopo de atuação evoluiu para a articulação voltada para uma educação contextualizada, agroecologia e reforma agrária. A esse esforço da ASA, associaram-se os agricultores reunidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), instituída ainda na década de 1960<sup>55</sup>. Desde o seu surgimento, as instituições do terceiro setor<sup>56</sup> têm tido especial importância no Semiárido, cujas ações de assistência técnica aos pequenos agricultores e de preservação dos recursos naturais tendem a potencializar os investimentos públicos nessa sub-região. Entretanto, não substituem a ação estatal, visto que a elas não podem ser delegadas ações de longa duração, em função das limitações financeiras para a manutenção de suas estruturas em diferentes ciclos de governo (BRASIL, 2005a).

Neste cenário político-ideológico, o Semiárido novamente necessitou reorganizar a sua economia. De acordo com Araújo e Lima (2009), nos anos 1980, a desorganização produtiva provocada pela grande seca de 1979-1983, a ocorrência da praga do bicudo do algodoeiro e o subsídio à produção de algodão em outros países, como o Egito, foram fatores que propiciaram a manutenção das atividades tradicionais de baixa eficiência e produtividade. Nessa década, o setor de mineração também foi afetado pelas oscilações dos preços no mercado externo. De outro lado, ficaram mais evidentes os polos tecnológicos, industriais e agroindustriais que, cada vez mais, interiorizaram-se nas cidades médias aonde a mínima estabilidade na disponibilidade hídrica lhes garantia o “desenrolar” da respectiva atividade. Araújo (2000) comenta que, nos 1990, esses polos contribuíram para que o Nordeste produzisse mais para o exterior, duplicando seu valor exportado, que passou de US\$ 1,5 bilhão, em 1975, para US\$ 3 bilhões, em 1990.

---

<sup>54</sup> A ASA é um fórum de organizações da sociedade civil, que atua em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Semiárido brasileiro, congregando cerca de 1.200 entidades dos mais diversos segmentos, como das igrejas católica e evangélica, organizações não governamentais (ONG) de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional, públicos e privados (BRASIL, 2005a).

<sup>55</sup> As iniciativas não-governamentais no Nordeste podem ser situadas em dois momentos distintos: o primeiro, na década de 1960, quando surgiram as primeiras ONGs, constituídas por técnicos e intelectuais que se opunham ao regime militar e atuavam em regime de quase clandestinidade, contra o Estado e à margem do mercado; o segundo coincide com a abertura democrática no caso do regime militar, como as ações desenvolvidas pela Igreja Católica e Sindicatos Rurais no Nordeste Semiárido (BRASIL, 2005a).

<sup>56</sup> A constituição e o funcionamento dessas organizações estão disciplinados na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Às receitas auferidas por esse salto nas exportações, somaram-se recursos oriundos de transferências governamentais, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE), e de receitas oriundas do serviço público, enquanto resultado da descentralização proposta na Constituição de 1988. Essa maior disponibilidade de renda, entretanto, sem um robusto processo produtivo associado, fez com que se evidenciasse o peso regional da chamada “economia sem produção” no Semiárido.

Esse é um termo controverso e pode até mesmo ser interpretado de forma pejorativa. Entretanto, adota-se o termo nessa tese com o enfoque de Gomes (2001) e de Lima e Gatto (2013). Para os autores, a economia sem produção no Semiárido corresponderia à parte da economia que se dinamiza por meio de transferências governamentais. Exemplos podem ser citados, tais como o salário de servidores públicos, recursos do FPM, das aposentadorias ou dos benefícios do Programa Bolsa Família. Os autores argumentam que, em função da maior fragilidade da base econômica dessa região, herança e reprodução de fatores históricos e culturais associados às assimetrias do capitalismo, desenvolveu-se no Semiárido uma dependência mais significativa do setor público como gerador de emprego e de renda. E complementam que não é por acaso que o Semiárido convive historicamente com uma elevada concentração de pobreza. Araújo (2000) mostra que, em 1990, dos 32 milhões de brasileiros indigentes, 17,3 milhões estavam no Nordeste e mais de 10 milhões residiam na zona rural, em boa parte integrada pela região semiárida<sup>57</sup>.

Em termos de dinâmica regional, nessa fase, a crise do complexo algodoeiro ensejou o fortalecimento do fenômeno urbano no Semiárido. Entretanto, o crescimento demográfico nas cidades passou a se realizar num ritmo superior à capacidade do Estado de prover os serviços básicos à população, o que acarretou desbalanceamentos entre a oferta e a demanda. Essa lógica da urbanização que ocorre na maior parte das cidades brasileiras, tem um agravante no Semiárido: lá o processo de atração, acumulação e reprodução do capital é exíguo, o que faz com que o processo de estruturação urbana ocorra a passos significativamente lentos.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Foco na pobreza rural*

Com o fim da ditadura militar, houve propagação de um discurso progressista a respeito do desenvolvimento da região semiárida. Aliada à seca de 1979-83, que afetou aproximadamente três milhões de trabalhadores rurais, a pobreza regional continuava chamando a atenção do governo. Essa persistência da pobreza, mesmo após um ciclo de pesadas políticas desenvolvimentistas, foi o pano de fundo para que toda a estratégia adotada na fase anterior passasse por uma avaliação na fase neoliberal.

---

<sup>57</sup> Há que se considerar, entretanto, que essas transferências, em geral, dinamizam a produção, só que numa escala local.

Em função disso, foi criada uma nova estratégia de desenvolvimento. Apesar de, nessa fase, haver maior participação das cidades da economia do Semiárido, essa “nova estratégia” selecionou o espaço rural como alvo segundo o princípio do “desenvolvimento rural integrado”, culminando na elaboração do Projeto Nordeste. Nesse período instituições internacionais atuaram fortemente no Brasil, como o Banco Mundial, que também introduziu o conceito da sustentabilidade no planejamento voltado para o Semiárido. Um exemplo da aplicabilidade desse conceito foi o Projeto Áridas, de 1993.

Com esse novo enfoque no planejamento, em meados dos anos de 1980 tiveram lugar ações orientadas para a eliminação pobreza rural do Semiárido, com diversas políticas e programas implementados. O principal programa do Projeto Nordeste foi o de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), de 1985. Objetivando a desconcentração de renda e com a participação do Banco Mundial na concepção, foi criado e implementado o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Esse programa substituiu o PAPP e impôs uma lógica de atuação no Semiárido, entretanto, quase assistencialista. Com esse programa a pesquisa, a tecnologia e a inovação atreladas à produção rural ficaram, nos termos de Schumpeter (1985), aquém do seu potencial transformador da realidade.

Mas seguramente essas as diretrizes adotadas pelo Banco Mundial não permaneceram na atuação governamental em fins dos anos 1980, visto que o discurso da competitividade se materializou com programas de irrigação. Especialmente o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine) e o Programa Nacional de Irrigação (Proni), criados em 1986, favoreceram a ampliação do escopo da atuação do Dnocs e Codevasf no setor. Nessa fase, em função das prioridades definidas pelo Governo Federal, a irrigação passou a se constituir em um negócio privado, tendo o poder público o papel de indutor desse negócio, com a oferta da infraestrutura de irrigação (macrodrenagem, suporte hidráulico e elétrico) e cabendo ao setor privado a exploração produtiva. Nesse período, setores produtivos considerados competitivos ou potencialmente competitivos no Semiárido rural também foram identificados e fomentados por meio do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, de 1996, o qual afirmou o Semiárido como região priorizada nas atividades privadas de irrigação, tendo na fruticultura irrigada a atividade de maior potencial econômico, em face da sua grande aceitação no mercado externo. A respeito dessa fase, e de acordo com o Ministério da Integração Nacional, diversos especialistas defenderam que essa parceria entre o setor público e o setor privado foi bem-sucedida em termos de elevação do PIB regional. Há que se considerar, entretanto, os efeitos concentradores de renda que essas mesmas políticas promoveram na escala intrarregional.

Na fase neoliberal, em que pese a priorização dos eixos nacionais de desenvolvimento sobre os corredores da Transnordestina e da calha do Rio São Francisco, as estruturas que, de fato, modelaram o território semiárido foram os perímetros de irrigação implementados pelo Dnocs e Codevasf, e

financiados pelo BNB, prioritariamente, desde os anos 1970<sup>58</sup>. Quanto às áreas de impacto da irrigação, o Mueller (1996) comenta que, no Nordeste e no norte de Minas Gerais, 14 polos industriais estavam associados à irrigação e, dos três mais importantes do Nordeste, dois estavam no Semiárido — o de Petrolina-Juazeiro (correspondendo a quase um quarto da área total irrigada) e o do Baixo-Médio Jaguaribe, no Ceará. O terceiro era o de Barreiras, na Bahia.

*Rebatimentos no território e relações entre cidade e região: Padrões migratórios reversos*

Com o suporte direto dessas políticas “*top down*”, que tiveram início com o aprofundamento do desenvolvimentismo e que tiveram continuidade na fase neoliberal, o delineamento regional da agroindústria da fruticultura irrigada difundiu-se pelos vales úmidos “para formar um novo Nordeste” (MOREIRA, 2014). Só que um Nordeste competitivo, mas também excludente. Nessa atividade, as plantações de soja, milho e feijão irrigados são exemplos dessa “nova região da agricultura irrigada” que se delineou no país nos anos 1970, e se disseminou nos anos 1980 e 1990, passando a atrair capital externo e mudando as relações entre as cidades médias e a região na qual estão inseridas. A abertura comercial dos anos 1990 trouxe consigo a crescente presença de grandes grupos empresariais no Nordeste e também nas cidades médias do Semiárido. Como em outras regiões, a presença desses grupos não se restringiu ao setor industrial. Araújo (2000) afirma que também na construção civil e nos complexos agroindustriais sua presença é marcante. Também na atividade comercial dessas cidades médias o capital internacional se instalou, com a afirmação da oligopolização em grandes cadeias de magazines, hipermercados ou *shopping centers*.

Apesar de os programas voltados para a inclusão produtiva rural não terem sido suficientes para dotar as áreas rurais de condições de sustentabilidade com fins frear os processos migratórios, os investimentos em irrigação desde a fase desenvolvimentista favoreceram o adensamento de núcleos que foram se urbanizando e respondendo por parcelas significativas da geração de riquezas no Semiárido. O fenômeno migratório, a partir de então, mudou o padrão. Seguindo a tendência nacional, a migração também assumiu o padrão cidade-cidade. As cidades médias no Semiárido passaram a receber novos fluxos de migrantes: fluxos migratórios “pendulares”, com saídas de curta ou média duração e volta ao ponto original de partida; e fluxos de curta distância, especialmente das pequenas para as cidades médias e grandes do Nordeste. Com a população se fixando na hinterlândia regional, a busca dos espaços urbanos no Semiárido tem valorizado as condições de moradia urbana, afetando o

---

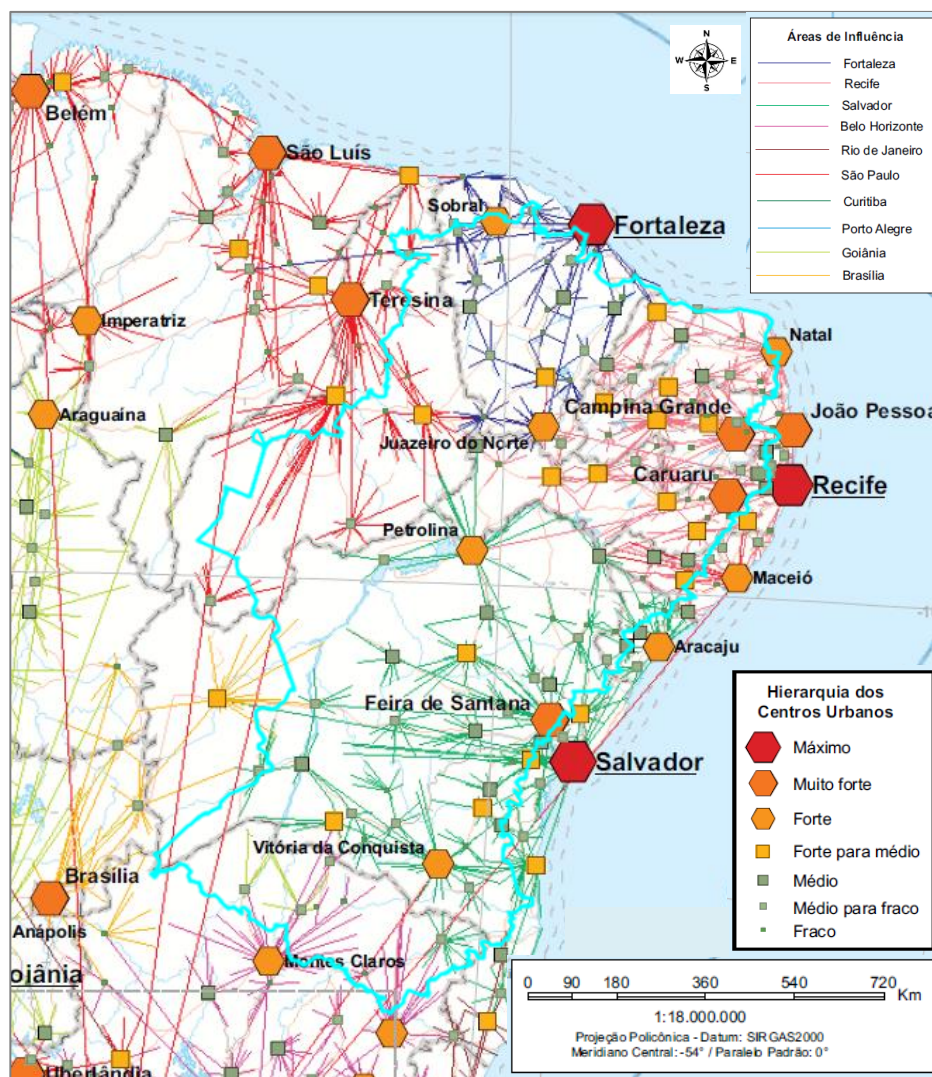
<sup>58</sup> Segundo Mueller (1996), o BNB levantou que: até 1987, dos 98,1 mil hectares (ha) a irrigados no Nordeste, dois terços pertenciam ao Semiárido; os estados com maior participação foram Bahia, Pernambuco e Ceará, com cerca de 70% do total da macrorregião; entre 1987 a 1992 a expansão da área irrigada foi de 83,3 mil ha; a irrigação pública federal passou de 69,5 mil para cerca de 100 mil ha, e a irrigação privada, de 42 mil para 94,8 mil há; em 1992, a área irrigada totalizou 195 mil ha.



valor da terra e gerando novas demandas por serviços. Mesmo morando agora nas cidades, a população mantém vínculo com o processo produção rural, mantendo as conexões entre o campo e a cidade.

Na década de 1990, Salvador, Recife e Fortaleza mantiveram-se como os centros polarizadores em escala macrorregional. No Semiárido, diferenças foram verificadas em termos de articulação e número de conexões entre as suas porções norte (polarizada por Recife e Fortaleza) e sua porção sul (polarizada por Salvador). A porção norte já apresenta importantes cidades médias, como Petrolina (PE), Campina Grande (PB), Sobral (CE), Caruaru (PE) e Juazeiro do Norte (CE), cujas funções parecem ser de intermediação de fluxos em direção às capitais. Ao sul, Feira de Santana (BA) e Vitória da Conquista (BA) mantêm a rede de cidades mais articulada proximamente ao litoral. As conexões inter-regionais são marcantes nessa fase. São Paulo mantém relações diretas não apenas com capitais nordestinas, como Maceió, mas também com cidades médias, como Vitória da Conquista (BA). A Figura 5.2 apresenta a rede de cidades do Semiárido de 1993.

**Figura 5.2 - Rede de cidades do Semiárido de 1993**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993. In: BRASIL (2008a), adaptado pela autora.



Na Figura 5.2 destacam-se as cidades médias de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), que despontam como centros urbanos de alta hierarquia, segundo a classificação do IBGE, em nível superior ao de capitais como Maceió, Aracaju e Natal. Por outro lado, no tocante às pequenas cidades, vê-se pouca capacidade de articulação horizontal entre as mesmas. A rede dendrítica revela, dessa forma, a dependência que esses núcleos mantêm com os de hierarquia superior.

### **5.5 Semiárido dinâmico, desconcentração de renda e ilhas de dinamismo (2003 a 2016)**

#### *Referências macrorregionais*

Durante a fase neodesenvolvimentista, quando se buscou aliar crescimento competitivo com equidade social, o Nordeste entrou mais fortalecido na cena política nacional, corroborado pelo movimento de seus governadores que, desde o início do processo de fragilização da Sudene e do esvaziamento de seu Conselho Deliberativo (Condel), não se articulavam em torno do interesse de desenvolver a macrorregião. O Fórum de Governadores do Nordeste, instituído no ano 2000, ganhou mais espaço no diálogo com o governo. No âmbito do poder legislativo, houve o fortalecimento da bancada regional. No âmbito de municípios, proliferaram-se movimentos cooperativos territoriais, como os consórcios públicos. Por outro lado, tem-se a agregação política de municípios com vistas a sua diferenciação no território nacional, como o G20 Semiárido, o grupo formado por representantes políticos das 20 cidades do Semiárido que apresentam os maiores PIB regionais e que tem como propósito a captação de investimentos<sup>59</sup>. Na escala local, movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil e fóruns regionais figuraram como parceiros, inclusive na implementação de diversos programas de governo.

Dessa forma, o protagonismo do Nordeste no cenário político abriu novas oportunidades de desenvolvimento para a macrorregião no cenário econômico. Uma das características especiais da economia do Nordeste nessa fase foi o crucial papel desempenhado pelo setor público no patrocínio do crescimento e na redução das desigualdades sociais e regionais. Araújo (2000) comenta que, desde os anos 1970 e 1980, direta ou indiretamente, foi o setor público quem puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região: bens imóveis e serviços às empresas; atividades financeiras; produção de energia elétrica e abastecimento de água; serviços comunitários sociais e pessoais; e comércio, com expressiva participação no PIB regional. A partir de anos 2003, no governo Lula, essa atuação do poder público federal se fez mais presente no quesito social. Valorização do

---

<sup>59</sup> Os municípios que fazem parte do G20 Semiárido são: Arapiraca (em Alagoas), Feira de Santana, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista (na Bahia), Caucaia, Crato, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maranguape, Iguatu e Sobral (no Ceará), Campina Grande e Patos (na Paraíba), Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Garanhuns e Petrolina (em Pernambuco) e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

salário mínimo, política de acesso ao crédito, política previdenciária, transferência de renda direta contribuíram para a injeção de renda em sub-regiões e setores até então estagnados.

Esse dinamismo recente promoveu uma nova ruptura de paradigma que se mantinha desde o GTDN: o de que o Nordeste, em função de suas áreas estagnadas, mantinha um isolamento relativo em relação ao restante do país. Nesse sentido, Araújo (2000) afirma que o movimento de integração econômica comandado pelo processo de acumulação de capitais do país nas últimas décadas havia, portanto, atingido o Nordeste e “solidarizado” sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional<sup>60</sup>. Esse processo articulou diversas dinâmicas regionais ao resto do país, e isso ficou mais evidente na fase neodesenvolvimentista. Entretanto, isso não significa afirmar que houve um processo de homogeneização das estruturas produtivas e nem que houve integração produtiva no âmbito intrarregional. A fragmentação e a heterogeneidade estrutural e produtiva conformaram a grande questão regional nordestina do século XXI, assim como figuraram as desigualdades intrarregionais. A Tabela 5.1 apresenta a participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) dos estados no total do VTI do Nordeste em diferentes anos.

**Tabela 5.1 – Participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) dos estados no total do VTI do Nordeste em diferentes anos**

Estados	1995	2000	2009
Maranhão	5,4%	4,0%	3,6%
Piauí	1,6%	0,9%	1,9%
Rio Grande do Norte	5,7%	6,9%	7,9%
Paraíba	4,8%	3,9%	3,9%
Alagoas	6,0%	6,0%	3,7%
Sergipe	5,8%	4,6%	4,9%
<b>Subtotal MA+PI+RN+PB+AL+SE</b>	<b>29,5%</b>	<b>26,3%</b>	<b>26,0%</b>
Pernambuco	20,0%	13,0%	14,9%
Bahia	37,7%	45,9%	45,0%
Ceará	12,8%	14,8%	14,1%
<b>Subtotal PE+BA+CE</b>	<b>70,5%</b>	<b>73,7%</b>	<b>74,0%</b>
<b>Total NORDESTE</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IBGE (BRASIL, 2011b).

Considerado a Tabela 5.1, persistências estruturais pareceram contribuir para essa desigualdade, como a concentração fundiária, a urbanização incompleta, a fixação de níveis baixos de remuneração, relações espoliativas de trabalho, presença maciça do capital mercantil no interior da economia regional e a cultura da tutela estatal. Esse híbrido regional que se tornou o Nordeste tem apresentado peculiaridades em relação aos fluxos de capital humano: vê-se simultaneamente processos migratórios tradicionais, rumo aos centros do Sudeste, aliado a um arrefecimento das migrações rumo às capitais

<sup>60</sup> Como também ressaltaram em seus estudos Oliveira (1981a) e Guimarães Neto (1997).

litorâneas e uma explosão em sentido das cidades médias. Há também o processo de migração de retorno, daquela população que migrou há décadas atrás, rumo às suas cidades de origem.

A alternância do governo neoliberal para o neodesenvolvimentista ensejou por parte do governo Lula nova reflexão sobre a pertinência de se instituir uma política regional explícita, assim como recriar a instituição que teria sido responsável pela importante retomada do desenvolvimento do Nordeste na década de 1970 – a Sudene. Logo após a elaboração, em 2006, do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste, houve a recriação da Sudene, em 2007, a instituição da PNDR I (e sua valorização explícita do Semiárido), também em 2007, e uma nova proposta de política industrial que, embora setorial, anteviu o anseio estatal para a indústria. No governo Dilma, o Plano Brasil sem Miséria, embora nacionalizado, teve grande repercussão no Nordeste, em função de lá estarem mantidos baixíssimos indicadores sociais. Os planos diretores da Embrapa, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, além do Plano Nacional de Educação revelaram a sintonia do governo com o novo paradigma da economia do conhecimento, inclusive em regiões menos desenvolvidas.

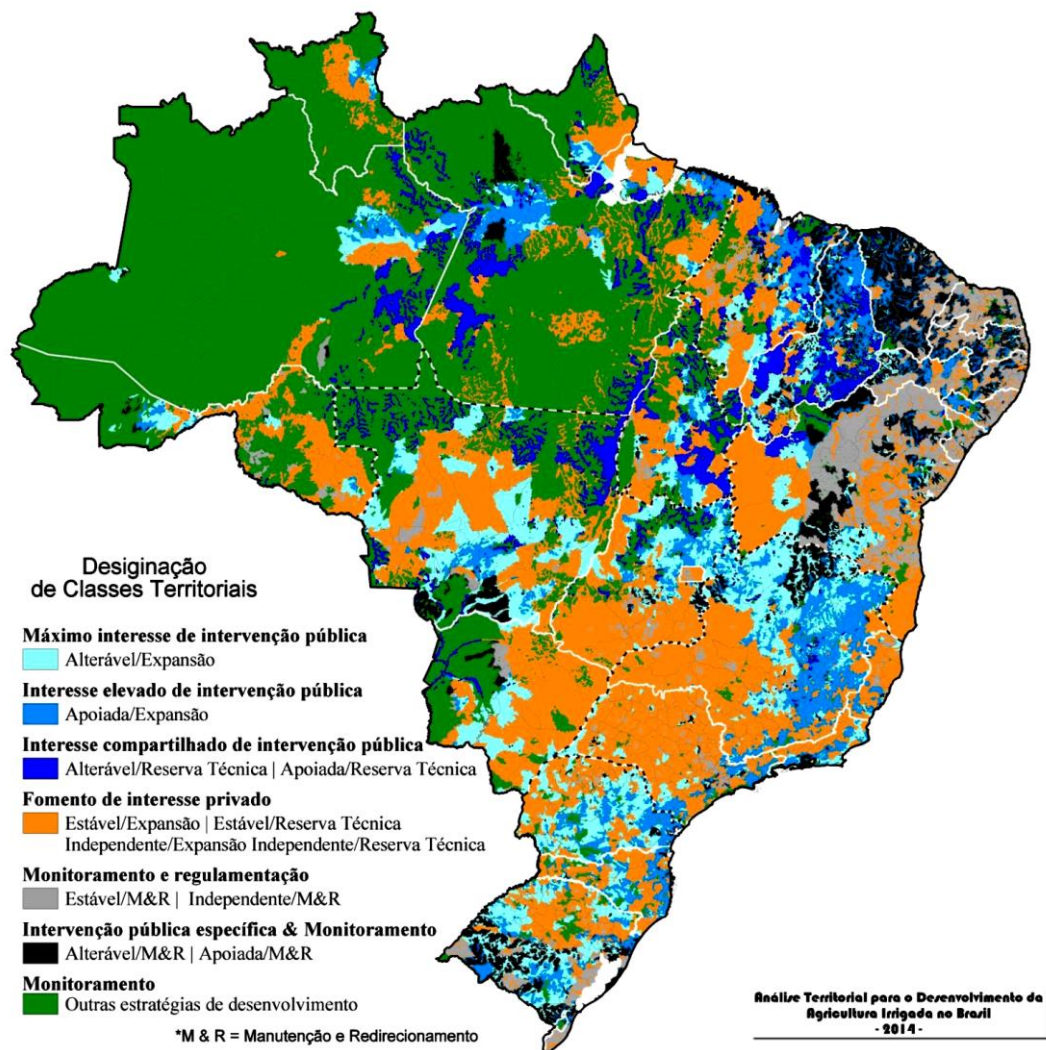
Espera-se que as estruturas modeladoras do território nordestino, muitas delas ainda em implantação no ano 2017, tragam importantes diferenciações na divisão territorial do trabalho, em função de novos fluxos que devem advir, por exemplo, da implantação de obras do PAC, como a ferrovia Nova Transnordestina, ou da finalização do Pisf. É importante salientar que, a despeito de uma generalização em voga no ambiente de planejamento governamental, não é a obra de infraestrutura em si que carrega consigo a garantia do desenvolvimento. É, sim, a forma como essa obra se conecta às diferentes dinâmicas espaciais, em diferentes escalas, que faz dela um potencial vetor de desenvolvimento. No PAC, a implantação de refinarias, portos, aeroportos, a disseminação da aviação regional, a proliferação dos projetos de irrigação, complementação rodovias e ferroviária constituem-se, até o momento, um “caleidoscópio” de vetores potenciais de desenvolvimento do Nordeste, com rebatimentos na rede de cidades. Essa rede, em 2007, apresentou uma maior participação das metrópoles, capitais e cidades médias no comando dos fluxos inter e intrarregionais, em contraposição a uma (ainda) quase inexistência de conexões horizontais intrarregionais entre esses diferentes núcleos urbanos, quaisquer que sejam os seus níveis na hierarquia urbana.

#### *Contexto do desenvolvimento: Semiárido dinâmico*

Na fase neodesenvolvimentista, o quadro natural do Semiárido é caracterizado, sobretudo, pela ampliação da área sujeita à desertificação. O Ministério do Meio Ambiente aponta que 68% da área do Semiárido sofreu ação antrópica. De acordo com Silva (2007), as maiores extensões de áreas em processo de desertificação no Brasil, com a perda gradual da fertilidade biológica do solo, são

localizadas no Semiárido, resultado do cultivo inadequado da terra, associado às variações climáticas e às características do solo. O autor complementa que o zoneamento realizado pela Embrapa, de 1993, revelou que 36% da área de domínio do Semiárido possui forte restrição ao uso agrícola. A vulnerabilidade do quadro natural também foi identificada em estudos recentes sobre irrigação desenvolvidos pelo Ministério da Integração Nacional. A Figura 5.3 apresenta uma análise territorial dos limites e alcances do desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil.

**Figura 5.3 – Análise territorial para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil (2014)**



Fonte: Ministério da Integração Nacional.

A Figura 5.3 revela que a porção semiárida é identificada como uma área majoritariamente destinada ao monitoramento dos empreendimentos voltados para a irrigação, tanto pública quanto privada, assim como à regulamentação do uso dos recursos hídricos, até hoje pouco regulado. A intervenção em irrigação, segundo constatações do estudo, deveria se dar a partir de ação pública específica, considerando a escassez hídrica de maior parte dessa região. Apenas em porções do estado

do Piauí, de Alagoas, e sudoeste da Bahia é que, segundo o estudo, poderia haver tanto o desenvolvimento da irrigação pelo setor público quanto um maior fomento ao empreendedor privado. Entretanto, a irrigação pública desenvolvida após a década de 1970 destinou, de forma até mesmo antagônica, grande número de projetos em áreas afetadas pelas secas. Muitos desses projetos foram inviabilizados pela intermitência dos rios ou baixa vazão nos períodos de estiagem. Há que se considerar ainda que a pouca eficiência da irrigação pública no Brasil é ainda uma realidade que compromete o uso dos recursos hídricos nas zonas semiáridas. Técnicas como a micro aspersão e o gotejamento desenvolvidas no Semiárido pela Embrapa estão presentes em poucos perímetros. De forma associada, o desperdício faz com que a irrigação ainda consuma muita água no Semiárido, em níveis superiores ao do consumo humano nas cidades, e este é um tema que está presente nas pautas de movimentos sociais com ênfase no desenvolvimento rural sustentável.

Nessa fase, o Semiárido passou a ser socialmente representado nas conferências, em especial na temática do desenvolvimento rural sustentável <sup>61</sup>. Além disso, diversos fóruns regionalizados surgiram na sub-região, como os fomentados pela PNDR I nas mesorregiões do Xingó, Seridó, Chapada do Araripe e na Ride do Polo Petrolina e Juazeiro. A vinculação da participação social no Semiárido atrelada à temática rural foi bastante superior ao nível de participação nas questões urbanas, apesar de esta sub-região já ter apresentado 62% de sua população residindo em cidades em 2010. As questões urbanas mostraram maior prioridade nas temáticas dos consórcios públicos e privados que também se disseminaram na sub-região nos anos recentes, envolvendo todos os estados que integram o Semiárido. Esses consórcios representaram a motivação de entes federados e organizações públicas e privadas pela gestão associada, especialmente na temática do desenvolvimento sustentável ou em torno de algum serviço urbano setorial específico, como saúde, abastecimento de água ou gestão de resíduos sólidos.

Entretanto, mesmo com essa participação, a vulnerabilidade social a que estão submetidas as populações rurais de mais baixa renda em função da incidência de secas extremas ainda é uma realidade nos anos 2000. Mas apostas importantes da economia brasileira tiveram repercussões significativas naquela região. Araújo (2000) comenta que tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal - que fizeram desenvolver as estruturas econômicas modernas e ativas já abordadas, foram em grande parte responsáveis pelo desempenho econômico relativamente positivo do Semiárido como um todo. Menos por seu dinamismo e mais pelo fato de desenvolverem modernas atividades de base tecnológica, consonantes com o novo paradigma da economia do conhecimento, destacam-se também tecnopolos, como o de Campina Grande (PB). De acordo com Santos (2016), os tecnopolos ou parques

---

<sup>61</sup> Essa constatação se deu a partir de pesquisas em diferentes portais de catalogação de temáticas conferenciais.

tecnológicos são formados por projetos sintonizados com a dinâmica de acumulação flexível, em programas estruturados (e estruturantes) que fortalecem a articulação entre empresas - tanto as intensivas em tecnologia como as dos setores tradicionais da economia. Coadunam-se, dessa forma, com o paradigma emergente da economia do conhecimento, pois criam especializações locais, diferenciando regiões e tornando-as mais aptas a integrar-se a processos econômicos mais estruturados.

Ao mesmo tempo, em outras áreas o ambiente socioeconômico é marcado por resistências à mudança. Isso revela que o processo de modernização foi restrito e seletivo, e manteve o padrão tradicional das relações de produção. Mesmo onde a irrigação introduziu uma agricultura moderna, com agregação da tecnologia, essa “modernização” foi conservadora, inclusive da estrutura fundiária (ARAÚJO, 2000). Além disso, pouco se atentou para o quesito ambiental. No Semiárido, as velhas estruturas socioeconômicas e políticas têm na base fundiária um de seus principais pilares de sustentação. Como resultado dessa dualidade entre modernização e tradição, começaram a despontar, intrarregionalmente, desigualdades significativas. Há em curso uma repetição do padrão macrorregional de reprodução das desigualdades. A Tabela 5.2 apresenta as dez cidades médias com maiores PIBs do Semiárido em 2011.

**Tabela 5.2 – As dez cidades médias com maiores PIBs do Semiárido em 2011**

<b>Município*</b>	<b>UF</b>	<b>Microrregião polarizada</b>	<b>Valor PIB municipal (Mil Reais)</b>
Feira de Santana	BA	Feira de Santana	8.270.807,00
Campina Grande	PB	Campina Grande	5.339.761,00
Mossoró	RN	Mossoró	3.916.505,00
Vitória da Conquista	BA	Vitória da Conquista	3.836.498,00
Caruaru	PE	Vale do Ipojuca	3.407.458,00
Petrolina	PE	Petrolina	3.310.559,00
Sobral	CE	Sobral	2.436.463,00
Paulo Afonso	BA	Paulo Afonso	2.287.486,00
Juazeiro do Norte	CE	Cariri	2.249.645,00
Arapiraca	AL	Arapiraca	2.173.811,00
<b>TOTAL PIB 10 municípios</b>			<b>37.228.993,00</b>
<b>TOTAL PIB Semiárido (1.135 municípios)</b>			<b>163.585.739,00</b>

Fonte: Instituto do Semiárido (Insa) com base nos dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

\* Apesar de apresentar alto PIB, Caucaia (CE) não se inseriu na lista em função de ser polarizada por Fortaleza (CE).

A Tabela 5.2 traz as dez cidades médias do Semiárido que apresentam maior PIB municipal em 2011. Nessas cidades, que não representam nem 1% do Semiárido quanto ao número de municípios, tem-se concentrado 22% do PIB sub-regional. A concentração da riqueza do Semiárido em cidades médias sugere que a modernização foi capaz de impor seu padrão seletivo nessas áreas. Ao mesmo

tempo, indica o potencial que essas cidades têm de se constituírem em “cidades regionais”, nos termos de Sposito (2010), ou seja, cidades que podem usufruir de relações horizontais com outras cidades médias de sua região, principalmente produtivas, e que podem transbordar dinamismo e ampliar as condições de sustentabilidade econômica de toda uma microrregião de influência.

Em contraposição ao Semiárido ruralizado e empobrecido que permaneceu no imaginário da sociedade durante muitas décadas, emerge um Semiárido urbano e dinâmico, ainda pouco estudado e decodificado, que mantém uma forte relação com o meio rural, cujo dinamismo está expresso nas cidades médias, ainda em pequeno número, mas que são polarizadoras, em geral, de suas microrregiões de influência. Nas cidades onde prepondera a agroindústria, por exemplo, o ambiente urbano passa a abrigar inúmeras atividades comerciais subsidiárias à produção agroindustrial. Em sentido inverso, no meio rural, vilas e agrovilas de um distrito de irrigação, por exemplo, também assumem características urbanas a partir do desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços. Cabe destacar o importante papel do setor de serviços em cidades do agronegócio, corroborando um novo padrão de consumo, que não é apenas consumptivo, mas um consumo produtivo, de que trata Elias (2003), que alimenta a urbanização em bases terciárias. Essa simbiose entre o urbano e o rural, característica de uma nova “urbanidade” (ou talvez de uma nova “ruralidade”) é marca da questão regional do século XXI no Semiárido<sup>62</sup>. A Tabela 5.3, por sua vez, apresenta a classificação dos municípios do Semiárido Brasileiro segundo o tamanho da população residente no ano de 2010.

**Tabela 5.3 – Classificação dos municípios do Semiárido Brasileiro segundo o tamanho da população residente (2010)**

População	Nº de municípios	Classificação <sup>1</sup>	Nº total de habitantes
Até 5.000	190	Pequeno	697.046
5.001 a 10.000	264	Pequeno	1.882.695
10.001 a 20.000	373	Pequeno	5.323.977
20.001 a 50.000	233	Pequeno	6.836.496
50.001 a 100.000	57	Médio	3.723.683
100.001 a 500.000	17	Grande	3.577.779
500.001 a 900.000	1	Grande	556.642
Total	1.135		22.598.318

<sup>1</sup> Classificação sugerida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004), com base no tamanho da população. Não leva em conta o conceito de cidade média adotado neste estudo.

Fonte: Instituto do Semiárido (Insa) com base nos dados do IBGE (BRASIL, 2010a).

A Tabela 5.3 revela que esse processo de urbanização no Semiárido, embora contundente, não é um processo homogêneo. Vem se dando de forma fragmentada, e ainda há a predominância de municípios de pequeno porte demográfico, que mantêm pouca capacidade articulação horizontal. A

<sup>62</sup> Parece haver tendências na globalização e no padrão de acumulação no país que se expressam nas articulações urbano-rurais também no caso de metrópoles e suas regiões. Sobre o assunto, ver SOUZA (2016).

Tabela 5.3 também evidencia que apenas 18 municípios possuem população acima de 100 mil habitantes. Em meio a esses, estão as cidades médias apresentadas. Aliado a isso, a dinâmica da população do Semiárido nos anos 2000 também é bastante peculiar. Coexistem a fixação da população, a migração de retorno, a migração intrarregional das pequenas cidades rumo às cidades médias e também processos migratórios entre cidades médias ou de cidades médias para a hinterlândia microrregional (que fazem com que, em algumas delas, por exemplo, o crescimento populacional seja negativo).

As dinâmicas observadas refletem em primeiro lugar a heterogeneidade que se tornou o espaço semiárido na fase neodesenvolvimentista. Evidenciam, sobretudo, a dualidade entre um espaço moderno, ainda em incipiente transformação urbana, e um espaço rural onde persistem características legadas do período colonial, principalmente em relação a pouca capacidade de articulação das estruturas produtivas intrarregionais, compondo uma região fragmentada, nos termos de Veltz (1996), cuja economia dispõe-se em torno de arquipélagos produtivos, com a manutenção do padrão de empobrecimento e da carência assistencial. Dada a questão regional da dualidade espacial, as políticas públicas planejadas visaram ao mesmo tempo potencializar o dinamismo com obras estruturantes e minimizar o empobrecimento com fortes ações assistenciais, buscando mesclar estratégias “*top down*” com estratégias “*bottom-up*”, ou no contexto do desenvolvimento, competitividade com equidade.

#### *Ações de desenvolvimento regional: Desconcentração de renda*

Durante a fase neodesenvolvimentista foram publicados dois importantes documentos relativos ao Semiárido ainda em 2005. O primeiro deles foi “A Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro”, aprovada pelo Ministério da Integração Nacional, com base na concepção ratzeliana de região natural. O segundo foi o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA), também a cargo desse Ministério, que dotou a região natural do atributo de ser também uma região de planejamento<sup>63</sup> (BRASIL, 2005a). Apesar da importância desses documentos, entretanto, o planejamento integrado do desenvolvimento do Semiárido por parte do governo federal não se consubstanciou em ações concretas. Nessa fase, incontáveis estratégias ministeriais foram elaboradas tendo como recorte geográfico o Semiárido, cada uma com sua lógica programática e sub-regionalização específica. Porém, a concepção presente na terceira geração de políticas para o desenvolvimento regional, onde se busca mesclar

---

<sup>63</sup> O PDSA definiu nove sub-regiões destinadas a abrigar ações prioritárias para o desenvolvimento do Semiárido. São elas: Sertão do Piauí, Sertão do Apodi, Sertão do Araripe, Sertão da Borborema, Ribeira do Médio São Francisco, Ribeira do Submédio São Francisco, Ribeira do Baixo São Francisco, Sertão de Canudos e Sertão de Contas. Os critérios de definição das sub-regiões consideraram, dentre outros quesitos, o nível de dinamismo dos centros urbanos, a possibilidade de encadeamento produtivo de atividades econômicas, a vulnerabilidade do quadro natural e o nível de organização social.



tendências de uma ação “*top-down*” com uma ação “*bottom-up*” ou de desenvolvimento endógeno, parece não ter sido alcançada.

O planejamento “*top-down*” existiu, e pôde ser materializado em ações diretas de provisão de infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética, projetos de irrigação com modelos de gestão pré-concebidos, políticas universalizantes de acesso à água, provisão de infraestrutura hídrica, transferência de renda e acesso ao crédito; de outro lado, também existiu o planejamento “*bottom-up*”, com fomento à estruturação de arranjos produtivos locais, produção de sementes adaptadas, quintais produtivos, estímulos ao empreendedorismo, educação contextualizada etc. Só que a articulação necessária entre ambas, necessária para a potencialização de seus efeitos sobre o território não aconteceu. Muitas dessas ações se sobrepuseram, perdendo em eficiência. A tese desenvolvida por Rocha Neto (2012), inclusive, discorre sobre o ônus dessa ineficiência. Em outras palavras, não se conseguiu aliar competitividade à equidade nos propósitos do planejamento estatal nessa fase.

Nesse contexto, o Ministério da Integração Nacional, com a missão de implementar a política regional explícita, teve sua capacidade de planejamento comprometida, pois ela esteve a reboque das ações ministeriais efetivadas “a toque de caixa”. A elaboração de planos no entorno de projetos estruturantes representou o esforço de se planejar o desenvolvimento regional a partir de uma grande obra já executada ou em execução, tentando atenuar seus efeitos negativos no território e, ao mesmo, tempo identificar potencialidades ainda não visualizadas na gestão dos empreendimentos ou no aproveitamento de um eventual potencial de encadeamento produtivo, evitando assim, o “enclavismo”. Um exemplo nesse sentido foi verificado com a publicação do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável da Área de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PDRS-SF), em 2016. Esse plano visou ao melhor aproveitamento da obra para fins de desenvolvimento, em sua hinterlândia<sup>64</sup>.

Nesta fase, políticas públicas com foco no Semiárido foram abundantes, embora majoritariamente setoriais, com enfoque rural e objetivando a oferta hídrica. Negligenciou-se o fato de que o Semiárido se urbanizava, que esse processo de urbanização ainda não tinha produzido mazelas como as encontradas nos grandes centros urbanos, mas que se expandia e já trazia consigo peculiaridades e restrições. As ações do Ministério das Cidades se destinaram a suprir déficits, seja de

---

64 É importante ressaltar que o Semiárido, nessa fase, continuou atraindo ações visando a uma preparação para as secas e atenuação das condições de vulnerabilidade da população rural. O Plano Brasil sem Miséria atuou fortemente nesse sentido e, só no Programa Água para Todos, houve a instalação de mais de 750 mil cisternas. Outro instrumento de planejamento criado em 2016 foi o Monitor de Secas do Nordeste, a cargo da Agência Nacional de Águas, concebido em função da grave seca de 2010. Esse instrumento objetivou uma racionalização da ação do governo federal na adoção de medidas concertadas e específicas, que seriam acionadas mediante “gatilhos”, sem incorrer em redundâncias e sendo implementadas de acordo com o nível de severidade da estiagem.

habitação, saneamento ou mobilidade. Esses déficits estão mais presentes nos centros grandes e médios, logo, os pequenos municípios, ainda preponderantes no Semiárido, ficaram em segundo plano.

No Ministério da Integração Nacional as políticas de provisão de infraestrutura hídrica se destacaram. O exemplo paradigmático nesse sentido é o Pisf, que está em execução e envolve os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Em relação às ações de desenvolvimento regional, a PNDR I e a PNDR II priorizaram o Semiárido como região alvo de ações concertadas entre o MI e os ministérios setoriais. O programa Rotas de Integração Nacional buscou dotar a estruturação produtiva de uma amplitude regional e incorporar a dimensão da inovação e da economia do conhecimento, com valorização dos atributos territoriais<sup>65</sup>. A proposta é de “clusterização”, integrando produção, inovação, e ainda atividades urbanas associadas ao turismo, gastronomia, artesanato, no âmbito da chamada economia criativa.

Além das políticas de apoio a APLs, as políticas de irrigação implementadas pelo MI em parceria com estados, Dnocs e Codevasf trouxeram resultados paradoxais. Ao mesmo tempo em que houve uma indefinição ideológica sobre a quem caberia a gestão dos projetos de irrigação, se ao setor privado ou aos pequenos produtores (nesse caso, com subsídio permanente do Estado), vê-se que a sustentabilidade e autossuficiência de maior parte dos chamados perímetros de irrigação não foi alcançada até hoje, mesmo após mais de 50 anos de implementação, sejam destinados ao pequeno produtor ou ao setor privado. O estudo “Desafios para a transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação: proposta para a efetiva emancipação”, elaborado pela Secretaria Nacional de Irrigação do MI no ano de 2014 corrobora essa constatação.

No então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Plano Brasil sem Miséria trouxe impactos importantes na formação de um mercado de consumo sub-regional. Políticas setoriais assistenciais, como distribuição de sementes, assistência técnica, implantação de cisternas, também fizeram parte de rol de ações que ajudou na eliminação da pobreza extrema, bastante concentrada nessa sub-região. Merecem destaque, porém, ações de médio e longo prazos, como as desenvolvidas pelo Ministério da Educação, com a interiorização das universidades e institutos federais. Embora concentrados em cidades médias, essa interiorização contribui para a formação e fixação do capital humano intrarregional. Além disso, o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), criado em 2004, é uma unidade de pesquisa integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com enfoque no Semiárido brasileiro. Embora fragilizado, tem a função de articular, promover e divulgar ciência, tecnologia e inovação naquela sub-região.

---

<sup>65</sup> Exemplo pode ser encontrado no Projeto Rota do Cordeiro, envolvendo os estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Em parceria com a Embrapa, busca o aproveitamento do grande rebanho existente no Semiárido e profissionalizara produção, até então informal, com investimento em melhoramento genético de rebanhos, alimentação adaptada à sub-região e certificação da produção, com marca e denominação geográfica e de origem.

Nessa fase, as estruturas modeladoras do território semiárido também foram abundantes, e se deram a partir dos investimentos em infraestrutura promovidos pelo PAC. Destacam-se empreendimentos ainda em implantação como a ferrovia Nova Transnordestina, o Pisf, as estruturas da aviação regional e os projetos de irrigação. Na forma como foi inicialmente planejada, entretanto, a ferrovia muito provavelmente não traria o impacto desejado em termos de integração regional do Semiárido, como proposto. Ela corresponderia mais a uma infraestrutura de conexão entre pontos distantes, promovendo o chamado “efeito túnel”, de que trata Haesbaert (2005). Esse efeito seria caracterizado pela exclusão de lugares, que, mesmo próximos geograficamente, seriam excluídos pela passagem de uma rede. Dessa forma, diversas instituições, como o BNDES, promoveram estudos da Transnordestina em composição com corredores de integração multimodal. A integração produtiva pela via da conexão ferroviária favoreceria a complementariedade e o fortalecimento das centralidades produtivas de bens e serviços em cidades médias. As infraestruturas da aviação regional, propostas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), tendem a gerar importantes fluxos de capital produtivo e humano entre as diversas cidades médias no Semiárido, o que poderá propiciar novos processos endógenos de articulação. Por fim, destacam-se os projetos de irrigação, nas modalidades empresarial, pública e social, foram inseridos no PAC II sob o Programa Mais Irrigação. Foram 35 projetos apoiados até 2016 no Semiárido, estando a maior parte deles ainda em execução direta pelo MI em parceria com estados, pelo Codevasf e pelo Dnocs.

Dessa forma, observa-se que esse ciclo de políticas se apresentou desarticulado. E, no tocante à temática do desenvolvimento, “a soma das partes não gerou o todo”. A desconcentração de renda promovida pelas políticas sociais, aliada às obras de infraestrutura, promoveu a dinamização de setores econômicos até então estagnados. Entretanto, ainda que a redução das desigualdades sociais seja um fato, as desigualdades intrarregionais apresentam uma feição complexa, pois a manutenção do quadro de reversão das desigualdades sociais – que está pautada no novo mercado de consumo, só se mostra sustentável na medida da estruturação de um novo mercado produtor, o que não foi priorizado pelas políticas de maior impacto produtivo nessa fase. O FNE, por exemplo, teve impacto local e seus projetos mais estruturantes acabaram sendo destinados ao litoral. A política industrial, expressa no Plano Brasil Maior, foi frágil e não conseguiu dar conta da lógica concentradora do capital. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, avançou se muito pouco naquilo que é um dos maiores gargalos estruturais do desenvolvimento o do Semiárido, que é a questão fundiária. Especial atenção, entretanto, foi dada ao acesso ao crédito rural, por intermédio do Pronaf, que teve impactos significativos na geração e desconcentração da renda sub-regional. Mas outros bancos regionais ainda encontram empecilhos legais em oferecer crédito aos pequenos produtores. Cabe salientar que a manutenção da estrutura fundiária concentrada, com a maioria dos agricultores produtivos e pequenos

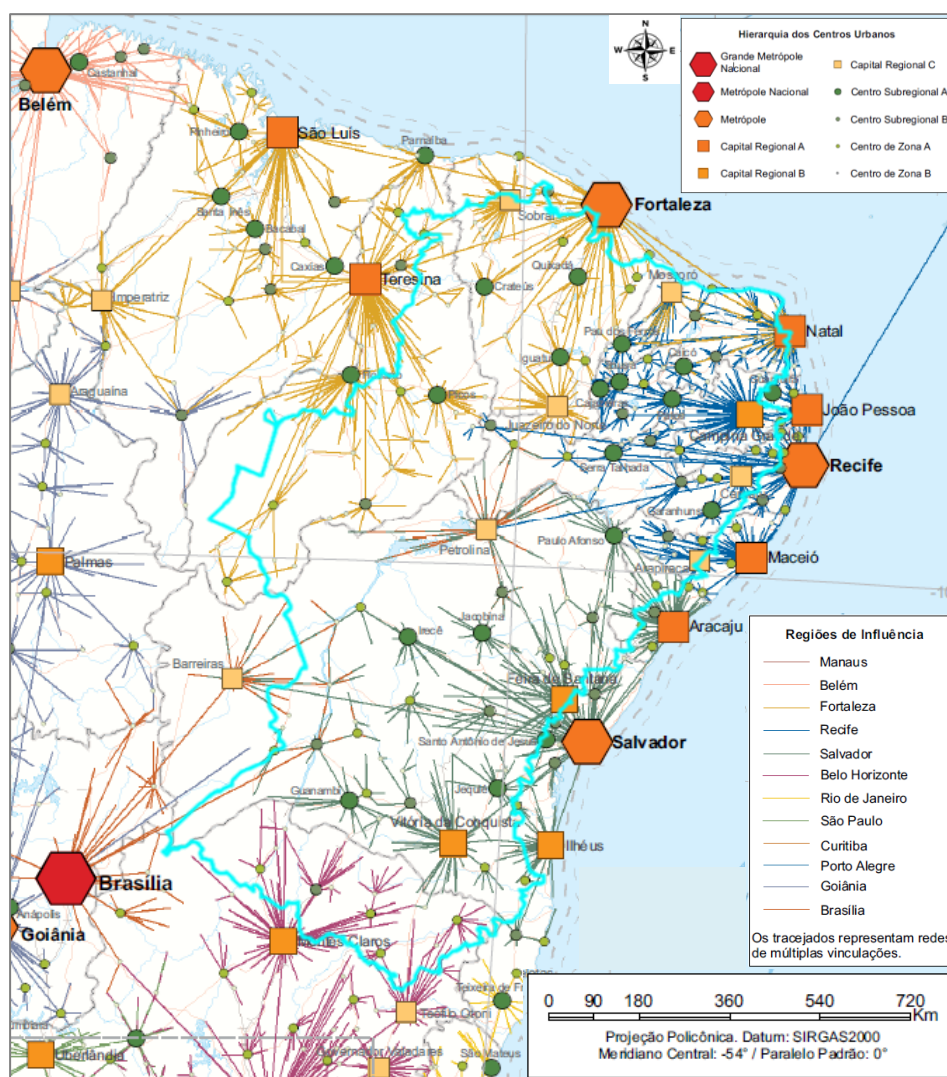
produtores ainda trabalhando em terras alugadas, ou em sistema de parceria, impede uma maior distribuição do crédito por instituições bancárias, em função da ausência da garantia. O capital financeiro dos bancos convencionais e de desenvolvimento, à exceção do Pronaf, dessa forma, não está disponível a todo agricultor do Semiárido. Aos produtores do agronegócio, o crédito é concedido de forma mais fácil.

*Rebatimentos no território e relações entre cidade e região: Ilhas de dinamismo*

Na dinâmica demográfica da região verificam-se alterações significativas. O Semiárido conseguiu reter fluxos migratórios inter-regionais e acentuou processos de migração intrarregional, a partir da consolidação das cidades médias. Pode-se considerar ainda o impacto das políticas de interiorização da educação, inclusive a profissional, dada pela disseminação recente dos institutos federais e universidades, que passaram a ser implantados com efeitos expressivos em cidades médias de microrregiões estagnadas. Apesar do desafio da qualidade do ensino, que ainda é determinante para um novo processo de divisão territorial do trabalho no futuro, essas estruturas muito provavelmente modificarão os fluxos de capital humano, com uma tendência de maior endogeneização e fixação internamente à sub-região. Na fase neodesenvolvimentista, a rede de cidades do Semiárido não alterou seu padrão de estruturação a partir do litoral, mas houve um sensível processo de adensamento. Esse adensamento foi verificado mais no Semiárido setentrional (porção ao norte do rio São Francisco) que na porção sul.

De modo geral, a rede continua predominantemente hierárquica, comandada pelas capitais, mas recebe agora a intermediação das cidades médias. Entretanto, as relações horizontais entre os diversos núcleos urbanos continuam pouco expressivas, o que denota a incipiência da articulação intrarregional com base em redes de cooperação e complementação produtiva. A Figura 5.4 apresenta a rede de cidades do Semiárido em 2007.

**Figura 5.4 – Rede de cidades do Semiárido de 2007**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993. In: BRASIL (2008a), adaptado pela autora.

A Figura 5.4 mostra que, tal como ocorreu na escala nacional, essa rede parece reproduzir tendências a uma baixa integração produtiva, visto que se aprofundam relações majoritariamente inter-regionais e supranacionais entre suas cidades médias e outras redes de cidades, evidenciando o rebatimento territorial de processos como a globalização e a reestruturação produtiva. Por outro lado, os investimentos recentes podem revelar, num futuro próximo, alterações significativas nessa rede, e talvez haja um princípio de endogeneização de capital humano promovida pelas políticas educacionais, profissionais e de difusão tecnológica, que foram bastante incisivas no Semiárido. Os efeitos da implantação dos projetos de infraestrutura, por sua vez, ainda parecem pouco claros. Talvez eles possam capitanear processos de integração produtiva, ainda não verificados.

## **5.6 Discussão e fecho do capítulo**

Observou-se que, na fase marcada nacionalmente pelo início da industrialização brasileira e do desenvolvimentismo, as políticas públicas implementadas no Semiárido, de modo geral fragmentadas, foram resultado, sobretudo, de um profundo desconhecimento da sub-região e de sua dinâmica ambiental. Esse desconhecimento alimentou a construção do paradigma de “combate às secas e seus efeitos”, que perdurou por muito tempo no Brasil. Isso porque o interesse estatal do período recaiu sobre algumas dimensões básicas. A primeira delas foi a macroeconômica: a integração do mercado nacional para fins de industrialização – a grande estratégia do governo varguista - seria prejudicada pela permanência de estruturas semicoloniais no Semiárido. A segunda foi a visão limitada da realidade social local, que atribuiu às secas o fator de vulnerabilidade da população, quando na realidade as relações de produção é que afetavam a capacidade de resistência dessa população às estiagens. A terceira foi o proveito político das ações hidráulicas de combate às secas em benefício dos interesses econômicos das classes dominantes regionais, significativamente maior do que o fortalecimento do capital humano presente na região. Esse último tema é bastante discutido por Oliveira (1981b), quando afirma que as soluções hidráulicas constituíam “uma forma típica de acumulação primitiva”. A açudagem, por exemplo, estava voltada para a exploração econômica das classes dominantes regionais, o que acabou por reforçar a estrutura produtiva desigual e a concentração latifundiária, pois “expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do ‘fundo de acumulação’ próprio dessa estrutura, representado pelas culturas de subsistência’ dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes” (OLIVEIRA, 1981b, p. 55). Dessa forma, a rede de cidades rarefeita tanto refletiu a invisibilidade do Semiárido enquanto região apta a se integrar ao processo de desenvolvimento nacional, quanto reforçou o padrão conservador das relações de produção.

Na fase marcada nacionalmente pelo aprofundamento do desenvolvimentismo a partir da industrialização concentrada, as políticas públicas “*top-down*” implementadas no Semiárido revelaram a manutenção do paradigma de combate às secas e seus efeitos, mesmo com o esforço verificado na dotação de instituições regionais, voltadas, em essência, para o planejamento do desenvolvimento, oferta de crédito e difusão tecnológica. Constata-se o importante papel do poderio econômico no fortalecimento de grupos políticos regionais. Da mesma forma, forças políticas regionais fortalecidas e em aliança com o poder central angariaram maior prestígio da região junto à burocracia estatal. O direcionamento da ação governamental, por conseguinte, voltou-se para o desenvolvimento da região em bases de uma modernização produtiva e técnica, mas restritiva, seletiva e conservadora, que acabou por privilegiar os mesmos grupos oligárquicos, mantendo seu status quo. O retorno dos investimentos públicos e privados, ao se refletirem no desenvolvimento voltado para a acumulação desses mesmos grupos, não alterou a essência do subdesenvolvimento do Semiárido, mantendo as relações espoliativas

de produção e concentração fundiária no sistema latifúndio-minifúndio, com uma base de atividades eminentemente inadequada, considerando a sensibilidade do ambiente natural. A manutenção do padrão migratório campo-cidade corrobora a manutenção desses domínios. A rede de cidades, ao incorporar os investimentos em infraestrutura realizados e esparsas frentes de modernidade que começaram a despontar, indicou que a urbanização havia chegado ao sertão e com ela todo o modo de vida urbano. Entretanto, a despeito dos centros dinâmicos, na maior porção do Semiárido preponderou a atividade rural e de subsistência.

Após a promulgação da Constituição de 1988, uma maior participação popular nos processos de formulação e implementação das ações de desenvolvimento foi verificada nos anos 1990. E, mesmo não derivando das premissas do pensamento neoliberal vigente à época, fez emergir um novo paradigma no Semiárido – o de “convivência com a semiaridez”, em substituição ao “combate às secas e seus efeitos” que preponderou na fase anterior. A crise do paradigma de combate às secas decorreu da pouca aceitação popular das políticas “top down”, tidas como insuficientes para a reversão do quadro de subdesenvolvimento da região. De um lado, com as soluções hidráulicas, houve ampliação sensível da capacidade de reserva hídrica, condição primaz para o abastecimento humano e produção num contexto ambiental de secas extremas e prolongadas. Entretanto, a fragmentação das soluções, a sua captura política em muitos casos e a manutenção do padrão produtivo no sistema pecuária-agricultura de sequeiro revelou que, de forma concomitante, um caminho alternativo precisaria ser trilhado no sentido de uma maior adaptação dessa produção às condicionantes ambientais. De outro lado, com as frentes de modernidade decorrentes dos investimentos em irrigação, indústrias e agroindústrias, áreas dinâmicas em cidades médias foram despontando e elevando os indicadores de desenvolvimento gerais do Semiárido, mas também revelaram uma forma seletiva e restritiva de crescimento. Ao passo que a riqueza foi sendo gerada nas cidades médias, a pobreza cresceu na mesma proporção, evidenciando uma concentração de renda que alimentou desigualdades sociais e regionais. Tudo isso abriu espaço para a disseminação de um discurso favorável à sustentabilidade ambiental e econômica que confirmou a transição paradigmática mencionada. Em que pesem os avanços obtidos na fase anterior, eles significaram apenas a primeira etapa de um processo mais profundo. Esse processo deveria acarretar uma nova perspectiva do desenvolvimento, em bases de sustentabilidade econômica. A convivência com o Semiárido vem expressar essa nova perspectiva, no sentido de que inclui a satisfação das necessidades fundamentais da população como condição para, segundo Sen (2010), expansão das capacidades humanas.

Após mais de um século de implementação de políticas voltadas para a redução dos danos provocados pelas secas, apesar das quais as perdas produtivas ainda são verificadas, observou-se que o Semiárido não mais padeceu com a perda de vidas humanas em função da escassez de alimentos na

fase neodesenvolvimentista. O processo de dinamização econômica com urbanização chegou ao Semiárido, embora distribuído de forma pouco equitativa no território, com a proliferação das chamadas “ilhas” de dinamismo. Essas “ilhas” são microrregiões polarizadas por cidades médias, onde as relações urbano-rural se confundem, que se desenvolveram com base nos investimentos estatais ao longo do tempo, especialmente ligados à irrigação, como em Petrolina (PE) e Mossoró (RN), atividades industriais, como em Feira de Santana (BA), e Sobral (CE), novas tecnologias, como em Campina Grande (PB), provisão de infraestrutura hidrelétrica, como em Paulo Afonso (BA), serviços especializados, como em Juazeiro do Norte (CE) e Caruaru (PE) e atividades agropecuárias, como em Vitória da Conquista (BA) e Arapiraca (AL). Essas frentes de dinamismo, entretanto, parecem apresentar baixa articulação com as economias intrarregional e nacional, além de baixo grau de complementaridade e cooperação na rede.

Este capítulo explorou a segunda questão de pesquisa. Objetivou investigar a forma pela qual se delineou a rede de cidades do Semiárido, enquanto processo diretamente induzido por políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e considerando as dinâmicas emergentes do capital. Observou-se que ao longo das distintas fases de planejamento, ainda que tenha havido a transição paradigmática do combate às secas para a convivência com a semiaridez, que incorporou em seu bojo o discurso da sustentabilidade, os esforços empreendidos até o momento parecem não ter sido suficientes para atuar no sentido da integração do tecido produtivo ou da rede de cidades do Semiárido. Nesse sentido, o Capítulo 6, que segue, analisa o processo de delineamento da rede de cidades de dez microrregiões dinâmicas, enquanto partes constituintes da rede de cidades do Semiárido e enquanto processo diretamente induzido por políticas públicas nas diferentes fases.



## 6. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES EM MICRORREGIÕES DINÂMICAS NO SEMIÁRIDO

### 6.1 Delimitação do capítulo

Este capítulo apresenta e analisa dez microrregiões no Semiárido que contêm cidades médias e que apresentaram os maiores PIBs em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). Ele objetiva investigar a forma pela qual se delineou a rede de cidades das microrregiões, enquanto processo diretamente induzido por políticas exógenas explícitas (“*top-down*”), por políticas de desenvolvimento regional endógeno (“*bottom-up*”) e por estratégias mescladas (“*top-down*” e “*bottom-up*”) em atendimento à terceira questão de pesquisa. Considera ainda os efeitos das dinâmicas emergentes do capital na escala microrregional.

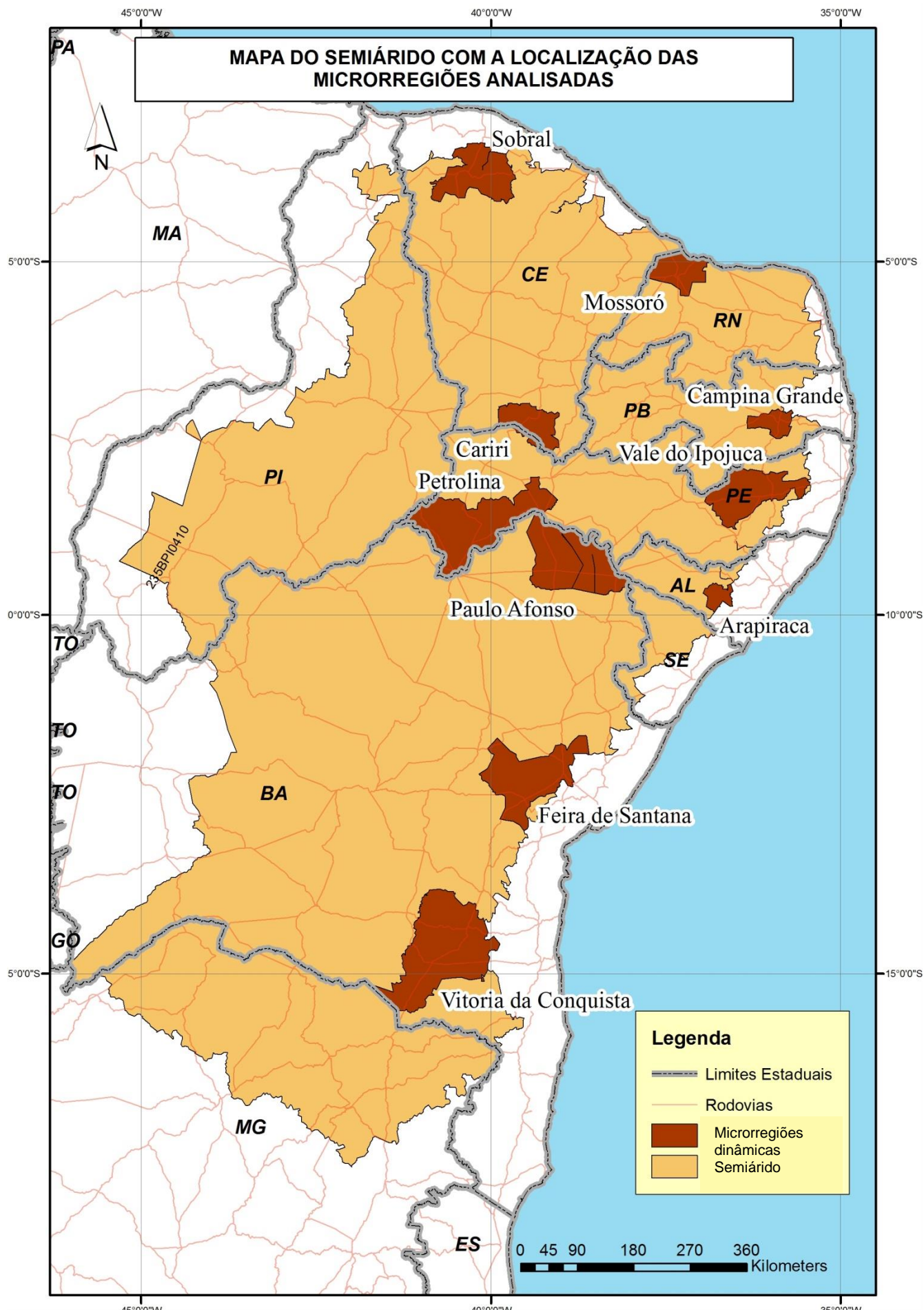
A discussão inclui pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica apresenta, para cada microrregião dinâmica, uma breve contextualização, seguida da indicação de ações governamentais relevantes e, finalmente, rebatimentos dessa dinâmica no território e na rede de cidades, registrando-se aí as cidades médias. As microrregiões analisadas são Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Vitória da Conquista (BA), Vale do Ipojuca (PE)<sup>66</sup>, Petrolina (PE), Sobral (CE), Paulo Afonso (BA), Cariri (CE)<sup>67</sup> e Arapiraca (AL). O Mapa 6.1 apresenta a localização geográfica dessas microrregiões dinâmicas no Semiárido Brasileiro.

---

<sup>66</sup> Polarizada por Caruaru.

<sup>67</sup> Polarizada por Juazeiro do Norte.

Mapa 6.1



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).

Depreende-se da localização geográfica das microrregiões dinâmicas, conforme o Mapa 6.1, que a maior parte delas, ainda que localizada no Semiárido, é polarizada por centros litorâneos. Tendo como o “core” cidades médias, essas microrregiões, de partida, intermediam fluxos regionais em direção às capitais e metrópoles nordestinas. Novos papéis oriundos das políticas públicas federais implementadas em diferentes fases e das dinâmicas emergentes do capital, entretanto, serão evidenciados neste capítulo.

## **6.2 Estruturação de mercados, ação governamental e dinâmica microrregional**

### *Industrialização, integração logística rodoviária e relações inter-regionais em Feira de Santana (BA)*

Até as primeiras décadas do século XX, a ocupação da microrregião Feira de Santana deu-se a partir do eixo de penetração que observava o percurso dos rebanhos e que partia de Salvador rumo à calha do rio São Francisco. Seguindo o padrão latifúndio-minifúndio, suas atividades principais no século XIX foram a pecuária extensiva, orientada para abastecimento dos núcleos das *plantations* dispostas no litoral, e as lavouras de sequeiro, voltadas para o abastecimento interno. A evolução econômica da microrregião, dessa forma, seguiu o processo da evolução econômica do Semiárido como um todo<sup>68</sup>.

Politicamente, vê-se que a microrregião se encontra representada por parlamentares federais, estaduais e locais a ponto de, em 2011, ter sido instituída com agilidade a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) a partir de proposta do legislativo. Essa proposta teve o objetivo de obtenção de maior protagonismo político por parte dos parlamentares regionais, que viram nessa instituição também uma possível priorização de Feira de Santana nas políticas e programas do Governo Federal. Há que se considerar que, mesmo Feira de Santana não apresentando características que possam defini-la como uma metrópole, essa microrregião tem atraído grandes contingentes populacionais das microrregiões vizinhas, muito em função das atividades urbanas lá desenvolvidas.

Principalmente em função da cidade-polo, a microrregião dispôs de condições logísticas para assumir importantes atividades econômicas em escala regional: segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em 2011, o PIB total atingiu R\$ 11,1 bilhões. O setor terciário foi responsável por grande parte da composição do PIB e respondeu por mais de 75%; a indústria veio em segundo lugar, com

---

<sup>68</sup> Segundo dados do IBGE de 2010 (BRASIL, 2010a), a microrregião Feira de Santana possui área 12.602,610 km<sup>2</sup> e população de 990.038 habitantes. É composta por 24 municípios: Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Elísio Medrado, Feira de Santana, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Itatim, Ouriçangas, Pedrão, Pintadas, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho e Teodoro Sampaio.

participação de 22%, destacando-se dois polos industriais: o Centro Industrial do Subaé (CIS) Tomba e o CIS BR 324, localizados na cidade de Feira de Santana. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) aponta que o Centro Industrial do Subaé, entre os anos de 2005 e 2015, demonstrou um crescimento de 350%, concentrando 150 indústrias de pequeno, médio e grande portes. O crescimento gerado representou ainda 10.000 empregos diretos. De modo geral, tal fato corrobora a elevada taxa de crescimento populacional da microrregião como um todo, com indução, inclusive, da migração de retorno que se deu na fase neodesenvolvimentista. A agricultura, por sua vez, é responsável por pouco menos de 3% do PIB, segundo o IBGE (BRASIL, 2011b).

O processo de crescimento da microrregião deu-se partir de sua cidade-polo e teve foco na competitividade, quando da construção de importantes ramais rodoviários ainda no primeiro governo Vargas, o que mostra que o investimento na infraestrutura rodoviária como estratégia de integração do mercado nacional pelo então presidente se estendeu inclusive às zonas semiáridas. A grande estrutura delimitadora do território e das relações econômicas foi, de fato, a rodoviária. A localização estratégica e a integração logística permitiram um rápido processo de acumulação de capital e de divisão de trabalho. Com condições logísticas propícias, o adensamento da indústria, por sua vez, deu-se na fase seguinte, no apogeu do desenvolvimentismo, durante os governos militares, com a implementação dos distritos industriais e como decorrência dos incentivos fiscais coordenadas pela Sudene, por meio do FNE, na década de 1970.

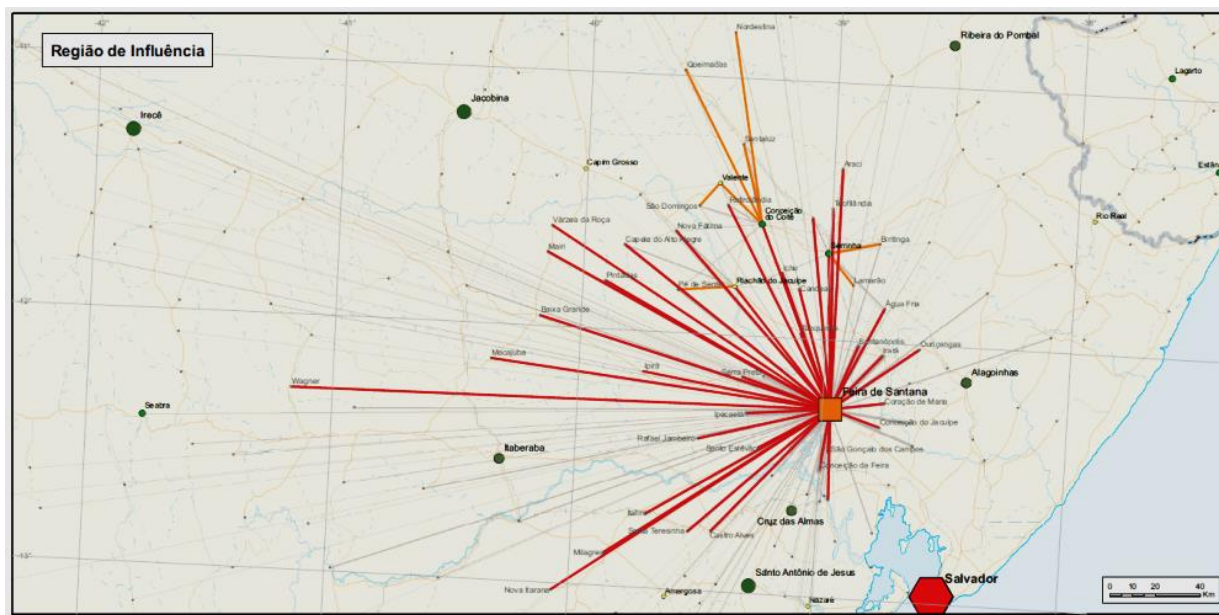
Nos anos 1990, poucas foram as ações direcionadas para essa microrregião. O Aeroporto de Feira de Santana, fundado em 1985, não contribuiu para a ampliação dos fluxos de capital produtivo, visto que só passou a operar voos comerciais a partir de 2014 e em número de destinos reduzido. Entretanto, a proximidade com o aeroporto de Salvador veio suprir a demanda de deslocamentos aéreos de habitantes da microrregião ou que tinham nela o destino.

Na fase mais recente, com a ampliação do leque de iniciativas implícitas de promoção do desenvolvimento regional por parte do Governo Federal, tiveram destaque as políticas de promoção da equidade com vistas, principalmente, à interiorização da educação de nível superior e formação profissional, com a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB-CETENS) em 2005, e do Instituto Federal da Bahia (IFBA), em 2008. Esses investimentos têm repercutido na fixação microrregional de processos de aprendizagem, corroborando o paradigma da economia do conhecimento, fazendo com que a microrregião apresentasse alta taxa de crescimento de indicadores relacionados com a qualificação e formação profissional, quando comparada às taxas de crescimento do Semiárido.

Refletindo uma dinâmica que já ocorria em escala nacional, se desdobrava pelos principais centros urbanos do Nordeste e atingia cidades do Semiárido, a abertura de mercado para setores produtivos na microrregião foi intensificada a partir de 2013, segundo informações da Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Investimentos norte-americanos, espanhóis e chineses se fizeram presentes nas áreas comercial, industrial e de tecnologia. Em sentido inverso, a microrregião também se configura como importante centralidade exportadora de bens industrializados. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) indicam que, em 2016, as receitas oriundas da exportação atingiram aproximadamente R\$ 111 milhões de reais e tiveram um crescimento de 45% em relação ao ano de 2006 (BRASIL, 2016a). No setor comercial e de serviços, observa-se forte presença do capital internacional, predominantemente na cidade de Feira de Santana, com destaque para o *Boulevard Shopping Feira*, o Hotel Ibis e o centro de compras *América Outlet*.

De acordo com o estudo “Configuração atual e tendências da rede urbana”, desenvolvido pelo Ipea (BRASIL, 2001, p. 299), dada a sua localização estratégica (em função de ser o encontro da BR 101, da BR 116 e da BR 324), a microrregião é configurada como “centro articulador dos fluxos do Centro-Sul em direção ao Nordeste e vice-versa”. É também considerada, segundo o IBGE (BRASIL, 2017), um “hub rodoviário”. No caso de Feira de Santana, segundo esse estudo, há 397 cidades associadas a essa integração logística. Dessa forma, a rede delineada é centro-radial como mostra a Figura 6.1. Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Feira de Santana é considerada uma capital regional B na hierarquia urbana.

**Figura 6.1- Região de influência da cidade de Feira de Santana, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.1 evidencia que Feira de Santana polariza um grande número de municípios de pequeno porte populacional, para além da microrregião de influência direta, mas circunscritos em sua maior parte ao estado da Bahia. Entretanto, em que pese toda essa capacidade polarizadora, conexões para centralidades de mesma hierarquia ou de hierarquia superior se dão, em sua maior parte e à exceção de Salvador, com outras regiões que não o Nordeste, com destaque para as cidades de São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG). As relações horizontais entre a cidade de Feira de Santana e outras cidades médias de mesmo nível hierárquico são exíguas, com destaque apenas para o polo Petrolina-Juazeiro (PE e BA), Barreiras (BA) e o polo Novo Hamburgo-São Leopoldo (RS). Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Feira de Santana foi destino de voos que partiram de Campinas (SP), Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC) e Salvador (BA) e, internamente, apenas de Vitória da Conquista (BA) (BRASIL, 2015b). Estudo recente do IBGE (BRASIL, 2017) revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Feira de Santana estabelece conexões principais a partir de fluxos rodoviários apenas com Petrolina (PE) e Vitória da Conquista (BA).

Isso tudo mostra que, até os dias de hoje, após pesados investimentos voltados para a industrialização e integração rodoviária, especialmente durante o desenvolvimentismo, as principais relações de Feira de Santana mantêm-se voltadas para fora do Semiárido e, internamente a ele, predominantemente apenas para a porção meridional da calha do Rio São Francisco.

*Serviços especializados, economia do conhecimento e intermediação de fluxos em Campina Grande (PB)*

A microrregião de Campina Grande foi, no passado, área de descanso de boiadas. Sua origem está atrelada ao desenvolvimento de atividades comerciais de pequeno porte, que surgiram a partir de uma feira de gado, como mostra a Figura 6.2. No início da década de 1930, a microrregião absorveu a maior produção e beneficiamento algodoeiro do Brasil, favorecidos pela conexão ferroviária implantada em 1906. Informações da Prefeitura Municipal indicam que, até a década de 1940, a cidade de Campina Grande era a segunda maior exportadora de algodão do mundo. No entanto, afetada diretamente pela crise da exportação de café, e conseqüente entrada de São Paulo no circuito da produção de algodão, tanto a cidade quanto a área de influência reduziram significativamente sua produção<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> A microrregião está localizada na porção leste do semiárido setentrional. Possui área de 2.124,80 Km<sup>2</sup> e população, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), de 502.669 habitantes. É composta pelos municípios Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas e Serra Redonda.



Oscilando entre dinamismo e estagnação econômica, na microrregião de Campina Grande esgotou-se o modelo industrial de beneficiamento do algodão, produção de couro e peles, alimentos e têxtil ainda na década de 1960. Apenas nos anos 1970, políticas de incentivos fiscais capitaneadas pela Sudene, aliadas a políticas estaduais, viabilizaram a implantação do primeiro distrito industrial de abrangência regional. Nos anos 1980, com a crise econômica nacional, novo processo de desaceleração da economia foi evidenciado na microrregião, acarretando o desmonte do parque industrial instalado e sua recuperação em novas bases, como aponta a Figura 6.3.

**Figura 6.2- Tropeiros e transporte de mercadorias em Campina Grande em fins do século XIX**



Fonte: OLIVEIRA (2007).

**Figura 6.3- Transformação produtiva em Campina Grande**



Fonte: G1 (2013).

As Figuras 6.2 e 6.3 revelam que, com a crise do algodão, a microrregião sofreu uma grande transformação na sua base econômica e teve que se adaptar à nova realidade abrindo as portas para a valorização da tecnologia, pois virou referência no desenvolvimento de *softwares* e de indústrias de informática e eletrônica. Só a cidade de Campina Grande possui atualmente cerca de 80 indústrias produtoras de *software* para exportação.

Politicamente, a microrregião também se encontra representada tanto por parlamentares federais quanto estaduais, com interesse direto em ampliação do seu poderio para a escala regional. Ainda que a cidade de Campina Grande não possuir características que a denominassem como metrópole, em 2009 foi instituída a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), com 19 municípios, partindo de iniciativa parlamentar. Assim, em Feira de Santana, o potencial polarizador da cidade de Campina Grande é elevado, ela tem atraído grandes contingentes populacionais das cidades próximas, em função da busca pelo ensino superior e das atividades tipicamente urbanas lá desenvolvidas. Talvez essa seja a característica que mais aproxima Campina Grande de uma metrópole. A localização privilegiada da

microrregião contribuiu para que ela mantivesse a vocação histórica de ser um centro comercial e alvo de migração de vários estados.

Principalmente em função da cidade-polo, a microrregião abriga importantes atividades econômicas em escala regional: segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em 2011, o PIB total atingiu o montante de R\$ 5,9 bilhões. O setor terciário foi responsável por grande parte da composição do PIB e respondeu por quase 75%; a indústria veio em segundo lugar, com participação de 24%, destacando-se atualmente quatro distritos industriais: o Distrito Industrial de Campina Grande, o Distrito Industrial do Velame, destinado às micro e pequenas empresas; o Distrito Industrial da Catingueira, destinado a indústrias não poluentes; e o Distrito Industrial do Ligeiro, todos instalados na cidade-polo, segundo informações da Prefeitura de Campina Grande. A agropecuária não é atividade relevante na microrregião e responde por cerca de 1% do PIB.

Entre os anos 1950 e 1970, importante sistema rodoviário também possibilitou a interligação da microrregião com as capitais, principais centros do Nordeste e demais cidades do estado. Além dele, o sistema de transporte aeroviário dispõe de aeroporto com voos comerciais regulares. Esses sistemas permitiram que Campina Grande se conectasse a toda porção oeste do estado da Paraíba, com a cidade-polo assumindo a função de intermediação de fluxos em direção à capital. Nos anos 1990, a microrregião participou do planejamento com base na sustentabilidade e na valorização dos processos endógenos por meio dos PDLIS, com pouco ou quase nenhum impacto regional. Entretanto, foi na fase neodesenvolvimentista, em meio ao fortalecimento do paradigma de convivência com semiaridez e do desenvolvimento endógeno, que Campina Grande se destacou. A crise do setor de algodão, aliada à crise do setor industrial nos anos 1980 provocou na região o processo que Schumpeter (1985) chamou de “destruição criadora”. Atualmente, ela é uma importante microrregião universitária, e conta atualmente com 17 universidades e faculdades, sendo três delas públicas. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), instituição fundada em 2002, fortaleceu-se nos anos seguintes e se constitui atualmente em um dos polos de desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste, onde se realizam diversos cursos de pós-graduação, tanto de especialização, quanto de mestrado e doutorado. A Universidade possui 95 cursos de graduação distribuídos em sete *campi*, localizados nas cidades de Campina Grande (sede), Pombal, Patos, Sousa, Cajazeiras, Cuité e Sumé. Além da Universidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) foi fundado em 2007. É também uma das microrregiões com fixação do maior número de doutores do Brasil.

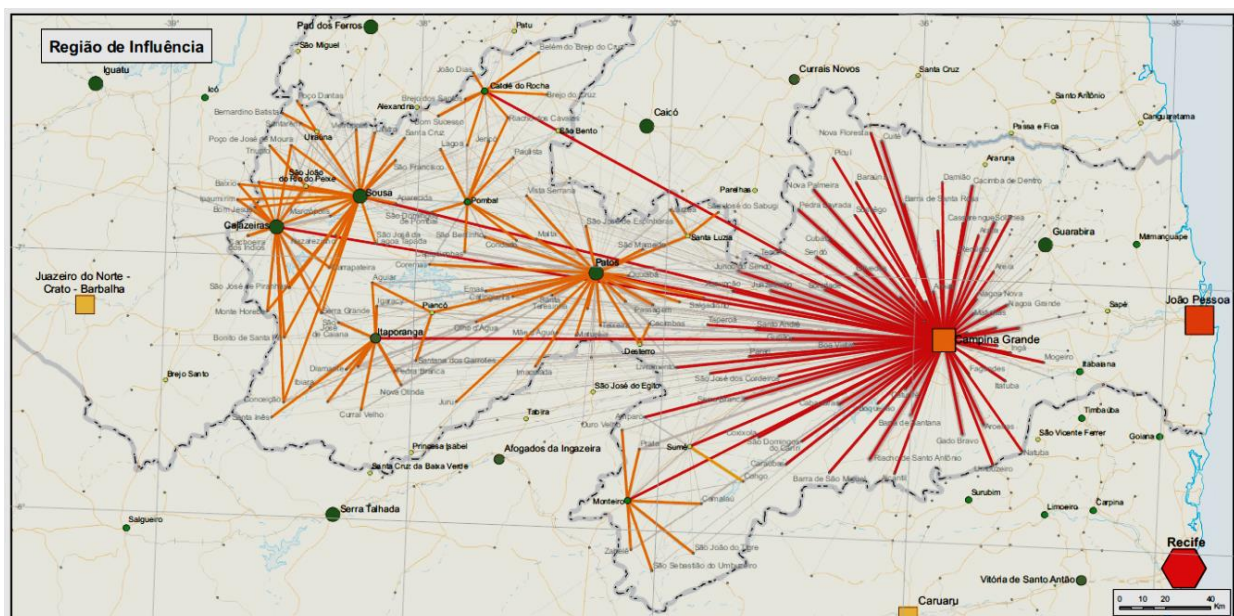
É interessante observar que a microrregião Feira de Santana apresentou uma taxa de crescimento do número de empregados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I) e correlatos de mais de 52% entre os anos de 2006 (com 752 empregados) e 2010 (com 1.149



empregados), segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006b e 2010d). O número pode parecer pequeno quando comparado ao de outras regiões do país, mas mostra-se elevado em relação à média do Semiárido. Enquanto a média da microrregião é de 149 empregados por município, no Semiárido essa média é de apenas 14 empregados por município. Outros dados desse Ministério indicam que, na cidade de Campina Grande, a taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia foi de 61% entre os anos de 2006 e 2010 (BRASIL, 2006b e 2010d). Essa participação expressiva reitera a característica de tecnopolo que a cidade assumiu, enquanto alternativa de diversificação econômica que driblasse os percalços da instabilidade e crises do setor industrial tradicional. Atualmente, em parcerias com empresas internacionais, diversos alunos da UFCG têm sido convidados a participar de programas de desenvolvimento de *softwares* e novas tecnologias, segundo informações da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, que, desde 1984, deu origem a mais de 60 empresas do setor. Aliado a isso, na microrregião de Campina Grande investiu-se em arranjos produtivos locais, com destaque para os ligados ao turismo e à cultura, em especial atrelado às festas juninas, muitos deles apoiados pelo Governo Federal. Esse incremento ao setor turístico estruturou expressiva rede hoteleira microrregional, diversificando e ampliando a divisão territorial do trabalho no setor comercial e de serviços.

Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Campina Grande é considerada uma capital regional B na hierarquia urbana, como aponta a Figura 6.4.

**Figura 6.4- Região de influência da cidade de Campina Grande, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.4 evidencia a grande articulação que a cidade de Campina Grande mantém em relação aos pequenos municípios do estado da Paraíba, de fato, assumindo o papel de intermediação de fluxos em direção à capital, João Pessoa. A Regic de 2007 aponta ainda que, externamente ao estado, Campina Grande estabelece conexões com São Paulo (SP), Brasília (DF), Recife (PE) e João Pessoa (PB); entretanto, são poucas as conexões horizontais com outras cidades médias, apenas com Mossoró (RN). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram a pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Campina Grande foi destino de voos que partiram de Brasília (DF), Campinas (SP), João Pessoa (PB), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Guarulhos (SP). Internamente ao Semiárido não houve voos com destino a Campina Grande em 2015.

Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, mesmo se destacando com os serviços especializados impulsionados na fase neodesenvolvimentista, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada Campina Grande não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas.

*Diversificação industrial, estímulos à exportação e concentração de capital em Mossoró (RN)*

A microrregião de Mossoró teve origem em fazendas de gado no século XVIII, cujas terras concentradas em oligarquias regionais foram paulatinamente desmembradas ao longo do tempo, favorecendo a formação de povoados<sup>70</sup>. Nos anos recentes, essa microrregião vem se destacando regionalmente pela importância que sua cidade média (Mossoró) assumiu enquanto produtora de petróleo em terra no país. Extraído de poços rasos, que variam de 300 a 1000 metros, o petróleo é um dos grandes responsáveis pelo crescimento que a microrregião apresenta, principalmente a partir dos anos 2000. Essa atividade tem participação relevante na composição do PIB total da microrregião, que saltou de R\$ 1,1 bilhão em 2000 para R\$ 4,9 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). Articulada a interesses estratégicos em escala mundial, essa atividade tem atraído indústrias estrangeiras, como a petroleira BP, de origem inglesa, instalada em 2005.

---

<sup>70</sup> A microrregião de Mossoró está localizada na porção norte do semiárido setentrional. Possui área de 4.198,95 Km<sup>2</sup> e população de 332.679 habitantes, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a). É composta pelos municípios Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau. Essa microrregião é integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi/Mossoró e os principais recursos hidrográficos são o rio Apodi/Mossoró e o rio do Carmo. Os maiores reservatórios da microrregião são o açude Favela, as barragens Lagoa de Paus, de Baixo, Mossoró e Santana dos Pintos. Cabe ressaltar que o desenvolvimento da agricultura irrigada na microrregião viabilizou-se a partir da implantação de poços artesianos de grande profundidade. Segundo Gomes (2003), a maioria destes poços foi resultante de políticas públicas federais e estaduais e eles têm perfuração e manutenção bastante onerosas.

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Mossoró indicam que, aliada ao petróleo, a produção de sal é uma das principais atividades industriais da microrregião e gera entre 20 a 25 mil postos de trabalhos diretos e indiretos. Além de ser a fonte de 95% de todo o sal marinho consumido no país, o semiárido do Rio Grande do Norte também exporta sal grosso, a partir de um porto construído em alto-mar, na cidade de Areia Branca. Dados do MDIC (BRASIL, 2006a e 2016a) indicam um crescimento das exportações na microrregião de 16,72% entre os anos de 2006 e 2016, atingindo um montante de mais de R\$ 123 milhões em 2016. Destacam-se ainda a produção de cimento e de cerâmica, sendo encontradas na microrregião várias subsidiárias de indústrias multinacionais. A cidade-polo é um dos principais centros industriais do Rio Grande do Norte, abrigando grande concentração de indústrias têxteis.

Nos setores primário e secundário, o destaque é a fruticultura irrigada. A microrregião de Mossoró integra a frente de fruticultura irrigada Mossoró/Baraúna/Assú, sendo responsável por 50% da produção de melão do Brasil atualmente, que é exportado *in natura* para Estados Unidos, Japão e diversos países da Europa. Segundo dados do IBGE de 2011 (BRASIL, 2011b), no setor secundário, a participação no PIB total foi de 35%, correspondendo a R\$ 1,7 bilhão. No setor primário, a participação é de quase 4%, ou R\$ 169 milhões. O setor terciário tem relevante participação no PIB microrregião, chegando a 60% ou R\$ 3 bilhões. O comércio é dinâmico e também aberto a agentes internacionais, como os encontrados no *Partage Shopping Mossoró*, por exemplo, inaugurado em 2007 e considerado o maior centro de compras da região oeste do Rio Grande do Norte. Há também o Atacadão e o Hiper Bompreço.

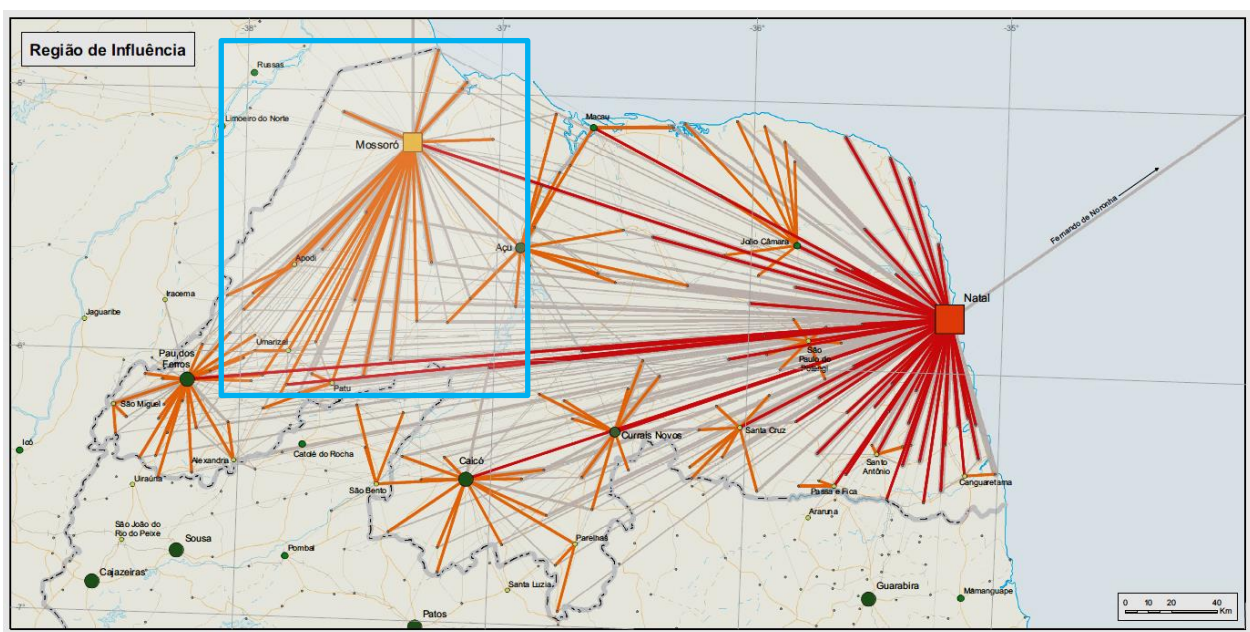
Seguindo a tendência das microrregiões em estudo, Mossoró é ponto de encontro de diversos ramais rodoviários implantados na fase desenvolvimentista, como as rodovias federais: BR-405, que se inicia na cidade de Mossoró e atravessa toda a região oeste potiguar; a BR-304, que interliga Natal e Fortaleza e a BR-110, que tem início em Areia Branca, passa pela sede municipal e se estende até Catu, na Bahia. Há também a presença de importantes rodovias estaduais. Essas rodovias permitiram a integração logística de Mossoró ao restante do país, criando condições propícias para o desenvolvimento da industrialização. No transporte aeroviário, a microrregião é servida pelo Aeroporto Dix-Sept Rosado, que, entretanto, não tem operado voos regulares.

Em termos produtivos, Mossoró também foi priorizada pelas políticas ligadas ao agronegócio da fruticultura, principalmente na fase neoliberal. Mas, especificamente em relação à produção de frutas tropicais irrigadas, já havia se consolidado como uma zona de intensa modernização tecnológica na década de 1980, de acordo com Gomes (2003). O autor comenta que, com o investimento estatal em infraestrutura ligada à irrigação, as terras da região passaram a ser demandadas, especialmente, por

grandes grupos econômicos, o que fez surgir um precário mercado de terras que acabou por modificar a estrutura produtiva local. Tal processo promoveu a exclusão de pequenos produtores, provocada pela especulação fundiária e teve a chancela do Estado em função da manutenção das dificuldades financiamento, sob a égide do pensamento neoliberal. Na fase neodesenvolvimentista, a implementação de programas de provisão habitacional, como o Programa Minha Casa, Minha Vida também dinamizou o setor construção civil em Mossoró, com rebatimentos na microrregião. A microrregião também foi beneficiada pelo programa de interiorização da educação nessa fase. Ela abriga a reitoria da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa). Destacam-se também o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), além de instituições privadas de ensino superior. Observa-se que, em relação à microrregião e, em sintonia com sua vocação histórica, a cidade-polo é extremamente concentradora de capital produtivo, financeiro e humano.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), a cidade de Mossoró, isoladamente, responde por 78% do número de habitantes da microrregião e por 78% do PIB microrregional. No tocante à concentração do capital financeiro, vê-se que, segundo dados do Banco Central do Brasil de 2016 (BRASIL, 2016b), ela participa com 94% do total microrregional, expresso nos depósitos privados à vista. A renda média per capita da cidade de Mossoró, de R\$ 600,28 em 2010, foi quase o dobro da renda da microrregião de influência, que foi de R\$ 360,91, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010b). A rede de cidades de Mossoró, corroborando essa assertiva, evidencia excessiva polarização e monocentrismo, como revela a Figura 6.5.

**Figura 6.5- Região de influência da cidade de Mossoró, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.5 evidencia que há grande articulação entre cidade de Mossoró e os municípios da porção oeste do Rio Grande do Norte, que são pequenos em porte demográfico e de baixo nível da hierarquia, de fato configurando-a como uma cidade média intermediadora de fluxos em direção à capital, Natal (RN). Segundo a Regic de 2007 (in: BRASIL, 2008a), a cidade de Mossoró é considerada uma capital regional C, um nível inferior, porém, aos designados para Feira de Santana e Campina Grande.

Por outro lado, externamente ao estado, o estudo aponta que Mossoró não estabelece conexões relevantes; também são escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, apenas com Campina Grande (PB). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Mossoró não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas, mesmo com os esforços integradores das políticas desenvolvimentistas implantadas.

*Comércio, integração logística rodoviária e drenagem de recursos em Vitória da Conquista (BA)*

Vitória da Conquista foi fundada por portugueses no período colonial, em fins do século XVIII. O objetivo do antigo “Arraial da Conquista” era ser um ponto intermediário entre o litoral e o sertão para a exploração de ouro e expansão da colonização portuguesa. Posteriormente o povoado voltou-se para a pecuária extensiva e, até a década de 1940, cidade de Vitória da Conquista e sua microrregião de influência tinham essa atividade como base econômica principal<sup>71</sup>. Em tempos recentes, vê-se que a microrregião se encontra representada por grupos políticos diversos e competitivos, a ponto de disputarem entre si a institucionalização da Região Metropolitana de Vitória da Conquista (RMVC), não instituída legalmente até o ano de 2017, apesar do grande número de propostas em tramitação na casa legislativa estadual. As relações dos grupos políticos em aliança com o setor empresarial regional têm alimentado propostas como essa, existentes não apenas em Vitória da Conquista, mas na maior parte das microrregiões dinâmicas do Semiárido.

A partir dos anos 1950, a estrutura econômica e social assumiu uma nova orientação, sua localização estratégica favoreceu o desenvolvimento da atividade comercial, ocupando lugar de grande destaque na economia até hoje. Em função desse dinamismo, a microrregião passou a manter influência sobre municípios do centro-sul da Bahia, extrapolando as fronteiras estaduais e polarizando

---

<sup>71</sup> Localizada na porção sudoeste do semiárido baiano, a microrregião possui área de 18.693,21 Km<sup>2</sup> e população de 626.807 habitantes em 2010, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a). É composta pelos municípios Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Dário Meira, Ibicuí, Iguai, Manoel Vitorino, Mirante, Nova Canaã, Planalto, Poções e Vitória da Conquista.

inclusive municípios do norte de Minas Gerais. O PIB total da microrregião chegou a R\$ 5,3 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). O comércio consolidado pôde se desenvolver a frente das atividades industriais, inclusive orientando seu subsetor produtivo, com a produção de “não-duráveis”, nos termos de Spínola (2003).

Atualmente, a microrregião configura-se como importante centralidade econômica regional, destacada pela presença forte do setor terciário, que contribui com aproximadamente 78% do PIB total, segundo dados do IBGE para o ano de 2011 (BRASIL, 2011b). Informações disponibilizadas em sítios diversos permitem identificar que há um comércio dinâmico que agrega grande número de empresas, inclusive de grandes grupos capitalistas mundiais. A microrregião agrega ainda *shopping centers* - o *Shopping Conquista Sul* e o *Boulevard Shopping*. Apesar de não ser uma cidade turística, conta com expressiva rede hoteleira, abrigando hotéis internacionais, como o Hotel Ibis.

A partir de dados da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), de 2011, foi possível compreender que a atividade industrial voltada para bens de consumo não-durável veio atender a essa demanda urbano-regional de consumo mais heterogêneo. A participação da indústria na composição do PIB microrregional ainda é pequena, cerca de 14% do PIB total, segundo dados do IBGE para o ano de 2011 (BRASIL, 2011b). Entretanto, há um crescimento significativo desse setor, que foi de 430% entre os anos de 2000 e 2011. As indústrias de beneficiamento de café são o destaque no Distrito Industrial dos Ymborés e estão incluídas entre as empresas exportadoras no ano de 2011. As exportações nessa microrregião, entretanto, têm montante reduzido, quando comparadas a microrregiões do agronegócio, como Mossoró. Em Vitória da Conquista, somam apenas R\$ 39 milhões em 2016, segundo dados do MDIC (BRASIL, 2016a). Outros setores industriais, como o moveleiro, também se destacam. E a agropecuária participa com 8% do PIB total, segundo dados do IBGE para o ano de 2011 (BRASIL, 2011b).

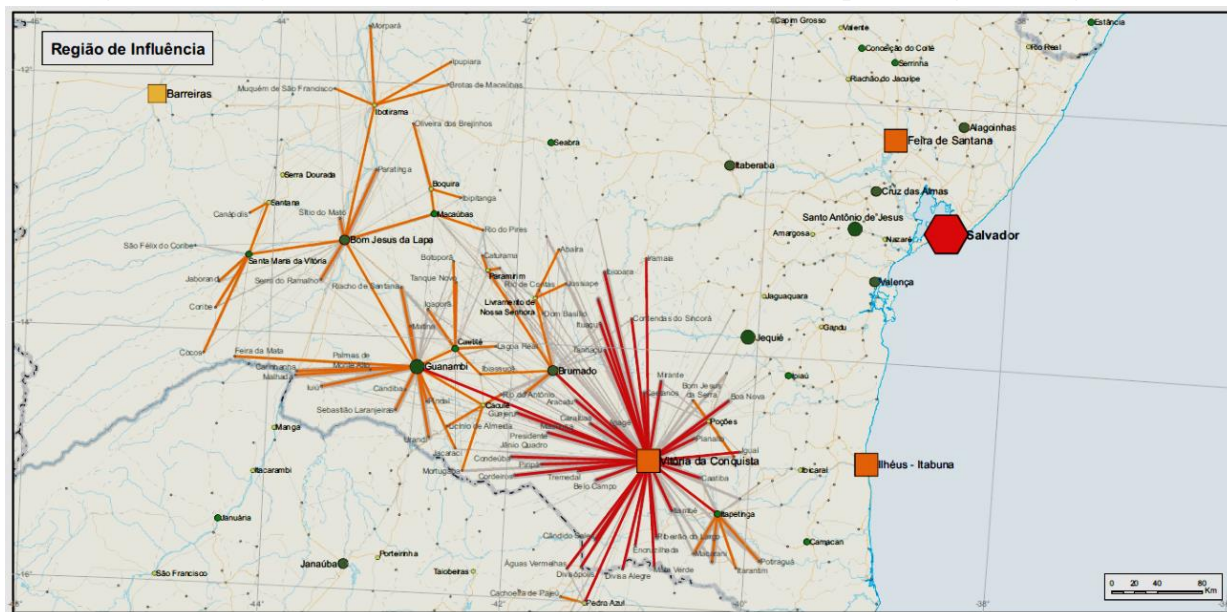
Essa microrregião também se destacou pela importância que sua cidade média (Vitória da Conquista) assumiu quando da estratégia de integração do mercado nacional na Era Vargas, que beneficiou a microrregião com a abertura da estrada Rio-Bahia (atual BR-116). Assim como ocorreu com Feira de Santana, Vitória da Conquista compõe atualmente um entroncamento rodoviário formado por rodovias federal e estaduais: a BR 116 e as BA 263, 265 e 415. A industrialização na microrregião foi propiciada a partir de então e foi parte da estratégia de implantação de distritos industriais na Bahia, iniciada em 1974, na fase desenvolvimentista, baseada no Plano Diretor de Distritos Industriais (PDDI). De acordo com Spínola (2003), este plano definiu cidades médias dinamizadoras que desempenhavam um papel central na hierarquia urbana do estado, com critérios definidos a partir do porte demográfico, localização estratégica, infraestrutura basilar e potencial de aglomeração das



atividades regionais. O autor aponta que o processo de industrialização de Vitória da Conquista com o Distrito dos Ymborés não atingiu os resultados esperados, entretanto, em função da baixa agregação tecnológica ao processo e da excessiva abertura ao capital externo que se deu na fase neoliberal, provocando o que Coutinho (2007) chamou de “desindustrialização”, discutida no Capítulo 4. Na fase neodesenvolvimentista, o incremento de renda promovido pelas políticas sociais, aliadas às ações de interiorização da educação de nível superior, tem consagrado a microrregião como polo regional de educação superior, já que conta com 12 mil universitários. A microrregião Vitória da Conquista possui no setor educacional universidades públicas, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual da Bahia (UESB), Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (UFSBA) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA), que contribuem para o aumento demográfico da microrregião. A microrregião conta também com um aeroporto para aeronaves de médio porte, com voos diários para diversas cidades brasileiras.

A cidade de Vitória da Conquista desempenha o tradicional papel das cidades médias, que é o de intermediação regional entre as metrópoles, enquanto centros de atração de capital, de comando e decisão, aos núcleos urbanos menores, em atendimento às demandas por bens e serviços. A Regic de 2007 (BRASIL, 2008a) classifica Vitória da Conquista como Capital Regional B, com base na avaliação da distribuição de bens e de comércio e serviços. Note-se, através da Figura 6.6, que Vitória da Conquista possui expressiva área de influência, sobretudo no sentido do sudoeste baiano, uma vez que não há outras cidades de mesmo nível hierárquico nas proximidades, embora centros urbanos de menor nível na hierarquia, como Brumado e Guanambi se destaquem.

**Figura 6.6- Região de influência da cidade de Vitória da Conquista, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), externamente ao Semiárido, a cidade de Vitória da Conquista estabelece conexões relevantes com as metrópoles Salvador (BA), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP) e também com centros de mesma hierarquia ou inferior como Barreiras (BA) e Montes Claros (MG). São escassas as conexões horizontais com outras cidades médias no Semiárido, apenas com Feira de Santana (BA). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Vitória da Conquista estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários apenas com Feira de Santana. Outros fluxos rodoviários relevantes se dão com Ilhéus (BA) e Belo Horizonte (MG). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram a pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Vitória da Conquista foi destino de voos que partiram de Araguaína (TO), Barreiras (BA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Ilhéus (BA), Porto Seguro (BA), Salvador (BA), Ribeirão Preto (SP), Guarulhos (SP) e Vitória (ES). Internamente ao Semiárido somente houve voos com destino a Vitória da Conquista partindo apenas de Feira de Santana (BA).

#### *Comércio, turismo e fluxos supranacionais no Vale do Ipojuca (PE)*

As terras da microrregião Vale do Ipojuca foram, no passado, destinadas a fazendas de gado. A localização estratégica da cidade-polo, no agreste pernambucano, permitiu que essa microrregião fosse ponto de passagem de rebanhos bovinos do interior do sertão para o litoral, onde se estabeleceu, ao longo do tempo, um povoado que deu origem à cidade de Caruaru<sup>72</sup>. Em termos políticos, vê-se que a microrregião é entendida pelos parlamentares regionais como um lócus de prestígio e influência. Um projeto de lei para criação de uma região metropolitana nessa região já havia sido arquivado, em 2014, pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Assembleia Estadual de Pernambuco (Alepe). Entretanto, novo projeto de lei instituindo a Região Metropolitana do Agreste Central (RMAC) – e que substitui a denominação “de Caruaru” em relação ao projeto anterior – foi reapresentado por deputado estadual em 2015, mesmo com a posição desfavorável de órgão técnico do governo, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe-Fidem), que demonstrou que alguns municípios têm altos percentuais de urbanização, densidade demográfica e emprego formal na indústria, comércio e serviços, mas não se identifica uma interdependência em intensidade e funcionalidade relacionadas com a cidade-polo que justifique a criação.

---

<sup>72</sup> A microrregião possui uma área de 7.200,99 km<sup>2</sup> e uma população, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), de 852.171 habitantes. Abrange 16 municípios: Caruaru, Belo Jardim, Gravatá, São Bento do Una, Pesqueira, Bezerros, São Caetano, Brejo da Madre de Deus, Sanharó, Riacho das Almas, Cachoeirinha, Capoeiras, Alagoinha, Jataúba, Tacaimbó e Poção. A microrregião está situada na bacia hidrográfica do rio Ipojuca e do rio Capibaribe e pelo território passam rios perenes, mas de baixa vazão e pequeno potencial de reservação de água subterrânea, o que gerou a necessidade de reservação de água. O abastecimento é proveniente de barragens como a do Prata e de Jucazinho, esta última implantada pelo Dnocs, assim como açudes de menor porte.



O Vale do Ipojuca apresenta um PIB total elevado, de cerca de R\$ 7,05 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). A participação da indústria na composição do PIB total é de 17,9%, com destaque para a produção têxtil. Na cidade de Caruaru, esse subsetor concentra cerca de 10 mil fábricas do gênero, de 30 mil pontos de venda e gera em torno de 140 mil empregos diretos e indiretos, segundo informações da Prefeitura Municipal. Até 2014, havia dois distritos industriais na cidade. Há ainda o subsetor de produção industrial alimentícia. Entretanto, essa microrregião se destacou regionalmente pela importância que sua cidade média (Caruaru) assumiu, enquanto polo de comércio e serviços.

A participação do setor terciário no PIB total foi alta, mais de 78% em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). Destacam-se os serviços médico-hospitalares, assim como os ligados à cultura e turismo, bem como a ampliada rede hoteleira. Os festejos juninos disseminam a imagem da microrregião no mundo. Ela abriga ainda a Feira de Caruaru, importante APL da microrregião. Na feira são vendidos produtos das mais variadas naturezas, desde a produção “*in natura*” como frutas, verduras, cereais, ervas medicinais, carnes, bem como produtos manufaturados como roupas, calçados, bolsas, utensílios para cozinha, móveis, ferragens, artigos eletrônicos e produtos importados. Ressalte-se que o capital internacional comercial se faz presente na microrregião por meio de dois *shopping centers* localizados na cidade-polo: o Caruaru *Shopping* e o *Shopping* Difusora.

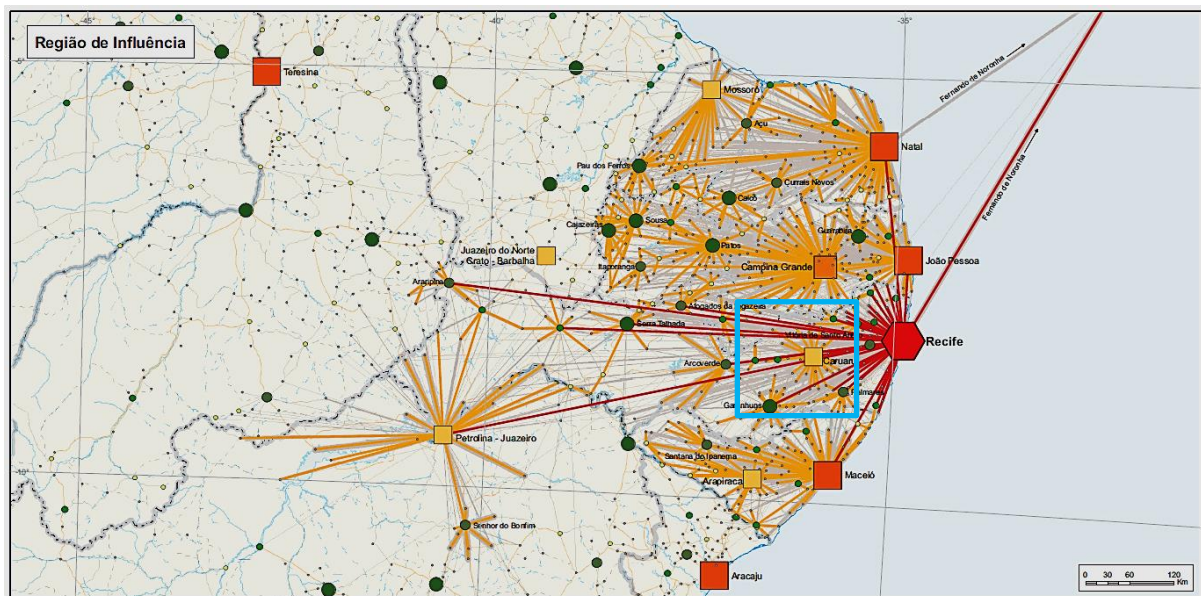
O setor primário, por sua vez, é o menos relevante na economia. Do total de toda riqueza produzida no Vale do Ipojuca, apenas 4,1% do PIB total é referente ao que é gerado pela agropecuária. Há a produção de culturas diversas e também a criação de gado, mas sem expressão regional. Com o setor comercial e de serviços bastante capilarizado regionalmente, o grau de urbanização na microrregião é elevado, não apenas na cidade-polo, mas também na região de influência. Cerca de 70% da população reside em áreas urbanas na microrregião, segundo dados do IBGE de 2010 (BRASIL, 2010c). E, mesmo sem considerar a cidade-polo, a microrregião apresenta uma taxa de crescimento da população residente em áreas urbanas bastante elevada, ela chega a mais de 13% entre os anos de 2000 e 2010, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000b e 2010c).

A microrregião começou a apresentar relativo dinamismo ainda em 1896, após a implantação estatal da *Great Western*, a ferrovia que conecta a cidade de Caruaru à Recife. Essa linha férrea escoou durante muito tempo a produção agrícola e mercadorias da feira de Caruaru para a capital. A microrregião também foi alvo das chamadas “soluções hidráulicas”, no início do desenvolvimentismo. Diversas barragens, açudes e poços foram implantados, tanto pelo governo federal, por meio do Dnocs, quanto pelo governo estadual. Na fase neodesenvolvimentista, destaca-se a presença de universidades públicas, como a estadual Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE) e três institutos federais de educação. Até o ano de 2012, a microrregião contava com um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) e, no ano de 2016, outros quatro CVT foram implantados. Estas instituições de ensino superior e de ensino técnico e profissionalizante fazem do Vale do Ipojuca um polo estudantil, atraindo grande número de estudantes oriundos das microrregiões vizinhas e de outros estados, num processo de migração pendular. Ações recentes do governo estadual em infraestrutura também contribuíram para a industrialização incipiente e o crescimento do setor de serviços, já consolidado, com incremento da atividade turística na microrregião, como a duplicação da principal rodovia que dá acesso ao município de Caruaru, a BR-232, em 2003.

No tocante à rede de cidades, a Regic (BRASIL, 2008a) classifica Caruaru como Capital Regional B. Por meio da Figura 6.7, verifica-se que Caruaru possui área de influência pouco expressiva, concentrada na porção leste do estado, uma vez que há outras cidades nas proximidades de nível hierárquico inferior, mas de destaque regional, como Garanhuns (Centro Sub-regional A) e Arco Verde, Palmares e Vitória de Santo Antão (Centros Sub-regionais B).

**Figura 6.7- Região de influência da cidade de Caruaru, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

Nota-se que, na Figura 6.7, segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Caruaru estabelece conexões relevantes apenas com Recife (PE) externamente ao Semiárido. No Semiárido, também são escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, apenas com Petrolina (PE). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Caruaru continua estabelecendo conexões a partir de fluxos rodoviários apenas com Petrolina. Outros fluxos rodoviários relevantes se dão com a microrregião de influência apontada na Regic de

2007. Dados da Anac (BRASIL, 2015b) revelam que o aeroporto de Caruaru, embora fundado em 1985, não opera voos regulares até 2017.

*Agronegócio, irrigação pública e rede heterárquica em Petrolina (PE)*

A microrregião de Petrolina localiza-se no estado de Pernambuco, próxima ao rio São Francisco e na porção central do Semiárido. A centralidade da microrregião se expressa na cidade de Petrolina, com origem nas extensas fazendas de gado. Nas primeiras décadas do século XIX, o território foi passagem obrigatória de boiadeiros e negociantes, que se dirigiam do interior dos estados de Pernambuco, Piauí e Ceará em direção à Bahia. Petrolina, então, constituía o ponto de convergência para a travessia do rio São Francisco, tendo Juazeiro (BA) na margem oposta<sup>73</sup>.

Politicamente, a microrregião é significativamente representada no âmbito do poder legislativo estadual e federal. A influência política das oligarquias regionais em aliança com o poder central, como analisado no Capítulo 5, fez com que este território fosse priorizado na fase neoliberal. Nesse contexto é que a Região Administrativa Integrada (Ride) do Polo Petrolina e Juazeiro foi instituída. A proposta de atuação em complexos geoeconômicos com base em ação articulada da União, prevista Constituição de 1988, serviu de base para que as Rides fossem criadas e veio reforçar, no período, o padrão de intervenção nacional nos territórios em desenvolvimento, com vistas à sua inserção no mercado internacional. Elas são parte do propósito de se “privilegiar” territórios no âmbito das políticas públicas, utilizando seu conjunto de atributos como uma fonte de acumulação de capital, como analisado no Capítulo 4.

Quatro de oito municípios da microrregião de Petrolina integram a Ride Petrolina e Juazeiro. Ela foi objeto de Projeto de Lei Complementar de iniciativa parlamentar oriundo da cidade de Petrolina. Instituída pela lei complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, foi regulamentada pelo decreto nº 4.366, de nove de setembro de 2002. A lei de criação previu que a região seria constituída pelos municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, e pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no estado da Bahia.

---

<sup>73</sup> Essa centralidade potencial formou, mais tarde, a cidade de Petrolina e sua microrregião de influência, constituída por mais sete municípios: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista e Terra Nova. A microrregião está inserida na bacia hidrográfica do rio São Francisco, na do rio Pontal e integra um grupo de bacias de pequenos rios interiores. Tem cursos d'água intermitentes, à exceção do rio São Francisco. Muito mais pela proximidade do rio São Francisco do que pela existência das obras hidráulicas de açudagem durante a fase das soluções hidráulicas do início do desenvolvimentismo, e muito em função de sua localização estratégica - entre os estados de Pernambuco e Bahia e equidistante de Recife, Fortaleza e Salvador, a microrregião de Petrolina pôde desenvolver sua economia com base nos investimentos pioneiros do poder público federal em irrigação, ainda no final da década de 1960, no apogeu do desenvolvimentismo, com continuidade dos investimentos nas fases neoliberal e neodesenvolvimentista.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), em 2011 o PIB total atingiu o montante de R\$ 4,3 bilhões. O setor terciário foi responsável por grande parte da composição do PIB e respondeu por cerca de 70%; a indústria veio em segundo lugar, com participação de 16%. O setor primário participa com 14%, significativamente maior que na maior parte das microrregiões em estudo. Informações da Prefeitura Municipal indicam que, atualmente, o município de Petrolina apresenta o terceiro maior PIB agropecuário, o segundo maior centro vinícola e o maior exportador de frutas “in natura” do país. As frutas tropicais são, em menor parte, comercializadas internamente. A maior parte é exportada para a América do Norte, Europa e Ásia (particularmente o Japão). Dados do MDIC (BRASIL, 2016a) indicam que, em 2016, as exportações da microrregião atingiram R\$ 156 milhões.

De acordo com a teoria da base exportadora de North, de 1955, as exportações em uma região estariam se consolidando a partir de fatores locais específicos. No caso da microrregião de Petrolina, as condições climáticas do Semiárido aliadas à disponibilidade hídrica decorrente da existência de infraestruturas de irrigação do rio São Francisco (e sua perenidade), permitiram o cultivo de frutas com alta qualidade, inclusive de uva, com o diferencial de obter safras duas vezes ao ano, enquanto a média da produção em outros espaços é de uma safra anual, como mostra a Figura 6.8. Nesse sentido, cabe destacar o papel da Embrapa no aprimoramento dos fatores de produção de modo a garantir a inserção dos produtos no mercado mundial, a partir dos interesses e exigências desse mercado, e contribuir, com isso, com a vertente da polarização e competitividade dos lugares no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, a agroindústria de fruticultura irrigada, com alto grau de tecnologia associada, é a atividade predominante do setor industrial nessa microrregião. Em valores absolutos, a indústria atingiu em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), R\$ 734 milhões. Esse valor revela o crescimento exorbitante do setor industrial em Petrolina, que em relação aos R\$ 124,6 milhões obtidos no ano 2000 (BRASIL, 2000), apresentou uma taxa de crescimento de 489,35%, duas vezes maior que a taxa de crescimento do PIB do setor secundário do Brasil para mesmo período, que foi de 251,26. Devido à alta produtividade na agricultura impulsionada pela irrigação, grande parte das indústrias pertence ao subsetor da agroindústria de alimentos, destacando-se a agroindústria de sucos, polpas e doces, com plantas de pequeno, médio e grande portes, correspondentes à ocupação dos perímetros irrigados, também distribuídos em pequenas, médias e grandes propriedades, como o perímetro Nilo Coelho, implantado em 1984, o maior em funcionamento no Brasil. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, entre os anos de 2007 e 2013, 30 indústrias foram atraídas para o Distrito Industrial Petrolina. Houve um investimento total de R\$ 214,8 milhões de reais por parte do governo de Pernambuco no Distrito Industrial, com retorno estimado em 2.590 vagas de emprego. As empresas usufruíram dos benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual, por meio

do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe)<sup>74</sup>, além dos incentivos provenientes dos fundos de desenvolvimento regional a cargo do MI e Sudene.

No setor terciário, observa-se que o PIB da microrregião atingiu R\$ 3 bilhões nas atividades de comércio e serviços, impostos e administração pública, segundo dados do IBGE de 2011 (BRASIL, 2011b). É interessante observar que, em função do agronegócio, a cidade de Petrolina desenvolveu seu comércio e parte de seus serviços vinculados ao que Elias (2003) chamou de “consumo produtivo”. São atividades comerciais e de serviços cujas mercadorias abastecem o setor produtivo da agricultura irrigada. Esses serviços especializados conferem ao espaço urbano uma remissão ao meio rural, como mostra a Figura 6.9. Da mesma forma, nos perímetros irrigados também há a consolidação de atividades comerciais que conferem ao espaço rural a remissão ao urbano.

**Figura 6.8- Produção de uvas no Perímetro Nilo Coelho, em Petrolina**



Fonte: Estadão (2013).

**Figura 6.9 - Comércio voltado para a dinâmica do agronegócio, em Petrolina**



Fonte: Sítio eletrônico Agropodas (2017).

As Figuras 6.8 e 6.9 revelam que essa simbiose entre urbano e rural reconfigura as cidades dessa microrregião.

Sob a ótica do desenvolvimento pautado na competitividade, a microrregião e, em especial, a cidade de Petrolina, foi território priorizado pelas políticas explícitas de desenvolvimento regional na fase desenvolvimentista, com foco na irrigação. Desde a década de 1960 são empreendidos esforços por parte do Estado para a promoção de investimentos na microrregião, seja por meio de subsídios, incentivos fiscais, ou projetos de irrigação e de infraestrutura. A localização estratégica da cidade-polo, interligando diversos estados por rodovias e chegando a diversos portos também contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade.

---

<sup>74</sup> Esse programa concede até 95% de crédito presumido do saldo devedor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Ride do Polo Petrolina e Juazeiro (BRASIL, 2010a), ela está na confluência de importantes rodovias federais, como a BR 235, que corta os estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão e chega até o Pará; a BR 232, que atravessa o estado de Pernambuco, de leste a oeste e chega a Petrolina, onde se conecta à BR 122. Esta rodovia, por sua vez, de sul a norte, corta Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Há também previsão de conexão de Petrolina a outros estados por meio da ferrovia Transnordestina. A microrregião também sedia a Ponte Presidente Dutra, implantada em 1954, que liga Petrolina a Juazeiro, na Bahia. O plano da Ride cita que esta é a principal via de acesso entre os estados da Bahia e de Pernambuco. Outro modal relevante na microrregião é o aeroviário. O Aeroporto Internacional Senador Nilo Coelho, em Petrolina, implantado em 1941 e com obras encerradas apenas em 2004, teve sua construção impulsionada pela produção do Vale do São Francisco. Ele atende aos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Afrânio e Dormentes, em Pernambuco, e aos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho e Curaçá, na Bahia. E também a 53 municípios dos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí<sup>75</sup>. Destacam-se na fase neodesenvolvimentista a implantação de universidade federal, como a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), e de Instituto Federal – o IF Sertão, cujos cursos ofertados são orientados para as atividades desse *cluster*, como Agroecologia, Agronomia, Alimentos, Horticultura, Viticultura e Enologia, dentre outros.

No tocante à divisão territorial do trabalho, essa microrregião integra o circuito da moderna agricultura irrigada, de que tratou Moreira (2014). Essa atividade tem atraído capital financeiro significativo, principalmente para a cidade-polo, além de capital humano especializado, não apenas internamente ao Semiárido, mas de outras regiões do país, tanto voltado para a produção, como produtores de frutas do Rio Grande do Sul que lá se instalaram, quanto para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias para a produção. O capital internacional se faz presente nas atividades comerciais, expressas nas redes de não-duráveis internacionais que integram as lojas do *River Shopping*. No agronegócio, também se verifica a sua presença. Vinícolas europeias se instalaram no Brasil, por meio de subsidiárias, como a Dão Sul, de Portugal, que no Brasil é implantou a Vini Brasil, produtora do Rio Sol, vinho conhecido inclusive em outras regiões do Brasil, além de outros produtos. Em processo incipiente, verifica-se o desenvolvimento do turismo impulsionado pela fruticultura irrigada. As rotas turísticas, fluviais ou terrestres, incluem as vinícolas da região, a hidrelétrica de

---

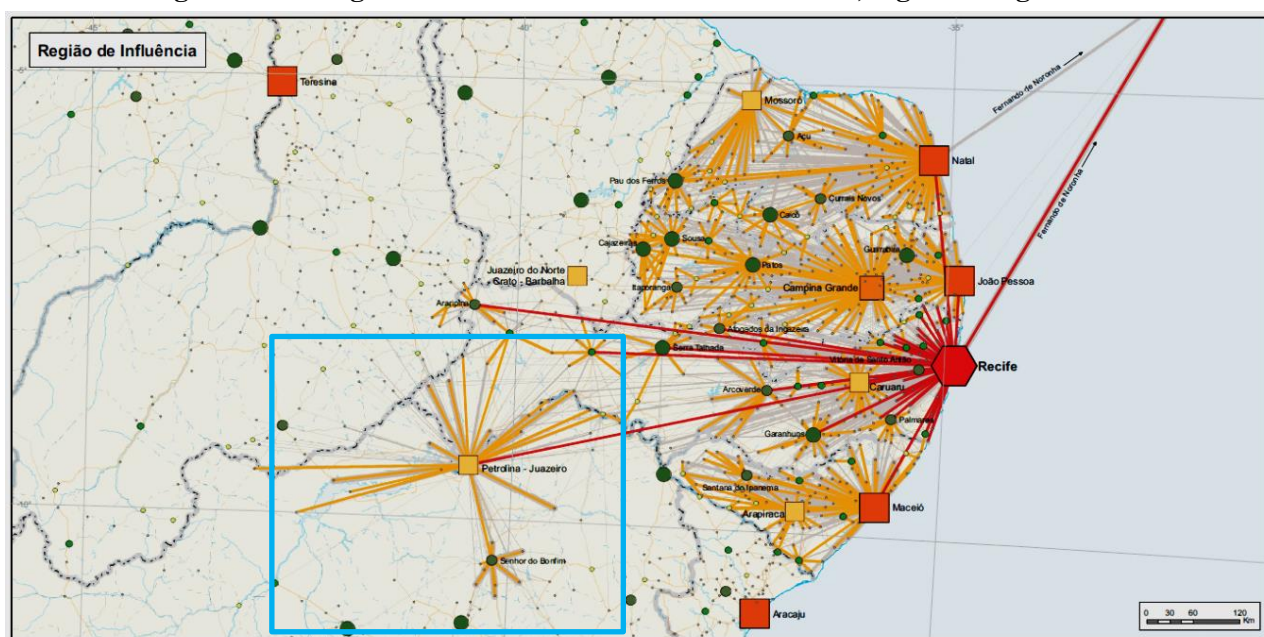
<sup>75</sup> Informações da Prefeitura Municipal de Petrolina indicam que investimentos federais transformaram o aeroporto no segundo maior de Pernambuco e a pista de pouso e decolagem na segunda maior do Nordeste. Ele possui o maior terminal de cargas refrigeradas do país com seis câmaras frigoríficas, capacidade de armazenamento de 17 mil caixas cada uma, e dois túneis de resfriamento. Com 3.250 metros de extensão, a pista recebe grandes aviões cargueiros, com capacidade para até 110 toneladas.



Sobradinho. Há também o desenvolvimento de festas e gastronomia ligada à produção ovinocaprinocultura, associada às degustações do vinho regional.

Influenciada e reforçada pela divisão territorial do trabalho e pelos fluxos de capital, a rede delineada pela cidade de Petrolina é, dessa forma, centro-radial. Ela polariza um grande número de municípios de pequeno porte populacional, à exceção de Senhor do Bonfim (BA), um centro subregional de pouca força polarizadora, segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a). Esse estudo aponta que Petrolina exerce uma influência maior sobre o estado da Bahia do que sobre o estado a que pertence, Pernambuco. Segundo a Regic de 2007, a cidade de Petrolina é considerada uma capital regional C na hierarquia urbana, como mostra a Figura 6.10, a seguir.

**Figura 6.10 - Região de influência da cidade de Petrolina, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.10 revela que, no tocante aos fluxos de bens e serviços identificados, as conexões que partem de Petrolina para centralidades de mesma hierarquia ou de hierarquia superior se dão apenas com Recife. As relações horizontais entre a cidade Petrolina e outras cidades médias de mesmo nível hierárquico são exíguas, com destaque apenas para Feira de Santana (BA) e Juazeiro (BA). Há que se destacar, entretanto, o efeito de conurbação que Petrolina estabelece com Juazeiro, na Bahia. Tal configuração espacial, no centro do Semiárido, vem reforçar o modo de vida urbano dessas cidades e a importância da rede de cidades numa região caracterizada pelo padrão econômico predominantemente rural. Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Petrolina foi destino de voos que partiram de Campinas (SP), Barreiras (BA), Brasília (DF), Curitiba

(PR), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Guarulhos (SP) e São Paulo (SP). Internamente ao Semiárido, apenas de Juazeiro do Norte (CE). Estudo recente do IBGE (BRASIL, 2017) revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Petrolina estabelece conexões principais a partir de fluxos rodoviários apenas com Feira de Santana (BA), mesmo com sua localização estratégica e logística favorável, o que reforça a tendência de estabelecimento de fluxos supranacionais como circuitos de uma rede hietarárquica que se estabelece em função das exportações com os mercados norte-americano, europeu e asiático.

*Industrialização e diversificação terciária, incentivos fiscais e drenagem de recursos em Sobral (CE)*

Essa microrregião se destacou regionalmente pela importância que sua cidade-polo assumiu ainda no século XVIII, com a indústria da “charqueada”<sup>76</sup>. Desde esse período Sobral afirmou sua função de intermediação comercial de produtos agrícolas para o resto do estado do Ceará e para o estado do Piauí. No século XIX, o impulso econômico proporcionado pelo binômio gado-algodão, acabou por reafirmar a microrregião como centro coletor e distribuidor do algodão na região norte do estado do Ceará (FREIRE; HOLANDA, 2011, p. 48). Com a ascensão da economia do algodão, a industrialização chegou a Sobral ainda no início do século XX, a partir da implantação de uma indústria de beneficiamento, a Companhia Industrial de Algodão e Óleo, e uma de tecelagem, a Fábrica de Tecido Sobral.

Politicamente a microrregião se destaca pela modernização conservadora de sua classe política, oriunda das oligarquias da região. Assis e Rodrigues (2008, p. 349) comentam que o crescimento da cidade média “deve-se à presença de uma elite empreendedora que tenta construir no imaginário coletivo a ideia da modernização política”. Essa classe política, segundo os autores, tem sido responsável pela atração de investimentos no setor industrial e nas atividades comerciais e de serviços, com vistas à busca do desenvolvimento pautado na competitividade. Seguindo esse propósito, em 2017 Sobral foi oficializada como nova região metropolitana do norte do estado do Ceará, integrada por 18 municípios.

A industrialização em Sobral permitiu a instauração de um processo de acumulação de capital e divisão de trabalho que consolidou e expandiu, a partir dos anos 2000, a modernização das atividades terciárias. Esse setor tem participação relevante na composição do PIB total da microrregião, com 73% em 2011, acumulando R\$ 2,4 bilhões, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). O PIB total saltou

---

<sup>76</sup> A microrregião Sobral está localizada na porção norte do Semiárido, no estado do Ceará. Possui área 8.233,6 km<sup>2</sup> e população 380.844 habitantes, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a). É composta por 12 municípios: Sobral, Massapê, Santana do Acaraú, Irauçuba, Forquilha, Cariré, Graça, Mucambo, Miraíma, Groaíras, Senador Sá e Pacujá.



de R\$ 978,8 milhões em 2000 para R\$ 3,3 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). A indústria de produtos de consumo não-durável é atualmente o subsetor predominante da atividade industrial na microrregião. Com participação de 23% do PIB total da microrregião, ou R\$ 753 milhões em 2011, essa atividade teve um arrefecimento em seu crescimento entre os anos de 2000 e 2011, assim como o setor primário, que, com modesta participação no PIB total de 4% ou R\$ 143 milhões, também cresceu menos que o setor terciário no período estudado.

Considerada importante centro de compras e de serviços regionais, a cidade-polo tem atraído população da área de influência para a atividade de consumo. Com relevantes complexos de saúde e de educação, a cidade de Sobral exerce influência sobre a porção norte do Ceará e sobre o leste do estado do Piauí. Entretanto, essa diversificação terciária que foi carregada pela industrialização provocou um descompasso entre a cidade média e os pequenos núcleos de sua área de influência. Assis et al. (2007) comentam que a diversificação do terciário moderno de Sobral provocou o enfraquecimento das atividades terciárias em pauperização de cidades como Cariré, integrante da microrregião, como mostram as Figuras 6.11 e 6.12.

**Figura 6.11 - Estabelecimentos comerciais no centro de Cariré, em 2005**



Fonte: Assis et al. (2007).

**Figura 6.12 - Mercadoria em Cariré, em 2005**



Fonte: Assis et al. (2007).

As Figuras 6.11 e 6.12 ressaltam a precarização do setor terciário em pequenos núcleos da região de influência de Sobral.

Entre os anos 1950 e 1970, Sobral foi contemplada com incentivos fiscais coordenados pela Sudene ainda na década de 1960. A partir daí, iniciou-se um novo ciclo de crescimento na microrregião, com a instalação da fábrica de cimento do grupo Votorantim na cidade-polo em 1964. Nos anos 1970, Sobral também foi contemplada no programa de apoio às cidades de porte médio, implantado durante os governos militares e descrito no Capítulo 4. Na fase neoliberal, investimentos seletivos do poder público federal priorizaram Sobral com a instalação da indústria calçadista Grendene, em 1994. A partir

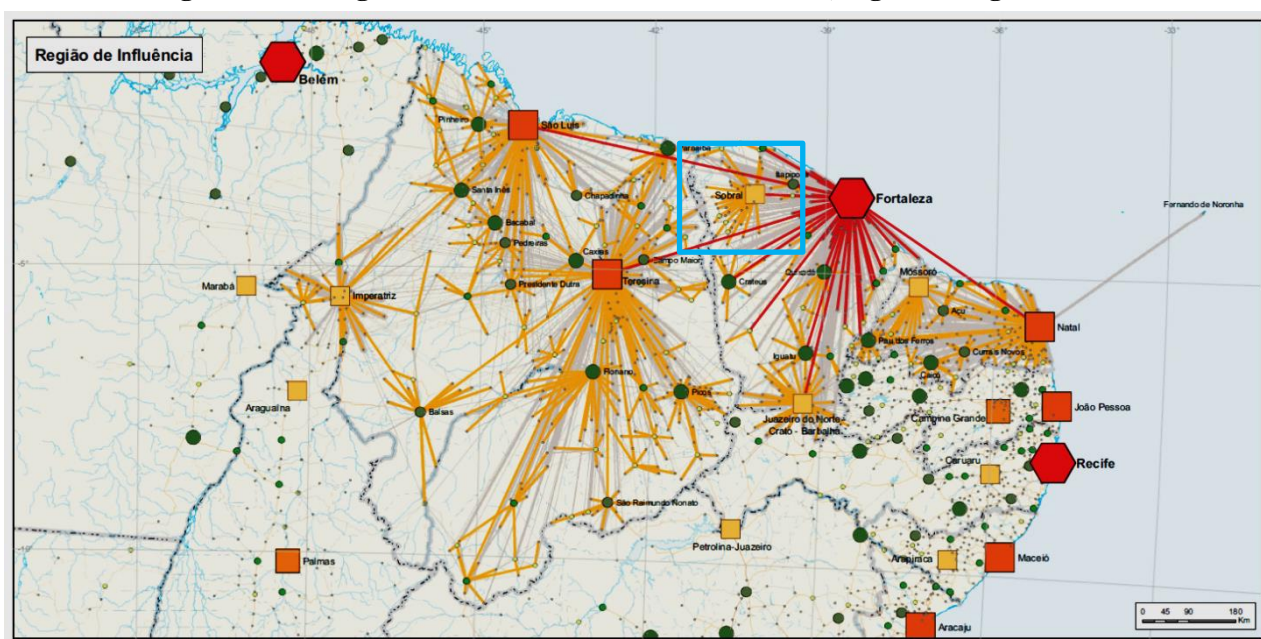
daí, outras indústrias compuseram o seu Distrito Industrial, como a Fábrica Coelho, terceira maior produtora de massas e biscoitos do Ceará, os refrigerantes Delrio, Alumínio Sobral, fabrica de utensílios domésticos, Rações Golfinho, especializada no processamento de caroço de algodão, entre outras. Informações da Federação de Indústrias do Estado do Ceará (Fiece) indicam que o Distrito Industrial de Sobral implantado na fase desenvolvimentista agrega atualmente 153 indústrias, destacando-se a fabricação de calçados, cosméticos, mineração, embalagens, refrigerantes e cimento, além de serviços diversos de fundição.

No tocante à educação, a cidade, segundo informações da Prefeitura Municipal, a cidade de Sobral foi contemplada com importantes investimentos na fase neodesenvolvimentista. É considerada importante polo universitário do interior do estado do Ceará, com mais de 50 faculdades. Conta com uma universidade estadual, dois centros de ensino tecnológico, um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) implantado na fase neodesenvolvimentista e um campus da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 2015, nova indústria de produção de cimentos da Votorantim foi instalada em Sobral e foram investidos R\$ 700 milhões, segundo informações da Prefeitura Municipal. As negociações para a implantação foram realizadas pelo Governo do Estado do Ceará, que disponibilizou infraestrutura (estrada de acesso às indústrias e linha de transmissão de energia), além de benefícios fiscais.

A centralidade econômica da cidade de Sobral tem dinamizado o espaço intraurbano, resultando no surgimento e aglomeração de serviços mais qualificados na cidade. A população da região então se desloca para usufruir desses serviços. O processo descrito por Corrêa (1994) de drenagem da renda regional pela cidade-polo é verificado não apenas advindo do consumo, mas também oriundo da concentração populacional, renda fundiária, capital financeiro, principalmente. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2016b), em 2016 a cidade-polo concentrou 80% do capital financeiro da microrregião expresso no valor dos depósitos privados à vista presentes na rede bancária. Esse valor na cidade-polo chegou a R\$ 53,8 milhões de um total de R\$ 59,2 milhões em toda a microrregião. Além disso, a cidade-polo também concentra serviços urbanos, quando considerada a distribuição desses serviços em toda a microrregião. De acordo com dados do IBGE e PNUD para o ano de 2010, na cidade-polo, o percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada chega a 88% (PNUD, 2010). Excluída a cidade-polo, no restante da microrregião esse percentual é de 32% em média. Por sua vez, a renda média *per capita* da cidade de Sobral, de R\$ 448,89 em 2010 é quase o dobro da renda média *per capita* da microrregião (excluída a cidade-polo), que foi de R\$ 239,50, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010b). Dessa forma, processos de desigualdade entre a cidade-polo e a microrregião são evidenciados. Na cidade de Sobral há expressiva concentração de ativos, em comparação com os demais municípios da microrregião.

De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a cidade de Sobral consolida sua área de influência em torno de 29 pequenos municípios, como mostra a Figura 6.13. A rede de cidades de Sobral, corroborando a assertiva concentradora, evidencia essa excessiva polarização e monocentrismo. Há uma grande articulação que a cidade de Sobral mantém em relação aos municípios da porção noroeste do estado do Ceará, que são pequenos em porte demográfico e de baixo nível da hierarquia, de fato configurando-a como uma cidade média intermediadora de fluxos em direção à capital, Fortaleza (CE). Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Sobral é considerada uma Capital Regional C na hierarquia urbana, um nível inferior, aos designados para a maior parte das cidades médias selecionadas neste estudo.

**Figura 6.13 - Região de influência da cidade de Sobral, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.13 indica que, externamente ao estado do Ceará, Sobral não estabelece conexões relevantes; também são inexistentes as conexões horizontais com outras cidades médias. Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Sobral não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas, seguindo a tendência das microrregiões já apresentadas.

Tendo surgido no século XVIII enquanto “ponto de descanso de boiada” oriundo de fazendas de antigos bandeirantes, começaram a se desenvolver na microrregião de Paulo Afonso atividades comerciais. Povoados na microrregião Paulo Afonso surgiram a partir de então<sup>77</sup>.

Politicamente, a microrregião contou com o protagonismo da administração municipal de Paulo Afonso, e especialmente com o governo estadual, para estabelecer parcerias com vistas ao desenvolvimento dessa atividade econômica. De acordo com Balogh (2005), a cidade de Paulo Afonso beneficiou-se durante muitos anos dos recursos oriundos de compensações financeiras viabilizados pela Chesf pelas áreas inundadas e exploração da água para geração de energia. O processo de “aquecimento” da economia local na região sofreu ameaças nos anos 1980, com a proximidade da conclusão das obras e a crise de escala nacional, o que ensejou novas formas de se pensar territorialmente o desenvolvimento. Em 1998, com o investimento no processo de multiuso da água, a atividade de piscicultura tornou-se perspectiva viável economicamente. De acordo com a autora, estudos minuciosos foram encomendados pela prefeitura, e indicaram a viabilidade de Paulo Afonso se tornar um polo de criação de peixes na região, com fortes indicadores para se constituir como o maior exportador de tilápias da América Latina. Apostando nesses estudos, o governo realizou investimentos e, a partir de então, a região se dinamizou economicamente.

Com essa atividade, os indicadores econômicos evoluíram significativamente na microrregião. O PIB total saltou de R\$ 913 milhões em 2000 para R\$ 2,5 bilhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b). Diferentemente das demais microrregiões, em Paulo Afonso o setor secundário carrega a economia, com participação de 66% do PIB total em 2011, totalizando R\$ 1,6 bilhão, quase que totalmente voltada para a exportação. Em 2016, as exportações na microrregião atingiram o montante de R\$ 1,2 bilhão, sendo que em 2006 Paulo Afonso não tinha ainda desenvolvido o setor exportador, segundo dados do MDIC (BRASIL, 2016a). Quanto ao setor terciário, ele responde por mais de 33% do PIB, com R\$ 860 milhões, segundo dados do IBGE de 2011 (BRASIL, 2011b). Há que se destacar o incremento ao PIB proporcionado pela atividade turística na microrregião, em especial ligado aos esportes radicais. As belezas naturais se destacam, como as cachoeiras e a reserva ambiental Raso da Catarina, além das visitas ao complexo de usinas da Chesf. A microrregião também sedia um grande sítio arqueológico, de expressivo interesse turístico. A rede hoteleira é

---

<sup>77</sup> A microrregião Paulo Afonso está localizada no Vale do rio São Francisco, porção nordeste do semiárido baiano. Possui área 12.171,5 km<sup>2</sup> e população, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), 167.118 habitantes. É composta por seis municípios: Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas. Tem no rio São Francisco o principal recurso hidrográfico, a partir do qual se desenvolvem importantes atividades econômicas com foco na piscicultura e aquicultura voltadas para a criação de tilápias.

expressiva, conta com 55 hotéis, e é predominantemente constituída por hotéis de expressão local e regional.

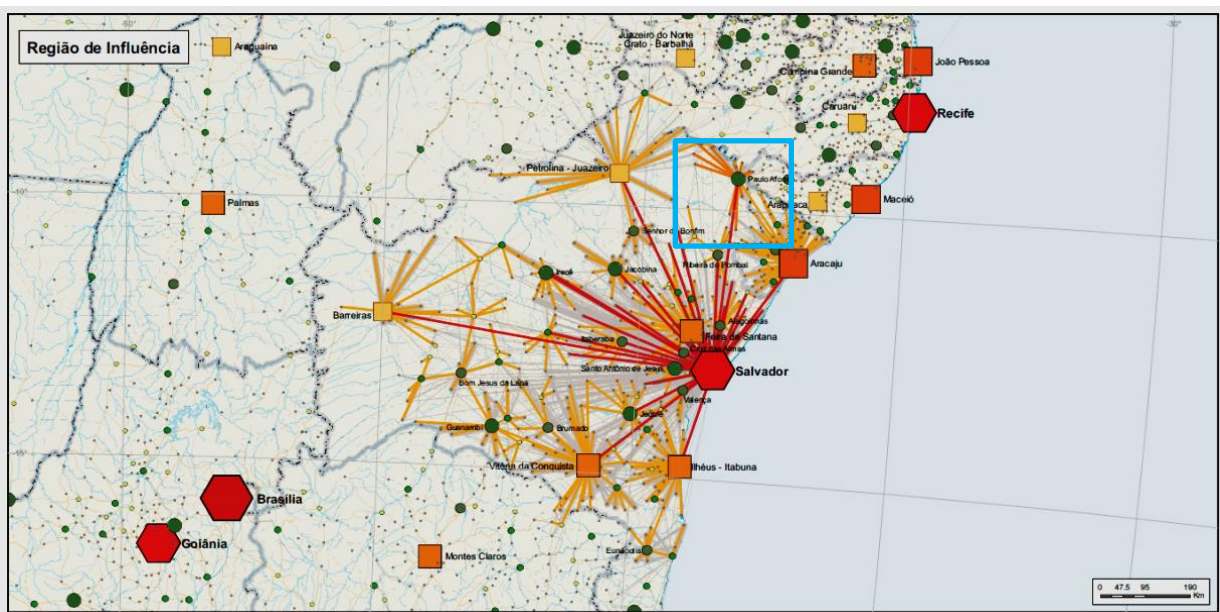
A microrregião se destacou regionalmente pela importância que sua cidade média assumiu ao longo do tempo. O nascimento da cidade-polo, Paulo Afonso, deveu-se à instalação da Chesf na região, enquanto propósito da política varguista de integração do mercado nacional e ruptura com as estruturas semicoloniais que perduravam no Brasil. A construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso foi finalizada em 1955, na fase desenvolvimentista. De acordo com Balogh (2005), a cidade de Paulo Afonso agrupa num raio de quatro quilômetros cinco Usinas Hidrelétricas, representando o maior complexo de usinas dessa modalidade num pequeno espaço. São elas: PA12 I, PA II, PA III, PA IV e a Apolônio Sales na divisa entre Bahia e Alagoas. Ribeiro et al. (2015) afirma que a iniciativa de trazer a atividade da tilapicultura para a região partiu da administração do município de Paulo Afonso (BA), juntamente o governo do estado da Bahia, por meio do Programa de Desenvolvimento da Piscicultura em Grandes Barragens, utilizando tanques-rede, sendo a Bahia Pesca S. A. a articuladora dessa ação e com a formação de várias associações para a produção de peixes utilizando tanques-rede.

Dessa forma, o desenvolvimento em bases endógenas foi a vertente utilizada para o desenvolvimento das ações na região. Arranjos produtivos locais foram estimulados na fase neodesenvolvimentista, assim como os efeitos aglomerativos e complementares dessa atividade produtiva. Por intermédio do MI e MDIC, os arranjos produtivos da aquicultura e piscicultura foram apoiados na microrregião, com ações de fortalecimento e estruturação nos municípios de Glória, Abaré e Rodelas. Ribeiro (2015) afirma que, em função do pioneirismo e das continuadas políticas de articulações no setor, a cidade de Paulo Afonso tornou-se o centro das negociações e da industrialização aquícola da microrregião, com a implantação de grandes projetos. Em 2015, as empresas instaladas na cidade de Paulo Afonso forneceram aproximadamente 15.600.000 alevinos/ano, cerca de 13.200 toneladas de ração/ano e 12.000 toneladas de pescado processado/ano (capacidade estimada), além de uma fábrica de gelo e de algumas atividades informais (RIBEIRO, 2015). No município, também existe um frigorífico que compra tilápias da Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores de Paulo Afonso (Coomapa), que beneficia e exporta cerca de 700 toneladas por ano de filé fresco para os Estados Unidos e Europa. Vale ressaltar que a cidade de Paulo Afonso também é o centro econômico e educacional da região. De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2000b e 2010a), a população da cidade-polo, no ano 2000, era de 96 mil habitantes. Em 2010 essa população passou a ser de 108 mil habitantes. Nela se encontram instituições públicas de ensino superior, como: Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e nove instituições privadas, oferecendo cursos de Engenharia de Pesca, Biologia, Administração de Empresas, que formam profissionais que atuam diretamente na cadeia produtiva da

tilapicultura, A criação da faculdade pública de medicina se deu em 2016, como resultado da parceria entre União, poder estadual, municipal e Chesf. O ensino à distância também é existente. Na microrregião também está localizada a sede regional da Bahia Pesca S.A., órgão estadual ligado a Secretaria de Aquicultura, Irrigação e Reforma Agrária, a coordenadoria regional da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e a sede da Coomapa, além de diversas associações de piscicultores.

O sistema de transporte aeroviário de Paulo Afonso dispõe do Aeroporto de Paulo Afonso – de 1972, operando com tráfego regular. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a rede de cidades de Paulo Afonso, apesar de centro-radial, não evidencia a excessiva polarização. Há uma grande complementariedade microrregional em torno da atividade de produção de tilápias. Ribeiro (2015) afirma que os municípios envolvidos são caracterizados pela atividade do setor primário, como o município de Glória (BA), que detém a maior produção. O autor complementa que o município de Paulo Afonso é o único caracterizado pelas atividades do setor secundário e terciário. Segundo a Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), a cidade de Paulo Afonso não apresenta alto nível hierárquico, é considerada um Centro Sub-Regional A, nível inferior quando considerada a maior parte das cidades médias neste estudo, como se verifica na Figura 6.14.

**Figura 6.14 - Região de influência da cidade de Paulo Afonso, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.14 indica que Paulo Afonso estabelece conexões relevantes não apenas com Salvador, mas também com Aracaju. São escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, o estudo aponta conexões relevantes apenas com Feira de Santana (BA). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Paulo Afonso também



estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa apenas com Feira de Santana (BA). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a restrição de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Paulo Afonso foi destino de voos que partiram apenas de Salvador (BA).

### *Turismo religioso, estímulos à endogeneização e conurbação no Cariri (CE)*

Similarmente às origens das demais microrregiões em estudo, o Cariri teve origem no século XIX, constituindo-se como ponto de passagem de tropeiros. Entretanto, a figura política e religiosa do Padre Cícero na região influenciou sensivelmente o seu povoamento, a partir da atração de grandes contingentes de romeiros, que para lá se dirigiam e fixavam moradia. Os serviços, então, começaram a se diversificar a partir daí, e o Cariri se transformou num importante entreposto agrícola, comercial e artesanal<sup>78</sup>. Atualmente, o Cariri apresenta uma diversificação econômica pautada na indústria de produtos não-duráveis, comércio e serviços ligados à religiosidade, com ampliação da rede hoteleira e do artesanato e expressões da cultura popular, como a literatura de cordel. Devido à figura de Padre Cícero, é considerado também um dos três maiores centros de religiosidade popular do Brasil, juntamente com Aparecida (SP) e Nova Trento (SC), como mostra a Figura 6.15. Destaca-se atualmente também por ser um polo universitário na área de saúde, com diversos cursos superiores, e pelas belezas naturais e achados paleontológicos da Chapada do Araripe, que integra a rede mundial de Geoparks, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como mostra a Figura 6.16, a seguir.

**Figura 6.15 - Romaria em homenagem ao Padre Cícero, em Juazeiro do Norte**



Fonte: TV Verdes Mares (2016).

**Figura 6.16 - Belezas naturais e achados paleontológicos na Chapada do Araripe**



Fonte: Sitio Geopark Araripe (2017).

<sup>78</sup> A microrregião localiza-se na porção sul do estado do Ceará, é entremeada por chapadas, dentre as quais se destaca a Chapada do Araripe. Possui área de 4.115,828 km<sup>2</sup> e população, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), de 534.139 habitantes. É composta por oito municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.

As Figuras 6.15 e 6.16 demonstram a potencialidade turística que essa região apresenta. Dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b) indicam que, com essa atividade, os indicadores econômicos evoluíram significativamente. O PIB total saltou de R\$ 994 milhões em 2000 para R\$ 4,2 bilhões em 2011. O setor primário respondeu em 2011 por quase 3%, com montante de R\$ 117 milhões, e o setor secundário, por 17% do PIB, com montante de R\$ 726 milhões. O setor terciário, por sua vez, é pujante e respondeu por mais de 80% do PIB em 2011, com R\$ 3,4 bilhões. Há que se destacar que o incremento ao PIB proporcionado pela atividade turística na microrregião constituiu uma diversificada rede hoteleira, com 41 hotéis. Há também a presença de hotéis internacionais, como o hotel Ibis. Além disso, segundo informações da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, grandes grupos varejistas nacionais e internacionais já se instalaram ou fazem estudos prospectivos para a instalação de unidades. E isso já é um processo em curso, em função da existência de *shopping centers* na microrregião: o Cariri Garden e o *Shopping Juazeiro*.

Em termos urbanísticos, verifica-se que essa é uma microrregião de características territoriais essencialmente urbanas. Um processo de conurbação acontece entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, chamada triângulo Crajubar. Esse processo ensejou, por parte das categorias políticas da região, a instituição da Região Metropolitana do Cariri (RMC), criada por Lei Complementar Estadual sancionada em 2009.

A microrregião do Cariri foi priorizada nos governos militares como um polo de desenvolvimento. As Áreas das Serras Úmidas, como foi designada essa microrregião no Programa Polonordeste do II PND, seriam contempladas com ações de dinamização pela via da agroindústria e da integração logística, como mostraram os Capítulos 4 e 5. Entretanto, apesar dos esforços desenvolvimentistas, antes mesmo dessas ações a microrregião já havia encontrado na figura política e empreendedora do Padre Cícero os rumos de um processo de desenvolvimento em bases de maior endogeneização. Em que pese os riscos de se calcar uma economia regional nos alicerces únicos do turismo, pode-se afirmar que a peregrinação de romeiros em direção ao Cariri e, em especial, à Juazeiro do Norte, abriu as portas desde o início do século XX para o incremento terciário vinculado ao turismo religioso. Essa atração populacional fez com que o Aeroporto de Juazeiro do Norte fosse implantado ainda nos anos 1950 e que investimentos subsequentes em educação transformassem o Cariri numa importante centralidade de educação superior na área da saúde.

Interessante observar que, de acordo com Araújo Sobrinho e Soares (2012), é importante ter em mente que nos dias atuais a atividade turística merece ser tratada com cuidado, pois não se pode atribuir a uma única atividade econômica essa centralidade excessiva, “ganhando quase contorno de ‘redentora’ de economias deprimidas”. Parece que essa percepção atingiu as administrações municipal

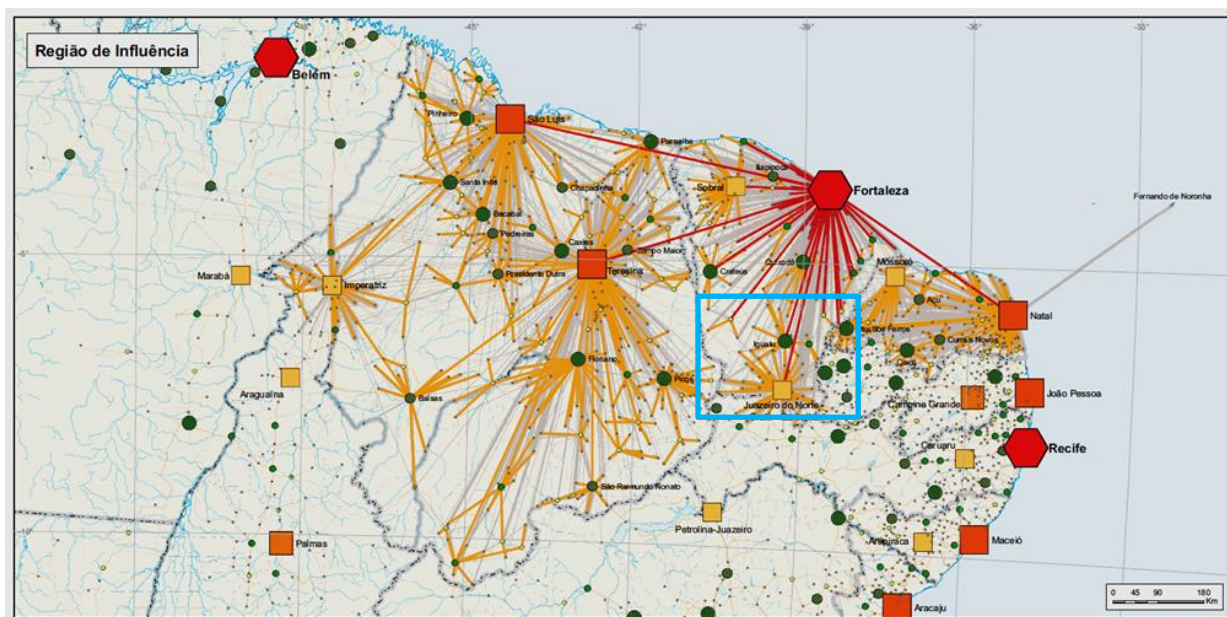


e estadual, visto que se tem almejado nessas esferas a diversificação produtiva nos anos recentes. Segundo a Prefeitura Municipal de Juazeiro, existe uma política de atração de investimentos formando parcerias entre estado, município e empresários, por meio da qual incentivos fiscais e subsídios seriam promovidos ao setor privado, envolvendo inclusive a doação de terrenos no Distrito Industrial, nos seguintes subsetores industriais: têxtil, de joias, semi-joias e artesanato (voltado para exportação), bebidas, máquinas, construção civil e metalurgia.

As políticas da fase neodesenvolvimentista estimularam a endogeneização dos processos produtivos também com foco na maior diversificação econômica. As políticas de estruturação de APL a cargo do MI, embora pontuais, priorizaram o turismo paleontológico com a estruturação do Geopark Araripe e o polo gesso da região, com ênfase na sustentabilidade ambiental. Além disso, com as políticas de interiorização da educação, a microrregião passou a contar com um desenvolvido polo de educação superior, presencial e a distância, constituído também de universidades públicas federais. Tem-se o antigo campus avançado da Universidade Federal do Ceará, que se transformou na Universidade Federal do Cariri (UFCA), com *campus* sede na cidade de Juazeiro do Norte, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) e a Faculdade de Tecnologia (Centec - Fatec), além de uma universidade regional, a Universidade Regional do Cariri (Urca), e várias instituições privadas.

O Cariri é uma expressiva centralidade polarizadora do Semiárido. Destaca-se tanto no comércio varejista quanto atacadista e atrai compradores de municípios e vizinhos. Internamente à microrregião, a influência das instituições de ensino superior em Juazeiro do Norte é estimada sobre uma expressiva população do Cariri. Com mais de 20 mil estudantes, Juazeiro se tornou um importante polo universitário no interior cearense. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a rede de cidades do Cariri é centro-radial, evidenciando grande efeito polarizador de Juazeiro do Norte sobre sua área de influência. Segundo a Regic (BRASIL, 2008a), a cidade de Juazeiro do Norte apresenta alto nível hierárquico, é considerada uma Capital Regional C na hierarquia urbana, similar à maior parte das cidades médias selecionadas neste estudo, como se verifica na Figura 6.17, a seguir.

Figura 6.17 - Região de influência da cidade de Juazeiro do Norte, segundo Regic de 2007



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.17 indica que Juazeiro do Norte estabelece conexões relevantes apenas com Fortaleza. São escassas as conexões horizontais com outras cidades médias, o estudo aponta apenas com centros de hierarquia inferior, com destaque para Iguatu (CE). Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Juazeiro do Norte também estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa apenas com Petrolina (PE). Dados da Anac (BRASIL, 2015b) reiteram essa pouca articulação interna com o Semiárido e a preponderância de fluxos inter-regionais, pois mostram que, em 2015, o aeroporto de Juazeiro do Norte foi destino de voos que partiram internamente ao Semiárido apenas de Petrolina (PE). Inter-regionalmente, o Aeroporto de Juazeiro do Norte foi destino, em 2015, de voos que partiram de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Guarulhos (SP).

#### *Diversificação produtiva, arranjos produtivos locais e rede dendrítica em Arapiraca (AL)*

Arapiraca teve origem em fins do século XIX. Assim como a maior parte das microrregiões em estudo, nasceu de uma trilha de passagem de comboios de animais. Por essa trilha, passaram a ser escoados produtos de povoados dispersos na região do agreste alagoano. A partir daí, surgiu o povoado de Arapiraca com a primeira loja comercial, no ramo de estivas e tecidos<sup>79</sup>. O desenvolvimento da

<sup>79</sup> A microrregião está localizada no agreste alagoano, possui área 2.438 km<sup>2</sup> e população, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a), de 410.798 habitantes. É composta por dez municípios: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana. Integra a

cidade-polo se deu principalmente nos anos 1970, com a produção de fumo. Mas, com a crise de superprodução que se deu nos anos 1980, e sob o contexto da crise fiscal do Brasil, a cadeia produtiva fumageira foi desarticulada na microrregião como um todo, corroborada, em escala global, pelas campanhas de combate ao tabagismo, que atingem o mundo ocidental, assim como, em escala regional, pela baixa qualidade da produção e baixo nível tecnológico, fatores descritos por Oliveira (2007b) como cruciais para a desestruturação da atividade. Deficiências de assistência técnica, arcaísmo produtivo associado ao padrão latifúndio-minifúndio também provocaram a derrocada da produção.

Politicamente, a microrregião também inovou pouco. Núcleos oligárquicos que monopolizam o setor produtivo permaneceram, de forma, cíclica, no poder político regional. A articulação em torno dos interesses de atração de políticas públicas para a microrregião estimulou a criação de lei aprovada pelo legislativo alagoano de instauração da Região Metropolitana do Agreste (RMA), tendo Arapiraca como cidade-polo. Essa região metropolitana foi instituída em 2009. Essa instituição também está ligada ao fato de a cidade de Arapiraca ser o polo mais desenvolvido do estado de Alagoas para além da capital, atraindo, portanto, população significativa.

Atualmente, em função do arrefecimento da atividade fumageira, o setor terciário microrregional apresentou-se destacado. Entre os anos de 2000 e 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b), o PIB total saltou de R\$ 757 milhões para R\$ 2,9 bilhões, apresentando um crescimento de 289,2% no período. Entretanto, ao passo que o setor primário (agropecuária) perdeu participação no PIB, chegando em 2011 a 4,5% do PIB total, com R\$ 126 milhões, o setor secundário e, principalmente, o terciário cresceram significativamente. Em 2011 a indústria participou com 13,5% do PIB, atingindo o montante de R\$ 396 milhões, e o setor terciário, com 82%, atingindo R\$ 2,4 bilhões. Esse crescimento da indústria e do setor de serviços revelou-se como alternativa a pouca inovação produtiva do setor primário, muito embora a região tenha destaque na produção de hortaliças, que abastece boa parte do estado de Alagoas, porém com pouco valor agregado.

Foco de grandes obras nas diferentes fases que marcaram as políticas públicas federais, essa microrregião teve sua dinâmica socioeconômica alterada em função da construção da BR-101, no período dos governos militares, fazendo-a ponto nevrálgico nas articulações entre o sertão alagoano e o litoral, favorecido ainda pela sua localização estratégica, no centro do estado. Além disso, sua cidade-polo passou a ser ponto de entroncamento de importantes rodovias estaduais. Integrante do ciclo de disseminação dos distritos industriais também na fase do aprofundamento do desenvolvimentismo,

---

bacia do rio São Francisco e é banhada pelos afluentes das sub-bacias dos rios Jurubeba e Coruripe e também pelo riacho Piauí.

Arapiraca também foi priorizada com a política de incentivos fiscais a cargo da Sudene, entre os anos 1960 e 1980.

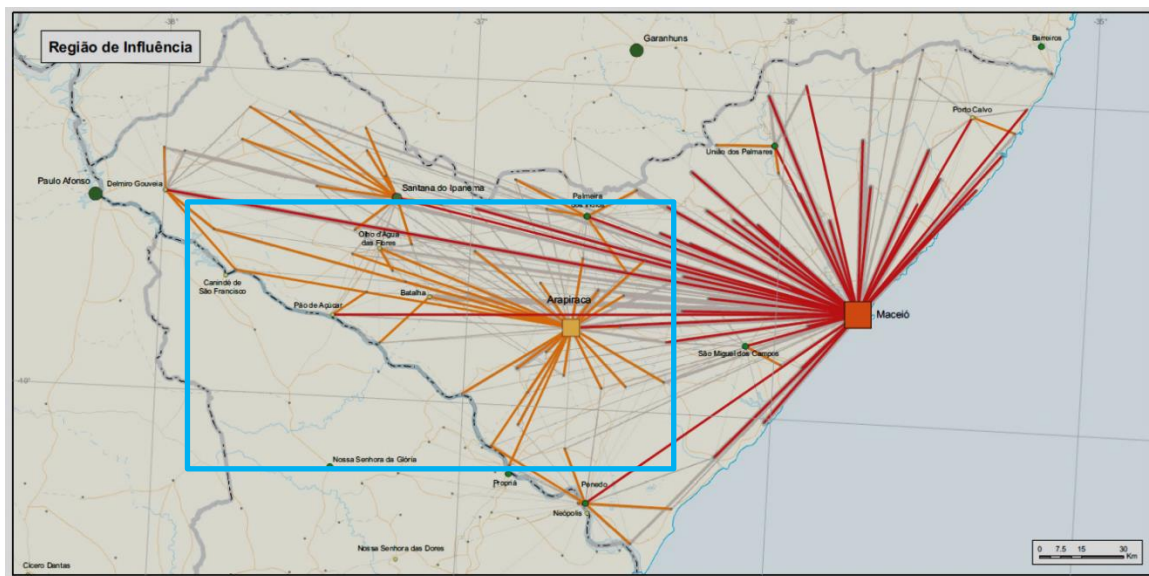
Em fases recentes, essa microrregião foi contemplada tanto com obras hídricas de grande porte, como o Ramal do Agreste Alagoano, a cargo do Ministério da Integração Nacional, como com ações de desenvolvimento local, por meio das estratégias e ações de promoção do desenvolvimento endógeno, com a estruturação de APLs, com enfoque majoritariamente voltado para a produção primária. Tanto o MI quanto o MDIC apoiaram até o ano de 2012 diversos APLs no setor agropecuário, o de menor dinamismo da economia microrregional, entretanto. Mandiocultura, apicultura, agricultura, fruticultura e movelaria foram atividades apoiadas nos municípios de Craíbas, Lagoa da Canoa, Arapiraca e Girau do Ponciano. Nesse período, expectativas em torno de um novo ciclo de crescimento foram verificadas a partir de ações ligadas à interiorização da educação profissional e de nível superior. De acordo com o Ipea (BRASIL, 2015), a implantação de escolas técnicas e cursos de medicina auxiliaram na formação de capital humano da região, principalmente com recursos do Governo Federal, ampliando a demanda e a renda na cidade-polo, criando uma expectativa de crescimento da microrregião nos próximos cinco anos. Nesse sentido, as estruturas educacionais são duas universidades públicas e um instituto federal, além de diversas instituições particulares de ensino superior.

Segundo o Ipea (BRASIL, 2015), as políticas recentes de promoção dos fundos regionais e incentivos fiscais tiveram, na cidade-polo, impactos diferenciados. De acordo com o relatório apresentado pela instituição, em Arapiraca os grandes empreendimentos são mais atendidos em volume de recursos, porém a agricultura familiar (pecuária) é a principal atividade em número de operações; em seguida, as micro e pequenas empresas urbanas, que tomam em média 50% para capital de giro; e os principais clientes estão no setor atacadista.

Em fases recentes, a inauguração do *shopping center* da cidade-polo, a chegada de uma mineradora, o curso de medicina e a planta de uma grande rede hoteleira foram fatores que aumentaram a expectativa de dinamismo microrregional, segundo o Ipea (BRASIL, 2015). A entrada de capital internacional, nesse sentido, é almejada pela administração pública da cidade-polo, assim como um novo impulso à industrialização. De acordo com o estudo do Ipea, segundo relato do secretário municipal de Arapiraca, uma mineradora descobriu ouro e cobre na região, mas teve que parar suas atividades por falta de financiamento; esta mineradora demandou energia elétrica de alta qualidade, o que tinha sido prontamente atendido pelo poder público local. De acordo com a Regic de 2007 do IBGE (BRASIL, 2008a), a rede de cidades de Arapiraca é centro-radial e evidencia polarização da porção centro-oeste do estado de Alagoas. Segundo a Regic de 2007, a cidade de Arapiraca apresenta alto

nível hierárquico no estado, é considerada Capital Regional C na hierarquia urbana, nível elevado quando considerada a maior parte das cidades alagoanas, conforme consta na Figura 6.18.

**Figura 6.18 - Região de influência da cidade de Arapiraca, segundo Regic de 2007**



Fonte: BRASIL (2008a).

A Figura 6.18 indica que a cidade de Arapiraca estabelece conexões relevantes não apenas com Maceió, no estado de Alagoas, mas com cidades menores alagoanas, como Palmeira dos Índios, e sergipanas, estas últimas localizadas na calha do rio São Francisco, como Propriá ou Canindé de São Francisco. O estudo aponta que são inexistentes as conexões horizontais com outras cidades médias. Estudo do IBGE (BRASIL, 2017) também revela que, dentre as cidades médias alvo da pesquisa aplicada, Arapiraca não estabelece conexões a partir de fluxos rodoviários em número significativo para a pesquisa com nenhuma delas.

### **6.3 Breve discussão e fecho do capítulo**

Em um esforço de síntese, buscou-se construir um quadro, evidenciando as principais características do processo de desenvolvimento das dez microrregiões analisadas, assim como das políticas federais incidentes e seus efeitos sobre a rede de cidades, como mostra o Quadro 6.1.

**Quadro 6.1 – Síntese do contexto, ações e rebatimentos no território das microrregiões analisadas**

<b>Microrregião</b>	<b>Contexto do Desenvolvimento – Dinamismo carreado por</b>	<b>Ações de desenvolvimento regional federais preponderantes</b>	<b>Rebatimentos no território – Rede de Cidades</b>	<b>Relações entre cidade média e região tendentes a</b>
<b>Feira de Santana (BA)</b>	Industrialização promovendo a diversificação terciária	Integração rodoviária, incentivos fiscais e distritos industriais na fase desenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica, com fluxos heterárquicos	Concentração de ativos na cidade-polo
<b>Campina Grande (PB)</b>	Serviços especializados intensivos em tecnologia	Integração rodoviária na fase desenvolvimentista e Interiorização do ensino superior na fase neodesenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica, com fluxos heterárquicos	Concentração de ativos na cidade-polo
<b>Mossoró (RN)</b>	Agronegócio de fruticultura e exploração de recursos naturais	Integração rodoviária e incentivos fiscais na fase desenvolvimentista e perímetros de irrigação na fase neoliberal	Monocêntrica e dendrítica, com fluxos heterárquicos	Concentração de ativos na cidade-polo
<b>Vitória da Conquista (BA)</b>	Comércio orientando indústria de não-duráveis	Integração rodoviária na fase desenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica	Concentração de ativos na cidade-polo
<b>Vale do Ipojuca (PE)</b>	Serviços especializados - turismo e feira livre; e indústria têxtil	APLs na fase neodesenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica, com fluxos heterárquicos	Incipiente transbordamento do dinamismo
<b>Petrolina (PE)</b>	Agronegócio de fruticultura irrigada	Perímetros de irrigação na fase desenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica, com fluxos heterárquicos	Concentração de ativos na cidade-polo, embora conurbada com Juazeiro (BA)
<b>Sobral (CE)</b>	Industrialização promovendo a diversificação terciária	Incentivos fiscais na fase desenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica	Concentração de ativos na cidade-polo
<b>Paulo Afonso (BA)</b>	Agronegócio de aquicultura	Obras de geração de energia na fase desenvolvimentista e APLs na fase neodesenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica, com fluxos heterárquicos	Incipiente transbordamento do dinamismo
<b>Cariri (CE)</b>	Serviços especializados – turismo religioso, geoparque e serviços de saúde	APLs na fase neodesenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica	Transbordamento do dinamismo e conurbação no Crajubar
<b>Arapiraca (AL)</b>	Comércio	Integração rodoviária na fase desenvolvimentista	Monocêntrica e dendrítica	Concentração de ativos na cidade-polo

Fonte: Autora (2017)

O Quadro 6.1 reflete a grande diversidade dos processos de desenvolvimento das microrregiões, que, influenciados por ações estatais ao longo do tempo, culminaram com rebatimentos no território, entretanto, bastante convergentes.

Nas microrregiões que tiveram o dinamismo carreado pela industrialização, como são Feira de Santana e Sobral, observa-se que as ações estatais da fase desenvolvimentista com foco na competitividade permitiram a ruptura do processo da estagnação, mas foram insuficientes para alterar o padrão das respectivas redes. A forma centro-radial expressa que as pequenas cidades e outras próximas que têm se dinamizado, o fazem de forma pouco autônoma, pois se mostram diretamente associadas às cidades-polo. O monocentrismo é dominante, não se observa nenhuma outra centralidade

expressiva nas redes microrregionais. Esse padrão revela que a força polarizadora das cidades de Feira de Santana e Sobral persiste no tempo. Por outro lado, revela que o dinamismo dos núcleos menores é dependente economicamente das cidades-polo. Em Feira de Santana, o aumento significativo das exportações entre os anos de 2006 e 2016 afirma o que Sposito (2010) chamou de “novos papéis de cidades médias”. Em Sobral, os estímulos à industrialização patrocinados pelo Estado promoveram o salto competitivo, mas geraram como processo derivado a reconcentração de ativos regionais, incluindo aí o capital humano mais qualificado. A formação do “terciário moderno” em Sobral, ao passo que refletiu o dinamismo da cidade média, alterou os hábitos de consumo da população e vulnerabilizou o comércio e serviços tradicionais encontrados na microrregião de influência, enfraquecendo economicamente, portanto, os pequenos núcleos.

Em relação às regiões do agronegócio, como podem ser consideradas Paulo Afonso, Petrolina, e Mossoró, observa-se que o dinamismo está vinculado ao modelo de desenvolvimento que valoriza as vantagens competitivas da região, mas em consonância com o mercado externo. Em Paulo Afonso, foi na fase neodesenvolvimentista que a microrregião encontrou a possibilidade de inserção econômica global. A piscicultura e a aquicultura (em tanques-rede), voltadas para a criação de tilápias, trouxeram efeitos em cascata e encadeamentos “para trás” e “para frente”. A cadeia produtiva de tilápias extrapola a cidade-polo e envolve os três setores da economia na microrregião. Nesse sentido, outras cidades compartilham com a cidade média o processo produtivo. A rede de cidades, então, evidencia essa pouca polarização da cidade média. Entretanto, não abarca a totalidade dos fluxos estabelecidos, visto que as relações com outros países são mantidas em função das atividades de exportação, muito embora não sejam visualizadas nos estudos da Regic do IBGE. No caso de Petrolina, a microrregião tem se destacado no cenário nacional muito mais pela intensificação das relações capitalistas favorecida pelas políticas de irrigação nos anos 1960, do que pela institucionalização federal enquanto “região de desenvolvimento” nos anos 2000. Destaca-se ainda pela conurbação interestadual de sua cidade média definida com Juazeiro, na Bahia.

Por sua vez, Mossoró teve o impulso de sua economia associado ao setor de fruticultura irrigada estimulada na fase neoliberal. A novidade desse processo seria, na fase neodesenvolvimentista, a de legitimação social, só que *a posteriori*, por meios de esforços estatais recentes de inclusão de pequenos produtores. Em Mossoró, Gomes (2003) chama essa relação de “integração incompleta”, tendo em vista que ela se reduz a uma “promessa de compra” da produção do pequeno produtor familiar (integrado) por uma empresa patronal (integradora) no momento da colheita da fruta. Essa integração só se estabelece, segundo o autor, quando as empresas integradas adotam um padrão tecnológico semelhante ao desenvolvido pelas empresas integradoras, pouco acessíveis, entretanto, aos agricultores familiares. Os pequenos núcleos que concentram a produção irrigada têm usufruído minimamente da

expansão desse tipo de produção, em função da pouca apropriação do conhecimento das tecnologias envolvidas, altamente especializadas.

Em Campina Grande, região caracterizada pelos serviços especializados, o recente dinamismo verificado em da “revolução tecnológica” gerou um importante papel da cidade média em intermediar fluxos em direção à capital, mas também de polarizar toda a porção oeste do estado da Paraíba. As políticas que contribuíram para esse delineamento da rede foram, em primeiro lugar, as desenvolvimentistas, com a integração logística rodoviária. Mas o salto de qualidade produtiva veio, de fato, com as políticas educacionais da fase neodesenvolvimentista. Porém, em que pese essa mudança de um padrão de desenvolvimento industrial tradicional para um padrão de desenvolvimento intensivo em tecnologia, a rede de cidades delineada continua dendrítica e monocêntrica. Há que se considerar nessa análise a excessiva concentração de recursos microrregionais na cidade-polo. A cidade de Campina Grande concentra 76% da população da microrregião em 2010, 90% do PIB total da microrregião em 2011 e 96% de depósitos bancários do setor privado da microrregião em 2016, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010a e 2011b) e do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2016b), respectivamente. Isso evidencia o pouco transbordamento do dinamismo para a microrregião de influência, e pode indicar até mesmo que diferenças na qualificação de capital humano ensejam efeitos em cascata de concentração de outros ativos regionais, reproduzindo assim, processos de desigualdade internos à microrregião.

Observa-se que os estímulos à endogeneização promovidos pelas políticas públicas federais especialmente durante a fase neodesenvolvimentista acentuaram o dinamismo do Cariri e do Vale do Ipojuca. A expansão e especialização do setor terciário vieram associadas a um processo de urbanização que envolveu não apenas as cidades médias, mas suas respectivas áreas de influência como o Triângulo Crajubar, no Cariri. A rede de cidades dessas microrregiões, também centro-radiais, evidencia em sua forma o que o processo de endogeneização do desenvolvimento não foi suficiente para romper com a excessiva dependência econômica dos pequenos núcleos da hinterlândia em relação às cidades médias. Entretanto, evidenciam-se novidades no tocante às relações entre cidade média e região. Dentre as microrregiões estudadas, o Cariri e o Vale do Ipojuca apresentam os mais evidentes processos de transbordamento do dinamismo das cidades médias para as microrregiões de influência. Essa tendência ao transbordamento induz a uma reflexão sobre o papel dos serviços, especialmente os ligados ao turismo, nesse processo.

Por fim, em relação às microrregiões que tiveram seu dinamismo recente associado às atividades comerciais, como são Vitória da Conquista e Arapiraca, verifica-se que, segundo Léda (2012, p. 252), a intermediação de fluxos de bens e serviços, típica das cidades médias, consiste em sediar empresas



comerciais atacadistas e varejistas com a específica função de distribuição da produção industrial para uma área de mercado regional. Ou seja, nessas cidades médias, suas centralidades são derivadas do alto potencial de consumo microrregional, mais do que de produção local. O importante mercado de prestação de serviços e de distribuição de mercadorias nas cidades médias faz com que a função de entreposto comercial, que dominou o papel das cidades do Nordeste durante muito tempo, permaneça até hoje, só que marcada pela presença do grande capital, nacional e internacional. Entretanto, não se verifica processos de transbordamento do dinamismo para as respectivas microrregiões de influência. A rede de cidades, dessa forma, evidencia o monocentrismo e a polarização excessiva das cidades médias. Em Vitória da Conquista, além disso, as relações estabelecidas internamente ao Semiárido são inferiores àqueles fluxos e transações inter-regionais, especialmente com o Centro-Sul.

Este capítulo explorou a terceira questão de pesquisa, que buscou compreender a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades na escala microrregional. Observou-se que as mudanças nas respectivas redes de cidades decorrentes do dinamismo verificado com a integração logística e industrialização da fase desenvolvimentista foram pouco perceptíveis, elas continuam dendríticas e monocêntricas. De modo geral, a articulação com controles e interesses extra regionais e até internacionais vem comprometendo processos de integração produtiva intrarregional ou um maior adensamento da rede regional, e em última instância, comprometendo o processo de desenvolvimento dessas microrregiões. Isso pode ser verificado na escassez de relações intrarregionais entre as cidades médias em estudo. Apesar de haver rede de integração logística adequada e estruturas que estimulam fluxos intrarregionais, como universidades federais, por exemplo, as relações horizontais ou verticais internas ao Semiárido são exíguas. Na fase neodesenvolvimentista, com políticas homogeneizantes de elevação da renda e de valorização do capital humano, supõe-se que haja uma maior tendência ao transbordamento do dinamismo das cidades-polo para as microrregiões de influência, muito embora não tenha se verificado ainda rebatimentos dessas ações nas feições das redes de cidades. Ainda que o recorte utilizado possa influenciar os resultados em termos de dimensionamento das redes e de suas centralidades, verifica-se que a fase atual da acumulação globalizada vem se refletindo em relações pouco complementares entre os núcleos urbanos dessas microrregiões.

O Capítulo 7, a seguir, analisa a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto das microrregiões, formando um “agregado” de áreas dinâmicas não contínuas dentro do Semiárido. Busca ir além do atual capítulo e da análise individualizada por microrregião, e parte para a identificação de convergências entre elas que permitam, ao mesmo tempo, fazer uma leitura do processo de dinamismo do Semiárido na fase neodesenvolvimentista e identificar possibilidades de uma integração produtiva associada às cidades médias.

## **7. DESVENDANDO O SEMIÁRIDO DINÂMICO: CONCENTRAÇÃO, POLARIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**

### **7.1 Delimitação do capítulo**

Este capítulo objetiva investigar como se configura, na fase neodesenvolvimentista, a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto de microrregiões dinâmicas no Semiárido, em atendimento à quarta questão de pesquisa e ao quarto objetivo específico do enunciado. Partindo de uma revisão bibliográfica, foi apresentada no capítulo anterior, para cada uma das microrregiões em estudo, uma abordagem contextual referente ao processo do desenvolvimento, às ações de desenvolvimento regional em diferentes fases e aos rebatimentos no território, incluindo-se aí a rede de cidades. Uma vez que a análise do Capítulo 6 recaiu sobre cada uma das microrregiões individualmente, e considerando que a mudança de escala pode apresentar diferentes perspectivas, resta saber como se comporta o “agregado” dessas áreas - não adjacentes - no Semiárido. Embora não explicitado de maneira formal, um propósito subjacente a esta pesquisa é explorar potencialidades de um desenvolvimento não apenas competitivo, mas, principalmente, equitativo. Dessa forma, fez-se necessário sistematizar convergências e diferenças nos processos de desenvolvimento dessas unidades, de modo que se possa investigar o papel das cidades médias e o alcance de uma possível integração produtiva na região. Busca-se, ainda, compreender o potencial das microrregiões envolvidas para relações de cooperação e complementariedade que possam se dar no âmbito interno do Semiárido.

Em sintonia com as formulações teóricas adotadas no Capítulo 2 e com as bases analíticas descritas no Capítulo 3, a perspectiva adotada buscou analisar as dimensões, frequentemente discrepantes, de competitividade e de equidade – e esta, em sua manifestação oposta, a desigualdade, internamente ao Semiárido. Seguindo essa abordagem, consideraram-se:

- Como dimensões do desenvolvimento, as vertentes: “competitividade e “equidade”;
- Como dimensões do desenvolvimento regional, as vertentes: “localização e polarização” e “aglomeração e endogeneização”;
- Como dimensões da rede de cidades, as vertentes: “fluxos "inter" e redes dendrítica” e “fluxos "intra" e redes complexas”;
- Como dimensões da relação entre cidade média e região, as vertentes: “drenagem de recursos” e “transbordamento do dinamismo”.

Partindo do modelo constante do item “Princípios e dimensões analíticas” do Capítulo 3, elaborou-se, para cada uma das microrregiões, um levantamento, depuração, agregação dos dados, índices e indicadores de cada uma das dimensões analíticas mencionadas. O próximo passo foi construir um “Quadro Integrador” envolvendo todas as microrregiões em estudo que, em conjunto,

constituem o Semiárido dinâmico<sup>80</sup>. No Quadro Integrador, houve a identificação de perspectivas ou possíveis tendências de integração produtiva no Semiárido. Essa identificação deu-se a partir de análises evolutivas dos índices/indicadores em dois anos recentes (chamados de Ano 1 e Ano 2), expressos na taxa básica de crescimento<sup>81</sup> de maior parte deles. É importante ressaltar que o estudo não envolveu formalmente uma “Análise de Tendência” com base em teste estatístico, visto que a série temporal de dados é restrita (analisou-se dois anos distintos com uma média de diferença de 10 anos entre o Ano 1 e o Ano 2) e limitações existiram em relação às variações temporais de dados, em alguns casos essa variação foi curta, em função da falta de dados agregados disponibilizados no Observatório de Desenvolvimento Regional, sistema consultado.

A metodologia adotada, entretanto, trouxe como diferencial a análise relacional entre as dinâmicas em estudo e diferentes recortes territoriais em questão. Nesse sentido, a *taxa básica de crescimento* dos índices/indicadores das microrregiões foi confrontada com a de outro recorte. Interessou a esta pesquisa saber se, no período analisado, os índices/indicadores microrregionais “cresceram” “mais”, “menos” ou “tanto quanto” os do Brasil como um todo, como referência geral, ou do Semiárido, como referência mais próxima. Está embutida nessa opção metodológica a compreensão de que processos de desenvolvimento e de desigualdade são relacionais, de acordo com o pensamento de Jacobs (2001) e Furtado (1959, 2009 e 2013).

Para tornar mais clara a argumentação, um exemplo que pode ser construído é o da evolução do PIB industrial de Feira de Santana. Se se considerar em valores absolutos o PIB industrial dessa microrregião em 2011, tem-se o valor de R\$ 2,4 bilhões, segundo o IBGE (BRASIL, 2011b). Essa informação, embora relevante, não indica a dinâmica que está por trás do dado. Nesta tese, o dinamismo está relacionado com as forças que estimulam e movimentam a economia regional. Uma primeira aproximação estabelece um paralelo da microrregião com o país. Logo, ao se considerar que, no ano 2000 (BRASIL, 2000a), esse valor era de R\$ 360 milhões e que houve um crescimento de 579% no período, e que o Brasil como um todo apresentou um PIB industrial que saltou de R\$ 283 bilhões no ano 2000 para R\$ 972 bilhões em 2011, com um crescimento de 243%, revela-se que houve em Feira de Santana uma dinâmica de fortalecimento do setor industrial, que se mostrou mais incisiva que a verificada na escala nacional no período. Dessa forma, a relação entre as duas taxas de crescimento evidencia que Feira de Santana apresentou um crescimento muito acima do crescimento verificado no Brasil, correspondendo a 238,44% da taxa nacional<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> Todos os quadros construídos constam do Apêndice. As dimensões adotadas, variáveis, índices, indicadores, períodos e fontes de dados constam dos modelos apresentados no Capítulo 3 (Quadros 2.5 a 2.8).

<sup>81</sup> Dada pela fórmula Taxa Básica de Crescimento =  $((\text{Ano 2} - \text{Ano 1}) / \text{Ano 1}) \times 100$  (resultado em porcentagem).

<sup>82</sup> Na pesquisa aplicada, partiu-se do princípio de que os valores absolutos expressos nos indicadores e índices econômicos e sociais do Semiárido como um todo, apresentam-se, no geral, abaixo da média nacional. Portanto, não caberia nesta tese chegar a constatações já

Com isso, resgatando informações constantes do Capítulo 3 e considerando o processo relacional entre as dinâmicas em estudo e os diferentes recortes territoriais em questão, associados à disponibilidade de informações, o esquema adotado para as indicações de perspectivas ou tendências é apresentado a seguir:

- No grande tema “Desenvolvimento”, a taxa de crescimento das microrregiões foi relacionada com a taxa de crescimento do Brasil;
- No grande tema “Desenvolvimento regional”, a taxa de crescimento das microrregiões foi relacionada com a taxa de crescimento do Semiárido;
- No grande tema “Rede de cidades”, analisou-se a morfologia de redes e tipos de fluxos das microrregiões enquanto unidades constitutivas do Semiárido;
- No grande tema “Relações entre cidade média e região”, a taxa de crescimento da cidade-polo foi relacionada com a taxa de crescimento da microrregião de influência e vice-versa.

Assim, a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto de microrregiões dinâmicas no Semiárido será evidenciada no decorrer deste capítulo.

## **7.2 Cidades médias e integração produtiva à luz do desenvolvimento**

### *Semiárido dinâmico e competitivo, até para os padrões brasileiros*

A pesquisa aplicada sugere que, para o conjunto das microrregiões em estudo, revela-se um Semiárido dinâmico e competitivo, de fato. E tendente a permanecer assim. Mas, no contexto do desenvolvimento, o dinamismo que procura reproduzir tendências históricas pode ser pouco inovador. Embora com atividades frequentemente novas para a região e com algumas iniciativas articuladas ao mercado internacional, o dinamismo do conjunto das microrregiões parece ser polarizado e concentrador. É tendente a reproduzir a forma híbrida e contraditória que é o padrão de desenvolvimento do país. Padrão em grande medida resultante da ação do Estado em promover no território a competitividade, num primeiro momento, e a equidade, em um momento posterior, só que num “cabo de guerra” permanente entre políticas macroeconômicas e de desenvolvimento regional. Essa promoção de saltos regionais de crescimento econômico favorecidos pelos incentivos e subsídios, pelas economias de escala ou pelas grandes obras e posterior tentativa de redução de altos níveis de desigualdade gerados pela concentração regional do capital produtivo, financeiro e humano, fez com que a vertente da competitividade fosse sempre preponderante no processo de desenvolvimento da nação.

---

bastante conhecidas e evidenciadas. Para o propósito de captar dinâmicas e possibilidades de integração produtiva no Semiárido com base no conjunto das microrregiões, seguiu-se o método descrito no parágrafo anterior, visto que a informação expressa na variação das taxas de crescimento dos índices/indicadores mostra-se mais qualificada que apenas o seu valor absoluto. Evidentemente que há relativizações: nos casos em que as bases de valores absolutos apresentem-se pequenas, as taxas de crescimento tendem a distorcer a informação. Nesses casos, pondera-se a análise e retomam-se os valores absolutos.

No tocante a essa vertente - a competitividade, observa-se que, com as informações geradas pela pesquisa aplicada (que utilizou dados do IBGE), a riqueza existente no conjunto das microrregiões apresentou crescimento em níveis superiores ao verificado no Brasil entre os anos de 2000 e 2011 (BRASIL, 2000a e 2011b). Nesse período, o Brasil apresentou crescimento de 251%. Em valores absolutos, o PIB total nacional saltou de R\$ 1,7 trilhão em 2000 para R\$ 4,1 trilhões em 2011. Para cada uma das microrregiões analisadas, essas taxas e respectivos valores absolutos foram os seguintes:

- Feira de Santana cresceu 390%, chegando a R\$ 11 bilhões em 2011;
- Campina Grande, cresceu 279% e chegou a R\$ 5,9 bilhões;
- Mossoró cresceu 336% e gerou R\$ 4,9 bilhões;
- Vitória da Conquista, 359% e R\$ 5,3 bilhões;
- Vale do Ipojuca, 322% e R\$ 7 bilhões;
- Petrolina, 350% e R\$ 4,3 bilhões;
- Sobral, 238% e R\$ 3,3 bilhões;
- Paulo Afonso, 178% e R\$ 2,5 bilhões;
- Cariri, 330% e R\$ 4,2 bilhões; e,
- Arapiraca, 289% e R\$ 2,9 bilhões.

Ao se relacionar as taxas de crescimento do PIB total das microrregiões com a do Brasil, verifica-se que apenas Sobral e Paulo Afonso cresceram a taxas inferiores à do país. Sobral apresentou taxa de crescimento de 94% da taxa nacional e Paulo Afonso apresentou taxa de crescimento de 70% da taxa nacional. Em sentido inverso, tem destaque Feira de Santana, que cresceu 155% da taxa nacional, conforme Quadro 7.1<sup>83</sup>.

Em relação ao PIB do setor industrial, o Quadro 7.1 também revela que a indústria cresceu significativamente no conjunto das microrregiões, apresentando taxas de crescimento superiores à do Brasil, que foi de 243% entre 2000 e 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). Em valores absolutos, o PIB industrial nacional saltou de R\$ 283 bilhões em 2000 para R\$ 972 bilhões em 2011. Para cada uma das microrregiões analisadas, essas taxas de crescimento do PIB do setor secundário são as seguintes:

- Feira de Santana cresceu 579%;
- Campina Grande, 284%;
- Mossoró, 277%;
- Vitória da Conquista, 430%;
- Vale do Ipojuca, 434%;
- Petrolina, 489%;
- Sobral, 148%;
- Paulo Afonso, 136%;
- Cariri, 286%; e,
- Arapiraca, 346%.

---

<sup>83</sup> O Quadro 7.1 sintetiza as informações da dimensão “competitividade” do Quadro Integrador 10.1 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.1.1 a 10.1.10 no Apêndice). Ele será apresentado ao final da descrição dos dados referentes a essa dimensão.

Destacam-se no crescimento desse setor, segundo dados de 2011, Feira de Santana (diversificação industrial), com PIB de R\$ 2,4 bilhões, Vitória da Conquista (produção de café), com R\$ 763 milhões, Vale do Ipojuca (indústria têxtil), com R\$ 1,2 bilhão, e Petrolina (agroindústria de fruticultura), com R\$ 734 milhões. Nessas microrregiões, as taxas de crescimento do PIB do setor industrial foram bastante superiores às taxas de crescimento do Brasil. Feira de Santana apresentou taxa de crescimento de 238% da taxa nacional, Vitória da Conquista apresentou taxa de crescimento de 176% da taxa nacional, Vale do Ipojuca apresentou taxa de crescimento de 178% da taxa nacional e Petrolina apresentou taxa de crescimento de 201% da taxa nacional. A exceção, novamente, verifica-se em Sobral, que apresentou taxa de crescimento de 61% da taxa nacional e Paulo Afonso, que apresentou taxa de crescimento de 56% da taxa nacional, como mostra o Quadro 7.1.

No tocante ao setor primário da economia, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b), no Brasil, em 2000, o setor teve participação no PIB total de R\$ 57 bilhões. Em 2011 essa participação foi de R\$ 192 bilhões. O crescimento do setor verificado no período foi de 236%. Em relação às microrregiões em estudo, o Quadro 7.1 revela que o crescimento do PIB no setor primário foi verificado entre os anos de 2000 e 2011 em nove das dez microrregiões. Mas esse crescimento se deu em taxas inferiores à do Brasil em sete das nove microrregiões. Para cada uma das microrregiões analisadas, essas taxas de crescimento do PIB do setor primário entre 2000 e 2011 são as seguintes:

- Feira de Santana apresentou crescimento de 179%;
- Campina Grande, 67%;
- Mossoró, 589%;
- Vitória da Conquista, 284%;
- Vale do Ipojuca, 205%;
- Petrolina, 228%;
- Sobral, 147%;
- Paulo Afonso, 126%;
- Cariri, 133%; e
- Arapiraca, -16,32%.

Em Arapiraca, o PIB do setor primário decresceu no período, em função da crise do setor fumageiro, e o montante em 2011 foi de apenas R\$ 126 milhões, enquanto no ano 2000 foi de R\$ 151 milhões; apenas em Vitória da Conquista, microrregião produtora de café, e em Mossoró, microrregião do agronegócio, ele cresceu acima da taxa de crescimento do Brasil. Em Vitória da Conquista, ele chegou a R\$ 434 milhões em 2011 e a taxa de crescimento entre 2000 e 2011 foi de 120% da taxa nacional. Em Mossoró, ele chegou a R\$ 169 milhões em 2011 e a taxa de crescimento foi de 249% da taxa nacional, como mostra o Quadro 7.1.

Por sua vez, se participação do setor primário no PIB total diminuiu, os outros setores puderam compensar essa queda. Observa-se que a taxa de crescimento da variável “produtividade” revelou que o conjunto das microrregiões está apto a realizar reinvestimentos. Essa variável é expressa na relação

entre o valor adicionado bruto (VA, o excedente da produção) sobre a população economicamente ativa (PEA, considerada força produtiva) do conjunto das microrregiões. Segundo o IBGE (BRASIL, 2000a e 2010b), enquanto em escala nacional o crescimento no período foi de 180% entre os anos 2000 e 2010, para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento da produtividade no período são as seguintes:

- Feira de Santana apresentou crescimento de 247%;
- Campina Grande, 170%;
- Mossoró, 98%;
- Vitória da Conquista, 220%;
- Vale do Ipojuca, 196%;
- Petrolina, 221%;
- Sobral, 196%;
- Paulo Afonso, 168%;
- Cariri, 185%; e,
- Arapiraca, 142%.

O Quadro 7.1 revela que seis microrregiões apresentaram crescimento da produtividade superior em até 150% do crescimento verificado em escala nacional entre os anos 2000 e 2010.

Por fim, foram também analisados os números da variável chamada “economia sem produção”. Essa variável tem como indicador correspondente o percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade, com carteira de trabalho assinada, sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião, segundo o IBGE (BRASIL, 2000a e 2010b). Ao passo que o Brasil apresentou discreto crescimento de 2,05% no percentual de ocupações no setor público, entre 2000 e 2010, as taxas de crescimento da “economia sem produção” por microrregião foram:

- Feira de Santana apresentou crescimento de - 21%;
- Campina Grande, - 14%;
- Mossoró, - 26%;
- Vitória da Conquista, - 0,7%;
- Vale do Ipojuca, - 4%;
- Petrolina, 0,3%;
- Sobral, - 40%;
- Paulo Afonso, 39%;
- Cariri, -17%; e,
- Arapiraca, - 7%.

Observa-se que, em relação à variável “economia sem produção”, houve significativo decréscimo do indicador em oito das dez microrregiões estudadas, à exceção de Petrolina e Paulo Afonso. Petrolina apresentou fraco crescimento, correspondente a 16% da taxa de crescimento nacional no período, enquanto Paulo Afonso apresentou crescimento de 1931% da taxa nacional, como apresentado no Quadro 7.1.

O Quadro 7.1 apresenta uma síntese do Quadro Integrador das microrregiões dinâmicas, e aborda as variáveis referentes à dimensão da competitividade no contexto do desenvolvimento. Nesse caso, o

recorte microrregional foi confrontado com o recorte nacional. Dessa forma, o quadro relaciona a taxa de crescimento dos índices/indicadores de cada microrregião com a taxa do Brasil no período indicado. O resultado é apresentado em percentual, seguindo a fórmula “*taxa de crescimento da microrregião / taxa de crescimento do Brasil x 100*” e a legenda agregada.

**Quadro 7.1- Quadro-síntese da dimensão competitividade no contexto do desenvolvimento das microrregiões dinâmicas**

DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES À LUZ DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL			FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Competitividade	Riqueza (PIB Total)	2000 2011	↑ 155,30%	↔ 111,19%	↔ 143,23%	↔ 128,47%	↔ 115,11%	↔ 139,53%	↔ 94,84%	↔ 131,42%	↔ 133,76%	↔ 70,94%
	Sector primário	2000 2011	↔ 75,81%	↔ 28,35%	↔ 120,42%	↔ 87,02%	↓ -16,32%	↔ 96,79%	↔ 62,51%	↔ 56,29%	↑ 249,30%	↔ 53,64%
	Sector secundário	2000 2011	↑ 238,44%	↔ 117,06%	↑ 176,87%	↑ 178,62%	↔ 142,61%	↑ 201,27%	↔ 61,26%	↔ 117,92%	↔ 113,96%	↔ 56,21%
	Produtividade	2000 2010	↔ 137,10%	↔ 94,42%	↔ 122,14%	↔ 109,06%	↔ 79,33%	↔ 123,15%	↔ 108,89%	↔ 103,19%	↔ 54,79%	↔ 93,65%
	Infraestrutura econômica	Até 2016	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%
	Economia sem produção	2000 2010	↓ -21,22%	↓ -14,35%	↓ -0,78%	↓ -4,40%	↓ -7,28%	↔ 16,32%	↓ -40,02%	↓ -17,71%	↓ -26,70%	↑ 1931,75%

NÃO CRESCEU OU DECRESCEU	↓ #####
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	↔ #####
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	↔ #####
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	↑ #####

Obs.1 : Na variável “infraestrutura econômica”, considerar indicador “Caracterizado” como “100%” e indicador “Não caracterizado” como “0%”.

Obs. 2: São considerados os valores absolutos da microrregião no caso de indicadores que tiveram taxas de crescimento negativas.

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

O Quadro 7.1 trouxe à tona que oito das dez microrregiões apresentaram crescimento superior ao verificado na escala nacional quanto à riqueza gerada, expressa no PIB total entre 2000 e 2011. Além disso, muito da permanência da importância do setor industrial nas microrregiões revelou que o legado das políticas desenvolvimentistas permanece. Políticas de incentivos fiscais federais a cargo da Sudene nos anos 1970 e políticas de implantação dos distritos industriais, que encontrou nos governos estaduais estímulos e financiamentos a partir do mesmo período, abriram espaço para a entrada e permanência e reprodução do capital privado, inclusive internacional. Porém, no tocante ao setor primário, o Quadro 7.1 indicou que apenas em Vitória da Conquista e em Mossoró o PIB do setor evoluiu.

Além disso, verifica-se que, no conjunto das microrregiões, a acumulação de capital e a divisão de trabalho vêm se dando, de fato, no setor produtivo e no comércio e serviços privados. A variável

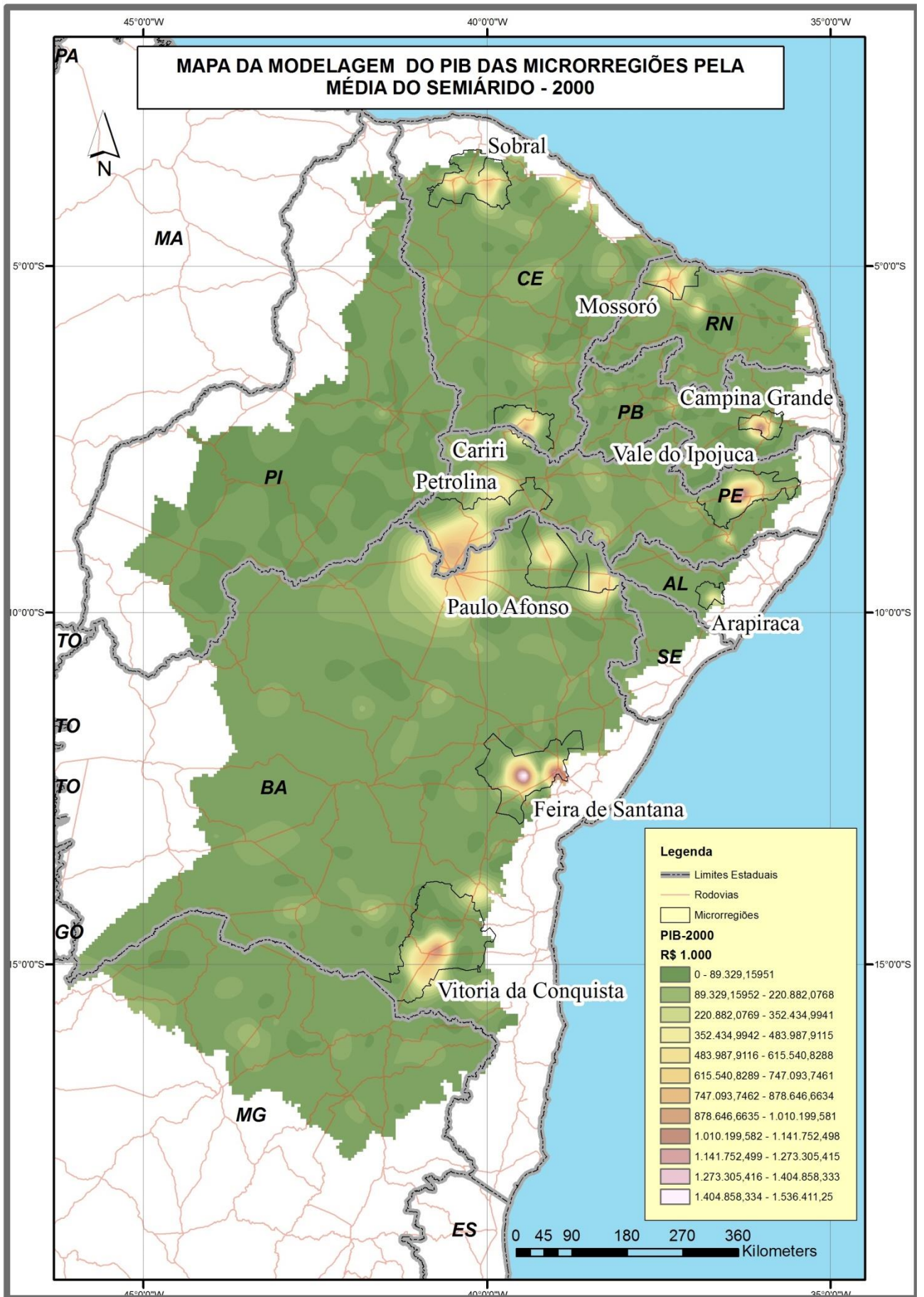


“produtividade”, bastante utilizada nos estudos econômicos, indica que existe “saúde” financeira para novos investimentos e ampliação da competitividade, de partida, em seis das dez microrregiões, que apresentaram crescimento superior ao verificado no Brasil entre 2000 e 2010. O Quadro 7.1 indicou ainda que, além dessas seis microrregiões, em Campina Grande e Paulo Afonso o crescimento foi praticamente equivalente ao verificado na escala nacional. Apenas em Arapiraca e Mossoró esse crescimento, ao passo que também existiu, foi inferior ao crescimento verificado no Brasil para o mesmo período.

Aliada da produtividade, a variável “economia sem produção” evoluiu seu indicador correspondente de forma negativa, ou seja, houve decréscimo da população ocupada no setor público no conjunto das microrregiões. Apenas em Petrolina e em Paulo Afonso houve evolução positiva do indicador. Em Petrolina, deve-se muito provavelmente à institucionalização pública voltada para a tecnologia e para o desenvolvimento, como apresentado por Silva (2015), com destaque para a presença de instituições federais, como a Embrapa Semiárido e a Codevasf. Em Paulo Afonso, deve-se à institucionalização pública voltada para a grande obra, a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, gerida pela Chesf.

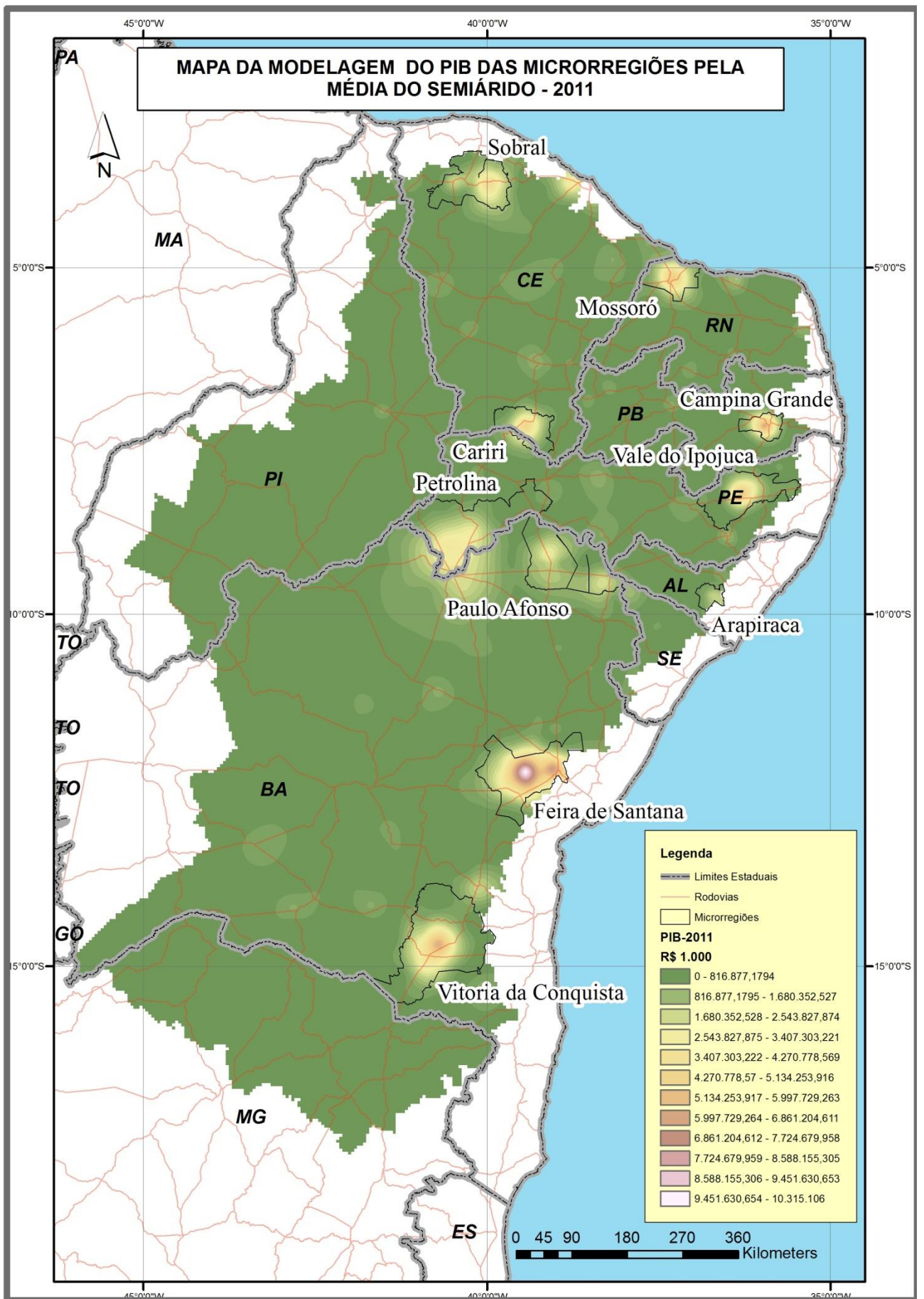
A partir da análise das variáveis inerentes à dimensão da competitividade, observa-se que o processo concentrador existente na escala nacional se repete no Semiárido, como também pode ser observado nos Mapas 7.1 e 7.2. Verifica-se que o conjunto de microrregiões tem elevado os indicadores econômicos do Semiárido como um todo, mas de forma polarizada.

Mapa 7.1



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).

Mapa 7.2



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).

Os Mapas 7.1 e 7.2 apresentam, nos anos de 2000 e 2011, respectivamente, as espacializações do PIB total das microrregiões no Semiárido/PIB médio do Semiárido. É preciso que a descrição e análise dos mapas se deem de forma conjunta, em função das peculiaridades da evolução espacial do indicador na região. Partindo de dados municipais do IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b) concernentes ao PIB total nos anos de 2000 e 2011, as modelagens mostram, a partir da análise espacial em “mapas de calor” (disponibilizada no sistema de geoprocessamento ArcGIS), a evolução do indicador no Semiárido nos respectivos anos. Para cada uma das modelagens, considerou-se 12 faixas de gradação dos valores numéricos do PIB total. Essas faixas foram criadas a partir da divisão em intervalos iguais disponibilizada pelo próprio sistema. A essas faixas de valores numéricos é associada a gradação das cores verificada nos mapas. Foram considerados os valores mínimos e máximos do PIB total municipal em cada ano no agregado Semiárido, e ponderados os valores pela média do PIB total nessa região.

Ao se analisar o Mapa 7.1, referente ao PIB no ano 2000, vê-se que, no Semiárido, existem mais faixas intermediárias do PIB para além das microrregiões em estudo, evidenciando outros possíveis focos de dinamismo, que não as microrregiões selecionadas. Por outro lado, no tocante às microrregiões, observa-se uma maior concentração de riquezas nas cidades médias, evidenciando pouco transbordamento para a microrregião de influência. Em 2011, por sua vez, o PIB total evoluiu como um todo no Semiárido, mas essa evolução demonstrou ser concentrada nas microrregiões dinâmicas. As faixas intermediárias do PIB para além das microrregiões em estudo ficaram mais escassas, demonstrando pouca variação interna da distribuição da riqueza. Por outro lado, em relação ao ano 2000, observou-se maior distribuição das riquezas além das cidades médias, envolvendo as respectivas áreas de influência. Isso evidencia, no Semiárido, um padrão de crescimento concentrado nas microrregiões mais dinâmicas, que têm atraído capital produtivo, financeiro e humano.

Em ambos os mapas, é evidente a concentração de riquezas nas microrregiões selecionadas nesse estudo. Além disso, percebem-se variações entre os anos de 2000 e 2010 no sentido de uma ampliação da polarização dessas microrregiões sobre o conjunto do Semiárido com o passar do tempo. Entretanto, existe uma “contra-força” a essa dinâmica. Se a vertente da competitividade deu mostras de vigor no conjunto das microrregiões selecionadas, há que se considerar que a vertente da equidade também evoluiu no processo de dinamização dessas regiões, muito embora com força ainda insuficiente para alterar o padrão de desenvolvimento do Semiárido, caracterizado pela concentração de ativos regionais.



### *A contra-força da equidade, mas persistência da desigualdade*

Parece legítimo afirmar que, no Semiárido, os indicadores associados à equidade evoluíram enquanto resultado, em grande medida, das políticas homogeneizantes de desconcentração de renda e ampliação dos serviços básicos promovidas na fase neodesenvolvimentista.

Com as informações geradas pela pesquisa aplicada, o Quadro 7.2 indica que no Brasil houve decréscimo dos números inerentes à variável “vulnerabilidade à pobreza”, expressa na proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a 1/2 salário mínimo. Em 2000, esse percentual foi de 63% no país; em 2010, foi de 43%. Entre os anos de 2000 e 2010, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000 e 2010), esse percentual decresceu sensivelmente (-31%). No conjunto das microrregiões em estudo, esse percentual também diminuiu, mas de uma forma mais tímida. Para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento do percentual no período são as seguintes:

- Feira de Santana decresceu, com -22%;
- Campina Grande, -25%;
- Mossoró, -30%;
- Vitória da Conquista cresceu, com 53%;
- Vale do Ipojuca, -19%;
- Petrolina, -16%;
- Sobral, -17%;
- Paulo Afonso, -16%;
- Cariri, -19%; e,
- Arapiraca, -16%.

Verifica-se que apenas em Vitória da Conquista houve crescimento do percentual. Entre os anos de 2000 e 2010 o crescimento nessa microrregião correspondeu a 53%, conforme Quadro 7.2<sup>84</sup>. Nesse caso, deve-se atentar que o indicador é negativo, ou seja, seu crescimento se traduz num comprometimento da dimensão da equidade.

Quanto à variável “desenvolvimento humano”, ela é expressa no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), também desenvolvido pelo Pnud. É interessante ressaltar que O IDH surgiu no Pnud e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) na década de 1990 com o objetivo explícito de alterar o foco do desenvolvimento pautado no crescimento das riquezas e da competitividade para as políticas centradas no bem-estar da sociedade, ou seja, na vertente equidade. Até 2009, o IDH usava os três índices seguintes como critério de avaliação: o Índice de educação: medido pela taxa de alfabetização de pessoas com quinze anos ou mais de idade e pela taxa de escolarização; a Longevidade: medida pela expectativa de vida ao nascer; e a Renda: calculada tendo

---

84 O Quadro 7.2 sintetiza as informações da dimensão “equidade” do Quadro Integrador 10.1 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.1.1 a 10.1.10 no Apêndice). Ele será apresentado ao final da descrição dos dados referentes a essa dimensão.

como base o PIB per capita. A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões: uma vida longa e saudável: medido pela Expectativa de vida ao nascer; o acesso ao conhecimento: medido pelos Anos Médios de Estudo e Anos Esperados de Escolaridade; e um padrão de vida decente: medido pelo PIB (PPC) per capita. No Brasil, em média, o IDHM variou de 0,52 em 2000, para 0,66 em 2010, apresentando crescimento de 25% entre 2000 e 2010 (PNUD, 2000 e 2010). Observa-se com os dados da pesquisa aplicada, que o IDHM, em média, evoluiu em nove das dez microrregiões analisadas entre os anos de 2000 e 2010. Para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento do IDHM no período são as seguintes:

- Feira de Santana cresceu 36%;
- Campina Grande, 35%;
- Mossoró, 28%;
- Vitória da Conquista, -4%;
- Vale do Ipojuca, 31%;
- Petrolina, 32%;
- Sobral, 40%;
- Paulo Afonso, 35%;
- Cariri, 33%; e,
- Arapiraca, 49%.

No conjunto das microrregiões, verifica-se que apenas em Vitória da Conquista houve decréscimo do índice, nas demais o crescimento foi superior ao verificado no Brasil, com destaque para Arapiraca e Sobral, com percentuais superiores a 150% da taxa de crescimento nacional, conforme Quadro 7.2.

Quanto à variável “desigualdade de renda”, tem-se a análise da evolução do Índice de Gini no conjunto das microrregiões. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Pnud (PNUD, 2000 e 2010), o Quadro 7.2 indica que a medida da desigualdade decresceu em sete das dez microrregiões entre 2000 e 2010. Porém, essa redução foi inferior à observada na escala nacional, considerada pequena no período, visto que o país permanece com alto nível de desigualdade. No Brasil, em média, o Índice de Gini variou de 0,55 em 2000, para 0,49 em 2010, apresentando decréscimo de -9,63%, entre 2000 e 2010. Para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento do Índice de Gini são as seguintes:

- Feira de Santana, -4%;
- Campina Grande, -10%;
- Mossoró, -4%;
- Vitória da Conquista, 4%;
- Vale do Ipojuca, -10%;
- Petrolina, -6%;
- Sobral, -7%;
- Paulo Afonso, -4%;
- Cariri, -12%; e,
- Arapiraca, -5%.

Em relação à “renda média *per capita*”, tem-se a análise das taxas de crescimento segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000a e 2010b). O Quadro 7.2 aponta que, entre os anos de 2000 e 2010, houve evolução da renda média *per capita* em todas as microrregiões analisadas, e em sete delas esse crescimento foi superior ao apresentado no país para o período. No Brasil, essa renda média saltou de R\$ 338,54 para R\$ 493,61, apresentando a taxa básica de crescimento de 45%. Para cada uma das microrregiões analisadas, as respectivas taxas de crescimento e os valores absolutos da renda média *per capita* em 2010 foram os seguintes:

- Feira de Santana, cresceu 66% com R\$ 293,67 em 2010;
- Campina Grande, 55% e R\$ 331,60;
- Mossoró, 65% e R\$ 400,80;
- Vitória da Conquista, 28% e R\$ 203,76;
- Vale do Ipojuca, 35% e R\$ 312,76;
- Petrolina, 40% e R\$ 302,71;
- Sobral, 64% e R\$ 256,95;
- Paulo Afonso, 50% e R\$ 298,57;
- Cariri, 50% e R\$ 313,80; e,
- Arapiraca, 70% e R\$ 233,67.

O Quadro 7.2, a seguir, apresenta uma síntese do Quadro Integrador das microrregiões dinâmicas analisadas, e aborda as variáveis referentes à dimensão da equidade no contexto do desenvolvimento. Nesse caso, o recorte microrregional foi confrontado com o recorte nacional. Dessa forma, o quadro relaciona a taxa de crescimento dos índices/indicadores de cada microrregião com a taxa do Brasil no período indicado. O resultado é apresentado em percentual, seguindo a fórmula “*taxa de crescimento da microrregião / taxa de crescimento do Brasil x 100*” e a legenda agregada.

**Quadro 7.2- Quadro-síntese da dimensão equidade no contexto do desenvolvimento das microrregiões dinâmicas**

DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES À LUZ DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL			FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Equidade	Setor terciário	2000 2011	↗ 142,90%	↗ 112,01%	↗ 140,42%	↗ 122,06%	↗ 144,66%	↗ 140,79%	↗ 113,94%	↗ 138,86%	↗ 145,03%	↗ 127,23%
	Renda per capita média	2000 2010	↗ 145,07%	↗ 121,68%	↔ 62,40%	↔ 77,95%	↗ 154,74%	↔ 88,74%	↗ 140,19%	↗ 110,63%	↗ 142,92%	↗ 110,72%
	Sustentabilidade rural	2002 2009	↘ 86,27%	↗ 521,92%	↘ -21,09%	↗ 215,02%	↗ 235,50%	↗ 117,37%	↗ 342,51%	↗ 627,54%	↘ -27,52%	↔ 74,02%
	Vulnerabilidade à pobreza	2000 2010	↘ -22,48%	↘ -25,35%	↗ 53,17%	↘ -19,80%	↘ -16,56%	↘ -16,15%	↘ -17,99%	↘ -19,86%	↘ -30,00%	↘ -16,26%
	Desenvolvimento humano	2000 2010	↗ 142,71%	↗ 135,43%	↘ -4,84%	↗ 119,94%	↗ 189,96%	↗ 123,87%	↗ 157,42%	↗ 129,73%	↗ 109,97%	↗ 136,80%
	Desigualdade de renda	2000 2010	↘ -4,91%	↘ -10,93%	↗ 4,11%	↘ -10,53%	↘ -5,34%	↘ -6,77%	↘ -7,89%	↘ -12,32%	↘ -4,52%	↘ -4,62%

NÃO CRESCEU OU DECRESCEU	↓ #####
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	↔ #####
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	↗ #####
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	↗ #####

Obs.: São considerados os valores absolutos da microrregião no caso de indicadores que tiveram taxas de crescimento negativas.

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

O Quadro 7.2 reflete que, enquanto no Brasil é consenso na literatura que houve a eliminação da pobreza extrema como um dos resultados diretos das políticas recentes da fase neodesenvolvimentista, pouco se discute sobre o decréscimo de 31% variável “vulnerabilidade à pobreza” nessa fase. Isso parece estar associado à migração das faixas de renda das populações consideradas “pobre” e “extremamente pobre” para outras superiores<sup>85</sup>. Entretanto, tanto no Semiárido como um todo, quanto no conjunto das microrregiões, a taxa de crescimento dessa variável foi negativa, no geral, ao passo que a população aumentou em todas elas. Isso significa uma mudança importante no perfil demográfico do Semiárido, analisando o conjunto de suas microrregiões dinâmicas, que contribui para diluir cada vez mais a imagem da pobreza associada à região. A única exceção se verifica em Vitória da Conquista, que ampliou em 53% a proporção de população vulnerável à pobreza entre os anos de 2000 e 2010,

85 De acordo com o até então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), até junho de 2014, a pobreza absoluta referia-se ao rendimento domiciliar *per capita* de até R\$ 154,00. A extrema pobreza referia-se ao rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 77,00. Com base no Cadastro Único, até essa data 36 milhões de brasileiros teriam saído da condição de extrema pobreza em função dos benefícios do Programa Bolsa Família e outras políticas sociais da fase neodesenvolvimentista.

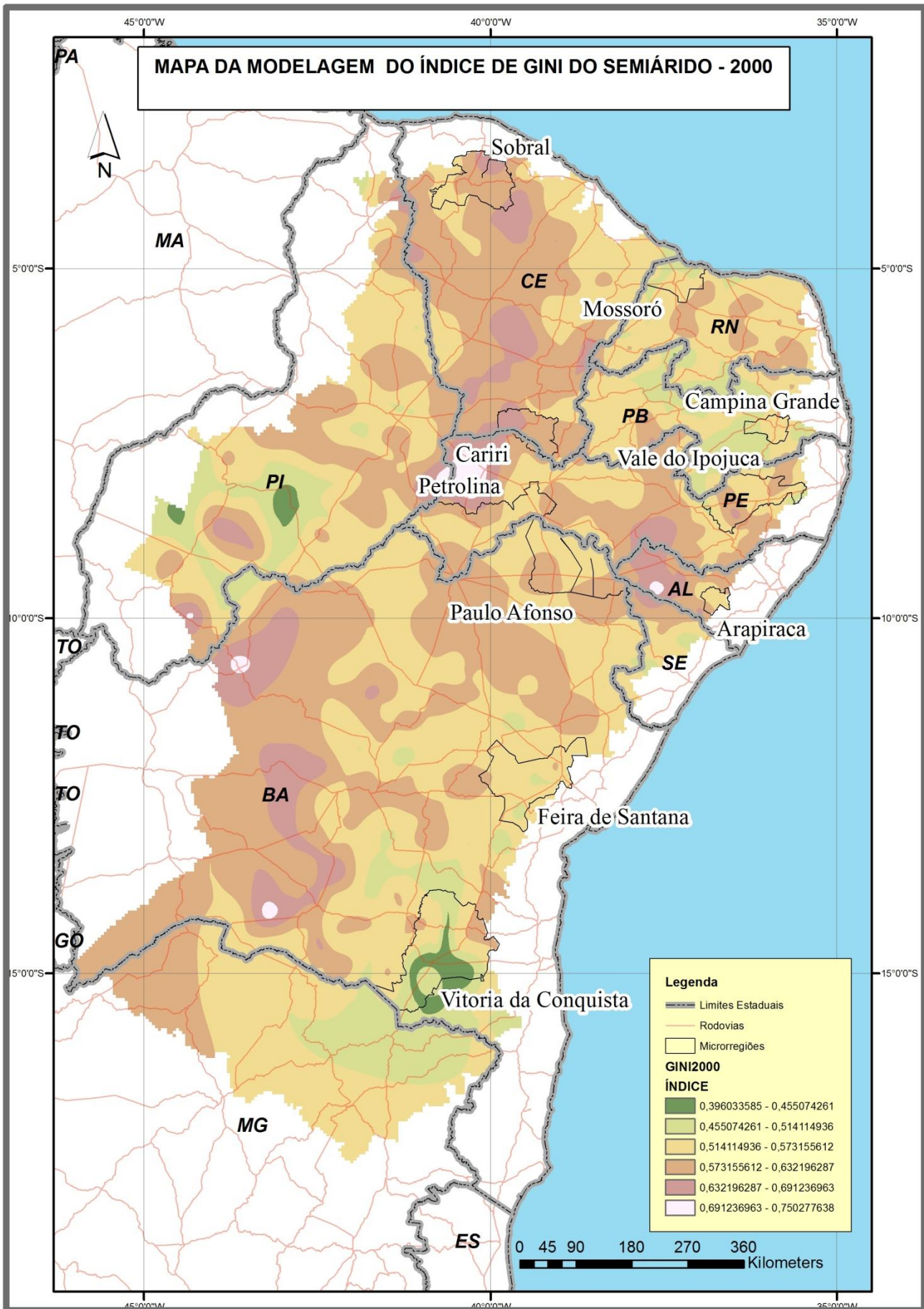


demonstrando um crescimento de 252% da taxa nacional (ou 22 pontos percentuais acima da taxa nacional), o que pode indicar a existência do subemprego, de processos migratórios ou ainda a dependência de grande contingente populacional das transferências governamentais, como o Programa Bolsa Família.

Observou-se no Quadro 7.2 que o conjunto das microrregiões, de modo geral, começou a superar gargalos estruturantes que impediam seu desenvolvimento, mas ainda de forma incipiente. Em relação à renda média *per capita*, observou-se essa evolução. O IDHM também evoluiu de forma significativa, apenas Vitória da Conquista apresentou um decréscimo na evolução do índice entre os anos de 2000 e 2010. As causas para isto não estão claras nesse estudo, mas podem estar associadas a uma excessiva drenagem de recursos da microrregião para a cidade-polo, como será visto nos próximos itens. No entanto, as demais microrregiões evoluíram em taxas superiores às nacionais.

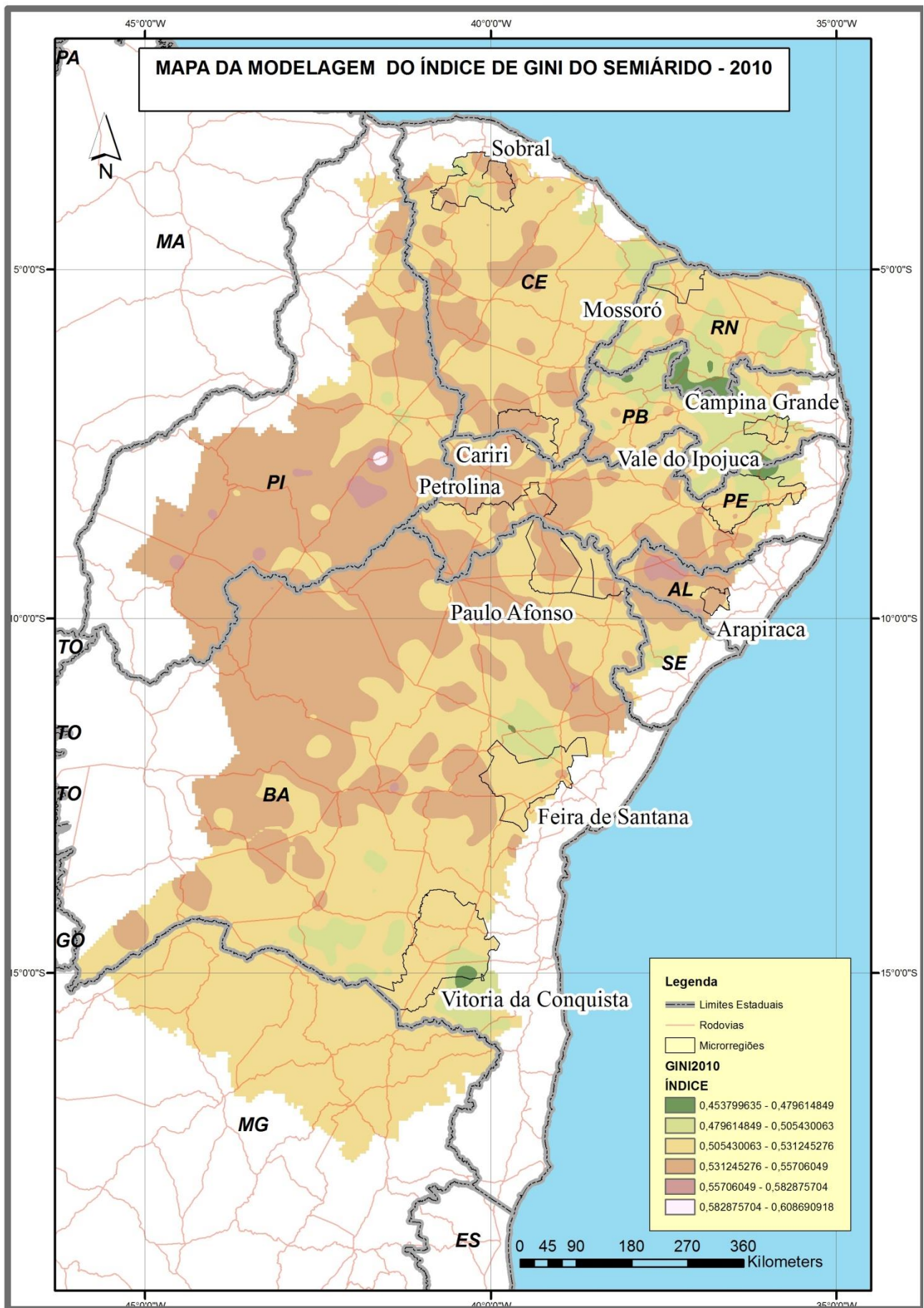
O Índice de Gini, entretanto, não apresentou o mesmo comportamento. O Quadro 7.2 revelou que apenas em Campina Grande, no Cariri e no Vale do Ipojuca, microrregiões caracterizadas pela predominância dos serviços especializados, essa redução se deu em valores equivalentes ou superiores aos nacionais. Em sete das dez microrregiões analisadas, a redução existiu, mas foi pouco expressiva, e em Vitória da Conquista, segundo os dados analisados, houve crescimento do Índice em 4%. É importante ressaltar que o Índice de Gini é um índice negativo, ou seja, quanto maior o índice, maior a desigualdade renda. É um índice para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Em termos numéricos, ele varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos teriam a mesma renda. O valor um estaria representando que uma só pessoa deteria toda a riqueza. Os Mapas 7.3 e 7.4, a seguir, evidenciam no Semiárido, o comportamento espacial do Índice de Gini nos anos 2000 e 2010.

Mapa 7.3



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).

Mapa 7.4



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).

Os Mapas 7.3 e 7.4 apresentam a modelagem do Índice de Gini em escala ampliada, envolvendo o território Semiárido, com destaque para as microrregiões em estudo. É preciso que a descrição e análise dos mapas se dêem de forma conjunta, em função das peculiaridades da evolução espacial do indicador na região. Partindo de dados municipais do Atlas de Desenvolvimento Humano do Pnud concernentes ao Índice de Gini nos anos de 2000 e 2010 (PNUD, 2000 e 2010), as modelagens mostram, a partir da análise espacial em “mapas de calor” (disponibilizada no sistema de geoprocessamento ArcGIS), a evolução do Índice no Semiárido nos respectivos anos. Para cada uma das modelagens, consideraram-se seis faixas de gradação dos valores numéricos do Índice de Gini. Essas faixas foram criadas a partir da divisão em *intervalos iguais* disponibilizada pelo próprio sistema. A essas faixas de valores numéricos foi associada a gradação das cores verificada nos mapas. Foram considerados os valores mínimos e máximos do Índice municipal em cada ano no agregado Semiárido.

De modo geral, observa-se uma melhoria geral do quadro regional relacionado a esse índice. De fato, as políticas homogeneizantes de desconcentração de renda da fase neodesenvolvimentista contribuíram para essa redução. Entretanto, uma nova feição de desigualdade de renda vem se moldando na porção oeste do Semiárido, caracterizada pelo crescimento do agronegócio. Por outro lado, na porção nordeste, observa-se uma redução sensível do Índice, especialmente na região caracterizada pelos serviços especializados, envolvendo Campina Grande e o Vale do Ipojuca. Na escala das microrregiões em estudo, observa-se um quadro diverso. Ao passo que houve uma discreta redução do Índice na maior parte delas, percebe-se a manutenção do padrão de desigualdade principalmente em Petrolina, Paulo Afonso, Arapiraca - microrregiões do agronegócio - e Vitória da Conquista, região comercial. Assim sendo, deve-se refletir que as políticas da fase neodesenvolvimentista são razoavelmente homogêneas nas regiões analisadas; também pelo fato de não terem tido tempo de amadurecer seus efeitos, não conseguiram romper, até o momento, com o padrão de reprodução das desigualdades regionais não apenas na escala nacional, mas também no interior das regiões.

*Um setor terciário pujante, mas com pouca agregação de valor*

A estrutura econômica de um país em desenvolvimento é bastante conhecida no meio acadêmico: a participação da agricultura no PIB total é geralmente predominante; a indústria, o comércio e os serviços participam em menor grau. Entretanto, à medida que as regiões se urbanizam e a renda *per capita* se amplia, a agricultura perde espaço na geração de riquezas, e, em sentido inverso, ocorre a expansão da atividade industrial, comercial e de serviços. Esse processo vem ocorrendo no Brasil, e, sobretudo, na região Semiárida. No Brasil, com nada menos que 71% do PIB total em 2011, ou R\$ 2,9 trilhões, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b), o setor de serviços (públicos e privados) é



atualmente o setor mais relevante em termos de geração de empregos. No caso brasileiro algumas correntes apostam não no crescimento do setor de serviços, mas no efeito provocado pelo arrefecimento da indústria: de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2014), no Brasil, o setor de serviços teria aumentado mais em razão do crescimento vegetativo do setor e da estagnação da indústria, que propriamente em razão de dinamismo econômico associado a fatores mais robustos, como avanço tecnológico e investimentos setoriais. Em que pese o argumento da CNI, verifica-se que, no Brasil, com um crescimento de 255% entre os anos de 2000 e 2011 e em meio ao paradigma da economia do conhecimento, o setor de serviços, especialmente os privados, surge como um forte componente tanto de competitividade quanto de equidade, pois pode incorporar atributos territoriais específicos, conferindo ao território diferenciais para sua inserção no mercado global mas, ao mesmo tempo, pode gerar possibilidades de inserção econômica de grandes contingentes populacionais. Por isso, houve na pesquisa aplicada a opção metodológica de inserir o setor de serviços na dimensão “equidade” no contexto do desenvolvimento, segundo o Quadro 7.2.

No Semiárido, o setor terciário contribuiu com 68% do PIB total em 2000 e com 72% em 2011, segundo o IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). Em valores absolutos, tem-se em 2000 o montante de R\$ 28 bilhões e em 2011, R\$ 163 bilhões. É um valor expressivo e seu crescimento se reproduz na escala microrregional. O conjunto das microrregiões dinâmicas do Semiárido também é, sobretudo, terciário. Para cada uma das microrregiões analisadas, a taxa de crescimento no período e os respectivos valores absolutos correspondentes ao PIB do setor terciário em 2011 foram os seguintes:

- Feira de Santana cresceu 364% e atingiu R\$ 8,3 bilhões em 2011;
- Campina Grande, 285% e R\$ 4,4 bilhões;
- Mossoró, 369% e R\$ 3 bilhões;
- Vitória da Conquista, 358% e R\$ 4,1 bilhões;
- Vale do Ipojuca, 311% e R\$ 5,5 bilhões;
- Petrolina, 359% e R\$ 3 bilhões;
- Sobral, 290% e R\$ 2,4 bilhões;
- Paulo Afonso, 324% e R\$ 860 milhões;
- Cariri, 354% e R\$ 3,4 bilhões; e,
- Arapiraca, 368% e R\$ 2,4 bilhões.

Ao se relacionar as taxas de crescimento do PIB do setor terciário das microrregiões com a do Brasil, tem-se que todas as microrregiões cresceram em níveis superiores ao do país verificado no período (em até 150% da taxa nacional), de acordo com o Quadro 7.2 apresentado.

Essa alta participação do setor terciário na composição das riquezas do conjunto das microrregiões também parece estar associada ao incremento de renda promovido na fase neodesenvolvimentista. A formação do mercado consumidor parece ter tido um impacto bem mais visível do que nas regiões mais desenvolvidas. Isso teria estimulado a criação de um setor terciário

pujante, visto que ele somente se estrutura onde há circulação de renda. É um setor estritamente ligado ao consumo, e sua participação no PIB regional sugere, dentre outros elementos, que há a formação de um mercado de consumo naquele território, assim como um processo de produção do capital, mas este processo não necessariamente ocorre no mesmo território.

Há que se discutir, dessa forma, o perfil dos serviços prestados no conjunto das microrregiões, para se avaliar até que ponto eles contribuem de fato para o seu desenvolvimento e, em última instância, para o desenvolvimento do Semiárido. Nesse sentido, cabe retomar o estudo da CNI (2014) e identificar que há perfis de serviços que agregam valor e estão diretamente associados à produção industrial e são intensivos em tecnologia e inovação, reafirmando o paradigma da economia do conhecimento. De acordo com o estudo, uma das características da nova dinâmica econômica global é a concentração dos serviços de agregação de valor nos países mais desenvolvidos, como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), projetos, *softwares*, serviços avançados de tecnologia da informação (TI), consultorias, serviços técnicos especializados, *marketing*. E é por isso que esses países comandam as cadeias globais de valor. Já atividades menos sofisticadas, como produção e montagem, vêm sendo terceirizadas para empresas localizadas em países em desenvolvimento, como o Brasil, e dentro dele, para as regiões que oferecem, de forma mais propícia, logística, capital humano e crédito, além de incentivos fiscais e subsídios, como é o caso do Semiárido hoje em dia. Nesse caso, a presença de empresas subsidiárias de matrizes estrangeiras, como as montadoras estrangeiras, por exemplo, é uma unanimidade nas cidades médias em estudo. Apenas em Petrolina (produção de vinho), Cariri (serviços médicos de alta complexidade) e Campina Grande (produção de *software*) verificam-se processos de inovação, ainda que incipientes.

De acordo com estudo do BNB (2014), um balanço da evolução, na última década, da base de CT&I no Nordeste, requer o reconhecimento de que, embora o sistema regional tenha avançado, persiste a distância entre os esforços na geração de conhecimento e a aplicação prática, em termos de setores produtivos. Com isso, o estudo aponta que, salvo exceções, manteve-se uma incipiente relação entre o sistema produtivo e o sistema de CT&I existente na macrorregião. Além disso, o sistema de CT&I ainda é voltado à pesquisa básica ou para setores tradicionais. Disso resulta um relativo afastamento das necessidades da base produtiva regional, especialmente no que se refere à capacidade de criar melhorias “tecnológicas” associadas a atividades econômicas desempenhadas por empreendedores de menor porte ou operando em condições de informalidade (BNB, 2014). Dessa forma, concorda-se com a CNI (2014) no sentido de que pouco se investiu em tecnologia no Semiárido até hoje, e isso traz rebatimentos ao setor terciário como um todo, como mostram os Mapas 7.5 e 7.6.

Mapa 7.5



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
 Fonte: Autora (2017).

Mapa 7.6



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).



Os Mapas 7.5 e 7.6 espacializam a evolução do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. É preciso que a descrição e análise dos mapas se deem de forma conjunta, em função das peculiaridades da evolução espacial do indicador na região. Partindo de dados municipais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre os anos de 2006 e 2010 (BRASIL, 2006b e 2010d), as modelagens mostram, a partir da análise espacial em “mapas de calor” (disponibilizada no sistema de geoprocessamento ArcGIS), a evolução do indicador no Semiárido nos respectivos anos. Para cada uma das modelagens, foram consideradas nove faixas de gradação dos valores numéricos do indicador. Essas faixas foram criadas a partir da divisão em *intervalos iguais* disponibilizada pelo próprio sistema. A essas faixas de valores numéricos foi associada a gradação das cores verificada nos mapas. Foram considerados os valores mínimos e máximos do indicador municipal em cada ano no agregado Semiárido.

Observa-se com a análise das modelagens a fraca inserção da componente tecnológica nos empregos industriais do Semiárido, com destaque apenas para alguns núcleos nas microrregiões analisadas e outros no estado do Ceará. Entre os anos de 2006 e 2010, a evolução do indicador foi ínfima. A vinculação entre o setor secundário e o setor terciário também evidencia, nos serviços, a baixa inserção da tecnologia e, com isso, baixa agregação de valor.

### **7.3 Cidades médias e integração produtiva à luz do desenvolvimento regional**

#### *Lógicas e agentes internacionais na força polarizadora das microrregiões patrocinada pelo Estado*

Observou-se no item anterior que o conjunto das microrregiões em estudo possui uma significativa força polarizadora e concentradora no Semiárido. Em grande medida, essa polarização é decorrente da atuação de agentes internacionais, que impõem lógicas específicas de inserção, circulação e reprodução do capital privado, numa escala de fluxos e relações que transcende a região e a nação.

No âmbito da pesquisa aplicada ao conjunto das microrregiões, evidencia-se a presença de agentes internacionais em diferentes modalidades de inserção do capital. Com relação a empresas multinacionais, verifica-se a presença em todas as microrregiões analisadas. De forma similar, o capital internacional também se faz presente no agronegócio, em três das dez microrregiões em estudo. Além disso, verificou-se a presença de *shopping centers* em nove delas, assim como hotéis internacionais em cinco microrregiões (na variável “redes e franquias”). O mesmo pôde-se observar em relação à

presença de bancos internacionais, que estão presentes em todo o conjunto das microrregiões, como mostra o Quadro 7.3<sup>86</sup>.

O Quadro 7.3, a seguir, apresenta uma síntese do Quadro Integrador das microrregiões dinâmicas analisadas, e aborda as variáveis referentes à dimensão da localização e polarização no contexto do desenvolvimento regional.

**Quadro 7.3- Quadro-síntese da dimensão localização e polarização no contexto do desenvolvimento regional das microrregiões dinâmicas**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DAS MICRORREGIÕES À LUZ DO SEMIÁRIDO		FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Localização e Polarização	Capital internacional: Multacionais Até 2016	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%
	Capital internacional: Agronegócio Até 2016	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%
	Capital internacional: Shopping Até 2016	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%
	Rede hoteleira Até 2016	↗ 162,50%	↗ 212,50%	↗ 117,65%	↗ 343,75%	↗ 110,00%	↗ 262,50%	↗ 108,33%	↗ 512,50%	↗ 266,67%	↗ 183,33%
	Bancos internacionais Até 2016	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%
	Serviços especializados Até 2016	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%
	<b>MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS</b>		↗ 100,00%	↘ 0,00%	↘ #####	↘ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####
<b>REDE HOTELEIRA</b>		↘ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####	↗ #####
				SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO					

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

Depreende-se da análise do Quadro 7.3 que nos setores primário e secundário da economia a inserção do capital internacional no Semiárido foi diretamente patrocinada pelo Estado, pois foram evidentes as alterações nas dinâmicas econômicas das microrregiões em estudo advindas de políticas de incentivos fiscais e subsídios, coordenadas pela Sudene no âmbito federal, com especial atuação nas fases desenvolvimentista e neodesenvolvimentista. Porém, há que se considerar o efeito das políticas de incentivos fiscais e subsídios no longo prazo.

<sup>86</sup> O Quadro 7.3 sintetiza as informações da dimensão “Localização e Polarização” do Quadro Integrador 10.2 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.2.1 a 10.2.10 no Apêndice).

Observou-se no decorrer deste estudo que, em avaliação sobre os impactos do FNE concedidos ao setor privado, Resende (2014) chegou à conclusão que, no Nordeste, eles são localizados e limitados, restritos à escala municipal. O acesso ao crédito favorecido pelo Pronaf pareceu impactar mais positivamente não apenas as comunidades rurais do Nordeste, mas contribuiu para o desenvolvimento regional segundo os parâmetros definidos pelo autor. Nesse sentido, a Cepal, por meio do estudo de Martinez Piva (2015), tem afirmado que as políticas de incentivos fiscais para atração de plantas industriais na América Latina e Caribe deveriam ser aprimoradas. Além de incorrer em desrespeito a muitas das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), essas políticas em geral tendem a gerar pouco impacto no desenvolvimento regional no médio e longo prazos. O motivo para isso parece estar claro no conjunto das microrregiões em estudo, visto que apesar de todas elas serem destino da implantação de plantas industriais multinacionais, como mostra o Quadro 7.3, na maior parte das atividades produtivas há a predominância de atividades operacionais, como montagem, distribuição, engarrafamento, empacotamento. Nesse sentido, as montadoras de veículos são o exemplo recorrente em todas as microrregiões em estudo. Relacionada com esse processo, está a governança industrial das multinacionais nas regiões periféricas. Ao centralizar lucros, esses agentes internacionais também centralizam as decisões estratégicas na matriz, o que, segundo Diniz, Crocco e Santos (2006, p. 108) faz o ambiente organizacional das subsidiárias ser meramente passivo e as relações intersetoriais da cadeia produtiva local ser regionalmente limitadas.

No tocante às grandes obras estatais, observou-se a presença delas no conjunto das microrregiões, como mostrou o Quadro 7.1. Se no contexto mais amplo do desenvolvimento nacional a implantação dessas obras refletiu a opção pela competitividade nas políticas federais principalmente da fase desenvolvimentista, priorizando frentes de modernidade em detrimento de outros espaços, à luz do desenvolvimento regional do Semiárido essas obras abriram espaço para a entrada das corporações internacionais, visto que as condições climáticas desfavoráveis, a escassez hídrica e a insuficiência de formação de capital regional seriam fatores não atrativos para implantação espontânea de plantas industriais e de unidades de produção primária oriundas desses agentes. Entretanto, em relação às grandes obras que continuaram na fase neodesenvolvimentista, Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017) já haviam chamado a atenção para o caráter pontual e fragmentário de sua implantação. A continuidade dos investimentos em perímetros de irrigação ou na Transnordestina (para Petrolina, por exemplo) trouxeram perspectivas interessantes para o desenvolvimento do agronegócio internacional, mas há que se considerar o quanto essa atividade promove um padrão de desenvolvimento polarizador. Em Petrolina e Mossoró, por exemplo, chamadas regiões do agronegócio, a modernização da agricultura ensejou grande seletividade territorial e funcional no processo de inserção do capital internacional, como mostrou o Quadro 7.3. Em Arapiraca esse processo não é tão visível em função da

atual crise do setor. Houve na escala microrregional a priorização de cidades com condições mais propícias para a sua reprodução, deixando outras à margem do processo. Esse é prenúncio da polarização e, na mesma medida, da desigualdade, de que trata Furtado (2013).

Na escala intraurbana, esse fenômeno também se processa. Em Petrolina, por exemplo, em que pesem todos os esforços nos anos recentes que culminaram numa melhoria geral da renda *per capita* do Semiárido, verifica-se a persistência da desigualdade intraurbana, com a favelização e periferias desprovidas de equipamentos e serviços, em contraposição à concentração de capital financeiro e ao fenômeno da verticalização da orla fluvial. Nos perímetros irrigados do município também se verifica feições de uma agricultura científica de médios e grandes produtores, convivendo em relações muitas vezes pouco pacíficas, com técnicas pouco eficientes e com pouca agregação tecnológica de pequenos produtores. Não é por acaso que a ocupação dos perímetros irrigados no Semiárido é quase sempre permeada por conflitos. Gomes (2003) também mencionou o processo da “integração incompleta”, em relação à inserção dos agricultores familiares aos processos produtivos nas áreas do agronegócio em Mossoró. Tal dilema é analisado por Elias e Pequeno (2007) como um dos efeitos perversos da inserção do capital internacional nas cidades dominadas pela dinâmica do agronegócio.

Ainda em relação às regiões do agronegócio no Semiárido, processos mais amplos, como a reestruturação produtiva e a globalização, têm ensejado novas relações entre o urbano e o rural, e que se manifestam nitidamente na escala intraurbana, como já tratado ao longo desse estudo. Da mesma forma que o desenvolvimento rural não pode estar restrito ao desenvolvimento da agropecuária, nos termos de Graziano de Silva (1997), pode-se afirmar que o mundo rural não está restrito ao mundo da produção primária, ele ganhou novas feições, que se manifestam num entrelaçamento cada vez maior com o mundo tipicamente urbano. São mudanças que ensejaram melhoria nas técnicas de produção e nos modos de consumo, manifestado nos termos de Elias (2003) pelo “consumo produtivo”, ou nos termos de Graziano e Silva (1997), no “consumo intermediário” da agropecuária, como o de equipamentos agrícolas, fertilizantes, serviços de podas, dentre outros.

Outro rol de políticas oriundas de estratégias federais e estaduais, que tiveram início na fase desenvolvimentista, mas que avançaram na fase neoliberal, perpassando inclusive a fase neodesenvolvimentista foi a de criação de distritos industriais. No Capítulo 6 pôde-se observar que há distritos industriais em todas as microrregiões em estudo, especialmente concentrados nas cidades médias. Entretanto, não se considera que os distritos industriais implantados derivam de uma lógica aglomerativa como a encontrada na literatura que trata dos distritos *marshallianos*. Segundo Santos et al.. (2015), esse modelo, ao ressaltar a relação entre esferas econômica, política e social, vem promover eficiência, mas, sobretudo, social e institucional, de fato não encontrada nas microrregiões em estudo.

No setor terciário verifica-se também expressiva inserção de agentes internacionais. O Quadro 7.3 evidenciou que, à exceção de Paulo Afonso, em todas as demais microrregiões há a presença de *shopping centers*, em geral concentrados nas cidades médias. De modo geral, a presença de *shopping centers* denota a expressão de centralidade e polarização que essas cidades detêm em relação à sua hinterlândia. Essas “centrais de consumo” são responsáveis pela atração de fluxos populacionais que partem da microrregião. Há que se considerar que os *shopping centers* são pontos nodais de articulação de diferentes escalas, desde a intraurbana até a internacional. Neles, o comércio e os serviços integrantes de redes corporativas locais, regionais, nacionais e internacionais se mesclam.

Além dos *shopping centers*, o capital internacional também se faz presente na implantação de bancos internacionais em todas as microrregiões, segundo o Quadro 7.3. Informações da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) permitiram identificar a presença dessas instituições nas cidades médias, como HSBC, que teve apenas em 2015 o seu capital adquirido pelo banco nacional Bradesco, o ABN AMRO REAL e o Santander. A presença de bancos internacionais nessas microrregiões traz à tona uma reflexão importante, no sentido de que, diferentemente da tradição do Semiárido de manter o capital acumulado “amarrado” à posse ou propriedade da terra, expressas nas fazendas e latifúndios, vê-se que já está instaurado um processo de acumulação e circulação de capital financeiro na região, que, embora concentrado majoritariamente nas cidades médias, existe em quantidade suficiente a ponto de atrair a implantação de bancos internacionais. E nesse sentido, essas instituições são seletivas e precisas. Os hotéis internacionais integrantes de redes franquias também são verificados nas microrregiões em estudo, como mostra o Quadro 7.3. A rede Accor investiu na implantação do hotel Ibis em cinco das dez cidades médias em análise: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Arapiraca, Petrolina e Mossoró. Isso é indicativo importante da atração de fluxos de pessoas que se dirigem a essas microrregiões, muito em função do turismo ou dos negócios.

#### *Uma frágil, mas existente, tendência à endogeneização*

A Cepal, por meio do estudo de Martinez Piva (2015), reconhece que as políticas de desenvolvimento regional nos países latino-americanos ainda são pouco efetivas. Para esta instituição, um dos caminhos a serem perseguidos pelo Estado desses países com vistas ao aprimoramento seria avançar no que chamou de “nova geração” de políticas de incentivos fiscais. Seriam incentivos e subsídios aplicados ao setor terciário, muito mais do que em plantas industriais, principalmente nos serviços os focados em novas tecnologias, em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I). Com isso, estímulos à endogeneização do desenvolvimento seriam fomentados, visto que a qualificação do capital humano seria a peça-chave para o desenvolvimento de atividades dessa natureza.

Em relação a esse tema, o caso do Semiárido é peculiar. Na pesquisa aplicada, no tocante à dimensão “Aglomeração e endogeneização” do Quadro 7.4<sup>87</sup>, observa-se até visualmente que existem perspectivas claras de qualificação do capital humano empregado nas microrregiões, quando relacionadas com a qualificação de capital humano existente no Semiárido como um todo. As taxas de crescimento dessas variáveis entre os anos de 2006 e 2011 são bastante superiores às do Semiárido. Entretanto, os números absolutos são, no geral, reduzidos tanto no conjunto das microrregiões, quanto no Semiárido. Eles também vão sofrendo uma redução gradativa, inversamente proporcional ao aumento do nível de qualificação profissional.

No tocante à variável “qualificação do emprego”, expressa no número de trabalhadores empregados com ensino médio completo, por exemplo, observa-se, no Semiárido, que esse número variou de 3,8 milhões de empregados em 2006, para 5,8 milhões em 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2006c e 2011b), apresentando crescimento de 54% no período. Para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento do número de trabalhadores empregados com ensino médio completo entre 2006 e 2011, assim como os respectivos valores absolutos em 2011 são:

- Feira de Santana, cresceu 89%, com 50.436 trabalhadores em 2011;
- Campina Grande, 75% e 68.293;
- Mossoró, 62% e 25.657;
- Vitória da Conquista, 79% e 8.435;
- Vale do Ipojuca, 78% e 29.780;
- Petrolina, 64% e 1.978;
- Sobral, 71% e 6.010;
- Paulo Afonso, 166% e 3.107;
- Cariri, 60% e 1.340; e,
- Arapiraca, 83% e 49.691.

Verifica-se que em todas as microrregiões a evolução do indicador se deu em níveis superiores aos encontrados no Semiárido, com destaque para Feira de Santana, com crescimento de 163% da taxa do Semiárido, Vale do Ipojuca, com crescimento de 144% da taxa do Semiárido, Arapiraca, com 152% da taxa do Semiárido, e Paulo Afonso, com 304% da taxa do Semiárido, como mostra o Quadro 7.4.

Em relação à variável “formação profissional superior”, expressa no número de trabalhadores empregados com ensino superior completo, observa-se que, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2006c e 2011b), entre os anos de 2006 e 2011, esse número variou no Semiárido, de 1,6 milhão de empregados em 2006, para 2,4 milhões em 2011, apresentando crescimento de 47% no período. Para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento do indicador entre 2006 e 2011, bem como os valores absolutos do indicador em 2011 são os seguintes:

---

<sup>87</sup> O Quadro 7.4 sintetiza as informações da dimensão “Aglomeração e endogeneização” do Quadro Integrador 10.2 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.2.1 a 10.2.10 no Apêndice).

- Feira de Santana apresentou crescimento de 99% e 9.991 empregados em 2011;
- Campina Grande, 37% e 23.197;
- Mossoró, 53% e 5.835;
- Vitória da Conquista, 135% e 2.034;
- Vale do Ipojuca, 60% e 8.521;
- Petrolina, 97% e 578;
- Sobral, 117% e 2.232;
- Paulo Afonso, 423% e 1.193;
- Cariri, 77% e 491; e,
- Arapiraca, 137% e 25.278.

Observa-se que o conjunto das microrregiões apresentou crescimento superior ao crescimento verificado do Semiárido, à exceção de Campina Grande, que não cresceu significativamente em relação ao Semiárido. Apresentou crescimento de 78% da taxa de crescimento do Semiárido, como mostra o Quadro 7.4.

O mesmo pode ser observado na variável “qualificação de capital humano – pós-graduação”, que é referente ao número de trabalhadores empregados com mestrado entre os anos de 2006 e 2011, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2006c e 2011b). No Semiárido, esse número variou de 28 mil empregados em 2006, para 47 mil em 2011, apresentando crescimento de 66%, no período. Para cada uma das microrregiões analisadas, as taxas de crescimento do indicador no período e o número de trabalhadores empregados com mestrado em 2011 são os seguintes:

- Feira de Santana apresentou crescimento de 132% e 128 empregados;
- Campina Grande, 32% e 774;
- Mossoró, -5% e 51;
- Vitória da Conquista, 133% e 7;
- Vale do Ipojuca, 128% e 317;
- Petrolina, 340% e 22;
- Sobral, 600% e 7;
- Paulo Afonso, 300% e 4;
- Cariri, 300% e 3; e,
- Arapiraca, 484% e 152.

Os valores absolutos desse indicador em 2011 são ínfimos nas microrregiões Vitória da Conquista, Sobral, Paulo Afonso e Cariri. Em Mossoró esse número decresceu em relação a 2006 e em Campina Grande cresceu abaixo do crescimento verificado no Semiárido, apresentando crescimento de 48% da taxa de crescimento do Semiárido, como mostra o Quadro 7.4.

A variável “P, D & I” é referente ao número de empregados em atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e correlatos. No Semiárido, esse número variou de 12 mil empregados em 2006, para 16 mil em 2010, apresentando crescimento de 27%, no período, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006b e 2010d). Para cada uma das microrregiões analisadas as taxas

de crescimento do indicador entre 2006 e 2010, assim como o número de trabalhadores empregados nestas atividades em 2010 foram os seguintes:

- Feira de Santana, apresentou crescimento de 42% e 697 trabalhadores em 2010;
- Campina Grande, 52% e 1149;
- Mossoró, 43% e 1287;
- Vitória da Conquista, 56% e 382;
- Vale do Ipojuca, -29% e 847;
- Petrolina, 89% e 1074;
- Sobral, -77% e 239;
- Paulo Afonso, -69% e 95;
- Cariri, -29% e 636; e,
- Arapiraca, 48% e 148.

Observa-se também, em relação aos trabalhadores em atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, um montante reduzido no conjunto das microrregiões entre os anos de 2006 e 2010, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006b e 2010d). Entretanto, esse número é superior ao de trabalhadores com mestrado. Quando se relaciona a taxa de crescimento das microrregiões com a do Semiárido, observa-se que Feira de Santana, Campina Grande, Vitória da Conquista, Arapiraca e Mossoró apresentaram crescimento superior a 150% da taxa de crescimento do Semiárido. Em Petrolina esse crescimento foi de 32% da taxa de crescimento do Semiárido. E houve crescimento negativo no Vale do Ipojuca, Sobral, Paulo Afonso e Cariri, como mostra o Quadro 7.4.

Quanto à presença de APLS/Clusters e de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) patrocinadas pelo governo federal até o ano de 2012, verifica-se a baixa participação do conjunto das microrregiões nas estratégias de desenvolvimento endógeno, como mostra o Quadro 7.4.



**Quadro 7.4- Quadro-síntese da dimensão aglomeração e endogeneização no contexto do desenvolvimento regional das microrregiões dinâmicas**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DAS MICRORREGIÕES À LUZ DO SEMIÁRIDO		FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO	
Aglomeração e Endogeneização	APLs e Clusters	Até 2012	↓ 0,25	↑ 0,88	↓ 0,12	↓ 0,25	↓ 0,70	↓ 0,25	↓ 0,00	↓ 0,25	↓ 0,67	↓ 0,33
	CVTs	Até 2012	↓ 0,00	↓ 0,00	↓ 0,00	↑ 0,06	↓ 0,00	↓ 0,00	↑ 0,17	↑ 0,13	↑ 0,17	↓ 0,00
	Qualificação do emprego	2006 2011	↑ 163,70%	↔ 138,44%	↔ 144,63%	↑ 144,02%	↑ 152,46%	↔ 118,39%	↔ 130,78%	↔ 109,74%	↔ 114,94%	↑ 304,40%
	Formação profissional superior	2006 2011	↑ 208,41%	↔ 78,30%	↑ 281,83%	↔ 126,99%	↑ 285,92%	↑ 204,25%	↑ 246,01%	↑ 161,11%	↔ 112,52%	↑ 882,63%
	Qualificação de capital humano - pós graduação	2006 2011	↑ 199,97%	↔ 48,67%	↑ 200,88%	↑ 192,93%	↑ 730,12%	↑ 512,24%	↑ 903,96%	↑ 451,98%	↓ -5,56	↑ 451,98%
	P,D & I	2006 2010	↑ 155,08%	↑ 192,47%	↑ 206,20%	↓ -29,36	↑ 175,00%	↔ 32,54%	↓ -77,13	↓ -29,33	↑ 160,27%	↓ -69,35

APLS E CLUSTERS/CVTS	↓ #####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO
	↑ #####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I	↓ #####	SE DECRESCEU
	↔ #####	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
	↔ #####	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
	↑ #####	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

Pode-se inferir do Quadro 7.4 que, muito embora haja o reconhecimento de que as ações de interiorização da educação da fase neodesenvolvimentista foram incisivas, e isso é verificado com a proliferação das universidades e institutos federais em todas as microrregiões em estudo, os números relativos à qualificação de pessoas empregadas ou da incorporação do P, D & I nos empregos das microrregiões ainda são demasiadamente pequenos. Exemplos podem ser verificados com a variável “P, D & I”, expressa no indicador “número de empregados em atividades de P, D & I e correlatos na microrregião”. Em 2010, apenas em Campina Grande – tecnopolo, Petrolina e Mossoró – regiões do agronegócio, esse número é superior a mil pessoas empregadas em cada uma delas. Nas demais microrregiões esse número é bastante reduzido. No Vale do Ipojuca, Sobral, Cariri e Paulo Afonso houve inclusive um decréscimo do número de pessoas empregadas em atividades de P, D & I em 2010 em relação ao ano de 2006.

Quanto aos centros vocacionais tecnológicos (CVTs) implantados nas microrregiões até o ano de 2012, segundo dados do MCTI (extraídos do ODR), vê-se que sua implantação, embora necessária no conjunto das microrregiões, não seguiu uma ordem de prioridade clara. Até 2012 foram

identificados CVTs apenas no Vale do Ipojuca, Cariri, Sobral e Paulo Afonso. Segundo o MCTI, os CVT são unidades de ensino e de profissionalização, eles estão voltados para a difusão do conhecimento técnico prático e considera a vocação da região onde se insere. Em que pese não ser ainda possível avaliar sua efetividade em função do pouco tempo decorrido desde sua implantação, recorre-se à avaliação geral realizada pelo CGEE sobre os CVT entre os anos de 2003 e 2008 (BRASIL, 2010a). A avaliação ressalta que, de modo geral, a escala de atendimento ao público é ainda bastante reduzida e, na Região Nordeste, esse quadro é ainda mais grave. Na avaliação ainda é citado que a distribuição geográfica dos CVT é bastante concentradora, com destaque para Pernambuco no âmbito da Região Nordeste. A causa para essa concentração, e também para a pouca utilização, está associada à forma de financiamento da ação pública, que se dá por meio de emendas parlamentares, não permitindo ao MCTI total governança sobre a decisão locacional dessas estruturas.

De modo geral, a endogeneização territorial dos processos de aprendizagem foi verificada apenas Campina Grande. Essa microrregião passou pelo processo de “destruição criadora” com a derrocada do setor produtivo ligado ao beneficiamento de algodão e avanço no que Sicsú e Bolaño (2006) chamam de parceria entre poder público e agentes privados, com envolvimento das universidades no desenvolvimento de serviços diferenciados ligados à produção de novas tecnologias. O estímulo estatal com a implantação da Universidade Federal de Campina Grande em 2002, no fim da fase neoliberal, foi devidamente aproveitado na microrregião, que desenvolveu a partir daí, em bases endógenas, produção tecnológica com o envolvimento do setor privado. Serviços especializados, diferenciados regionalmente, intensivos em conhecimento, definem a economia microrregional na atualidade. Os *softwares* lá produzidos têm atraído grandes empresas globais, como a Nokia, para o desenvolvimento de parcerias. Muito embora haja o incipiente processo de “fuga de cérebros” para outros países, vê-se que em Campina Grande há a “inserção competitiva regional na sociedade da informação que se constrói em nível mundial”, segundo os autores, mas de uma forma mais equânime, formando na juventude da região processos de aprendizagem com atributos territoriais.

Mas chamam a atenção também os serviços diferenciados evidenciados no Vale do Ipojuca, em Petrolina, no Cariri e em Paulo Afonso, como informado no Quadro 7.3. Pode-se atribuir essa “especialização terciária” nessas microrregiões à alternativa endógena de dinamização econômica, pois se considera que esses serviços possuem um atributo territorial intransferível, como a Feira de Caruaru, no Vale do Ipojuca, o enoturismo em Petrolina, as romarias do Padre Cícero e os serviços de saúde, em Juazeiro do Norte e o turismo de aventura no Raso da Catarina, em Paulo Afonso, ou ainda as festas de São João de Campina Grande e Caruaru. Essas atividades configuram uma clara tendência à endogeneização do desenvolvimento no Semiárido, embora incipiente.

É importante ressaltar que, de acordo com Araújo Sobrinho e Soares (2012), a dependência de uma única atividade econômica é extremamente perigosa nesse momento da globalização e do uso intenso e competitivo dos territórios, visto que essa competição se dá sob a égide da atuação de grandes corporações que, apesar de usar o território, tem pouca solidariedade com ele, e com seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, parece seguro afirmar que a diversificação produtiva no Semiárido é antídoto inclusive para a influência oscilante que o ambiente econômico e institucional do país exerce sobre essa região, como mostra a sua história econômica. Segundo Diniz, Crocco e Santos (2006) em regiões economicamente frágeis, ou periféricas, a instabilidade macroeconômica gera constantes ciclos de “mudanças de regras” ditadas pelas instituições, o que acarreta a perda de confiança nos relacionamentos entre empresas e entre estas e o setor público, destruindo qualquer possibilidade de uma relação baseada na cooperação. E em um ambiente produtivo pouco cooperativo as relações hierárquicas, verticais se sobrepõem às relações horizontais e integradoras.

#### **7.4 Cidades médias e integração produtiva à luz da rede de cidades microrregional**

##### *As redes de cidades microrregionais: a persistência da morfologia colonial*

Corrêa (1994) definiu muito bem a associação entre a morfologia de uma rede de cidades e o que isso significa em termos de divisão territorial do trabalho. O tipo dendrítico é considerado pelo autor como a forma mais simples e antiga da rede de cidades, onde pouca divisão de trabalho se processa. Esse tipo de rede é uma remissão ao período colonial no Brasil e está associado à lógica de exploração do colonizador, ou de uma drenagem de recursos de uma região para um nó central escolhido e valorizado, em geral localizado no litoral ou à margem de cursos d'água. Segundo Correa, esse nó central passa a concentrar funções políticas, econômicas e sociais, servindo como uma “frente estruturada de exploração”, a partir da qual se poderia avançar rumo ao interior.

No tocante às redes de cidades em escala microrregional, observa-se que, com as informações geradas pela pesquisa aplicada, a morfologia dendrítica de padrão monocêntrico é presente no conjunto das microrregiões analisadas. Observa-se também a preponderância de um alto nível da hierarquia urbana regional nas suas respectivas cidades médias, à exceção de Paulo Afonso. Além disso, com base em dados da Regic de 2007 produzida pelo IBGE (BRASIL, 2008 a), verifica-se a preponderância de fluxos inter-regionais sobre os fluxos intrarregionais na maior parte das microrregiões, ainda que existam estruturas de suporte a essa integração intrarregional, como estruturas de ensino, expressa na presença de universidades públicas federais, e infraestrutura logística de conexão interna, expressa na

presença de rodovias, ferrovias ou aeroportos na microrregião, como pode ser observado no Quadro 7.5<sup>88</sup>, a seguir.

**Quadro 7.5- Quadro-síntese da rede de cidades das microrregiões dinâmicas**

REDE DE CIDADES MICRORREGIONAL		FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia dendrítica	1993 2007	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	
	Alto nível na hierarquia urbana	1993 2007	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↓ 0,00%	
	Fluxos inter-regionais	1993 2007	↔ 6,00	↔ 4,00	↔ 8,00	↔ 1,00	↔ 1,00	↔ 2,00	↓ 0,00	↔ 1,00	↔ 1,00	↔ 3,00
	Vãos operados	2003 2015	↑ 206,00	↑ 669,00	↑ 2919,00	↓ 0,00	↓ 0,00	↑ 1830,00	↓ 0,00	↑ 2457,00	↓ 0,00	↑ 213,00
	Fluxos supranacionais	2006 2016	↔ 45,61	↔ 20,76	↔ 34,60	↑ 61,68	↑ 385,80	↑ 50,43	↑ 97,65	↓ -91,64	↔ 16,72	↑ 1231356,00
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia complexa	1993 2007	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	
	Padrão policêntrico	1993 2007	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%	
	Fluxos intrarregionais	1993 2007	↔ 4,00	↔ 3,00	↔ 1,00	↔ 1,00	↓ 0,00	↔ 3,00	↓ 0,00	↔ 2,00	↔ 1,00	↔ 1,00
	Estruturas de ensino	Até 2016	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Até 2016	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	

MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	↔ 100,00%	CARACTERIZADO
	↓ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO
HIERARQUIA	↔ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR
	↓ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR
FLUXOS INTER-REGIONAIS	↓ #####	SE 0
	↔ #####	SE ENTRE 1 E 5
	↔ #####	SE ENTRE 6 E 9
	↑ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS
VÔOS OPERADOS	↓ #####	SE 0 OU DECRESCENTE
	↔ #####	SE ENTRE 1 E 100
	↑ #####	SE 101 OU MAIS
FLUXOS INTRARREGIONAIS	↓ #####	SE 0 OU DECRESCENTE
	↔ #####	SE ENTRE 1 E 4
	↔ #####	SE ENTRE 5 E 9
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	↓ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA
	↔ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%
	↑ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

Com base na análise do Quadro 7.5, pode-se refletir que a morfologia dendrítica de todas as microrregiões analisadas sugere que área de influência das cidades médias é majoritariamente constituída por pequenos núcleos, vinculados à cidade-polo por relações de dependência, em geral associadas à produção, circulação ou consumo de mercadorias. Esses pequenos núcleos também apresentam o comércio ou serviço como a atividade econômica predominante, mas com baixíssima

<sup>88</sup> O Quadro 7.5 sintetiza as informações do Quadro Integrador 10.3 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.3.1 a 10.3.10 no Apêndice).

agregação de valor. Em que pese já existir uma presença maior de cidades com funções intermediárias entre as respectivas cidades-polo e os núcleos menores das suas áreas de influência, como nas microrregiões Vitória da Conquista, Cariri e Campina Grande, a complexidade da rede ainda não é visível. No caso de Vitória da Conquista, essas cidades são Guanambi (BA) e Brumado (BA). No caso do Cariri, essa cidade é Iguatu (CE). No caso de Campina Grande, essas cidades são Patos (PB), Sousa (PB) e Cajazeiras (PB). Apesar de não pertencer à microrregião de Petrolina, Juazeiro (Bahia) apresenta-se a ela conurbada, também dotando à rede de uma morfologia diferenciada.

Isso revela que o padrão de distribuição das centralidades nas microrregiões monocêntrico e, em sua maioria, centro-radial, evidencia o padrão de desenvolvimento pautado na fragmentação produtiva, mais do que na coesão e integração regional. Um padrão policêntrico, ao contrário, ensejaria um mínimo de relações horizontais entre cidades de mesma hierarquia. Ele tenderia a reduzir desigualdades intrarregionais. Entretanto, não é isso que acontece nas microrregiões, conforme o Quadro 7.5, e talvez seja muito raro encontrar esse padrão até mesmo em outras regiões do Brasil. Por enquanto, o policentrismo está mais associado a um objetivo que se pretende atingir por meio de políticas públicas amplas do que uma realidade empírica. No caso das microrregiões, as relações intrarregionais entre os núcleos urbanos são verticais, dispostas em uma hierarquia onde o núcleo de maior nível hierárquico é, por um lado, polarizado pela capital do estado e, por outro, polarizador de uma ampla área de influência, a exemplo do que ocorre em Vitória da Conquista e em Campina Grande.

Sob esse aspecto, o nível da hierarquia urbana mostra-se elevado em quase todas as cidades-polo estudadas, à exceção de Paulo Afonso, conforme Quadro 7.5, que se utilizou do estudo da Regic de 2007 (BRASIL, 2008a). Elas são consideradas, segundo esse estudo, capitais regionais. Isso denota que, além de concentrar riquezas, essas cidades concentram também poder decisório, influências de toda ordem, capital produtivo, financeiro e humano. O alto nível na hierarquia urbana e a alta capacidade de polarização fazem com que essas cidades desempenhem importante papel no desenvolvimento do Semiárido. Esse papel não pode ser negligenciado nas políticas públicas visto que, sem cidades como essas, o Semiárido perderia parte importante de suas forças transformadoras. Esse papel seria o de acumular e endogeneizar não apenas riquezas, influências e capitais, mais, sobretudo, manter fluxos internos e fixar e disseminar na sociedade processos de aprendizagem em bases territoriais. Entretanto, os fluxos supranacionais têm comandado as relações regionais nessas redes.

Retomando as ideias de Furtado (2013) e associando-as às morfologias das redes, vê-se que uma “divisão intrarregional de trabalho capaz de romper o caráter unidirecional dos fluxos vinculados à produção regional” é condição necessária para o desenvolvimento. Observa-se no Quadro 7.5, que se utilizou do estudo da Regic de 2007 (BRASIL, 2008a), que apesar de incompleto no tocante ao mapeamento apurado da origem e destino desses fluxos, dá mostras da incompatibilidade existente entre o dinamismo verificado nas microrregiões e a escassez dos intercâmbios nacionais do capital. No Semiárido, inclusive, as interações espaciais inter-regionais mostram-se mais expressivas que as intrarregionais. Nesse sentido, a análise da evolução das exportações nas microrregiões, entre os anos de 2006 e 2016, expressa na variável “fluxos supranacionais” do Quadro 7.5, pareceu ser reveladora de novos fluxos não lidos pela Regic de 1993 e de 2007 (BRASIL, 2008 a), mas que são advindos de novas dinâmicas do capital e indicam, de partida, que essas microrregiões estão inseridas no mercado global.

Observa-se que nas microrregiões em estudo, à exceção do Cariri, houve uma evolução significativa das exportações, segundo dados do MDIC (BRASIL, 2006a e 2016a). Para cada uma das microrregiões, as taxas de crescimento das exportações entre os anos de 2006 e 2016, assim como os valores absolutos no ano de 2016 foram os seguintes:

- Feira de Santana apresentou crescimento de 45% e R\$ 110 milhões exportados em 2016;
- Campina Grande, 69% e R\$ 69 milhões;
- Mossoró, 16% e R\$ 123 milhões;
- Vitória da Conquista, 34% e R\$ 39 milhões;
- Vale do Ipojuca, 61% e R\$ 42 milhões;
- Petrolina, 50% e R\$ 152 milhões;
- Sobral, 97% e R\$ 152 milhões;
- Paulo Afonso, 1231356% e R\$ 1,2 milhão;
- Cariri, -91% e R\$ 2 milhões; e,
- Arapiraca, 385% e R\$ 4 milhões.

Em Paulo Afonso, essa taxa foi bastante alta, em função de que, no ano de 2006, a microrregião não exportava sua produção. Inclusive no Vale do Ipojuca, Arapiraca, Petrolina e Sobral, a taxa de crescimento das exportações foi superior a 50% em dez anos. E a tendência é que esses fluxos permaneçam, muito embora demonstrem não comprometer parte significativa do PIB microrregional.

Nas microrregiões em estudo, as verticalidades impostas pela hierarquia dos fluxos inter-regionais são somadas às horizontalidades provenientes de fluxos heterárquicos com cidades de outros países. É importante ressaltar que a heterarquia, enquanto opção analítica do estudo de Catelan (2012), não despreza a hierarquia urbana enquanto opção metodológica para estudos sobre as relações funcionais entre cidades. Para o autor, a heterarquia propõe uma ampliação do escopo de análise dos

estudos sobre hierarquia urbana, revelando a ampliação e a complexificação das relações entre cidades sob a ótica do capital mundializado e sob o signo de corporações, cujas lógicas de aplicação, reprodução e distribuição do capital em regiões não seguem uma contiguidade territorial, nem respeitam os papéis, portes e funções de uma categorização hierárquica.

Sposito (2010), ao ressaltar que não se trata de substituir uma rede hierárquica por uma heterárquica, considera que fluxos hierárquicos e heterárquicos coexistem simultaneamente, produzindo nas cidades uma combinação de fluxos bastante complexa, por vezes até contraditória. No Semiárido, as forças transformadoras desses processos simultâneos encontram nas cidades médias permanências estruturais. As permanências induzem à manutenção da morfologia dendrítica nas microrregiões, ao passo que as dinâmicas emergentes do capital revelam os fluxos heterárquicos supranacionais. Os papéis das cidades médias em estudo redefinem-se, então, a partir da interação entre lógicas e agentes de escalas diferentes e atualmente não seguem exclusivamente o delineamento hierárquico.

*As estruturas de suporte à integração produtiva: os “fixos” regionais existem*

Não se pode atribuir o baixo patamar de desenvolvimento do Semiárido à inexistência ou escassez de infraestrutura de suporte à integração produtiva regional. Décadas de implantação de políticas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas proveram esta região de importantes ramais rodoviários que não só a conectaram com os portos de escoamento dispostos no litoral e com as demais regiões do país, mas também, e principalmente, permitem sua conexão interna. Feira de Santana, Vitória da Conquista, Campina Grande e Petrolina, inclusive, são pontos de entroncamento de importantes rodovias federais e estaduais. A integração logística também é favorecida pela participação da região em projetos ferroviários, como o da ferrovia Nova Transnordestina, cujas obras estão em curso. Além disso, situados no entorno das principais capitais regionais (Salvador, Fortaleza e Recife), os complexos portuários e industriais de Aratu (Bahia), Pecém (Ceará) e Suape (Pernambuco) têm apresentado uma boa dinâmica, relacionada especialmente com a implantação de novos empreendimentos, segundo estudo do BNB (2014). O Semiárido é ainda favorecido pela existência de aeroportos com voos regulares em seis das dez microrregiões em estudo, conforme Quadro 7.5. Há que se considerar que a proximidade com as capitais estaduais vem suprir parte da demanda regional por conexões aéreas, como em Feira de Santana ou no Vale do Ipojuca. De modo geral, esses aeroportos operam voos nacionais e o de Petrolina opera, inclusive, voos internacionais de carga.

Mas não somente em relação à infraestrutura logística esse suporte à integração produtiva regional é verificado. No tocante às estruturas de promoção do conhecimento no território, o Semiárido

também foi significativamente contemplado por políticas públicas. Em todas as microrregiões há a presença de universidades públicas federais, que, de fato, atendem ao propósito de interiorização da educação de nível superior no Brasil, enquanto estratégia da política educacional na fase neodesenvolvimentista, como mostra o Quadro 7.5. Segundo estudo do BNB (2014), a partir dos anos 2000, a oferta de ensino superior representada pela presença de universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais teve uma importante evolução no Nordeste, especialmente no interior. O estudo aponta que, em 2000, o número total de universidades no Brasil era de apenas 156, sendo 28 instaladas no Nordeste; em 2011, o Nordeste passou a contar com 432 instituições de ensino superior, sendo 35 universidades. Há ainda a presença de institutos federais em todas as microrregiões analisadas, com programação curricular contextualizada aos aspectos físico-geográficos, culturais e econômicos do Semiárido e, especificamente, da microrregião onde estão inseridas. Em que pese o desafio da qualidade do ensino, que ainda se mostra inferior àquele ofertado nas regiões mais desenvolvidas, vê-se que estruturas ou “fixos” relevantes para a integração produtiva em rede tão almejada para o Semiárido já estão, de modo geral, postos.

Entretanto, há que se considerar que, ao longo do tempo, as demandas da sociedade é que deram sustentação à melhoria da qualidade dos serviços prestados, sejam públicos ou privados. Entre aeroportos do Semiárido o número de ligações aéreas inter-regionais é bastante superior ao das ligações internas. Isso evidencia que os vínculos estabelecidos pela população que utiliza este modal são majoritariamente externos ao Semiárido e, ainda que haja um processo demográfico em curso associado à migração de retorno, este não se mostrou suficiente para reverter vínculos inter-regionais definidos historicamente. Essa assertiva é corroborada pela predominância dos fluxos rodoviários que, ao partirem de suas principais cidades, revelam-se também centrífugos em maioria. O estudo recente do IBGE sobre fluxos rodoviários no Brasil (BRASIL, 2017) demonstra que as ligações rodoviárias por meio de transportes de passageiros apresentam conexões internas mais expressivas apenas na porção setentrional do Semiárido, ao norte da calha do rio São Francisco. Isso parece estar associado a uma relativa proximidade entre duas importantes microrregiões dinâmicas e polarizadoras de grande área de influência: Petrolina e Cariri. A localização estratégica de ambas, na porção central do Semiárido, faz dessas regiões pontos físicos de intermediação e adensamento dos fluxos populacionais internos. Entretanto, em Vitória da Conquista, por exemplo, as conexões com o Centro-Sul do país indicam que essa cidade média, apesar de ser polarizadora de boa parte da porção sudoeste da Bahia apresenta-se produtivamente pouco vinculada ao Semiárido. Situação similar é observada nas microrregiões Sobral e Mossoró, que, à exceção das conexões com suas respectivas capitais e áreas de influência direta, mantêm um relativo isolamento em relação a outras microrregiões ou cidades médias do Semiárido.



Observa-se que, mesmo com a existência de estruturas de suporte, a integração produtiva intrarregional ainda não existe em essência. A rede de cidades evidencia essa fragmentação produtiva e regional. Apesar de em grande medida essa rede ser resposta de políticas públicas que tiveram foco na competitividade e polarização, como observado nos itens anteriores, existe uma vocação histórica de “êxodo” populacional no Semiárido que não pode ser negligenciada, e que pode manter nas populações a percepção de que as alternativas de desenvolvimento pessoal e econômico ainda serão encontradas “fora” do Semiárido. Por isso não se pode negar a importância de políticas “*bottom-up*”, que estão pautadas no paradigma da convivência com a semiaridez. Em que pese as limitações deste paradigma de associar essa convivência ao meio rural de subsistência e não vislumbrar meios eficazes de se promover um processo de acumulação de capital suficiente a ponto de instaurar a divisão territorial do trabalho, elas trazem em seu bojo uma perspectiva diferente de se pensar o Semiárido voltado “para dentro”. Nesse sentido, em regiões periféricas, não se pode deixar de pensar o desenvolvimento sob a ótica das relações entre cidade e região, de suas conexões com o meio rural e de suas relações em rede.

### **7.5 Cidades médias e integração produtiva à luz das relações entre cidade e região**

#### *Cidades médias e concentradoras de ativos regionais*

Em média, as cidades-polo desse estudo ainda concentram 52,7% da população das respectivas microrregiões a que pertencem e 85,7% da população urbana, segundo dados do IBGE para o ano de 2010 (BRASIL, 2010c). Também concentram 72,8% das riquezas, expressas no valor do PIB total (no ano de 2011) e 84,3% do capital financeiro, expresso nos depósitos bancários à vista do setor privado (no ano de 2016), segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011b) e do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2016b), respectivamente. Além disso, em relação à evolução populacional das cidades médias entre os anos de 2000 e 2010, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2000b e 2010a), observa-se que ela vem crescendo a taxas superiores às das microrregiões de influência em nove das dez microrregiões em estudo. Essa evolução populacional das cidades médias no conjunto das microrregiões é evidenciada pela verticalização, que se manifesta de forma clara em sete das dez microrregiões. Em Arapiraca, Sobral e Paulo Afonso, evidencia-se também um processo de verticalização, embora bastante inicial, por isso não considerado, como mostra o Quadro 7.6<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> O Quadro 7.6 sintetiza as informações da dimensão “Drenagem de recursos” do Quadro Integrador 10.4 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.4.1 a 10.4.10 no Apêndice). Ele será apresentado ao final da descrição dos dados referentes a essa dimensão.

Em relação à variável “grau de urbanização”, expressa no percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo, observa-se no Quadro 7.6 que, entre os anos de 2000 e 2010, segundo o IBGE (BRASIL, 2000b e 2010c), a taxa de crescimento das populações residentes em áreas urbanas das cidades-polo mostrou-se inferior à das microrregiões. Inclusive em Petrolina e Mossoró, cidades do agronegócio, houve um decréscimo desse perfil populacional, o que reforça o argumento da, cada vez mais incidente, mescla entre funções urbanas e rurais que se estendem inclusive para o setor habitacional onde há a atividade do agronegócio. Isso indica que as microrregiões estão se urbanizando cada vez mais e essa urbanização extrapola as fronteiras das cidades médias.

No tocante à variável “concentração de serviços urbanos – água”, expressa no percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade-polo, observa-se a mesma tendência, com a taxa de crescimento de domicílios com acesso a banheiro e água encanada em todas as microrregiões sendo superior à das cidades-polo entre os anos 2000 e 2010, segundo dados do IBGE, Fundação João Pinheiro e Pnud (PNUD, 2000 e 2010). Tendo como pano de fundo a temática da urbanização, o que num primeiro momento poderia indicar uma clara tendência de transbordamento do dinamismo das cidades-polo para as microrregiões de influência, uma análise mais apurada indica que há um processo em curso que parece estar mais associado à expansão da área polarizadora das cidades médias, do que propriamente a desconcentração de ativos.

A tendência à concentração de ativos microrregionais também é evidenciada na variável “depósitos bancários”. Em sete das 10 microrregiões em estudo houve uma evolução significativa da taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados da cidade-polo em relação às taxas da microrregião entre os anos de 2006 e 2016, segundo dados do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2006b e 2016b). Isso indica que as cidades-polo continuam atraindo capital financeiro, principalmente nas microrregiões Vale do Ipojuca, Sobral, Mossoró e Paulo Afonso.

Além disso, a tendência à concentração de riquezas nas cidades-polo, expressa na participação no PIB total da microrregião entre os anos de 2000 e 2011, manifesta-se em sete das dez microrregiões, segundo o IBGE (BRASIL, 2000a e 2011b). Apenas em Feira de Santana, Sobral e Paulo Afonso observa-se que, excetuando as cidades médias, as microrregiões cresceram sua participação no PIB em taxas superiores ao das cidades-polo. No tocante à variável “tecnologia”, expressa no número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia, entre os anos de 2006 e 2010, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006b e 2010d), também houve uma evolução do indicador mais visível nas cidades-polo do que nas microrregiões. Apenas Feira de Santana demonstrou a tendência inversa, como pode ser observado no Quadro 7.6, a seguir.

O Quadro 7.6, a seguir, apresenta uma síntese do Quadro Integrador das microrregiões dinâmicas analisadas, e aborda as variáveis referentes à dimensão da drenagem de recursos no contexto das relações entre cidade média e região. Nesse caso, o recorte da cidade-polo foi confrontado com o recorte da microrregião de influência. Dessa forma, o quadro relaciona a taxa de crescimento dos índices/indicadores de cada cidade-polo com a taxa das respectivas microrregiões de influência no período indicado. O resultado é apresentado em percentual, seguindo a fórmula “*taxa de crescimento da cidade-polo / taxa de crescimento da microrregião de influência x 100*” e a legenda agregada.

**Quadro 7.6- Quadro-síntese da dimensão drenagem de recursos no contexto das relações entre cidade e região**

RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO			FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Drenagem de recursos pela cidade-polo	Grau de urbanização	2000 2010	14,08%	2,16%	18,91%	27,21%	21,49%	- 39,86%	14,64%	5,49%	- 1,92%	3,69%
	Evolução populacional	2000 2010	333,49%	123,43%	1790,70%	256,89%	186,65%	232,56%	165,14%	157,19%	112,06%	96,47%
	Verticalização	Até 2016	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
	Concentração de serviços urbanos - água	2000 2010	23,93%	10,68%	29,59%	31,55%	25,78%	28,40%	19,44%	28,87%	31,54%	45,36%
	Depósitos bancários	2006 2016	71,19%	41,86%	77,03%	151,01%	109,58%	100,00%	701,37%	124,51%	162,25%	8282,04%
	Participação no PIB	2000 2011	95,65%	105,97%	136,64%	107,32%	207,55%	106,78%	70,97%	128,84%	166,30%	42,72%

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

Obs.: São considerados os valores absolutos da microrregião no caso de indicadores que tiveram taxas de crescimento negativas.

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

Uma assertiva que está por trás dessa evidência apresentada no Quadro 7.6 é que há ainda no Semiárido uma excessiva drenagem dos recursos microrregionais por suas cidades médias, e frisou-se ao longo deste capítulo a opção estatal de promover competitividade por intermédio das políticas “*top down*”, muito embora o problema não se restrinja a essa opção política. Observa-se que ele tem raízes mais profundas, visto que em microrregiões que tiveram seu processo de desenvolvimento ancorado em bases de maior endogeneização, como Campina Grande, ainda há excessiva concentração de

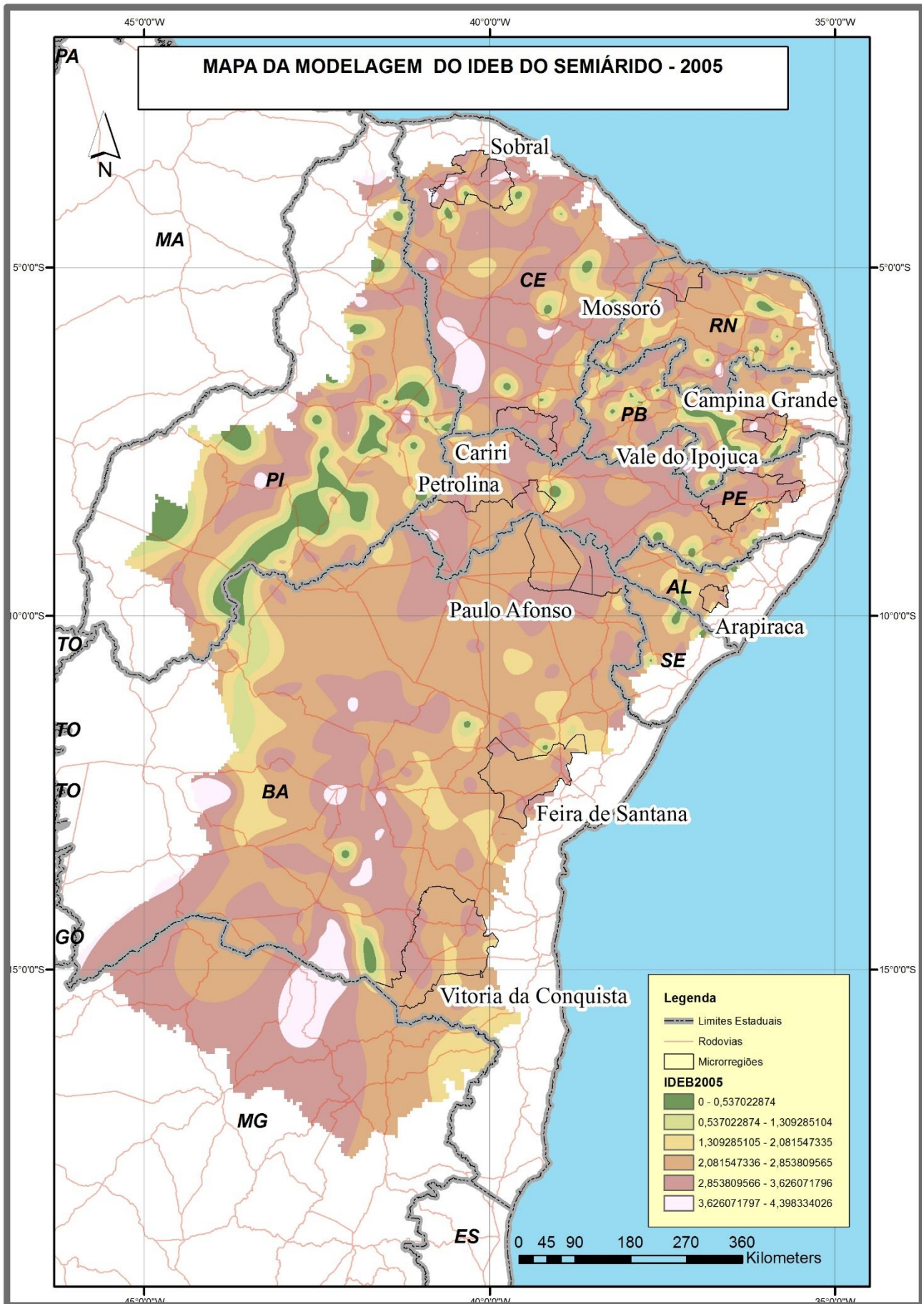
riquezas, com a cidade média concentrando 90,12% do PIB total da microrregião em 2011 e 96,75% dos depósitos à vista do setor privado em 2016. Apenas em Paulo Afonso observa-se que o crescimento populacional da microrregião foi superior ao da cidade-polo, em função de sua estruturação produtiva se estender para além da cidade de Paulo Afonso. O município de Glória (BA) também participa desse *cluster* da aquicultura e piscicultura, voltado para exportação, como analisado no Capítulo 6.

A análise do Quadro 7.6 também sugere que há um alto grau de concentração dos ativos microrregionais nas cidades-polo. Essa concentração não é um processo recente, mas se mostra persistente ainda na fase neodesenvolvimentista. Entretanto, cabe refletir se o fraco transbordamento não estaria associado à incapacidade de os pequenos núcleos da hinterlândia em absorver atividades complementares às existentes nas cidades médias. Entretanto, há um incipiente processo educacional que foi captado nesse estudo e que tende, no longo prazo, a promover alterações na excessiva drenagem de recursos das microrregiões para as cidades médias. A taxa de crescimento da variável “Educação básica”, por exemplo, expressa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por rede pública de ensino de 1ª a 4ª séries, revela que, entre os anos de 2005 e 2009, segundo dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2005 e 2009), oito das dez microrregiões de influência apresentaram uma evolução no índice bastante superior ao das respectivas cidades-polo. Isso ficou mais evidente em Feira de Santana, Arapiraca e Paulo Afonso, conforme Quadro 7.7<sup>90</sup>. Considerando o Semiárido como um todo, essa evolução do Ideb, porém, não foi atributo exclusivo das microrregiões dinâmicas, ela se deu de modo mais homogeneizante no conjunto da região, como mostram os Mapas 7.7 e 7.8, a seguir.

---

<sup>90</sup> O Quadro 7.7 sintetiza as informações da dimensão “Transbordamento do dinamismo” do Quadro Integrador 10.4 (constante do Apêndice), construído com base nos Quadros individualizados por microrregião (ver Quadros 10.4.1 a 10.4.10 no Apêndice).

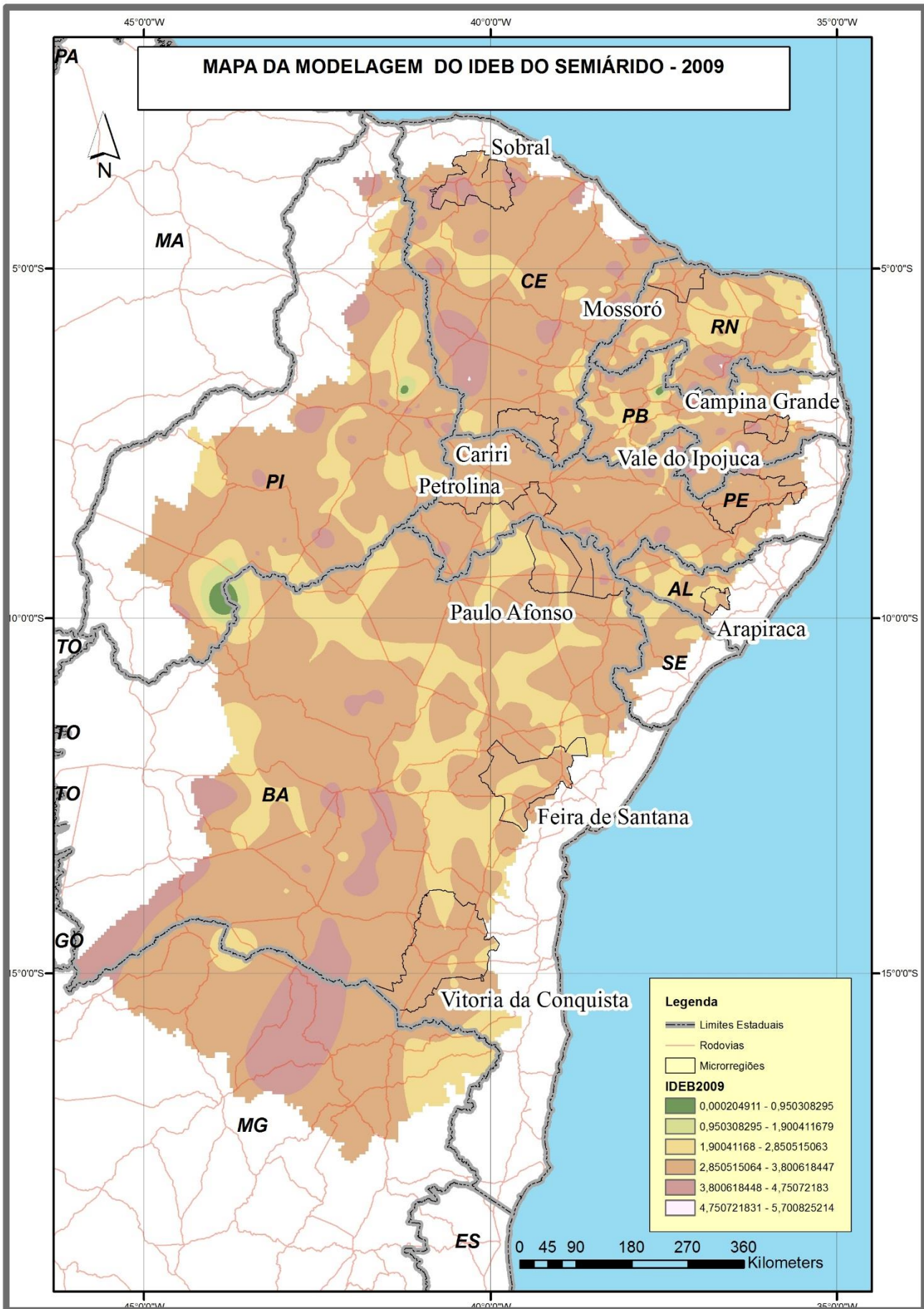
Mapa 7.7



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).



Mapa 7.8



Elaborado por: Bernardo Costa Ferreira.  
Fonte: Autora (2017).

Os Mapas 7.7 e 7.8 espacializam a evolução do Ideb no Semiárido entre os anos de 2005 e 2009, segundo dados do Inep (BRASIL, 2005 e 2009). É preciso que a descrição e análise dos mapas se deem de forma conjunta, em função das peculiaridades da evolução espacial do índice na região. As modelagens revelam, a partir da análise espacial em “mapas de calor” (disponibilizada no sistema de geoprocessamento ArcGIS), a evolução do Ideb no Semiárido nos respectivos anos. Para cada uma das modelagens, foram consideradas seis faixas de gradação dos valores numéricos do índice. Essas faixas foram criadas a partir da divisão em *intervalos iguais* disponibilizada pelo próprio sistema. A essas faixas de valores numéricos foi associada a gradação das cores verificada nos mapas. Foram considerados os valores mínimos e máximos do Ideb municipal em cada ano no agregado Semiárido. Observa-se, com a análise das modelagens, clara evolução do Ideb no Semiárido no período analisado. Entretanto, de forma oposta à evolução concentrada e polarizada do PIB, que destacou as microrregiões em análise, em relação ao Ideb essa evolução se mostra indiferenciada no âmbito das microrregiões. Essas unidades apenas seguiram a tendência geral verificada no Semiárido como um todo. Observa-se ainda que, a despeito da evolução do Ideb no Semiárido de modo geral, os menores índices continuam concentrados ao sul do Piauí.

O Quadro 7.7, a seguir, apresenta uma síntese do Quadro Integrador das microrregiões dinâmicas analisadas, e aborda as variáveis referentes à dimensão do transbordamento do dinamismo no contexto das relações entre cidade média e região. Nesse caso, o recorte da microrregião de influência foi confrontado com o recorte da cidade-polo. Dessa forma, o quadro relaciona a taxa de crescimento dos índices/indicadores de cada microrregião de influência com a taxa das respectivas cidades-polo no período indicado. O resultado é apresentado em percentual, seguindo a fórmula “*taxa de crescimento da microrregião de influência / taxa de crescimento da cidade-polo x 100*” e a legenda agregada.

**Quadro 7.7- Quadro-síntese da dimensão transbordamento do dinamismo no contexto do das relações entre cidade média e região**

RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO			FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Transbordamento do dinamismo para a microrregião de influência	Distribuição da riqueza	2000 2011	↗ 104,55%	↘ 94,37%	↘ 73,19%	↘ 93,18%	↘ 48,18%	↘ 93,65%	↗ 140,91%	↘ 77,61%	↘ 60,13%	↗ 234,10%
	Distribuição da população	2000 2010	↘ 29,99%	↘ 81,01%	↘ - 8,29	↘ 38,93%	↘ 53,58%	↘ 43,00%	↘ 60,55%	↘ 63,62%	↘ 89,24%	↗ 103,66%
	Renda média per capita	2000 2010	↗ 111,08%	↗ 152,27%	↗ 182,86%	↗ 108,63%	↗ 113,73%	↘ 76,37%	↗ 134,04%	↗ 100,00%	↘ 97,25%	↘ 80,56%
	Desigualdade de rendimentos do trabalho	2000 2010	↘ - 0,58	↘ - 15,30	↗ 791,90%	↘ - 17,74	↗ 716,25%	↘ - 0,89	↘ - 7,87	↘ - 9,05	↗ 543,48%	↗ 140186,92%
	Tecnologia	2006 2010	↗ 1052,64%	↘ 1,63%	↘ - 100,00	↘ 86,15%	↘ 2,44%	↘ 0,00	↘ 0,00	↘ - 55,56	↘ 0,00	↘ 0,00
	Educação básica	2005 2009	↗ 169,38%	↗ 110,17%	↘ - 1,01	↗ 127,05%	↗ 155,53%	↗ 123,87%	↘ 0,91%	↗ 112,14%	↗ 116,92%	↗ 152,24%

**LEGENDA - DIMENSAO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da da cidade-polo	↘ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↗ #####

Obs.: São considerados os valores absolutos da microrregião no caso de indicadores que tiveram taxas de crescimento negativas.

Elaboração: Autora (2017) com fontes diversas, descritas no Modelo Analítico do Capítulo 3.

Observa-se no Quadro 7.7 que a evolução da “educação básica” dada pelo Ideb dos anos de 2005 e 2009, segundo o Inep, apenas não foi verificada em Vitória da Conquista, que apresentou uma involução no índice no período, e em Sobral, onde houve uma evolução do Ideb, mas inferior à evolução do índice verificada na cidade-polo.

Da mesma forma que na educação básica, a variável “Renda média *per capita*” também teve uma evolução mais contundente nas microrregiões de influência do que nas respectivas cidades-polo. O Quadro 7.7 revela ainda que o conjunto das microrregiões tem reduzido a desigualdade de rendimentos do trabalho, expressa no Índice de Theil-L<sup>91</sup>, entre os anos de 2000 e 2010, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD (PNUD, 2000 e 2010) e conforme Quadro 7.7. Essa redução tem se verificado em seis das dez microrregiões. Entretanto, houve apenas o acompanhamento da tendência geral verificada no Brasil e no Semiárido. Quando se compara a redução das taxas de crescimento das

<sup>91</sup> O Índice de Theil-L é o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica do rendimento dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.



microrregiões de influência com a redução verificada nas respectivas cidades-polo, vê-se que não foi expressiva.

## **7.6 Síntese do capítulo**

Em atendimento à quarta questão de pesquisa, este capítulo analisou a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto das microrregiões dinâmicas do Semiárido. Observou-se que as microrregiões revelam um Semiárido dinâmico, enquanto resultado direto das políticas desenvolvimentistas que favoreceram um ambiente competitivo para a inserção do capital privado. Há um contra-força a esse processo, também derivada de políticas de promoção da equidade, que se mostra insuficiente, entretanto, para romper com o padrão regional concentrador. A desigualdade de renda, embora reduzida na fase neodesenvolvimentista, seguiu a tendência brasileira de um arrefecimento tímido, e mostrou-se persistente no Semiárido. As microrregiões também evidenciaram um Semiárido terciário nos anos recentes, embora esse setor apresente pouca agregação de valor. No tocante ao desenvolvimento regional, verificou-se que lógicas e agentes internacionais comandam as relações na rede de cidades. Há forte ligação com empresas multinacionais, agronegócio internacional e setor comercial atrelado a *shopping centers* e franquias internacionais. Além disso, observou-se que as empresas globais que se instalaram nas cidades médias não seguiram o percurso hierárquico de instalar também outras unidades na capital. Isso pôde ser verificado nas regiões do agronegócio, como em Petrolina. De modo similar, a produção local de cidades médias também participa da circulação global da produção, e independe das capitais para que essas relações sejam estabelecidas ou mantidas, como a produção da Feira de Caruaru, por exemplo, que atinge os mercados local, regional, nacional e internacional. Entretanto, observa-se que essa multiplicidade de relações não está distribuída na rede de cidades do Semiárido como um todo. Ela ainda é concentrada nas cidades médias, ainda que conexões infraestruturais existam. Nas áreas de influência, em maioria, mantêm-se as relações hierárquicas e dependência econômica dos pequenos núcleos em relação às cidades médias, dificultando processos de integração produtiva interna à região.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 8.1 Conclusões

Esta tese objetivou compreender o alcance da integração produtiva intrarregional e o papel da rede de cidades médias no processo de desenvolvimento regional no Semiárido brasileiro. Em princípio, ponderou que as dinâmicas emergentes do capital, como a globalização, a reestruturação produtiva e a economia do conhecimento condicionaram os processos específicos de estudo. Além dessas dinâmicas, que são mais amplas, políticas regionais exógenas explícitas (“*top-down*”) implementadas na fase desenvolvimentista, processos socioeconômicos endógenos (“*bottom-up*”) estimulados na fase neoliberal e políticas de tendências mescladas (“*top-down e bottom-up*”) construídas na fase neodesenvolvimentista tiveram distintas expressões socioespaciais, com rebatimentos sensíveis na rede de cidades em diversas escalas, em especial nas regiões que apresentam menores níveis de desenvolvimento. Como forma de orientar as análises no decorrer do trabalho, foram formuladas questões que a pesquisa buscou responder, correspondentes aos objetivos específicos também elaborados.

Com a primeira questão de pesquisa buscou-se compreender a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades brasileira. Verificou-se com a pesquisa bibliográfica que, ao longo das distintas fases, a rede de cidades no Brasil evoluiu em termos de adensamento, mas continuou apresentando concentração, polarização e fragmentação.

No período colonial, partindo de uma configuração que evidenciava a dicotomia entre *litoral-plantations-adensamento* x *interior-pecuária-rarefação*, a rede de cidade brasileira se definiu polarizada no litoral e desarticulada no interior. No início do desenvolvimentismo, a política varguista priorizou o fim do insulamento das estruturas semicoloniais, mas o apelo industrial concentrador também induzido pelo Estado teve reflexos nas suas economias, a ponto de sufocá-las e inseri-las em um processo de declínio econômico que só foi revertido nos anos 1960, com as políticas explícitas de desenvolvimento regional do tipo “*top-down*”. A rede de cidades, então, evidenciou a primazia de São Paulo sobre o restante do país. Por sua vez, políticas desenvolvimentistas nos governos militares trouxeram novos fluxos de capital produtivo, possibilitando o surgimento e consolidação das áreas dinâmicas, dos complexos ou polos industriais, dos polos agroindustriais, dos polos turísticos, resultando numa heterogeneidade regional que passou a ser a marca da feição regional brasileira a partir dos anos 1970. A rede de cidades evidenciou então a opção pela primazia da urbanização e metropolização, que iriam se desenvolver não apenas no litoral, mas também nas frentes de modernidade que começaram a despontar no interior, com as chamadas “capitais regionais”. Na fase

neoliberal, houve um retrocesso no que tange à desconcentração espacial das atividades produtivas e à desconcentração de renda. Todo o esforço da ação estatal na década de 1970 foi posto em xeque, culminando na ausência de políticas regionais, extinção de instituições e adoção de frágeis estímulos endógenos estimulados após a Constituição de 1988, que não promoveram efeitos sobre a rede de cidades. No litoral, a rede de cidades evidenciou um processo que ficaria mais acirrado dali em diante, as relações inter-regionais e supranacionais. A abertura comercial dos anos 1990 favorecida pelo posicionamento estatal neoliberal começou a evidenciar fluxos materiais e imateriais que se deram principalmente entre as metrópoles e capitais e outros países. Esses transados inter-regionais foram capitaneados principalmente por São Paulo. Por fim, na fase neodesenvolvimentista, políticas sociais homogeneizantes e de infraestrutura dinamizaram a economia de sub-regiões com economia estagnada ou fraco dinamismo. À estrutura predominantemente polarizada pela porção atlântica, que permanece no tempo, somou-se um processo de adensamento ancorado em cidades médias, evidenciando processos de fragmentação regional e produtiva na porção territorial mais vulnerável do país, a semiárida.

Observou-se, de modo geral, que, apesar dos avanços em termos de formulação de políticas públicas e processos de planejamento regional, as estratégias estatais implementadas em quase todas as fases demonstraram ser incompletas. Elas se firmaram a partir da visão clássica do desenvolvimento, considerando-o um *atributo estático*, e foram majoritariamente focadas no crescimento econômico. Por esse motivo também, durante muito tempo, as ações de desenvolvimento regional apresentaram-se setoriais, vinculadas a “problemas a resolver”, como os decorrentes das secas no Nordeste. Os incentivos do Estado à produção cafeeira no início da República e, durante o início do desenvolvimentismo, à industrialização concentrada em São Paulo, fizeram com que os ditos “interesses nacionais” negligenciassem “interesses regionais” nesse período. No aprofundamento do desenvolvimentismo, esses “interesses regionais” não foram negligenciados, mas, ao representarem também intenções de grupos oligárquicos, os esforços de desenvolvimento regional em bases produtivas foram pouco transformadores e houve no período excessiva concentração de renda. Com o advento da Constituição Federal de 1988, os estímulos endógenos passaram a existir, mas foram frágeis e sobrepuseram-se a eles os efeitos territoriais da abertura de mercados da fase neoliberal, que privilegiaram territórios mais competitivos ao capital. E na fase neodesenvolvimentista, buscou-se aliar competitividade e equidade, mas ações de equidade fortemente homogêneas, pouco amadurecidas em termos de efeitos espaciais, e com poucos rebatimentos na rede de cidades visíveis até então.

Por esse motivo, ao passo que ao longo do tempo o Sudeste se firmou como uma região concentradora e polarizadora de ativos e capitais, em outras regiões, como o Nordeste, houve o desenvolvimento de uma economia frágil, oscilante, e uma configuração regional já tendente - e

persistente - à concentração litorânea com fragmentação no interior, tema amplamente discutido por Furtado (1959) quando discorreu sobre o complexo do algodão e da pecuária no Nordeste. A oscilação constante da base produtiva nordestina fragilizou suas porções territoriais mais vulneráveis e foi resultado, em grande medida, da incapacidade estatal em considerar o caráter relacional do desenvolvimento, como *atributo sistêmico*. Com isso, instaurou-se e manteve-se o padrão centro-periferia na rede de cidades brasileira, e com ele persiste ainda a posição subsidiária do Nordeste em suas relações com o restante do país.

A segunda questão de pesquisa enfatizou a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades do Semiárido brasileiro.

Verificou-se que as dinâmicas em escala nacional tiveram repercussões distintas no Semiárido, em função da ação estatal restrita que perdurou na região. Nesse sentido, a concepção de Semiárido enquanto região também variou e amadureceu. Até o final do século XIX, enquanto o Brasil se industrializava e o Nordeste despontava com a produção litorânea, o Semiárido figurava no cenário político nacional como uma região a ser desbravada. Para lá se dirigiu a população mais rude. Lá, a pecuária extensiva a serviço do litoral literalmente trilhou os caminhos da ocupação humana e firmou oligarquias “intocadas”. Nessa fase, a região era pouco conhecida e confundida com as secas que a assolavam. A rede de cidades, até então rarefeita, evidenciava a negligência governamental com o desenvolvimento regional, visto que nessa porção do Nordeste predominava a pobreza. A percepção que se tinha da região, nesse período, subordinava quesitos de ordem socioeconômica e cultural ao quadro natural, no bojo da concepção ratzeliana.

Com o início do desenvolvimentismo e o Nordeste firmando-se como a periferia de um sistema econômico que definiu São Paulo como o core da indústria nacional, o Semiárido ainda permanecia desconhecido, era tido como uma área inóspita e figurava no imaginário da sociedade como uma região homogênea, rural e pobre. As ações públicas eram nacionalizadas e voltadas para o crescimento pela via da industrialização. A “invisibilidade” do Semiárido somente foi rompida pela problemática cíclica das secas, que chamava a atenção do governo dado o alto grau de calamidade social e acabou por definir no âmbito da ação estatal um paradigma de combate, culminando com soluções que tinham nas obras hídricas o foco. A rede de cidades permaneceu rarefeita, enquanto no Nordeste ela era integrada com o Sudeste pelo litoral. A concepção de região natural permaneceu.

No auge do desenvolvimentismo, enquanto no Nordeste forças políticas regionais despontaram representando interesses oligárquicos, o Semiárido também se viu representado politicamente e isso arrefeceu, em parte, sua trajetória de declínio. As ações de desenvolvimento implementadas, segundo a abordagem “*top down*”, ao passo que enfatizavam as soluções hidráulicas e o paradigma de combate

às secas, indicavam que o Semiárido era diferenciado internamente e esse conhecimento mais apurado da região fez com que o planejamento estatal fosse mais além. Apostas no planejamento do desenvolvimento, na institucionalização regional, no desenvolvimento de determinados territórios no âmbito das ações de irrigação, industrialização e provisão de infraestrutura foram definidas e evidenciaram a preponderância da vertente da competitividade no processo de desenvolvimento. Entretanto, ações modernizantes foram conservadoras, pois representavam a aliança estabelecida entre as oligarquias e o poder central e acabaram por dotar também de poder econômico as elites políticas da época, mantendo inalteradas as relações de produção espoliativas e o padrão latifúndio-minifúndio. A rede de cidades evidenciou essa modernização seletiva e fragmentada, com cidades médias despontando como centralidades voltadas para a intermediação entre as capitais no litoral e pequenas cidades do interior. A concepção de região sofreu sua primeira grande variação, o Semiárido passou a ser uma região de planejamento sob a ótica do Estado.

Em meio à crise econômica que antecedeu a fase neoliberal, a descentralização advinda da Constituição de 1988 abriu as portas para a disseminação do planejamento participativo, contribuindo para a inflexão do paradigma de combate às secas para o de convivência com a semiaridez. Essa inflexão representou uma mudança nas políticas regionais, que passaram a adotar a abordagem do desenvolvimento endógeno, ou “*bottom-up*”, como um de seus pilares. Ações com foco na equidade, voltadas para a superação da pobreza rural foram implementadas, mas com um caráter assistencialista, localista, fragmentado e desvinculado de estratégias ligadas à ciência, tecnologia, inovação. Essas ações tiveram uma força inferior àquelas que, ao mesmo tempo, propunham a competitividade como meio para se atingir o desenvolvimento durante a fase neoliberal. Um dos motivos para essa fragilização das ações foi o desmonte das instituições regionais. Mas não se pode negar que a abertura comercial ao mercado externo definiu novas formas de relação entre as cidades médias dinamizadas na fase anterior, fazendo com que muitas delas sequer estabelecessem vínculos produtivos com sua região de influência. O “enclavismo” surgiu e se instaurou no Semiárido, nas frentes ora modernas. A rede de cidades da fase neoliberal evidenciou que relações inter-regionais de produção, bens e serviços, tinham mais expressão que aquelas estabelecidas internamente. A concepção de região no âmbito do Estado passou a incorporar o componente do planejamento e também a realidade vivida, a partir de uma maior participação da sociedade civil nos processos de formulação de políticas. A região como “arte-fato”, de que trata Haesbaert (2010), passou a ser a concepção predominante.

Por fim, na fase neodesenvolvimentista, o governo federal buscou aliar competitividade com equidade nas políticas regionais. O Semiárido teve sua representação política fortalecida no âmbito federal e foi priorizado com ações de promoção da competitividade (obras de infraestrutura, indústrias, agroindústrias, irrigação etc.), e também de inclusão social (transferência de renda, valorização do

salário mínimo, políticas de acesso à água etc.). Nessa fase, o Semiárido demonstrou dinamismo de modo só visto na fase colonial, mas agora ele vem se urbanizando rapidamente, formando um novo mercado de consumo e revelando um novo padrão migratório pluridirecional, que inclui, pela primeira vez na sua história, a migração de retorno. Entretanto, a fragilidade da coordenação dessas ações, dentre outras motivações, revelou uma perda de eficiência por parte do Estado, a tal ponto que o paradigma predominante que orientou a sua ação não prioriza uma integração produtiva. Por um lado, o pouco transbordamento e a fragmentação produtiva persistem e se associam a fatores exógenos, como a presença marcante do capital internacional, fazendo com que as relações e fluxos se deem, predominantemente, em escala supranacional. Por outro lado, persistem também processos inerentes ao próprio Semiárido, onde a estrutura desigual do Nordeste é reproduzida, tanto pelo quesito fundiário e pelas relações de produção, quanto pela pouca endogeneização do conhecimento. Dessa forma, o propósito da abordagem da terceira geração de políticas regionais, que é mesclar ações “*top down*” com ações “*bottom-up*”, ou ações de competitividade com ações de equidade, pareceu não ter ainda cumprido seu intento. Apesar da transição paradigmática, o “combate às secas” esteve presente nessa fase e aliou-se ao frágil paradigma da “convivência com a semiaridez”. A pesquisa bibliográfica mostrou que apesar de a estrutura da rede de cidades ter apresentado um adensamento maior, evidenciaram-se processos de concentração, polarização e fragmentação em arquipélagos produtivos, mantendo um padrão visto desde o período colonial, embora com uma nova roupagem, que são os fluxos heterárquicos estabelecidos e que têm como centralidades as cidades médias. A concepção de região fragmentada ou fraturada, de que trata Veltz (1996), passou então a ser predominante.

Uma análise preliminar sugeriu que as cidades médias de maior PIB do Semiárido, que são Feira de Santana (BA); Campina Grande (PB); Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Caruaru (PE); Petrolina (PE); Sobral (CE); Paulo Afonso (BA); Juazeiro do Norte (CE); e Arapiraca (AL), destaques na rede de cidades, revelaram de antemão, com raras exceções, pouca capacidade de transbordamento do dinamismo para sua microrregião de influência. Por outro lado, as microrregiões polarizadas por essas cidades pareceram não estabelecer relações produtivas intrarregionais significativas. Nesse sentido, com a terceira questão de pesquisa, buscou-se investigar também a relação entre políticas regionais de diferentes tendências, implementadas em distintas fases históricas, e o delineamento da rede de cidades na escala microrregional.

Verificou-se que as microrregiões analisadas do Semiárido têm uma origem comum. A maior parte delas surgiu a partir de um ponto de passagem de rebanhos, que mais tarde se transformou num ponto de trocas de mercadorias originando povoados, que se adensaram e diversificaram a sua economia. A exceção se verificou apenas em Vitória da Conquista, que, desde sua origem, foi uma frente de exploração colonial, drenando os recursos do entorno e permitindo o avanço dos bandeirantes

rumo ao interior. Mas mesmo com a origem comum de boa parte das microrregiões, elas seguiram trajetórias distintas, constituindo no Semiárido uma feição regional de grande diversidade nos anos recentes. Entretanto, a análise que revelou um quadro contextual diverso no tocante aos processos de desenvolvimento dessas microrregiões, revelou também convergências no tocante às estratégias de desenvolvimento regional adotadas e suas repercussões no dinamismo até então verificado.

Com a análise individualizada por microrregião, ficou evidente a preponderância da modernização conservadora nas políticas “*top down*” sobre as demais estratégias de desenvolvimento regional patrocinadas pelo Estado na esfera federal. O dinamismo gerado, a partir de então, foi polarizador e pautado na competitividade em microrregiões que, por vocações históricas ou locais, já apresentavam potencial de diferenciação regional. A competitividade, no caso, adveio da provisão de elementos, sejam infraestruturais, financeiros ou produtivos, que promoveram o território frente ao capital privado, nacional ou internacional, por meio das políticas de grandes obras, incentivos fiscais, distritos industriais e projetos de irrigação. Porém, a rede de cidades delineada nessas microrregiões evidenciou que essa opção estatal não propiciou processos integradores até então, nem socialmente, nem produtivamente. Muito embora haja o reconhecimento nesta tese de que, no âmbito do planejamento estatal do período, houve a intenção em dar continuidade ao “arranque” produtivo propiciado pelas ações verticais, observou-se uma incapacidade dos governos de diferentes fases em endogeneizar esse dinamismo verificado. Nesse sentido, verificou-se que essas microrregiões, embora integrem um aglomerado comum, que é o Semiárido, são concentradoras de ativos, polarizadoras de pequenos núcleos e fragmentadas no bojo de suas relações sociais e econômicas. A análise da rede de cidades indica que a forma dendrítica mantém poucos laços horizontais com o espaço regional.

A eleição de polos e o apoio a cidades médias com ações de provisão de infraestrutura, urbanização e industrialização que se deram na fase desenvolvimentista, e que também existiram nas fases neoliberal e neodesenvolvimentista, evidenciaram os já citados limites da implementação de políticas de desenvolvimento: não se conseguiu transpor para ações práticas a definição de desenvolvimento enquanto conceito multidimensional e multiescalar. Os polos priorizados e apoiados acabaram reproduzindo padrões de desigualdade, com a concentração de ativos em cidades médias em relação às respectivas hinterlândias. Alguns desses polos demonstram processos de urbanização peculiares, como o aglomerado Petrolina e Juazeiro, que se apresenta conurbado, e o de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, também conurbado, evidenciando uma sensível expansão da área polarizadora, no caso de Petrolina e Juazeiro, e uma tendência ao transbordamento do dinamismo, no caso do Triângulo Crajubar. Ambos os casos reforçam a tese de que o processo de dinamismo do Semiárido é carreado por suas cidades médias.

Dessa forma, em que pesem os investimentos em ações de promoção da equidade, no bojo das políticas da fase neodesenvolvimentista, elas não revelaram, até o momento, rebatimentos territoriais diferentes ante as lógicas pouco solidárias da acumulação e reprodução do capital do espaço regional, à exceção de poucas microrregiões onde esses processos se dão de forma incipiente. Pode-se afirmar então que as frentes estratégicas de promoção da competitividade em diferentes fases permaneceram com o tempo, inclusive na escala microrregional. Elas acabaram contribuindo para o delineamento de microrregiões que interagem pouco entre si, expressas na rede de cidades e também sob o aspecto produtivo.

Por fim, a quarta questão de pesquisa procurou a compreender como se configura, na fase neodesenvolvimentista, a relação entre cidades médias e integração produtiva no conjunto de microrregiões dinâmicas no Semiárido. Essa questão está associada a uma leitura do que vem a se constituir, em tempos recentes, o Semiárido dinâmico, enquanto objeto das políticas mencionadas e das dinâmicas do capital mais amplas.

Observou-se que, de fato, o Semiárido que se molda pelo conjunto de suas microrregiões dinâmicas, embora peculiar, é competitivo até para os padrões brasileiros. Esse dinamismo é carreado, principalmente, pelos setores secundário e terciário da economia. Em menor proporção, existem as novas atividades oriundas da modernização do setor primário, com o agronegócio. Entretanto, cabe tecer considerações sobre a expansão dos setores econômicos nessa região, principalmente porque eles envolvem lógicas e agentes internacionais.

No setor secundário, os distritos industriais implantados nas cidades médias revelaram-se apenas lócus concentrador e polarizador de indústrias que são atraídas pelos incentivos fiscais e subsídios. E, nesse sentido, encontram-se as subsidiárias de matrizes estrangeiras, que não demonstram ter envolvimento direto com outras esferas do espaço regional, que não a geração de empregos de caráter operacional. A única exceção se observou em Campina Grande, onde a setorização dos distritos industriais revelou a intencionalidade política em promover pequenas empresas e métodos ambientalmente sustentáveis de produção. Verificou-se ainda que, em sintonia com interesses históricos, os agentes internacionais mantêm seus centros de gestão e de pesquisa tecnológica nas matrizes, em geral norte-americanas, europeias ou asiáticas. Legam as atividades que ensejam restrito trabalho intelectual à região, visto que oferece melhores condições, em termos de logística, força de trabalho mais em conta e isenções fiscais, que permitem um barateamento das atividades. Se por um lado os termos dessa inserção significam no curto prazo uma possibilidade de redução das taxas de desemprego nas regiões onde são implantadas, e isso é verificado no Semiárido, por outro induzem uma perpetuação da condição de subsidiariedade produtiva, que não vem alterar em essência os rumos do seu desenvolvimento.



Em relação às regiões do agronegócio, ao passo que as atividades agropecuárias se modernizaram, o caráter histórico concentrador da produção primária foi mantido no Semiárido de modo geral. A manutenção das oligarquias que, além do poder econômico, mantêm até hoje o poder político regional, bem como do sistema fundiário no padrão latifúndio – minifúndio, têm contribuído para essa assertiva, bastante analisada no decorrer desse estudo. Além disso, o setor terciário nas regiões do agronegócio tem se dinamizado e se mostrado a serviço da moderna agricultura. Entretanto, no que tange ao comércio, as funções históricas de entrepostos comerciais permanecem, visto que os fluxos de recepção de insumos e mercadorias a serem comercializadas localmente continuam tendo origem em outras regiões do país, especialmente no Centro-Sul. Ou seja, nas regiões do agronegócio, como Petrolina e Mossoró, o consumo produtivo é ampliado regionalmente, mas a produção dos bens que suprem esse consumo continua historicamente concentrada, daí a predominância dos fluxos inter e supranacionais. Esses fluxos evidenciam que o mercado produtor nessas regiões não está estruturado como poderia.

No que tange aos *shopping centers*, vê-se que as cidades médias têm sido reconhecidas pelo capital comercial internacional como lócus dessa interação de escalas. Os efeitos polarizadores dessa modalidade comercial são visíveis no conjunto das microrregiões. O comércio e os serviços atrelados a agentes internacionais, dessa forma, apesar de serem inclusivos, agregam pouco valor à região, pois também são tributários de outras regiões ou países.

Observa-se, de modo geral, que é a vertente da competitividade no processo de desenvolvimento do Semiárido que se destaca no discurso político regional, nas políticas federais e estaduais implantadas e nos processos produtivos predominantes. A despeito da busca pela integração regional, emanada de princípios como coesão, articulação intrarregional, cooperação federativa ou integração produtiva, também permanece nas esferas públicas regionais o discurso político da competição, da diferenciação, da concentração de recursos regionais e da reprodução de um “almejar metropolitano”, típico do processo de metropolização que teve vigor no Brasil nos anos 1970. Na fase desenvolvimentista, a opção deliberada pela eleição de São Paulo como metrópole nacional no bojo de uma modernização conservadora das políticas “*top down*” significou, antes de tudo, o reforço de um processo de desigualdade espacial que perdura até hoje e que tem expressão na polarização persistente da porção atlântica sobre o resto do país.

Isso pode ser exemplificado a partir da descentralização promovida pela Constituição de 1988, pelos inúmeros projetos de lei de instituição de regiões metropolitanas envolvendo as microrregiões selecionadas que tramitam atualmente nas assembleias legislativas estaduais, como mostrou esta tese. Em busca de recursos, alguns, inclusive, já viraram leis, mesmo sem as cidades-polo apresentarem

características que a definem como metrópoles, como a interdependência funcional ou o consumo de massa.

O “almejar metropolitano” é corroborado pela instituição do G20, o grupo das vinte cidades com maiores PIBs do Semiárido, que traz em seu discurso a necessária criação de alternativas para se reduzir a desigualdade gerada por décadas de investimentos públicos federais concentrados no litoral nordestino. Se por um lado a instituição desse grupo e seu discurso têm a função de revelar para o país que o Semiárido não é mais o mesmo, que sua vocação não permanece assistencial, que a imagem disseminada de região “seca”, “atrasada”, “rural” e “pobre” foi alterada, e onde o urbano em articulação com o rural detém a primazia no processo de desenvolvimento, por outro lado tende a reforçar padrões de um crescimento concentrador, onde quem está mais apto continua detendo a prioridade no investimento, num processo de “causação circular e cumulativa”, e onde poder público novamente deverá intervir para corrigir distorções e promover equidade.

Por enquanto, vê-se que, no Semiárido, as políticas com foco na competitividade e polarização tiveram mais expressão que as de estímulo a processos endógenos de desenvolvimento. Os números recentes indicaram que políticas nesse sentido ainda não apresentaram resultados contundentes. Em grande medida, isso pode ser legado à fragilidade das políticas públicas “*bottom-up*”, como as de estruturação de APLs, que tiveram seu apogeu no início da fase neodesenvolvimentista. Mesmo sob a égide da PNDR I, elas não tiveram tantos rebatimentos no território quanto aquelas “*top down*”. Muito embora exista o argumento da insuficiência de recursos públicos destinados a ações desse perfil, parece mais honesto afirmar que essas ações evidenciaram excessivo localismo, pulverização setorial e captura política do que deveriam ser as instâncias decisórias regionais de articulação social, definição das ações e alocação dos recursos. Além disso, equívocos conceituais na burocracia estatal do que seria de fato o arranjo produtivo local fizeram com que o Estado investisse em estruturas e processos com pouco conteúdo tecnológico e pouca capacidade de encadeamento produtivo, ao mesmo tempo em que muitas vezes passou a garantir a manutenção de estruturas implantadas, tornando os APLs quase “assistenciais”.

De fato, pensar em políticas de estruturação de APL nas regiões onde há problemas estruturais para o desenvolvimento requer do Estado a flexibilidade de se lidar com a fragmentação regional produtiva, a competição predatória entre produtores ou o baixo conteúdo tecnológico das instituições. Afinal, Diniz, Crocco e Santos (2006) já haviam afirmado que, no âmbito da economia do conhecimento, o sucesso do arranjo é definido pela sua capacidade de acumular processo de aprendizagem associados ao domínio do “como fazer”, e isso envolve a miríade de instituições regionais. Mas, mesmo no Semiárido, onde existem espaços urbanos com densidade suficiente para a constituição de uma rede de serviços complementares ao arranjo – configurado nas cidades médias,

não houve repercussões significativas dos investimentos explicitamente aplicados pelo governo federal. A exceção se verifica na porção setentrional, onde alternativas econômicas em bases endógenas permitem que se ouse apostar, no futuro, em uma integração comercial entre as microrregiões Petrolina, Cariri, Campina Grande e Vale do Ipojuca. O comércio e os serviços diferenciados, especialmente em suas cidades médias, poderiam ter essa potencialidade integradora.

Nesse sentido, cabe destacar que as políticas na fase neodesenvolvimentista, até o momento, revelaram um relevante processo de redução da desigualdade de renda, mas de forma pouco contundente, pois o Semiárido apenas acompanhou a dinâmica que ocorreu no Brasil no período. Viu-se no decorrer desse estudo que essa desigualdade tem raízes históricas e necessitaria de ações públicas mais incisivas e diferenciadas para sua minimização. Ainda que, no Semiárido, a redução das desigualdades sociais seja evidente nessa fase, não se pode confundir desigualdade regional com desigualdade social. A desigualdade social é uma das dimensões da desigualdade regional, mas a pobreza diretamente relacionada à desigualdade regional é aquela oriunda da inexistência ou estagnação econômica, advinda da frágil estruturação de processos produtivos. Na fase neodesenvolvimentista, os esforços concentrados que criaram condições de constituição de um mercado consumidor, não tiveram a mesma intensidade do que aqueles dedicados à estruturação do mercado produtor. Vale dizer, segundo Gomes e Vergolino (1995), que, a longo prazo, a expansão da capacidade produtiva não apenas se torna uma condição necessária ao crescimento econômico; ela tende, de fato, a se tornar uma condição *suficiente*. Porém, no Semiárido desta fase, estrutura fundiária foi pouco modificada, mantém-se o vazamento de capital financeiro, produtivo e humano para outros estados e outros países, minando possibilidades de instauração de um processo de “destruição criadora” promovida pela tecnologia, e de integração produtiva interna.

A predominância da morfologia dendrítica da rede de cidades reitera essa dificuldade de integração produtiva intrarregional e pareceu estar associada a uma nova roupagem que pôde ser dada às “frentes de exploração” colonial. Essa nova roupagem vincula-se principalmente às escolhas políticas que se deram ao longo do tempo e que em sua maioria estavam voltadas para a eleição de territórios-alvo, que se estenderam para além das capitais; esses territórios passaram a ser valorizados e fortalecidos, e criaram-se assim condições atrativas para a entrada e reprodução do capital privado. As cidades médias das microrregiões em estudo refletem essa opção do Estado em constituir um “elo” com o setor privado, esperando que os estímulos em competitividade promovidos pela implementação das ações, seja pela disseminação da oferta de serviços, seja pela atração de investimentos no território, pudessem ser traduzidos em equidade, ou seja, na garantia de inserção da sociedade nos processos de dinamização econômica decorrentes dos novos investimentos.

Entretanto, isso não vem se verificando em essência. Há uma incapacidade das cidades médias em transbordar dinamismo para a área de influência até os dias atuais. Mas se deve frisar que esta incapacidade está também mais associada à precariedade dos pequenos núcleos, ou pequenas cidades, em absorver atividades complementares às da cidade média. E explicar este fato implica retornar às origens do subdesenvolvimento do Semiárido, de que tratou Furtado (1959). A intocabilidade da estrutura fundiária, as espoliativas relações de produção e o arcaísmo produtivo geraram uma pobreza estrutural nesses pequenos núcleos, que ao longo do tempo não conseguiram alterar seus quadros de baixa qualificação de capital humano e poucos meios disponíveis para a acumulação de capital produtivo e financeiro.

As frentes de competitividade alimentadas pelas políticas nas diferentes fases acirraram essa condição de desigualdade na escala intrarregional, ao manter os pequenos núcleos nessa condição. Se por um lado, esse processo representou em termos nacionais o início da desconcentração metropolitana, por outro, representou o acirramento das desigualdades e da concentração regional, visto que as cidades médias passaram a drenar recursos provenientes das pequenas cidades. Dessa forma, ao passo que a desconcentração se deu sob a ótica nacional e na perspectiva das relações entre cidades médias e metrópole, a concentração se moldou regionalmente e na perspectiva das relações entre pequenas cidades e cidades médias. Tal fato é ainda acentuado pela opção das políticas urbanas recentes em priorizar as metrópoles, capitais de estados e algumas cidades médias como alvo de suas ações de suprimento de déficits. As pequenas cidades, dessa forma, permanecem alheias da ação estatal de planejamento urbano. Talvez por esse motivo tenham se estabelecido e se ampliado ao longo do tempo, no Semiárido, fluxos de bens e serviços heterárquicos e inter-regionais em níveis superiores aos intrarregionais.

Nesse sentido, cabe reafirmar a tese de Catelan (2012) e ressaltar que os estudos sobre hierarquia urbana, especialmente em regiões como o Semiárido, não são mais suficientes para que se compreenda a miríade de relações que são estabelecidas no escopo de sua rede de cidades. A confirmação obtida tem implicações relevantes e, sobretudo, desafiadoras para as políticas públicas, pois sendo a rede comandada por capitais forâneos, talvez as suas cidades médias não consigam desempenhar as funções mais relevantes para o desenvolvimento regional, que são a de capitanear, a partir de relações horizontais, cooperativas e complementares, um dinamismo orgânico no território, passando a incluir no círculo virtuoso do desenvolvimento as pequenas cidades.

Em sua tese, Endlich (2006) discorreu sobre a problemática do esvaziamento populacional das pequenas cidades, enquanto processo que vem se dando no Brasil a partir dos anos 1970. Uma das causas que autora aponta para essa dinâmica é que os estudos acadêmicos e as políticas públicas, que tomam como objeto a rede de cidades como um todo, ignoram a questão das pequenas cidades porque

pelas suas dimensões elas seriam consideradas “espaços sem complexidade”. Segundo a autora, nos documentos em que as pequenas cidades são mencionadas, elas constituem apenas parte da explicação das razões do crescimento das grandes cidades onde se destacam as formas metropolitanas, densas de tudo, em especial de contradições; assim, as recomendações vinculam-se a problemas urbanos mais fortemente evidenciados nos grandes centros: habitação irregular; problemas ambientais; falta de empregos e outras carências. E param por aí. A autora complementa que a escassez de estudos sobre as pequenas cidades permite que se difundam ideias de que tais localidades são áreas sem problemas ou que não se conheça os mesmos de forma suficiente. Entretanto, há que se considerar que em países marcados por um padrão de desenvolvimento aos moldes centro-periferia, essa condição também é reproduzida internamente nas várias escalas.

Diniz, Crocco e Santos (2006, p. 110-111) foram enfáticos ao afirmar que quando uma região, no contexto nacional, é considerada de economia retardatária, o entorno de um núcleo urbano é geralmente de subsistência e que, por esse motivo, o núcleo urbano é incapaz de desaglomerar atividades econômicas complementares para seu entorno e criar um mercado de trabalho microrregional dinâmico. Os autores complementaram que o baixo nível de divisão territorial do trabalho e a conseqüente baixa diversificação dos serviços da área influência não seriam suficientes para alimentar os retornos crescentes das aglomerações locais lideradas por uma indústria, agroindústria ou serviço especializado da cidade média.

A condição de desigualdade, dessa forma, se expressa nas redes de cidades microrregionais. E isso traz conseqüências desastrosas para um processo de integração produtiva que se queira almejar. Níveis altos de desigualdade existente entre a cidade média dinâmica e sua área de influência inviabilizam, nesses pequenos núcleos, processos de complementariedade produtiva capazes de absorver atividades inovadoras. Uma baixa inserção social da área de influência também é fator limitador dessa integração. Além disso, se um polo regional é o único responsável pela dinamização de sua área de influência, a capacidade de sustentabilidade dessa área é mínima, dada a dependência em relação à atividade econômica do polo principal.

Depreende-se então que parte da compreensão dos problemas das cidades médias está nas relações que esta mantém com as pequenas cidades. E que talvez a solução para muitos deles esteja nas relações com pequenas cidades, e não exclusivamente nas médias. Dessa forma, até mesmo entre as pequenas cidades das microrregiões de influência há a reprodução de processos de desigualdade, típicos de espaços que apresentam urbanização incompleta e dependente, com pouca capacidade adensamento do tecido produtivo. Tudo isso evidencia o padrão concentrador, polarizador e

fragmentado da rede de cidades ainda na fase neodesenvolvimentista. Não há, dessa forma, uma clara perspectiva de integração produtiva intrarregional no Semiárido, pelo menos em curto e médio prazos.

Considerando o conteúdo tratado nesta tese, algumas abordagens não foram aprofundadas de forma suficiente e podem se constituir em desdobramentos do trabalho em futuros estudos. A primeira abordagem pode ser a influência do contexto político/ideológico nas escolhas dos investimentos públicos nas microrregiões dinâmicas. Observou-se nesse estudo a forte vinculação das oligarquias econômicas e políticas na destinação de investimentos do poder público no Semiárido, nas diferentes fases de planejamento estatal, alterando as relações produtivas e a rede de cidades a partir de então. Outras abordagens podem também levar em conta o papel dos grandes empreendimentos infraestruturais, principalmente advindos do PAC, e suas relações com o espaço regional do Semiárido. Nesta tese, não foi possível individualizar os efeitos de cada um desses empreendimentos no delineamento da rede de cidades.

Como outras sugestões de futuros estudos e outros desdobramentos desta tese, tem-se o aprimoramento da pesquisa aplicada. Nessa pesquisa houve restrição da série temporal de dados (analisou-se dois anos distintos com uma média de diferença de dez anos entre o Ano 1 e o Ano 2) e limitações também existiram em relação às variações temporais de dados, em alguns casos essa variação foi curta, em função das fontes disponíveis. Além disso, não foi possível envolver formalmente uma “Análise de Tendência” de uma integração produtiva no Semiárido com base em teste estatístico. Nesse sentido, estudos futuros poderão desenvolver uma análise dessa natureza. Outras limitações também existiram no tocante às bases técnicas de referência sobre redes de cidades. Os estudos da Regic do IBGE mostraram-se incompletos no sentido de não captarem fluxos inter-regionais com maior precisão e nem fluxos supranacionais. Além disso, a série mais recente foi publicada em 2008, necessitando, portanto, de uma atualização. Sobre os fluxos intrarregionais entre as microrregiões dinâmicas, novas pesquisas poderão aprimorar o tema, com a inclusão de dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres e de companhias de transportes privados, como as de transporte interestadual de passageiros. Por fim, no tocante ao processo de drenagem de recursos das microrregiões para as cidades médias, pesquisas poderão ser desenvolvidas no tocante ao preço da terra urbana nessas cidades. As informações referentes a essa temática não se encontram consolidadas no Semiárido até então.

Este trabalho trouxe como hipótese de trabalho o argumento de que a consolidação de uma rede de cidades em escala nacional pode contribuir para a redução de desigualdades regionais. De fato, observou-se que o adensamento da rede e as relações verticais e horizontais estabelecidas entre suas centralidades pode conferir maior integração dos processos produtivos, incluindo mais territórios em atividades complementares e cooperativas. Como outras hipóteses exploradas no âmbito da pesquisa,

verificou-se que: (i) no tocante ao desenvolvimento, o fortalecimento recente das cidades médias de fato contribuiu para a melhoria dos indicadores no Semiárido como um todo, principalmente os econômicos. Entretanto, os indicadores sociais não grande diferenciação em relação ao agregado Semiárido; (ii) em relação ao desenvolvimento regional, as frentes de dinamização atuais em cidades médias no Semiárido representam, em larga medida, o resultado de políticas regionais que incidiram no país e que abriram espaço para a inserção do capital privado nas diferentes fases. Isso foi verificado ao longo do estudo, nas relações entre as políticas públicas de diferentes tendências e os distintos rebatimentos nas redes de cidades em escala nacional, regional e microrregional; (iii) em relação à rede de cidades, as dinâmicas emergentes do capital geraram novos fluxos que passaram a articular as cidades médias do Semiárido a redes de cidades inter-regionais e supranacionais, restringindo a integração produtiva na região. Essa hipótese também foi confirmada no decorrer do trabalho, quando se analisou a predominância dos fluxos inter-regionais e supranacionais sobre os internos ao Semiárido. Por fim, (iv) quanto às relações entre cidade média e região, verificam-se processos de desigualdade na escala intrarregional, mas não se pode afirmar que as cidades médias dinâmicas do Semiárido funcionam como “enclaves socioeconômicos”. Ainda que haja excessiva drenagem de recursos da microrregião de influência para a cidade-polo, observou-se uma expansão da área polarizadora, que vem atingir núcleos integrantes de microrregiões de influência, além de incipientes processos de endogeneização do desenvolvimento para além das cidades médias.

## **8.2 Recomendações**

Os achados da tese trazem à tona novos desafios para as políticas públicas, especialmente àquelas vinculadas ao planejamento e desenvolvimento urbano, rural e regional. Em primeiro lugar, reforçam a tese de que a rede de cidades pode estimular ou restringir oportunidades de desenvolvimento. As relações entre cidades de uma mesma rede ou de redes distintas precisam ser identificadas e consideradas nos processos de planejamento, especialmente se são relações supranacionais comandadas por cidades médias, como vem ocorrendo no Semiárido. Nesse caso, a força dinamizadora regional dessas cidades tende a ser arrefecida pelos poucos vínculos intrarregionais estabelecidos. Merece destaque também a necessidade de se avançar nas políticas de subsídios e incentivos fiscais. Estímulos seletivos em serviços intensivos em conhecimento parecem estar mais aderentes a esse novo Semiárido urbano e dinâmico que emerge nos anos recentes. Vêm contribuir para o suprimento de um importante déficit nessa região, que é a insuficiência de conteúdo tecnológico e inovador nas atividades produtivas. Além disso, pensar as pequenas cidades enquanto lócus de atividades complementares e cooperativas às desenvolvidas nas cidades médias faz com que se crie um todo microrregional orgânico, com endogeneização do conhecimento e transbordamento do dinamismo da cidade média para a área de influência. Nesse sentido, no Semiárido, podem-se criar condições favoráveis a uma futura integração produtiva intrarregional a partir da sua rede de cidades.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMANZA, Adolfo Sánchez. *Sistema de ciudades y redes urbanas en los modelos económicos de México*. In: Revista Problemas del Desarrollo, 184 (47), jan-mar, 2016.
- ALVES, Adriana Melo; ROCHA NETO, João Mendes da. *A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios*. In: Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro 2014, p. 311 a 338.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A geografia e o problema da interdisciplinaridade entre as ciências*. In: *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas: Papirus, 1989, p. 11-24.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, nordestes: que nordeste? Versão revisada*. In: Araújo, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.
- ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Turismo e transformações espaciais no eixo Brasília-Goiânia*. In: Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, out. 2012. p. 101-122.
- ASSIS, Lenilton Francisco et al.. *A terceirização na cidade média de Sobral e suas influências no comércio das cidades pequenas de Cariré e Varjota – CE*. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral. V. 8/9, nº 1, 2007. P. 123-140.
- ASSIS, L. F.; RODRIGUES, A. H. V. *As novas centralidades e a ascensão do mercado imobiliário na cidade média de Sobral (CE)*. In: Anais do VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp. Rio Claro: Unesp, 2008, p.343-363.
- AZEVEDO, Heloísa Pereira Lima; ALVES, Adriana Melo. *Rides: por que criá-las?* In: Revista Geografias. Belo Horizonte: IGC/UFGM, 2010.
- AVELLAR, Sérgio Oswaldo de Carvalho. *Mobilidade espacial de mestres e doutores no Brasil: 1975-2010*. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000964225>>. Acesso em: 3/4/ 2017.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). *Nordeste 2022 - Estudos Prospectivos – Documento Síntese*. Banco do Nordeste do Brasil e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Coord. Tânia Bacelar de Araújo. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014. 155 p.
- BALOGH, I. R. S.. *Piscicultura em Paulo Afonso: uma prática de desenvolvimento sustentável?* Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.
- BECATTINI, G. *Le district marshallien: une notion socio-économique*. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. (org.s). *Les régions qui gagnent*. Paris: PUF, 1992.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G.. *Brasil: uma nova potência nacional na economia-mundo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 268 p.
- BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999.
- BOITO, Armando. *As bases políticas no neodesenvolvimentismo*. São Paulo: Trabalho apresentado no Fórum Econômico da FGV, 2012.
- BORDO, Adilson Aparecido. *Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do estado de São Paulo, Brasil*. In: Scripta Nova. Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (79), 1º de agosto de 2005.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado*. In: Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR /107/carlos\\_brandao.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR /107/carlos_brandao.pdf). Acesso em: 31/01/2017.



BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). *Base de dados estatísticos do transporte aéreo*. 2015b. Disponível em: [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Banco Central (BACEN). *Registros administrativos*. 2006b. Disponível em: [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Banco Central (BACEN). *Registros administrativos*. 2016b. Disponível em: [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Avaliação do programa de apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos (CVT): série documentos técnicos*. Brasília: CGEE, 2010a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2010*. 2010b. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/11/2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Banco de tabelas estatísticas. Dados econômicos*. 2000a. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Banco de tabelas estatísticas. Dados econômicos*. 2006c. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Banco de tabelas estatísticas. Dados econômicos*. 2010b. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Banco de tabelas estatísticas. Dados econômicos*. 2011b. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional de amostra de domicílios*. 2000b. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional de amostra de domicílios*. 2010c. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 a. 203 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Ligações rodoviárias e hidroviárias. Série Redes e fluxos no território*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Revista desafios do desenvolvimento*. Ano 9. Edição 72, 2012b.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana*. Ipea, IBGE, UNICAMP. Brasília: Ipea, 2001.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Acesso aos fundos regionais e incentivos fiscais: avaliação qualitativa de ofertantes, demandantes e atores locais*. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Consulta ao Ideb*. 2005c. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Consulta ao Ideb*. 2009. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Exportações brasileiras*. 2006a. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Exportações brasileiras*. 2016a. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br). Acesso 01/09/2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Exportações brasileiras*. 2016a. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br). Acesso 01/09/2017.

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Semi-árido - PDSA – Versão para discussão*. Brasília: IICA, 2005a. 134 p.. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/>. Acesso 01/11/2013.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – documento de referência*. Brasília, 2012a. Disponível em: [www.integracao.gov.br/web/cndr/publicacoes](http://www.integracao.gov.br/web/cndr/publicacoes). Acesso 01/11/2013.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. *Plano de Ação Integrada e Sustentável para a Rida do Polo Petrolina e Juazeiro*. Brasília: 2010a.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. *Nova delimitação do Semiárido Brasileiro*. 2005b. Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em: 17/2/2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Como exportar: Japão*. Coleção: Estudos e documentos de comércio exterior. Série: Como exportar. Brasília: 2011a. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXJapao.pdf>. Acesso em 13/09/2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento*. Brasília: MPOG, 2008b. 288 p.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais - RAIS*. 2006b. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso 01/09/2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais - RAIS*. 2010d. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso 01/09/2017.
- BRASIL. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro, 1958.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 96p.
- BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009.
- CAMPOS, Neio; KRAHL, Maria Flora Lottici. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Ed. 2006.p. 83-100.
- CANO, Wilson. *Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional*. Texto adaptado e ampliado de apresentação oral no Seminário sobre a Era Vargas, realizado no Instituto de Economia da Unicamp em 1/9/2004.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Volume 1. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2000. 286 p.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CATELAN, Márcio José. *Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias*. Tese (doutorado). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. 227 f.
- CIDADE, Lúcia Cony F.; VARGAS, G. M; JATOBÁ, S. U.. *Regime de acumulação e configuração do território no Brasil*. In: Cadernos metrópole, São Paulo, n. 20, p. 13-35, 2º semestre de 2008.
- CLAVAL, Paul. *Geografia econômica e economia*. In: Geotextos. v.1, n.1, 2005. p.11-27.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1933.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Serviços e Competividade Industrial no Brasil*. Brasília: CNI, 2014.
- CONTI, Políticas espaciais europeias. In: DINIZ, Clélio Campolina (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Ed UnB, 2007. pp. 131-148 .
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994. 96 p.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000. 51 p.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. pp 49-78.
- COUTINHO, Luciano G.. *A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*. In: Velloso, J. P.R. (org). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- CROCCO, Marco; DINIZ, Clélio Campolina. *Bases teóricas e instrumentais da econômica regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão*. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (orgs.) Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- DIAS, Leila Christina. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.
- DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco; SANTOS, Fabiana. *Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local*. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (orgs.) Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 87-122.
- ELIAS, Denise Souza. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP*. São Paulo: EdUSP, 2003.
- ELIAS, Denise Souza; PEQUENO, Renato. *Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 9, n. 1, maio de 2007.
- EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. *Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - configuração e dinâmica da rede urbana*. Petrópolis, 2001. 90 p.
- EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. *Referenciais básicos para uma metodologia de identificação do sistema urbano da América do Sul*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese de Doutorado em Geografia. Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 2006. 507p.
- FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia (Org.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil. Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais*. Recife: FASE - Observatório das Metrôpoles, 2009. pp. 63-92.
- FERRÃO, João. *Policentrismo e coesão territorial: um novo papel para as “regiões”?* Europa, novas fronteiras – Revista do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, nº 12, 2002. p. 31-37. Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000015001000020000/000018035.pdf>. Acesso em 13/09/2016.
- FREIRE, H. P; HOLANDA, V. C. C. *Expansão dos serviços de educação superior em Sobral: vida de relações na cidade média*. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral. V. Sobral, v. 13, n. 1, 2011. p. 47 – 55.
- FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia, Ed. Nacional, 1959.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2009. 234 p.
- FURTADO, Celso. *Essencial*. São Paulo: Penguin Companhia Classics Companhia das Letras, 2013. 1ª ed., 527 p.
- GOMES, Aldenor. *O polo fruticultor Açu/Mossoró (RN)*. In: Observanordeste. Natal: UFRN, 2003.
- GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. *A macroeconomia do desenvolvimento nordestino – 1960/1994*. Texto para discussão nº 372. Brasília: IPEA, 1995.
- GOMES, Gustavo Maia. *Velhas secas em novos sertões - continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.
- GONÇALVES, R.. *O Brasil e o comércio internacional: transformações perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- GRAZIANO DE SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. In: Revista Nova Economia. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio 1997. p. 43-81.

- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Trajectoria econômica de uma região periférica*. In: Estudos Avançados, v. 11, n. 29, 1997. pp 37-54.
- HAESBAERT, R Rogério. *Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional*. In: SPOSITO, E. (org.) Produção do espaço e redefinições regionais. Presidente Prudente: Unesp, FCT, GASPERR, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*. In: Revista Antares, n.º 3, jan-jun 2010. pp 2-24.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014. pp. 121-162.
- HELMSING, A. H. J. Bert. *Teorías de desarrollo industrial regional e políticas de segunda y tercera generación*. In: Revista Eure. Santiago de Chile, n.º 75, sept. 1999.
- HIRSCHMAN, A. O.. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HUNT, E. K. et al.. *História do pensamento econômico*. Trad. André Arruda Villela. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 504p.
- JACOBS, Jane. *The economy of cities*. New York: Random House, 1969.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- JIMÉNEZ, E. M.. *Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales y impacto territorial de la globalización*. Santiago de Chile: Publicación ILPES, 2002.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 1ª ed. em 1936.
- LÉDA, R. L. M.. *Centralidade urbana, configuração regional e nexos entre determinações econômicas e contingências políticas*. In: DIAS, P. C; SANTOS, J. (Org.). Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. p. 197-214.
- LEWIS, A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp. 406-456 . Disponível em: <http://docplayer.com.br/9610-O-desenvolvimento-economico-com-oferta-ilimitada-de-mao-de-obra.html>. Acesso em 21/11/2016.
- LIMA, João Policarpo R.; GATTO, Maria Fernanda. *A economia do Semiárido de Pernambuco: ainda “sem produção”?* In: Revista Economia e Desenvolvimento, Recife (PE), v. 12, n.º 2, 2013.
- LIPIETZ, Alain. *El capital y su espado*. México: Siglo Veinteuno, 1979.
- MAILLAT, D.. *Innovative milieux and new generations of regional policies*. In: Entrepreneurship & Regional Development, n.º 10, 1998.
- MARTÍNEZ PIVA, Jorge Mario. *Incentivos públicos de nueva generación para la atracción de inversión extranjera directa (IED) en Centroamérica*. In: Serie Estudios y Perspectivas. n.º 134. México, DF: CEPAL, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital- crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. Volume I. Livro primeiro - O processo de produção do capital, Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). São Paulo: Nova Cultural, 1996. 1ª ed. em 1867.
- MATOS, Ralfo. *Percepção dos moradores e fatores de atração em cidades médias dinâmicas*. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, vol. 12, núm. 27, Janeiro-Abril 2013, p. 39-55.
- MONTEIRO NETO, Aristides; BRANDÃO, Carlos Antônio; CASTRO, César Nunes de. *Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século*. In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (orgs.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. pp.429-470.
- MOREIRA, R.. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos especiais da geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- MUELLER, Charles C.. *Organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste*. In: Planejamento e políticas públicas. Nº 13, jun. de 1996.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Textos de Economia Contemporânea, I, 1960.
- NURKSE, Ragnar. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, E. X.. *Regiões de influência das cidades*. In: VI Encontro nacional da ANPEGE - Livro de resumos. Fortaleza, Ceará, 2005. CD-ROM.
- OLIVEIRA, E. X.. *Perspectivas das pesquisas sobre regiões de influência das cidades*. In: Anais do X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, Santa Catarina, 2007. CD-ROM.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981a.
- OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1989-1930). In: *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.
- OLIVEIRA, José Lourenço de. *Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL: o projeto cinturão verde*. Dissertação de mestrado. Maceió: UFAL, 2007b.
- PERROUX, François. *Note sur la notion de pôle de croissance*. Economie Appliquée, t. VIII, 1955.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de desenvolvimento humano. 2000. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud>. Acesso: 19/9/2017.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de desenvolvimento humano. 2010. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud>. Acesso: 19/9/2017.
- POSSAS, Maria Silvia. *Concorrência e elementos subjetivos*. In: Revista de economia política. Vol. 18, n.4 (72), outubro-dezembro de 1998.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 1ª Edição em 1945. 364 p.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1992.
- RESENDE, Guilherme Mendes (ed.). *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- RIBEIRO, Marcus Rodrigo F. et al. . *The fish farming in the hydroelectric reservoirs in the mid and low São Francisco River, a semiarid region of northeast Brazil*. In: Acta Fish. Aquat. Res. (2015) 3 (1): 91-108.
- ROCHA NETO, João Mendes. *Cooperação e competição entre políticas públicas no Brasil: os custos da governabilidade no presidencialismo de coalizão*. Tese de doutorado. Natal: UFRN, 2012.
- ROCHFERT, Michel. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998, 174p.
- RUA, Maria das Graças. *Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao uso de indicadores*. Brasília: ENAP, 2004.
- RUIZ, Ricardo Machado. *Estruturas urbanas comparadas: Estados Unidos e Brasil*. In: Revista estudos econômicos. Vol.35 nº.4. São Paulo. Oct./Dec. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612005000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400005). Acesso em 13/09/2016.
- SANTOS, Cleiton Pereira. *Acumulação flexível e reorganização produtiva do território: o caso do Parque Tecnológico Capital Digital de Brasília (PTCD)*. Tese de Doutorado. UnB, Brasília: 2016.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4ª ed.. São Paulo: EdUSP, 2006. 384 p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. As diferenciações no território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.
- SANTOS, Wilton Macedo et al. . *Contribuições dos institucionalistas à economia regional*. In: Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales. n. 29, jul-set 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/03/economia-regional.html>. Acesso em 13/02/2017.
- SCHUMPETER, Joseph. *O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.
- SEN, Amartya. A pobreza como privação de capacidades. In: *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.120-149.
- SICSÚ, Abraham B.; BOLAÑO, César R. S.. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional. Artigo derivado da palestra *Inovação e competitividade: um enfoque regional*. São Paulo: UNESP, 2006.
- SILVA, Elba da. *Regionalização metropolitana: uma análise da proposta de institucionalização da região metropolitana de Vitória da Conquista - Ba*. Dissertação de mestrado. Salvador: Instituto de Geociências/Universidade Federal da Bahia, 2016. 140 f.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e; et al.. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*. Recife: Sudene, 1985.
- SILVA, Márcio Ferreira Araújo. *Instituições, mudança institucional e inovações na promoção de dinamismo econômico: o caso do polo Juazeiro-Petrolina*. Tese (Doutorado em Administração). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática*. In: Revista Econômica do Nordeste, v. 38, nº 3. Fortaleza, jul-set. 2007. p. 467-485.
- SILVA, William Ribeiro da. O papel das cidades médias diante da reestruturação urbana escalas e agentes econômicos. In: BICALHO, Ana Maria S.M. e GOMES, Paulo César da Costa. *Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica*. Cap. 6. Rio de Janeiro: Publit, 2009. pp.125-139.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Hemus, 3a ed. 2008, 440p. (edição resumida). 1ª ed. em 1776.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988. 242 p.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação*. In: Revista Análise. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.
- SOUZA, Sérgio Magno Carvalho de. *Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília: Unb, 2016.
- SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v.1.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Novas redes urbanas cidades médias e pequenas no processo de globalização*. In: Revista Geografia. Rio Claro, v. 35, nº 1, p. 51-62, jan/abr 2010.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.263 p.
- VAINER, Carlos. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* In: Planejamento e território – ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF, 1996.

## **10. APÊNDICE**

QUADRO 10.1 DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES À LUZ DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL				FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO	
Competitividade	Riqueza (PIB Total)	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	↑ 155,30%	↔ 111,19%	↔ 143,23%	↔ 128,47%	↔ 115,11%	↔ 139,53%	↔ 94,84%	↔ 131,42%	↔ 133,76%	↔ 70,94%
	Setor primário	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	↔ 75,81%	↔ 28,35%	↔ 120,42%	↔ 87,02%	↓ -16,32%	↔ 96,79%	↔ 62,51%	↔ 56,29%	↑ 249,30%	↔ 53,64%
	Setor secundário	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	↑ 238,44%	↔ 117,06%	↑ 176,87%	↑ 178,62%	↔ 142,61%	↑ 201,27%	↔ 61,26%	↔ 117,92%	↔ 113,96%	↔ 56,21%
	Produtividade	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	↔ 137,10%	↔ 94,42%	↔ 122,14%	↔ 109,06%	↔ 79,33%	↔ 123,15%	↔ 108,89%	↔ 103,19%	↔ 54,79%	↔ 93,65%
	Infraestrutura econômica	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%	↔ 100,00%
	Economia sem produção	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	↓ -21,22%	↓ -14,35%	↓ -0,78%	↓ -4,40%	↓ -7,28%	↔ 16,32%	↓ -40,02%	↓ -17,71%	↓ -26,70%	↑ 1931,75%
Equidade	Setor terciário	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	↔ 142,90%	↔ 112,01%	↔ 140,42%	↔ 122,06%	↔ 144,66%	↔ 140,79%	↔ 113,94%	↔ 138,86%	↔ 145,03%	↔ 127,23%
	Renda per capita média	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais / Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	↔ 145,07%	↔ 121,68%	↔ 62,40%	↔ 77,95%	↑ 154,74%	↔ 88,74%	↔ 140,19%	↔ 110,63%	↔ 142,92%	↔ 110,72%
	Sustentabilidade rural	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( N° de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( N° de habitantes)	2002	2009	↔ 86,27%	↑ 521,92%	↓ -21,09%	↑ 215,02%	↑ 235,50%	↔ 117,37%	↑ 342,51%	↑ 627,54%	↓ -27,52%	↔ 74,02%
	Vulnerabilidade à pobreza	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	↓ -22,48%	↓ -25,35%	↑ 53,17%	↓ -19,80%	↓ -16,56%	↓ -16,15%	↓ -17,99%	↓ -19,86%	↓ -30,00%	↓ -16,26%
	Desenvolvimento humano	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	↔ 142,71%	↔ 135,43%	↓ -4,84%	↔ 119,94%	↑ 189,96%	↔ 123,87%	↑ 157,42%	↔ 129,73%	↔ 109,97%	↔ 136,80%
	Desigualdade de renda	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil - Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima (indicador negativo)	2000	2010	↓ -4,91%	↓ -10,93%	↑ 4,11%	↓ -10,53%	↓ -5,34%	↓ -6,77%	↓ -7,89%	↓ -12,32%	↓ -4,52%	↓ -4,62%

**LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO**

NÃO CRESCEU OU DECRESCEU	↓ #####
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	↔ #####
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	↔ #####
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.



### QUADRO 10.1.1 - FEIRA DE SANTANA - DESENVOLVIMENTO

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,55	↑ 155,30%	2.269.833,00	11.126.585,00	390,19	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Setor primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,76	↔ 75,81%	103.169,00	288.199,00	179,35	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Setor secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	2,38	↑ 238,44%	360.519,00	2.450.536,00	579,72	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	1,37	↗ 137,10%	82,85	287,55	247,07	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado (RODO)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	-0,21	↓ -21,22%	101,59	80,03	21,22	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Setor terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,43	↗ 142,90%	1.806.145,00	8.387.850,00	364,41	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,45	↗ 145,07%	4.234,34	7.047,97	66,45	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	0,86	↔ 86,27%	2.651,00	3.231,00	21,88	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,22	↓ -22,48%	1.986,35	1.539,76	22,48	355.591,83	244.808,74	31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,43	↗ 142,71%	0,44	0,60	36,95	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,05	↓ -4,91%	12,83	12,20	4,91	3.044,38	2.751,23	9,63

#### LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO

NÃO CRESCEU OU DECRESCER	↓ #####
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	↔ #####
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	↗ #####
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	↑ #####

Elaboração: Autora (2017)

**QUADRO 10.1.2 - CAMPINA GRANDE - DESENVOLVIMENTO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	Riqueza (PIB Total)	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,11	111,19%	1.561.783,00	5.925.022,00	279,38	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	Setor primário	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,28	28,35%	42.905,00	71.675,00	67,06	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	Setor secundário	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,17	117,06%	371.395,00	1.428.374,00	284,60	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	Produtividade	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	0,94	94,42%	44,77	120,95	170,16	50.896,38	142.616,00	180,21
	Infraestrutura econômica	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (RODO)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	Economia sem produção	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	-0,14	-14,35%	31,77	27,21	- 14,35	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	Setor terciário	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,12	112,01%	1.147.483,00	4.424.973,00	285,62	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	Renda per capita média	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,22	121,68%	1703,45	2652,83	55,73	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	Sustentabilidade rural	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( N° de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( N° de habitantes)	2002	2009	5,22	521,92%	309	718	132,36	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	Vulnerabilidade à pobreza	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,25	-25,35%	632,15	471,92	- 25,35	355.591,83	244.808,74	- 31,15
	Desenvolvimento humano	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,35	135,43%	0,46	0,62	35,07	0,52	0,66	25,89
	Desigualdade de renda	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,11	-10,93%	4,39	3,91	- 10,93	3.044,38	2.751,23	- 9,63

**LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO**

NÃO CRESCER OU DECRESCER	
CRESCER ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	
CRESCER ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	
CRESCER MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	

### QUADRO 10.1.3 VITÓRIA DA CONQUISTA - DESENVOLVIMENTO

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,43	143,23%	1.165.517,00	5.359.848,00	359,87	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Setor primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,20	120,42%	113.023,00	434.991,00	284,87	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Setor secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,77	176,87%	144.065,00	763.560,00	430,01	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	1,22	122,14%	59,71	191,14	220,11	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (RODO)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) ( <b>indicador negativo</b> )	2000	2010	-0,01	-0,78%	54,05	53,63	0,78	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Setor terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,40	140,42%	908.429,00	4161297	358,08	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	0,62	62,40%	2694	3464	28,58	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade e rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	-0,21	-21,09%	1433,72	1131,3	21,09	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual ( <b>indicador negativo</b> )	2000	2010	0,53	53,17%	6,3	9,65	53,17	355.591,83	244.808,74	31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	-0,05	-4,84%	0,52	0,50	4,84	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil ( <b>indicador negativo</b> )	2000	2010	0,04	4,11%	6,08	6,33	4,11	3.044,38	2.751,23	9,63

#### LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO

NÃO CRESCEU OU DECRESCEU	
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	

### QUADRO 10.1.4 - VALE DO IPOJUCA - DESENVOLVIMENTO

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,28	128,47%	1.668.778,00	7.055.295,00	322,78	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Setor primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,87	87,02%	93.351,00	285.525,00	205,86	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Setor secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,79	178,62%	236399	1263051	434,29	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	1,09	109,06%	70,07	207,78	196,53	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	0,00	Caracterizado (HIDRO)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	-0,04	-4,40%	69,24	66,19	- 4,40	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Setor terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,22	122,06%	1.339.028,00	5.506.719,00	311,25	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	0,78	77,95%	3687,48	5004,08	35,70	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	2,15	215,02%	1766	2729	54,53	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,20	-19,80%	1231,75	987,91	- 19,80	355.591,83	244.808,74	- 31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,20	119,94%	0,45	0,59	31,06	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,11	-10,53%	9,21	8,24	- 10,53	3.044,38	2.751,23	- 9,63

#### LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO

NÃO CRESCER OU DECRESCER	
CRESCER ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	
CRESCER ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	
CRESCER MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	

**QUADRO 10.1.5 - ARAPIRACA - DESENVOLVIMENTO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	Riqueza (PIB Total)	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,15	↗ 115,11%	757.714,00	2.949.243,00	289,23	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	Setor primário	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	-0,16	↘ -16,32%	151.597,00	126.856,00	16,32	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	Setor secundário	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,43	↗ 142,61%	88.722,00	396.342,00	346,72	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	Produtividade	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	0,79	↗ 79,33%	44,20	107,39	142,96	50.896,38	142.616,00	180,21
	Infraestrutura econômica	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	0,00	Caracterizado (RODO)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	Economia sem produção	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	-0,07	↘ -7,28%	34,77	32,24	7,28	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	Setor terciário	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,45	↗ 144,66%	517.395,00	2.426.045,00	368,90	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	Renda per capita média	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,55	↗ 154,74%	1367,45	2336,67	70,88	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	Sustentabilidade rural	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( N° de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( N° de habitantes)	2002	2009	2,36	↗ 235,50%	797	1273	59,72	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	Vulnerabilidade à pobreza	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,17	↘ -16,56%	881,58	735,59	16,56	355.591,83	244.808,74	31,15
	Desenvolvimento humano	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,90	↗ 189,96%	0,37	0,55	49,19	0,52	0,66	25,89
	Desigualdade de renda	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,05	↘ -5,34%	5,8	5,49	5,34	3.044,38	2.751,23	9,63

**LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO**

NÃO CRESCEU OU DECRESCER	↘ #####
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	↔ #####
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	↗ #####
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	↗ #####

**QUADRO 10.1.6 - PETROLINA - DESENVOLVIMENTO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,40	139,53%	972.638,00	4.382.422,00	350,57	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Sector primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,97	96,79%	188.127,00	618.872,00	228,97	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Sector secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	2,01	201,27%	124.614,00	734.407,00	489,35	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	1,23	123,15%	42,49	136,79	221,93	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (IRRIGA )	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	0,16	16,32%	44,84	44,99	0,33	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Sector terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,41	140,79%	659.897,00	3029143	359,03	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	0,89	88,74%	1721,81	2421,66	40,65	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	1,17	117,37%	8446	10960	29,77	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,16	-16,15%	629,15	527,53	- 16,15	355.591,83	244.808,74	- 31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,24	123,87%	0,46	0,61	32,08	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,07	-6,77%	4,58	4,27	- 6,77	3.044,38	2.751,23	- 9,63

**LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO**

NÃO CRESCEU OU DECRESCOU	#####
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	#####
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	#####
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	#####



**QUADRO 10.1.7 - SOBRAL - DESENVOLVIMENTO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,95	94,84%	978.886,00	3.311.496,00	238,29	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Setor primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,63	62,51%	58.073,00	143.951,00	147,88	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Setor secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,61	61,26%	302.732,00	753.588,00	148,93	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	1,09	108,89%	51,62	152,91	196,22	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (ENERG EÓLICA)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	-0,40	-40,02%	69,51	41,69	- 40,02	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Setor terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,14	113,94%	618.081,00	2.413.957,00	290,56	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,40	140,19%	1877,7	3083,37	64,21	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( N° de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( N° de habitantes)	2002	2009	3,43	342,51%	137	256	86,86	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,18	-17,99%	1015,28	832,66	- 17,99	355.591,83	244.808,74	- 31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,57	157,42%	0,44	0,62	40,76	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,08	-7,89%	7,1	6,54	- 7,89	3.044,38	2.751,23	- 9,63

**LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO**

NÃO CRESCEU OU DECRESCEU	
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	

### QUADRO 10.1.8 - CARIRI - DESENVOLVIMENTO

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,31	131,42%	994.968,00	4.280.324,00	330,20	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Setor primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,56	56,29%	50.346,00	117.392,00	133,17	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Setor secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,18	117,92%	187.940,00	726.777,00	286,71	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	1,03	103,19%	89,88	257,02	185,96	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (VLT)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) <b>(indicador negativo)</b>	2000	2010	-0,18	-17,71%	39,25	32,30	17,71	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Setor terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,39	138,86%	756.682,00	3.436.155,00	354,11	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais / Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,11	110,63%	1666,11	2510,38	50,67	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	6,28	627,54%	164	425	159,15	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual <b>(indicador negativo)</b>	2000	2010	-0,20	-19,86%	648,94	520,04	19,86	355.591,83	244.808,74	31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,30	129,73%	0,48	0,65	33,59	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil <b>(indicador negativo)</b>	2000	2010	-0,12	-12,32%	4,95	4,34	12,32	3.044,38	2.751,23	9,63

#### LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO

NÃO CRESCER OU DECRESCER	
CRESCER ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	
CRESCER ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	
CRESCER MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	



## QUADRO 10.1.9 - MOSSORÓ - DESENVOLVIMENTO

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,34	133,76%	1.139.221,00	4.968.033,00	336,09	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Sector primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	2,49	249,30%	24.502,00	169.006,00	589,76	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Sector secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,14	113,96%	472.483,00	1.781.640,00	277,08	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	0,55	54,79%	75,55	150,15	98,74	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (HIDRO+IRRIG)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) ( <i>indicador negativo</i> )	2000	2010	-0,27	-26,70%	27,98	20,51	- 26,70	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Sector terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,45	145,03%	642.236,00	3.017.387,00	369,83	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,43	142,92%	1453,38	2404,81	65,46	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	-0,28	-27,52%	5516	3998	- 27,52	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual ( <i>indicador negativo</i> )	2000	2010	-0,30	-30,00%	447,35	313,16	- 30,00	355.591,83	244.808,74	- 31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,10	109,97%	0,50	0,65	28,48	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini (-) do Brasil ( <i>indicador negativo</i> )	2000	2010	-0,05	-4,52%	3,1	2,96	- 4,52	3.044,38	2.751,23	- 9,63

### LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO

NÃO CRESCER OU DECRESCER	#####
CRESCER ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	#####
CRESCER ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	#####
CRESCER MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	#####

Elaboração: Autora (2017)

**QUADRO 10.1.10 - PAULO AFONSO - DESENVOLVIMENTO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Crescimento MCR (%)	VALOR ABSOLUTO BRASIL (BRA)		TX Básica de Crescimento BRA (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Competitividade	<b>Riqueza (PIB Total)</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos), do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,71	70,94%	913.334,00	2.541.339,00	178,25	1.179.482.022,00	4.143.013.333,00	251,26
	<b>Setor primário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - agropecuária do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,54	53,64%	10.222,00	23.194,00	126,90	57.241.012,00	192.653.378,00	236,57
	<b>Setor secundário</b>	Taxa de Crescimento do PIB - indústria da microrregião - Valor anual (mil reais)/Taxa de Crescimento do PIB - indústria do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	0,56	56,21%	700.288,00	1.657.263,00	136,65	283.320.987,00	972.156.035,00	243,13
	<b>Produtividade</b>	Taxa de crescimento da razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais na microrregião - Valor anual /Taxa de crescimento da Razão entre o Valor Adicionado Bruto a preços correntes (mil reais), sobre a população economicamente ativa com 18 anos ou mais no Brasil - Valor anual	2000	2010	0,94	93,65%	37,29	100,22	168,76	50.896,38	142.616,00	180,21
	<b>Infraestrutura econômica</b>	Presença de grandes obras de infraestrutura (energética/hidráulica/ferroviária/rodoviária) no Brasil e na Microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado (ENERG)	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	<b>Economia sem produção</b>	Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária na microrregião (%) / Taxa de crescimento do percentual do número de empregados no setor público de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada sobre o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária no Brasil (%) (indicador negativo)	2000	2010	19,32	1931,75%	36,28	50,65	39,61	36.079,81	36.819,59	2,05
Equidade	<b>Setor terciário</b>	Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública da microrregião - Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB - Comércio e Serviços, Impostos e Administração Pública do Brasil - Valor anual (mil reais)	2000	2011	1,27	127,23%	202.824,00	860.882,00	324,45	838.920.023,00	2.978.203.920,00	255,00
	<b>Renda per capita média</b>	Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião - Valor anual em reais/ Taxa de crescimento da Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos do Brasil - Valor anual em reais	2000	2010	1,11	110,72%	1188,65	1791,44	50,71	1.883.988,02	2.746.915,26	45,80
	<b>Sustentabilidade rural</b>	Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca na microrregião ( Nº de habitantes)/Taxa de crescimento da População ocupada por setores Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Brasil ( Nº de habitantes)	2002	2009	0,74	74,02%	293	348	18,77	1.138.235,00	1.426.897,00	25,36
	<b>Vulnerabilidade à pobreza</b>	Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo na microrregião - Valor percentual/Taxa de crescimento da Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo no Brasil - Valor percentual (indicador negativo)	2000	2010	-0,16	-16,26%	478,35	400,56	16,26	355.591,83	244.808,74	31,15
	<b>Desenvolvimento humano</b>	Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio da microrregião/Taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM médio do Brasil	2000	2010	1,37	136,80%	0,45	0,61	35,42	0,52	0,66	25,89
	<b>Desigualdade de renda</b>	Taxa de crescimento do Índice de Gini da microrregião / Taxa de crescimento do Índice de Gini do Brasil (indicador negativo)	2000	2010	-0,05	-4,62%	3,46	3,3	4,62	3.044,38	2.751,23	9,63

**LEGENDA - COLUNA TENDÊNCIA - DESENVOLVIMENTO**

NÃO CRESCEU OU DECRESCEU	*****
CRESCEU ABAIXO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	*****
CRESCEU ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (ATÉ 149,9%)	*****
CRESCEU MUITO ACIMA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (MAIS DE 150%)	*****

Elaboração: Autora (2017)

QUADRO 10.2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL DAS MICRORREGIÕES À LUZ DO DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO				FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Localização e Polarização	Capital internacional: Multinacionais	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%
	Capital internacional: Agronegócio	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%
	Capital internacional: Shopping	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%
	Rede hoteleira	Número de hotéis na microrregião / número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016	↗ 162,50%	↗ 212,50%	↗ 117,65%	↗ 343,75%	↗ 110,00%	↗ 262,50%	↗ 108,33%	↗ 512,50%	↗ 266,67%	↗ 183,33%
	Bancos internacionais	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%	↗ 100,00%
	Serviços especializados	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%	↘ 0,00%	↗ 100,00%
Aglomerado e Endogeneização	APLs e Clusters	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	↘ 0,25%	↗ 0,88%	↘ 0,12%	↘ 0,25%	↘ 0,70%	↘ 0,25%	↘ 0,00%	↘ 0,25%	↘ 0,67%	↘ 0,33%
	CVTs	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↗ 0,06%	↘ 0,00%	↘ 0,00%	↗ 0,17%	↗ 0,13%	↗ 0,17%	↘ 0,00%
	Qualificação do emprego	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006 2011	↗ 163,70%	↗ 138,44%	↗ 144,63%	↗ 144,02%	↗ 152,46%	↗ 118,39%	↗ 130,78%	↗ 109,74%	↗ 114,94%	↗ 304,40%
	Formação profissional superior	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006 2011	↗ 208,41%	↘ 78,30%	↗ 281,83%	↗ 126,99%	↗ 285,92%	↗ 204,25%	↗ 246,01%	↗ 161,11%	↘ 112,52%	↗ 882,63%
	Qualificação de capital humano - pós graduação	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006 2011	↗ 199,97%	↘ 48,67%	↗ 200,88%	↗ 192,93%	↗ 730,12%	↗ 512,24%	↗ 903,96%	↗ 451,98%	↘ -5,56%	↗ 451,98%
	P,D & I	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006 2010	↗ 155,08%	↗ 192,47%	↗ 206,20%	↘ -29,36%	↗ 175,00%	↘ 32,54%	↘ -77,13%	↘ -29,33%	↗ 160,27%	↘ -69,35%

LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VARIÁVEIS	MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		100,00%	CARACTERIZADO
			0,00%	NÃO CARACTERIZADO
REDE HOTELEIRA		#####	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
		#####	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
		#####	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
APLS E CLUSTERS/CVTS		#####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO	
		#####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO	
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I		#####	SE DECRESCEU	
		#####	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
		#####	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
		#####	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.2.1 - FEIRA DE SANTANA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR Ano 2	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB Ano 2
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	Capital internacional: Multinacionais	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Pepsico, Heineken, Belgo Bekaert	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Agronegócio	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Shopping	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Boulevard Shopping Feira, América Outlet	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Redes e franquias	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Hotel Ibis	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Rede hoteleira	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016	1,63	162,50%	N/A	39,00	N/A	1,63	N/A	N/A	N/A	N/A	
	Bancos internacionais	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - HSBC/BradescoABN AMRO REAL, Santander	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Serviços especializados	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
Agglomeração e Endogeneização	APLs e Clusters	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	0,25	0,25	N/A	6,00	N/A	0,25	N/A	876,00	N/A	0,77	
	CVTs	Média do número de centros vocacionais tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	0,00	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	23,00	N/A	0,02	
	Qualificação do emprego	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,64	163,70%	26.595,00	50.436,00	89,64	2.101,50	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	Formação profissional superior	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	2,08	208,41%	4.997,00	9.991,00	99,94	416,29	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	Qualificação de capital humano - pós graduação	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	2,00	199,97%	55,00	128,00	132,73	5,33	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	P,D & I	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	1,55	155,08%	489,00	697,00	42,54	29,04	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	
	100,00%	CARACTERIZADO
	0,00%	NÃO CARACTERIZADO
	REDE HOTELEIRA	
	#####	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	#####	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	#####	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	APLS E CLUSTERS/CVTS	
	#####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO
	#####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I		
#####	SE DECRESCEU	
#####	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
#####	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
#####	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	

**QUADRO 10.2.2 - CAMPINA GRANDE - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	<b>Capital internacional: Multinacionais</b>	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	Caracterizado - Coca-Cola		N/A	N/A	Caracterizado		N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Agronegócio</b>	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		0,00	↓ 0,00%	Não caracterizado		N/A	N/A	Caracterizado		N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Shopping</b>	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	Caracterizado - Partage, Rio Sierra, Iguatemi e Boulevard		N/A	N/A	Caracterizado		N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Redes e franquias</b>	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		0,00	↓ 0,00%	Não caracterizado		N/A	N/A	Caracterizado		N/A	N/A
	<b>Rede hoteleira</b>	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		2,13	↑ 212,50%	17,00		N/A	2,13	N/A		N/A	N/A
	<b>Bancos internacionais</b>	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	Caracterizado - HSBC/Bradesco, Santander		N/A	N/A	Caracterizado		N/A	N/A
	<b>Serviços especializados</b>	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	Caracterizado - Fundação Parque Tecnológico da Paraíba		N/A	N/A	Caracterizado		N/A	N/A
Aglomerado e Endogeneização	<b>APLs e Clusters</b>	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,88	↑ 0,88	7,00		N/A	0,88	N/A 876,00		N/A	0,77
	<b>CVTs</b>	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,00	↓ 0,00	0,00		N/A	0,00	N/A 23,00		N/A	0,02
	<b>Qualificação do emprego</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,38	↑ 138,44%	38.844,00	68.293,00	75,81	8.536,63	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	<b>Formação profissional superior</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	0,78	↓ 78,30%	16.865,00	23.197,00	37,55	2.899,63	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	<b>Qualificação de capital humano - pós graduação</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	0,49	↓ 48,67%	585,00	774,00	32,31	96,75	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	<b>P,D &amp; I</b>	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	1,92	↑ 192,47%	752,00	1.149,00	52,79	143,63	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		REDE HOTELEIRA		APLS E CLUSTERS/CVTS		QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I															
		↑ 100,00%	CARACTERIZADO	↓ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	↓ #####	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	↑ #####	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	↓ #####	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	↓ #####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO	↑ #####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO	↓ #####	SE DECRESCEU	↑ #####	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	↑ #####	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	↑ #####

**QUADRO 10.2.3 - VITÓRIA DA CONQUISTA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	Capital internacional: Multinacionais	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Coca-cola	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Agronegócio	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Shopping	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Shopping Conquista Sul e Boulevard	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Redes e franquias	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Hotel Ibis	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Rede hoteleira	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016	1,18	117,65%	N/A	20	N/A	1,18	N/A	N/A	N/A	N/A	
	Bancos internacionais	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - HSBC/Bradesco	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Serviços especializados	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
Aglomerado e Endogeneização	APLs e Clusters	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	0,12	0,12	N/A	2,00	N/A	0,12	N/A	876,00	N/A	0,77	
	CVTs	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	0,00	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	23,00	N/A	0,02	
	Qualificação do emprego	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,45	144,63%	4.707,00	8.435,00	79,20	496,18	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	Formação profissional superior	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	2,82	281,83%	865,00	2.034,00	135,14	119,65	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	Qualificação de capital humano - pós graduação	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	2,01	200,88%	3,00	7,00	133,33	0,41	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	P,D & I	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	2,06	206,20%	244,00	382,00	56,56	22,47	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	DESCRITORES	ÍNDICE	TENDÊNCIA	VALOR	COMPARATIVO
				VALOR	COMPARATIVO
MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	100,00%	100,00%	↑	CARACTERIZADO	
	0,00%	0,00%	↓	NÃO CARACTERIZADO	
REDE HOTELEIRA	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	↓		
	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	↔		
	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	↑		
APLS E CLUSTERS/CVTS	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO	↓		
	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO	↔		
	SE DECRESCEU	SE DECRESCEU	↓		
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	↔		
	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	↔		
	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	↑		



**QUADRO 10.2.4 - VALE DO IPOJUCA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR Ano 2	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB Ano 2
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	<b>Capital internacional: Multinacionais</b>	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Agronegócio</b>	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		0,00	↓ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Shopping</b>	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	N/A	Shopping Difusora e Caruaru, Bairro Shopping Leste	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Redes e franquias</b>	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		0,00	↓ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Rede hoteleira</b>	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		3,44	↑ 343,75%	N/A	55,00	N/A	3,44	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>Bancos internacionais</b>	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	N/A	Caracterizado - Santander e HSBC/Bradesco	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Serviços especializados</b>	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		1,00	↑ 100,00%	N/A	Caracterizado - Turismo	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
Agglomeração e Endogeneização	<b>APLs e Clusters</b>	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,25	↓ 0,25	N/A	4,00	N/A	0,25	N/A	876,00	N/A	0,77
	<b>CVTs</b>	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,06	↑ 0,06	N/A	1,00	N/A	0,06	N/A	23,00	N/A	0,02
	<b>Qualificação do emprego</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,44	↑ 144,02%	16.649,00	29.780,00	78,87	1.861,25	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	<b>Formação profissional superior</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	1,27	↑ 126,99%	5.296,00	8.521,00	60,90	532,56	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	<b>Qualificação de capital humano - pós graduação</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	1,93	↑ 192,93%	139,00	317,00	128,06	19,81	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	<b>P,D &amp; I</b>	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	- 29,36	↓ - 29,36	1.199,00	847,00	- 29,36	52,94	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	DESCRITORES	ÍNDICE	TENDÊNCIA	COMENTÁRIO
MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	↑ 100,00%	100	↑	CARACTERIZADO
	↓ 0,00%	0	↓	NÃO CARACTERIZADO
REDE HOTELEIRA	↓ #####	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO		
	#####	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO		
	↑ #####	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO		
APLs e CLUSTERS/CVTS	↓ #####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO		
	↑ #####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO		
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I	↓ #####	SE DECRESCEU		
	#####	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO		
	#####	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO		
	↑ #####	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO		

**QUADRO 10.2.5 - ARAPIRACA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	<b>Capital internacional: Multinacionais</b>	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Agronegócio</b>	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Shopping</b>	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado - Arapiraca Garden	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Redes e franquias</b>	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado- Hotel Ibis	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Rede hoteleira</b>	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		1,10	↗ 110,00%	N/A	11,00	N/A	1,10	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>Bancos internacionais</b>	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado- HSBC e Santander	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Serviços especializados</b>	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		0,00	↘ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
Aglomeração e Endogeneização	<b>APLs e Clusters</b>	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,70	↘ 0,70%	N/A	7,00	N/A	0,70	N/A	876,00	N/A	0,77
	<b>CVTs</b>	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,00	↘ 0,00%	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	23,00	N/A	0,02
	<b>Qualificação do emprego</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,52	↗ 152,46%	27.081,00	49.691,00	83,49	4.969,10	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	<b>Formação profissional superior</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	2,86	↗ 285,92%	10.661,00	25.278,00	137,11	2.527,80	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	<b>Qualificação de capital humano - pós graduação</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	7,30	↗ 730,12%	26,00	152,00	484,62	15,20	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	<b>P,D &amp; I</b>	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	1,75	↗ 175,00%	100,00	148,00	48,00	14,80	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	
	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	
REDE HOTELEIRA		
↘ #####	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
↗ #####	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
↗ #####	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
APLs E CLUSTERS/CVTS		
↘ #####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO	
↗ #####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO	
↘ #####	SE DECRESCER	
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I		
↘ #####	SE CRESCER ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
↗ #####	SE CRESCER ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
↗ #####	SE CRESCER 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	



**QUADRO 10.2.6 - PETROLINA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	<b>Capital internacional: Multinacionais</b>	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Agronegócio</b>	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado Dão SUL	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Shopping</b>	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-River Shopping	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Redes e franquias</b>	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-Hotel Ibis	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Rede hoteleira</b>	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		2,63	↗ 262,50%	N/A	21,00	N/A	2,63	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>Bancos internacionais</b>	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-Santander e HSBC/Bradesco	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Serviços especializados</b>	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-Enoturismo	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
Aglomeración e Endogeneização	<b>APLs e Clusters</b>	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,25	↘ 0,25	N/A	2,00	N/A	0,25	N/A	876,00	N/A	0,77
	<b>CVTs</b>	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,00	↘ 0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	23,00	N/A	0,02
	<b>Qualificação do emprego</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,18	↗ 118,39%	1.200,00	1.978,00	64,83	247,25	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	<b>Formação profissional superior</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	2,04	↗ 204,25%	292,00	578,00	97,95	72,25	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	<b>Qualificação de capital humano - pós graduação</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	5,12	↗ 512,24%	5,00	22,00	340,00	2,75	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	<b>P,D &amp; I</b>	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	0,33	↘ 32,54%	986,00	1.074,00	8,92	134,25	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	ÍNDICE	DESCRIÇÃO
MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
	↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO
REDE HOTELEIRA	↘	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	↗	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	↗	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
APLS E CLUSTERS/CVTS	↘	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO
	↗	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO- PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I	↘	SE DECRESCU
	↗	SE CRESCU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
	↗	SE CRESCU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
	↗	SE CRESCU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO

**QUADRO 10.2.7 - SOBRAL - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	Capital internacional: Multinacionais	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	Capital internacional: Agronegócio	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		0,00	↘ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	Capital internacional: Shopping	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-North Shopping	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	Capital internacional: Redes e franquias	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		0,00	↘ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	Rede hoteleira	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		1,08	↗ 108,33%	N/A	13	N/A	1,08	N/A	N/A	N/A	N/A
	Bancos internacionais	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-Santander e	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	Serviços especializados	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		0,00	↘ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
Aglomerado e Endogeneização	APLs e Clusters	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,00	↘ 0,00%	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	876,00	N/A	0,77
	CVTs	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,17	↗ 0,17%	N/A	2,00	N/A	0,17	N/A	23,00	N/A	0,02
	Qualificação do emprego	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,31	↗ 130,78%	3.502,00	6.010,00	71,62	500,83	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	Formação profissional superior	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	2,46	↗ 246,01%	1.024,00	2.232,00	117,97	186,00	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	Qualificação de capital humano - pós graduação	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	9,04	↗ 903,96%	1,00	7,00	600,00	0,58	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	P,D & I	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	- 77,13	↘ - 77,13%	1.045,00	239,00	- 77,13	19,92	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	ÍNDICE	TENDÊNCIA	DESCRIÇÃO
↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO		
REDE HOTELEIRA	↘ #####	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
	↗ #####	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
	↗ #####	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	
	↘ #####	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO	
APLS E CLUSTERS/CVTS	↗ #####	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO	
	↘ #####	SE DECRESCEU	
	↗ #####	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
	↗ #####	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I	↗ #####	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO	

**QUADRO 10.2.8 - CARIRI - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 2	Ano 1	Ano 2		Ano 2
Localização e Polarização	<b>Capital internacional: Multinacionais</b>	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado - Singer	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Agronegócio</b>	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		0,00	↘ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Shopping</b>	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado - Cariri Garden e Shopping Juazeiro	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Redes e franquias</b>	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		0,00	↘ 0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Rede hoteleira</b>	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		5,13	↗ 512,50%	N/A	41,00	N/A	5,13	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>Bancos internacionais</b>	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-HSBC/Bradesco	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Serviços especializados</b>	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	N/A	Caracterizado-Setor educacional em saúde, turismo religioso	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
Aglomerção e Endogeneização	<b>APLs e Clusters</b>	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,25	↘ 0,25	N/A	2,00	N/A	0,25	N/A	876,00	N/A	0,77
	<b>CVTs</b>	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,13	↗ 0,13	N/A	1,00	N/A	0,13	N/A	23,00	N/A	0,02
	<b>Qualificação do emprego</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,10	↗ 109,74%	837,00	1.340,00	60,10	167,50	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	<b>Formação profissional superior</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	1,61	↗ 161,11%	277,00	491,00	77,26	61,38	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	<b>Qualificação de capital humano - pós graduação</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	4,52	↗ 451,98%	0,00	3,00	300,00	0,38	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	<b>P,D &amp; I</b>	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010 -	29,33	↘ - 29,33	900,00	636,00	29,33	79,50	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	DESCRITORES	ÍNDICE	TENDÊNCIA	COMENTÁRIO
MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	↗ 100,00%	100	↗	CARACTERIZADO
	↘ 0,00%	0	↘	NÃO CARACTERIZADO
REDE HOTELEIRA	↘ #####	≤ 100	↘	SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	↗ #####	101 - 149	↗	SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
	↗ #####	≥ 150	↗	SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
APLs E CLUSTERS/CVTS	↘ #####	≤ 100	↘	SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO
	↗ #####	101 - 149	↗	SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO
	↘ #####	≥ 150	↘	SE DECRESCEU
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I	↗ #####	≤ 100	↗	SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
	↗ #####	101 - 149	↗	SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
	↗ #####	≥ 150	↗	SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO

**QUADRO 10.2.9 - MOSSORÓ - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB	
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2			
Localização e Polarização	<b>Capital internacional: Multinacionais</b>	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado - Petroleira BP em 2005	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Agronegócio</b>	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Shopping</b>	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado- Mossoró West Shopping	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Capital internacional: Redes e franquias</b>	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado- Hotel Ibis	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Rede hoteleira</b>	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016		2,67	266,67%	N/A	16,00	N/A	2,67	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>Bancos internacionais</b>	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016		1,00	100,00%	N/A	Caracterizado- Santander e HSBC/Bradesco	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
	<b>Serviços especializados</b>	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016		0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A
Agglomeração e Endogeneização	<b>APLs e Clusters</b>	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,67	0,67	N/A	4,00	N/A	0,67	N/A	876,00	N/A	0,77
	<b>CVTs</b>	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012		0,17	0,17	N/A	1,00	N/A	0,17	N/A	23,00	N/A	0,02
	<b>Qualificação do emprego</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	1,15	114,94%	15.746,00	25.657,00	62,94	4.276,17	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	<b>Formação profissional superior</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	1,13	112,52%	3.790,00	5.835,00	53,96	972,50	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	<b>Qualificação de capital humano - pós graduação</b>	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	5,56	- 5,56	54,00	51,00	5,56	8,50	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	<b>P,D &amp; I</b>	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	1,60	160,27%	894,00	1.287,00	43,96	214,50	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	100,00%	CARACTERIZADO
			0,00%
REDE HOTELEIRA			SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
			SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
			SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
APLs E CLUSTERS/CVTS			SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO
			SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I			SE DECRESCEU
			SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
			SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO
			SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO

**QUADRO 10.2.10 - PAULO AFONSO - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)	Média MCR Ano 2	VALOR ABSOLUTO SEMIÁRIDO (SAB)		TX Básica de Cresc SAB (%)	Média SAB Ano 2
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		
Localização e Polarização	Capital internacional: Multinacionais	Existência de plantas industriais multinacionais na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Agronegócio	Destaque de áreas dominadas pela dinâmica do agronegócio com corporações internacionais (unidade administrativa e processamento) na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Shopping	Presença de shopping centers na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Capital internacional: Redes e franquias	Presença de hotéis de rede internacional na microrregião	Até 2016	0,00	0,00%	N/A	Não caracterizado	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Rede hoteleira	Número de hotéis na microrregião /número de municípios da microrregião (Média)	Até 2016	1,83	183,33%	N/A	11,00	N/A	1,83	N/A	N/A	N/A	N/A	
	Bancos internacionais	Presença de bancos internacionais na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Caracterizado- HSBC/Bradesco	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
	Serviços especializados	Presença de serviços diferenciados/especializados na microrregião	Até 2016	1,00	100,00%	N/A	Turismo de aventura	N/A	N/A	N/A	Caracterizado	N/A	N/A	
Aglomeración e Endogeneização	APLs e Clusters	Média do número de arranjos produtivos locais e/ou clusters apoiados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	0,33	0,33	N/A	2,00	N/A	0,33	N/A	876,00	N/A	0,77	
	CVTs	Média do número de centros tecnológicos (CVTs) executados pelo Governo Federal na microrregião comparativamente à média do Semiárido (%)	Até 2012	0,00	0,00	N/A	0,00	N/A	0,00	N/A	23,00	N/A	0,02	
	Qualificação do emprego	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Médio Completo no Semiárido	2006	2011	3,04	304,40%	1.165,00	3.107,00	166,70	517,83	3.803.553,00	5.886.423,00	54,76	5.177,15
	Formação profissional superior	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Superior Completo no Semiárido	2006	2011	8,83	882,63%	228,00	1.193,00	423,25	198,83	1.681.019,00	2.487.112,00	47,95	2.187,43
	Qualificação de capital humano - pós graduação	Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de trabalhadores empregados por nível de ensino - Mestrado no Semiárido	2006	2011	4,52	451,98%	1,00	4,00	300,00	0,67	28.529,00	47.465,00	66,37	41,75
	P,D & I	Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos na microrregião/Taxa básica de crescimento do número de empregados em atividades de P,D&I e Correlatos no Semiárido	2006	2010	-69,35	-69,35	310,00	95,00	69,35	15,83	12.928,00	16.474,00	27,43	14,49

**LEGENDA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VARIÁVEIS	MULTINACIONAIS/AGRONEGÓCIO/SHOPPINGS/REDES E FRANQUIAS/BANCOS INTERNACIONAIS/SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		100,00%	CARACTERIZADO
			0,00%	NÃO CARACTERIZADO
REDE HOTELEIRA		SE MENOR OU IGUAL AO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO		
		SE ENTRE 101 E 149% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO		
		SE SUPERIOR A 150% O NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO		
APLs E CLUSTERS/CVTS		SE MENOR QUE A MÉDIA DO SEMIÁRIDO		
		SE MAIOR OU IGUAL À MÉDIA DO SEMIÁRIDO		
QUALIFICAÇÃO DO EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR/QUALIFICAÇÃO DE CAPITAL HUMANO-PÓS-GRADUAÇÃO/P,D&I		SE DECRESCEU		
		SE CRESCEU ATÉ 100% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO		
		SE CRESCEU ENTRE 101% E 149% DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO		
		SE CRESCEU 150% OU MAIS DA TX DE CRESCIMENTO DO SEMIÁRIDO		

QUADRO 10.3 - REDE DE CIDADES MICRORREGIONAL				FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IPOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia dendrítica	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993 2007	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Alto nível na hierarquia urbana	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993 2007	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993 2007	6,00	4,00	8,00	1,00	1,00	2,00	0,00	1,00	1,00	3,00
	Vãos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003 2015	206,00	669,00	2919,00	0,00	0,00	1830,00	0,00	2457,00	0,00	213,00
	Fluxos supranacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006 2016	45,61	20,76	34,60	61,68	385,80	50,43	97,65	-91,64	16,72	1231356,00
Fluxos "intra" e Redes complexas	Morfologia complexa	Tipo de rede microrregional complexa	1993 2007	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Padrão policêntrico	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993 2007	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou	1993 2007	4,00	3,00	1,00	1,00	0,00	3,00	0,00	2,00	1,00	1,00
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

LEGENDA - REDE DE CIDADES

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	100,00% 0,00% 100,00% 0,00%	CARACTERIZADO NÃO CARACTERIZADO
		HIERARQUIA	100,00% 0,00%
	FLUXOS INTER-REGIONAIS	SE 0 SE ENTRE 1 E 5 SE ENTRE 6 E 9 SE ENTRE 10 OU MAIS	
	VÔOS OPERADOS	SE 0 OU DECRESCENTE SE ENTRE 1 E 100 SE 101 OU MAIS	
	FLUXOS INTRARREGIONAIS	SE 0 OU DECRESCENTE SE ENTRE 1 E 4 SE ENTRE 5 E 9	
	FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50% TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%	

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.3.1 - FEIRA DE SANTANA - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Muito forte	Capital regional B	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	6,00	↗ 6,00	1,00	6,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	206,00	↗ 206,00	0,00	206,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	45,61	↗ 45,61	76.165.871,00	110.902.910,00	45,61
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	4,00	↗ 4,00	1,00	4,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFRB		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	
	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	
HIERARQUIA		
↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR	
↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR	
FLUXOS INTER-REGIONAIS		
↘ #####	SE 0	
↗ #####	SE ENTRE 1 E 5	
↗ #####	SE ENTRE 6 E 9	
↗ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS	
VÔOS OPERADOS		
↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
↗ #####	SE ENTRE 1 E 100	
↗ #####	SE 101 OU MAIS	
FLUXOS INTRARREGIONAIS		
↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
↗ #####	SE ENTRE 1 E 4	
↗ #####	SE ENTRE 5 E 9	
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS		
↘ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA	
↗ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%	
↗ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%	



**QUADRO 10.3.1 - CAMPINA GRANDE - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Muito forte	Capital regional B	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	4,00	↘ 4,00	2,00	4,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	669,00	↗ 669,00	166,00	669,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	20,76	↗ 20,76%	57.880.250,00	69.896.691,00	20,76
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	3,00	↘ 3,00	0,00	3,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFCG		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)	
			Ano 1	Ano 2
		↗ 100,00%	CARACTERIZADO	
		↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	
	<b>HIERARQUIA</b>	↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR	
		↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR	
	<b>FLUXOS INTER-REGIONAIS</b>	↘ #####	SE 0	
		↘ #####	SE ENTRE 1 E 5	
		↘ #####	SE ENTRE 6 E 9	
		↗ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS	
	<b>VÔOS OPERADOS</b>	↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
		↘ #####	SE ENTRE 1 E 100	
		↗ #####	SE 101 OU MAIS	
	<b>FLUXOS INTRARREGIONAIS</b>	↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
		↘ #####	SE ENTRE 1 E 4	
		↘ #####	SE ENTRE 5 E 9	
	<b>FLUXOS SUPRA-NACIONAIS</b>	↘ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA	
		↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%	
		↗ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%	

Elaboração: Autora (2017)



**QUADRO 10.3.3 - VITÓRIA DA CONQUISTA - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Forte	Capital regional B	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	8,00	↗ 8,00	2,00	8,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	2.919,00	↕ 2.919,00	348,00	2.919,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	34,60	↗ 34,60%	29.574.191,00	39.806.781,00	34,60
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	1,00	↘ 1,00	0,00	1,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado Campus UFBA		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	Tendência	Descrição
	↘ 0,00%		NÃO CARACTERIZADO
HIERARQUIA	↗ 100,00%		CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR
	↘ 0,00%		CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR
	↘ #####		SE 0
	↗ #####		SE ENTRE 1 E 5
FLUXOS INTER-REGIONAIS	↗ #####		SE ENTRE 6 E 9
	↗ #####		SE ENTRE 10 OU MAIS
	↘ #####		SE 0 OU DECRESCENTE
VÔOS OPERADOS	↗ #####		SE ENTRE 1 E 100
	↗ #####		SE 101 OU MAIS
	↘ #####		SE 0 OU DECRESCENTE
FLUXOS INTRARREGIONAIS	↗ #####		SE ENTRE 1 E 4
	↗ #####		SE ENTRE 5 E 9
	↘ #####		TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	↗ #####		TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%
	↗ #####		TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%

**QUADRO 10.3.4 - VALE DO IPOJUCA - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Muito forte	Capital regional B	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	1,00	↘ 1,00	1,00	1,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	0,00	↘ 0,00	0,00	0,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	61,68	↗ 61,68	26.456.828,00	42.775.029,00	61,68
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	1,00	↘ 1,00	1,00	1,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFPE		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	
	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	
HIERARQUIA		
↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR	
↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR	
FLUXOS INTER-REGIONAIS		
↘ #####	SE 0	
↘ #####	SE ENTRE 1 E 5	
↘ #####	SE ENTRE 6 E 9	
↘ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS	
VÔOS OPERADOS		
↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
↘ #####	SE ENTRE 1 E 100	
↘ #####	SE 101 OU MAIS	
FLUXOS INTRARREGIONAIS		
↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
↘ #####	SE ENTRE 1 E 4	
↘ #####	SE ENTRE 5 E 9	
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS		
↘ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA	
↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%	
↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%	

**QUADRO 10.3.5 - ARAPIRACA - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Forte para médio	Capital regional C	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	1,00	↘ 1,00	1,00	1,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	0,00	↘ 0,00	0,00	0,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	385,80	↗ 385,80	970.384,00	4.714.136,00	385,80
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	0,00	↘ 0,00	0,00	0,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFAL		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	
	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	
<b>HIERARQUIA</b>		
↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR	
↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR	
<b>FLUXOS INTER-REGIONAIS</b>		
↘ #####	SE 0	
↘ #####	SE ENTRE 1 E 5	
↘ #####	SE ENTRE 6 E 9	
↗ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS	
<b>VÔOS OPERADOS</b>		
↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
↘ #####	SE ENTRE 1 E 100	
↗ #####	SE 101 OU MAIS	
<b>FLUXOS INTRARREGIONAIS</b>		
↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE	
↘ #####	SE ENTRE 1 E 4	
↘ #####	SE ENTRE 5 E 9	
<b>FLUXOS SUPRA-NACIONAIS</b>		
↘ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA	
↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%	
↗ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%	

**QUADRO 10.3.6 - PETROLINA - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Forte	Capital regional C	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	2,00	↘ 2,00	2,00	2,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	1.830,00	↕ 1.830,00	756,00	1.830,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	50,43	↕ 50,43	101.533.541,00	152.734.524,00	50,43
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	3,00	↘ 3,00	2,00	3,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UNIVASF		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	Índice	Descrição
MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
	↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO
HIERARQUIA	↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR
	↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR
FLUXOS INTER-REGIONAIS	↘ #####	SE 0
	↘ #####	SE ENTRE 1 E 5
	↘ #####	SE ENTRE 6 E 9
	↕ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS
	↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE
VÔOS OPERADOS	↘ #####	SE ENTRE 1 E 100
	↕ #####	SE 101 OU MAIS
	↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE
FLUXOS INTRARREGIONAIS	↘ #####	SE ENTRE 1 E 4
	↘ #####	SE ENTRE 5 E 9
	↘ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%
	↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%
	↕ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%

**QUADRO 10.3.7 - SOBRAL - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Forte	Capital regional C	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	0,00	↘ 0,00	0,00	0,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	0,00	↘ 0,00	0,00	0,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	97,65	↗ 97,65	77.320.415,00	152.822.114,00	97,65
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	0,00	↘ 0,00	0,00	0,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFC		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	INDICADOR	TENDÊNCIA	VALOR	DESCR. QUALITATIVA
MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	↗ 100,00%			CARACTERIZADO
	↘ 0,00%			NÃO CARACTERIZADO
HIERARQUIA	↗ 100,00%			CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR
	↘ 0,00%			CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR
FLUXOS INTER-REGIONAIS	↘ #####			SE 0
	↗ #####			SE ENTRE 1 E 5
	↗ #####			SE ENTRE 6 E 9
	↗ #####			SE ENTRE 10 OU MAIS
	↘ #####			SE 0 OU DECRESCENTE
VÔOS OPERADOS	↗ #####			SE ENTRE 1 E 100
	↗ #####			SE 101 OU MAIS
	↘ #####			SE 0 OU DECRESCENTE
FLUXOS INTRARREGIONAIS	↗ #####			SE ENTRE 1 E 4
	↗ #####			SE ENTRE 5 E 9
	↘ #####			TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	↗ #####			TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%
	↗ #####			TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%



**QUADRO 10.3.8 - CARIRI - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Forte	Capital regional C	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	1,00	↘ 1,00	2,00	1,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	2.457,00	↗ 2.457,00	133,00	2.457,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	- 91,64	↘ - 91,64	25.730.588,00	2.151.797,00	- 91,64
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	2,00	↘ 2,00	0,00	2,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFCA		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	
		↗ 100,00%
	↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO
HIERARQUIA	↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR
	↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR
FLUXOS INTER-REGIONAIS	↘ #####	SE 0
	↘ #####	SE ENTRE 1 E 5
	↘ #####	SE ENTRE 6 E 9
	↗ #####	SE ENTRE 10 OU MAIS
	↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE
VÔOS OPERADOS	↘ #####	SE ENTRE 1 E 100
	↗ #####	SE 101 OU MAIS
	↘ #####	SE 0 OU DECRESCENTE
FLUXOS INTRARREGIONAIS	↘ #####	SE ENTRE 1 E 4
	↘ #####	SE ENTRE 5 E 9
	↘ #####	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	↘ #####	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%
	↗ #####	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%

**QUADRO 10.3.9 - MOSSORÓ - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Forte para médio	Capital regional C	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	1,00	↘ 1,00	2,00	1,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	0,00	↘ 0,00%	0,00	0,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	16,72	↗ 16,72	105.628.421,00	123.286.831,00	16,72
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	1,00	↘ 1,00	0,00	1,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UFERSA		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	
	↗ 100,00%	CARACTERIZADO
↘ 0,00%	NÃO CARACTERIZADO	
HIERARQUIA		
↗ 100,00%	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR	
↘ 0,00%	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR	
FLUXOS INTER-REGIONAIS		
SE 0	SE ENTRE 1 E 5	
SE ENTRE 6 E 9	SE ENTRE 10 OU MAIS	
VÔOS OPERADOS		
SE 0 OU DECRESCENTE	SE ENTRE 1 E 100	
SE 101 OU MAIS	SE 0 OU DECRESCENTE	
FLUXOS INTRARREGIONAIS		
SE ENTRE 1 E 4	SE ENTRE 5 E 9	
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS		
TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%	
TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%		

**QUADRO 10.3.10 - PAULO AFONSO - REDE DE CIDADES**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO MICORREGIÃO (MCR)		TX Básica de Cresc MCR (%)
			Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2	
Fluxos "inter" e Redes dendríticas	Morfologia	Tipo de rede microrregional dendrítica	1993	2007	1,00	↗ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	N/A
	Hierarquia	Nível da hierarquia da cidade média polarizadora (grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capital regional A, B ou C, centro subregional A, B ou C, centro de zona A ou B, centro local ou equivalente)	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Médio	Centro subregional A	N/A
	Fluxos inter-regionais	Número de fluxos inter-regionais de bens e serviços externos ao Semiárido (ligações horizontais, verticais ou transversais) da microrregião	1993	2007	3,00	↘ 3,00	4,00	3,00	N/A
	Vôos operados	Número de decolagens partindo da microrregião	2003	2015	213,00	↗ 213,00	0,00	213,00	N/A
	Fluxos supra-nacionais	Tx de crescimento das exportações da microrregião (%)	2006	2016	1.231.356,00	↗ 1.231.356,00	0,00	1.231.356,00	1.231.356,00
Fluxos "Intra" e Redes complexas	Morfologia	Tipo de rede microrregional complexa	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Centralidades	Padrão policêntrico de distribuição de centralidades na escala microrregional	1993	2007	0,00	↘ 0,00%	Não caracterizado	Não caracterizado	N/A
	Fluxos intrarregionais	Número de fluxos intrarregionais de bens e serviços entre a microrregião e as demais microrregiões dinâmicas selecionadas (ligações horizontais, verticais ou transversais internas)	1993	2007	1,00	↘ 1,00	0,00	1,00	N/A
	Estruturas de ensino	Presença de universidades públicas federais na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado UNIVASF		N/A
	Infraestrutura de conexão intrarregional	Presença de infraestrutura de conexão interna (rodovias, ferrovias ou aeroportos) na microrregião	Até 2016		1,00	↗ 100,00%	Caracterizado		N/A

**LEGENDA - REDE DE CIDADES**

VARIÁVEIS	MORFOLOGIA/CENTRALIDADES/ ESTRUTURAS DE ENSINO/INFRAESTRUTURA DE CONEXÃO INTERNA	Tendência	Descrição
	0,00%	↘	NÃO CARACTERIZADO
HIERARQUIA	100,00%	↗	CAPITAL REGIONAL OU SUPERIOR / FORTE OU SUPERIOR
	0,00%	↘	CENTRO SUBREGIONAL OU INFERIOR / MÉDIO OU INFERIOR
FLUXOS INTER-REGIONAIS	#####	↘	SE 0
	#####	↘	SE ENTRE 1 E 5
	#####	↘	SE ENTRE 6 E 9
	#####	↗	SE ENTRE 10 OU MAIS
VÔOS OPERADOS	#####	↘	SE 0 OU DECRESCENTE
	#####	↘	SE ENTRE 1 E 100
	#####	↗	SE 101 OU MAIS
FLUXOS INTRARREGIONAIS	#####	↘	SE 0 OU DECRESCENTE
	#####	↘	SE ENTRE 1 E 4
	#####	↘	SE ENTRE 5 E 9
FLUXOS SUPRA-NACIONAIS	#####	↘	TX DE CRESCIMENTO "0,00" OU NEGATIVA
	#####	↘	TX DE CRESCIMENTO ENTRE 0,1 E 50%
	#####	↗	TX DE CRESCIMENTO ACIMA DE 50,1%



QUADRO 10.4 - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO				FEIRA DE SANTANA	CAMPINA GRANDE	VITÓRIA DA CONQUISTA	VALE DO IJOJUCA	ARAPIRACA	PETROLINA	SOBRAL	CARIRI	MOSSORÓ	PAULO AFONSO
Drenagem de recursos pela cidade-polo	<b>Grau de urbanização</b>	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000 2010	14,08%	2,16%	18,91%	27,21%	21,49%	- 39,86	14,64%	5,49%	- 1,92	3,69%
	<b>Evolução populacional</b>	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000 2010	333,49%	123,43%	1790,70%	256,89%	186,65%	232,56%	165,14%	157,19%	112,06%	96,47%
	<b>Verticalização</b>	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%	100,00%	0,00
	<b>Concentração de serviços urbanos água</b>	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000 2010	23,93%	10,68%	29,59%	31,55%	25,78%	28,40%	19,44%	28,87%	31,54%	45,36%
	<b>Depósitos bancários</b>	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006 2016	71,19%	41,86%	77,03%	151,01%	109,58%	100,00%	701,37%	124,51%	162,25%	8282,04%
	<b>Participação no PIB</b>	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)	2000 2011	95,65%	105,97%	136,64%	107,32%	207,55%	106,78%	70,97%	128,84%	166,30%	42,72%
Transbordamento do dinamismo para a microrregião de influência	<b>Distribuição da riqueza</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000 2011	104,55%	94,37%	73,19%	93,18%	48,18%	93,65%	140,91%	77,61%	60,13%	234,10%
	<b>Distribuição da população</b>	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000 2010	29,99%	81,01%	- 8,29	38,93%	53,58%	43,00%	60,55%	63,62%	89,24%	103,66%
	<b>Renda média per capita</b>	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência - Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000 2010	111,08%	152,27%	182,86%	108,63%	113,73%	76,37%	134,04%	100,00%	97,25%	80,56%
	<b>Desigualdade de rendimentos do trabalho</b>	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000 2010	- 0,58	- 15,30	791,90%	- 17,74	716,25%	- 0,89	- 7,87	- 9,05	543,48%	140186,92%
	<b>Tecnologia</b>	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006 2010	1052,64%	1,63%	- 100,00	86,15%	2,44%	0,00	0,00	- 55,56	0,00	0,00
	<b>Educação básica</b>	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005 2009	169,38%	110,17%	- 1,01	127,05%	155,53%	123,87%	0,91%	112,14%	116,92%	152,24%

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4.1 - FEIRA DE SANTANA - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	<b>Grau de urbanização</b>	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,14	↓ 14,08%	89,77	91,73	2,18	905,94	1.046,44	15,51
	<b>Evolução populacional</b>	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	53,76	56,22	3,33	↑ 333,49%	481.368,00	556.642,00	15,64	413.984,00	433.396,00	4,69
	<b>Verticalização</b>	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado	Caracterizado	1,00	↔ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	<b>Concentração de serviços urbanos - água</b>	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,24	↓ 23,93%	70,91	86,61	22,14	725,31	1.396,52	92,54
	<b>Depósitos bancários</b>	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	87,37	85,45	0,71	↓ 71,19%	161.122.833,55	287.452.460,00	78,41	23.282.663,77	48.926.716,00	110,14
	<b>Participação no PIB</b>	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)	2000	2011	75,01	74,33	0,96	↓ 95,65%	1.702.498,00	8.270.807,00	385,80	567.335,00	2.855.778,00	403,37
Transbordamento do dinamismo	<b>Distribuição da riqueza</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	24,99	25,67	1,05	↔ 104,55%	1.702.498,00	8.270.807,00	385,80	567.335,00	2.855.778,00	403,37
	<b>Distribuição da população</b>	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	46,24	43,78	0,30	↓ 29,99%	481.368,00	556.642,00	15,64	413.984,00	433.396,00	4,69
	<b>Renda média per capita</b>	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,11	↔ 111,08%	412,85	662,24	60,41	3.821,49	6.385,73	67,10
	<b>Desigualdade de rendimentos do trabalho</b>	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	0,58	↓ -0,58	0,58	0,50	13,79	8,64	8,59	0,58
	<b>Tecnologia</b>	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	8,83	10,53	↑ 1052,64%	1.449,00	1.672,00	15,39	0,00	162,00	162,00
	<b>Educação básica</b>	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,69	↑ 169,38%	2,90	3,30	13,79	56,50	69,70	23,36

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4.2 - CAMPINA GRANDE - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	Grau de urbanização	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,02	2,16%	94,98	95,33	0,37	267,35	312,98	17,07
	Evolução populacional	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	76,35	76,63	1,23	123,43%	353.803,00	385.213,00	8,88	109.575,00	117.456,00	7,19
	Verticalização	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado	Caracterizado	1,00	100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	Concentração de serviços urbanos - água	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,11	10,68%	87,27	94,98	8,83	227,91	416,52	82,76
	Depósitos bancários	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	97,77	96,75	0,42	41,86%	125.176.725,11	190.404.925,00	52,11	2.852.570,65	6.403.212,00	124,47
	Participação no PIB	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)) / Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))	2000	2011	89,74	90,12	1,06	105,97%	1.401.513,00	5.339.761,00	281,00	160.270,00	585.261,00	265,17
Transbordamento do dinamismo	Distribuição da riqueza	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	10,26	9,88	0,94	94,37%	1.401.513,00	5.339.761,00	281,00	160.270,00	585.261,00	265,17
	Distribuição da população	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	23,65	23,37	0,81	81,01%	353.803,00	385.213,00	8,88	109.575,00	117.456,00	7,19
	Renda média per capita	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,52	152,27%	449,24	630,03	40,24	1.254,21	2.022,80	61,28
	Desigualdade de rendimentos do trabalho	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	- 15,30	-15,30%	0,65	0,51	- 21,54	2,68	2,27	- 15,30
	Tecnologia	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	0,41	0,02	1,63%	152,00	245,00	61,18	0,00	1,00	1,00
	Educação básica	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,10	110,17%	3,10	3,50	12,90	20,40	23,30	14,22

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	#####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	#####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	#####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	#####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	#####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	#####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	#####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	#####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4.3 - VITÓRIA DA CONQUISTA - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIAO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	Grau de urbanização	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,19	↓ 18,91%	85,92	89,53	4,20	626,25	765,39	22,22
	Evolução populacional	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	42,73	48,96	17,91	↑ 1790,70%	260.261,00	306.866,00	17,91	348.872,00	319.941,00	8,29
	Verticalização	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado	Caracterizado	1,00	↔ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	Concentração de serviços urbanos - água	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,30	↓ 29,59%	70,06	87,03	24,22	531,36	966,37	81,87
	Depósitos bancários	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$)/Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	82,17	79,86	0,77	↓ 77,03%	76.828.987,83	168.517.556,00	119,34	16.673.162,68	42.504.003,00	154,92
	Participação no PIB	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))	2000	2011	66,44	71,58	1,37	↔ 136,64%	774.336,00	3.836.498,00	395,46	391.181,00	1.523.350,00	289,42
Transbordamento do dinamismo	Distribuição da riqueza	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	33,56	28,42	0,73	↓ 73,19%	774.336,00	3.836.498,00	395,46	391.181,00	1.523.350,00	289,42
	Distribuição da população	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	57,27	51,04	8,29	↓ 8,29%	260.261,00	306.866,00	17,91	348.872,00	319.941,00	8,29
	Renda média per capita	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,83	↑ 182,86%	410,96	555,66	35,21	2.447,34	4.023,05	64,38
	Desigualdade de rendimentos do trabalho	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	7,92	↑ 791,90%	0,65	0,47	27,69	5,43	5,86	7,92
	Tecnologia	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	1,14	0,00	100,00	↓ 100,00%	87,00	180,00	106,90	1,00	0,00	100,00
	Educação básica	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,01	↓ 1,01%	3,20	12,60	293,75	39,80	39,40	1,01

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4.4 - VALE DO IPOJUCA - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	Grau de urbanização	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,27	↓ 27,21%	85,72	88,78	3,57	867,25	981,03	13,12
	Evolução populacional	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	34,03	36,95	2,57	↑ 256,89%	252.987,00	314.912,00	24,48	490.520,00	537.259,00	9,53
	Verticalização	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado	Caracterizado	1,00	↔ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00	Caracterizado	Caracterizado	1,00
	Concentração de serviços urbanos - água	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,32	↓ 31,55%	77,26	88,45	14,48	600,47	876,14	45,91
	Depósitos bancários	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	66,21	69,83	1,51	↑ 151,01%	80.471.147,23	147.392.362,00	83,16	41.075.615,08	63.695.640,39	55,07
	Participação no PIB	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)	2000	2011	46,95	48,30	1,07	↔ 107,32%	783.508,00	3.407.458,00	334,90	885.270,00	3.647.837,00	312,06
Transbordamento do dinamismo	Distribuição da riqueza	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	53,05	51,70	0,93	↓ 93,18%	783.508,00	3.407.458,00	334,90	885.270,00	3.647.837,00	312,06
	Distribuição da população	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	65,97	63,05	0,39	↓ 38,93%	252.987,00	314.912,00	24,48	490.520,00	537.259,00	9,53
	Renda média per capita	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,09	↔ 108,63%	416,02	553,99	33,16	3.271,46	4.450,09	36,03
	Desigualdade de rendimentos do trabalho	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	- 17,74	↓ - 17,74%	0,51	0,41	- 19,61	8,06	6,63	- 17,74
	Tecnologia	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	58,91	57,56	0,86	↓ 86,15%	53,00	87,00	64,15	76,00	118,00	55,26
	Educação básica	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,27	↔ 127,05%	3,50	3,90	11,43	42,70	48,90	14,52

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####	Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####	Cresceu até 100% da tx crescimento da da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####	Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####	Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4. 5 - ARAPIRACA - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	<b>Grau de urbanização</b>	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,21	↓ 21,49%	81,71	84,80	3,78	251,08	295,27	17,60
	<b>Evolução populacional</b>	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	50,57	52,10	1,87	↑ 186,65%	186.755,00	214.006,00	14,59	182.523,00	196.792,00	7,82
	<b>Verticalização</b>	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00	↓ 0,00%	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	<b>Concentração de serviços urbanos - água</b>	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,26	↓ 25,78%	62,20	82,16	32,09	205,37	460,96	124,45
	<b>Depósitos bancários</b>	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	84,29	84,98	1,10	↔ 109,58%	33.074.928,35	80.145.695,00	142,32	6.164.265,66	14.170.053,00	129,87
	<b>Participação no PIB</b>	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))	2000	2011	62,51	73,71	2,08	↑ 207,55%	473.630,00	2.173.811,00	358,97	284.084,00	775.432,00	172,96
Transbordamento do dinamismo	<b>Distribuição da riqueza</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	37,49	26,29	0,48	↓ 48,18%	473.630,00	2.173.811,00	358,97	284.084,00	775.432,00	172,96
	<b>Distribuição da população</b>	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	49,43	47,90	0,54	↓ 53,58%	186.755,00	214.006,00	14,59	182.523,00	196.792,00	7,82
	<b>Renda média per capita</b>	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,14	↔ 113,73%	258,45	423,28	63,78	1.109,00	1.913,39	72,53
	<b>Desigualdade de rendimentos do trabalho</b>	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	7,16	↑ 716,25%	0,51	0,48	5,88	3,63	3,89	7,16
	<b>Tecnologia</b>	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	2,33	0,02	↓ 2,44%	1,00	42,00	4.100,00	0,00	1,00	100,00
	<b>Educação básica</b>	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,56	↑ 155,53%	3,00	3,40	13,33	21,70	26,20	20,74

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.



**QUADRO 10.4.6 - PETROLINA - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	<b>Grau de urbanização</b>	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	- 39,86	↓ - 39,86%	76,09	45,76	39,86	281,07	334,31	18,94
	<b>Evolução populacional</b>	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	62,59	66,21	2,33	↑ 232,56%	218.538,00	293.962,00	34,51	130.641,00	150.029,00	14,84
	<b>Verticalização</b>	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado	Caracterizado	1,00	↔ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	<b>Concentração de serviços urbanos - água</b>	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,28	↔ 28,40%	75,68	91,26	20,59	255,19	440,17	72,49
	<b>Depósitos bancários</b>	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	88,91	88,84	0,98	↔ 98,45%	68.062.531,87	122.995.149,00	80,71	8.489.482,76	15.449.296,00	81,98
	<b>Participação no PIB</b>	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)	2000	2011	74,59	75,54	1,07	↔ 106,78%	725.486,00	3.310.559,00	356,32	247.152,00	1.071.863,00	333,69
Transbordamento do dinamismo	<b>Distribuição da riqueza</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	25,41	24,46	0,94	↔ 93,65%	725.486,00	3.310.559,00	356,32	247.152,00	1.071.863,00	333,69
	<b>Distribuição da população</b>	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	37,41	33,79	0,43	↔ 43,00%	218.538,00	293.962,00	34,51	130.641,00	150.029,00	14,84
	<b>Renda média per capita</b>	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	0,76	↔ 76,37%	404,40	605,06	49,62	1.317,41	1.816,60	37,89
	<b>Desigualdade de rendimentos do trabalho</b>	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	- 0,89	↓ - 0,89%	0,64	0,62	3,13	3,38	3,35	0,89
	<b>Tecnologia</b>	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	0,00	- 0,00	↓ - 0,00%	26,00	23,00	11,54	0,00	0,00	0,00
	<b>Educação básica</b>	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,24	↔ 123,87%	3,40	3,80	11,76	19,90	22,80	14,57

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4. 7 - SOBRAL - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	Grau de urbanização	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,15	↓ 14,64%	86,63	88,35	1,99	582,73	661,75	13,56
	Evolução populacional	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	47,66	49,43	1,65	↑ 165,14%	155.744,00	188.233,00	20,86	171.009,00	192.611,00	12,63
	Verticalização	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00	↓ 0,00%	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	Concentração de serviços urbanos - água	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,19	↓ 19,44%	64,90	88,02	35,62	256,38	726,28	183,28
	Depósitos bancários	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	86,86	90,85	7,01	↑ 701,37%	32.834.068,75	53.854.988,00	64,02	4.967.912,39	5.421.389,00	9,13
	Participação no PIB	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))	2000	2011	78,10	73,58	0,71	↓ 70,97%	764.507,00	2.436.463,00	218,70	214.379,00	875.033,00	308,17
Transbordamento do dinamismo	Distribuição da riqueza	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	21,90	26,42	1,41	↑ 140,91%	764.507,00	2.436.463,00	218,70	214.379,00	875.033,00	308,17
	Distribuição da população	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	52,34	50,57	0,61	↓ 60,55%	155.744,00	188.233,00	20,86	171.009,00	192.611,00	12,63
	Renda média per capita	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,34	↑ 134,04%	299,41	448,89	49,92	1.578,29	2.634,48	66,92
	Desigualdade de rendimentos do trabalho	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	0,28	↓ - 7,87%	0,60	0,43	28,33	6,10	5,62	7,87
	Tecnologia	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	0,00	- 0,00	↓ - 0,00%	20,00	3,00	85,00	0,00	0,00	0,00
	Educação básica	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	0,01	↓ 0,91%	0,40	4,40	1.200,00	36,50	40,50	10,96

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.



**QUADRO 10.4.8 - CARIRI - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	<b>Grau de urbanização</b>	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,05	5,49%	95,33	96,07	0,78	342,58	391,01	14,14
	<b>Evolução populacional</b>	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	45,39	46,79	1,57	157,19%	212.133,00	249.939,00	17,82	255.259,00	284.200,00	11,34
	<b>Verticalização</b>	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado		1,00	100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	<b>Concentração de serviços urbanos - água</b>	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,29	28,87%	72,94	90,63	24,25	239,79	441,20	83,99
	<b>Depósitos bancários</b>	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	54,26	57,17	1,25	124,51%	38.030.379,35	87.637.840,00	130,44	32.057.993,71	65.643.364,00	104,76
	<b>Participação no PIB</b>	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$))	2000	2011	47,70	52,56	1,29	128,84%	474.629,00	2.249.645,00	373,98	520.339,00	2.030.679,00	290,26
Transbordamento do dinamismo	<b>Distribuição da riqueza</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	52,30	47,44	0,78	77,61%	474.629,00	2.249.645,00	373,98	520.339,00	2.030.679,00	290,26
	<b>Distribuição da população</b>	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	54,61	53,21	0,64	63,62%	212.133,00	249.939,00	17,82	255.259,00	284.200,00	11,34
	<b>Renda média per capita</b>	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência - Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	1,00	100,00%	291,71	439,53	50,67	1.374,40	2.070,85	50,67
	<b>Desigualdade de rendimentos do trabalho</b>	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	- 9,05	- 9,05	0,63	0,47	- 25,40	4,09	3,72	- 9,05
	<b>Tecnologia</b>	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	38,30	17,39	- 55,56	- 55,56	29,00	38,00	31,03	18,00	8,00	- 55,56
	<b>Educação básica</b>	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,12	112,14%	3,30	3,70	12,12	20,60	23,40	13,59

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	#####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	#####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	#####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	#####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	#####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	#####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	#####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	#####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4.9 - MOSSORÓ - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)			
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2				
Drenagem de recursos	Grau de urbanização	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	-	1,92	↓ - 1,92%	93,10	91,31	-	1,92	402,25	321,22	-	20,14
	Evolução populacional	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	77,77	78,10		1,12	↔ 112,06%	213.841,00	259.815,00	21,50		61.135,00	72.864,00		19,19
	Verticalização	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Caracterizado	Caracterizado		1,00	↔ 100,00%	Caracterizado	Caracterizado	1,00		Não Caracterizado	Não Caracterizado		0,00
	Concentração de serviços urbanos - água	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A		0,32	↔ 31,54%	70,62	90,97	28,82		193,99	371,21		91,36
	Depósitos bancários	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	93,39	94,45		1,62	↑ 162,25%	82.663.854,99	148.886.638,00	80,11		5.852.662,68	8.742.419,00		49,38
	Participação no PIB	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)/ Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)	2000	2011	71,83	78,83		1,66	↑ 166,30%	818.311,00	3.916.505,00	378,61		320.910,00	1.051.528,00		227,67
Transbordamento do dinamismo	Distribuição da riqueza	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	28,17	21,17		0,60	↔ 60,13%	818.311,00	3.916.505,00	378,61		320.910,00	1.051.528,00		227,67
	Distribuição da população	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	22,23	21,90		0,89	↔ 89,24%	213.841,00	259.815,00	21,50		61.135,00	72.864,00		19,19
	Renda média per capita	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência - Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A		0,97	↔ 97,25%	359,78	600,28	66,85		1.093,60	1.804,53		65,01
	Desigualdade de rendimentos do trabalho	Taxa de crescimento do índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A		5,43	↑ 543,48%	0,53	0,44	-	16,98	1,84	1,94		5,43
	Tecnologia	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	0,00		0,00	↓ 0,00%	102,00	220,00	115,69		0,00	0,00		0,00
	Educação básica	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A		1,17	↔ 116,92%	3,20	3,60	12,50		13,00	14,90		14,62

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	↑ #####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	↓ #####
Cresceu até 100% da tx crescimento da da cidade-polo	↔ #####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	↗ #####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	↑ #####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.

**QUADRO 10.4.10 - PAULO AFONSO - RELAÇÕES ENTRE CIDADE MÉDIA E REGIÃO**

Dimensão analítica	Variável	Descrição do indicador	Período		Participação da CP na MCR (%) e da MCRI na MCR (%)		Valor do Indicador	Tendência	VALOR ABSOLUTO CIDADE-POLO (CP)		TX Básica de Cresc CP (%)	VALOR ABSOLUTO MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA (MCRI)		TX Básica de Cresc MCRI (%)
			Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2			Ano 1	Ano 2		Ano 1	Ano 2	
Drenagem de recursos	<b>Grau de urbanização</b>	Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da cidade-polo/Taxa de crescimento do percentual da população residente em áreas urbanas da microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,04	3,69%	85,58	86,17	0,69	181,73	215,72	18,70
	<b>Evolução populacional</b>	Taxa de crescimento da população da cidade-polo em nº de habitantes/Taxa de crescimento da população da microrregião em nº de habitantes	2000	2010	64,95	64,86	0,96	96,47%	96.499,00	108.396,00	12,33	52.068,00	58.722,00	12,78
	<b>Verticalização</b>	Identificação de alto índice de verticalização na cidade-polo	Até 2016		Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00	0,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00	Não Caracterizado	Não Caracterizado	0,00
	<b>Concentração de serviços urbanos - água</b>	Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na cidade polo/Taxa de crescimento do percentual de domicílios com acesso a banheiro e água encanada na microrregião de influência	2000	2010	N/A	N/A	0,45	45,36%	74,27	88,76	19,51	209,52	299,63	43,01
	<b>Depósitos bancários</b>	Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da cidade-polo em reais (R\$) /Taxa de crescimento do valor dos depósitos bancários privados à vista da microrregião de influência, em reais (R\$)	2006	2016	89,53	95,73	82,82	8282,04%	24.648.804,65	45.063.032,00	82,82	2.881.303,10	2.011.881,00	30,17
	<b>Participação no PIB</b>	Taxa de crescimento do PIB total da cidade-polo a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) (Valor anual em mil reais (R\$)) / Taxa de crescimento do PIB total da microrregião de influência, a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) - Valor anual em mil reais (R\$)	2000	2011	94,30	90,01	0,43	42,72%	861.277,00	2.287.486,00	165,59	52.057,00	253.853,00	387,64
Transbordamento do dinamismo	<b>Distribuição da riqueza</b>	Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da microrregião de influência- Valor anual (mil reais)/ Taxa de crescimento do PIB total a preços correntes, por setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Impostos) da cidade-polo - Valor anual (mil reais)	2000	2011	5,70	9,99	2,34	234,10%	861.277,00	2.287.486,00	165,59	52.057,00	253.853,00	387,64
	<b>Distribuição da população</b>	Taxa de crescimento da população das cidades da microrregião de influência em nº de habitantes / Taxa de crescimento da população total da cidade-polo em nº de habitantes	2000	2010	35,05	35,14	1,04	103,66%	96.499,00	108.396,00	12,33	52.068,00	58.722,00	12,78
	<b>Renda média per capita</b>	Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da microrregião de influência -Valor anual médio em reais/Taxa de crescimento da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos da cidade-polo	2000	2010	N/A	N/A	0,81	80,56%	342,92	544,73	58,85	845,73	1.246,71	47,41
	<b>Desigualdade de rendimentos do trabalho</b>	Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da microrregião de influência/Taxa de crescimento do Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho da cidade-polo (indicador negativo)	2000	2010	N/A	N/A	1.401,87	140186,92%	0,50	0,50	0,00	2,14	2,17	1,40
	<b>Tecnologia</b>	Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da microrregião de influência/Taxa de crescimento do número de empregados em setores industriais de média e alta tecnologia da cidade-polo	2006	2010	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2,00	200,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Educação básica</b>	Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na microrregião de influência/Taxa de crescimento do IDEB por rede pública de Ensino - 1ª a 4ª séries na cidade-polo	2005	2009	N/A	N/A	1,52	152,24%	3,40	3,80	11,76	13,40	15,80	17,91

**LEGENDA - DIMENSÃO DRENAGEM DE RECURSOS**

Decresceu	#####
Cresceu até 100% da tx crescimento da microrregião de influência	#####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da microrregião de influência	#####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento da microrregião de influência	#####

**LEGENDA - DIMENSÃO TRANSBORDAMENTO DO DINAMISMO**

Decresceu	#####
Cresceu até 100% da tx crescimento da cidade-polo	#####
Cresceu de 100% a 150% tx crescimento da cidade-polo	#####
Cresceu acima de 150% da tx crescimento cidade-polo	#####

Elaboração: Autora (2017).

Fontes: Diversas.